Organizadores:
Patricia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência

Para quem?

Volume I



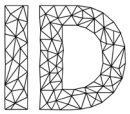
ANPUH ES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
ESPÍRITO SANTO

Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência para quem?

Volume I

Vila Velha, 2023.



Identidade
Rua Antônio Ferreira de Queiroz, 105, Centro, Vila Velha - ES. CEP.: 29180-100.
editoraidentidade@gmail.com

Coordenadora:
Patrícia M. S. Merlo

Conselho Editorial:
André Ricardo Valle Vasco Pereira (UFES)
Ariel Cherxes Batista (UFES)
Dinorah Lopes Rubim Almeida (UFES)
Fernando Santa Clara Viana Júnior (UFBA)
Lívia Maurício Scheiner (Colégio Pedro II)
Maria Angela Rosa Soares (UFES)
Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES)
Pedro Ernesto Fagundes (UFES)
Rossana Gomes Britto (UFES)

Imagem da capa:
Editora Milfontes

Editoração e projeto gráfico:
Lucas Onorato Braga

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

MERLO, Patrícia Maria da Silva, 1977-
M565a 200 anos da Independência para quem? Volume 1 / Patrícia Maria da Silva Merlo; Lucas Onorato Braga (orgs.) – Vila Velha: Identidade, 2023.
337 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-85813-00-6

1. Bicentenário da Independência. 2. Independência da República. 3. História do Brasil. I. Merlo, Patrícia Maria da Silva. II. Braga, Lucas Onorato. III. Título.

CDU: 900

Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência para quem?

Volume I

Vila Velha, 2023.

Sumário

Apresentação | 7

A beleza da mulher como mecanismo de controle patriarcal | 9
Rafael Azevedo Nespoli

A Era Vargas em documentos do III Reich | 34
Wander Luiz Demartini Nunes

A influência do Sesquicentenário da Independência durante o processo de expansão industrial em Vitória (1972) | 48
Kelly Alves Andrade

A reforma do Estado durante o primeiro mandato de Paulo Hartung no ES (2003-2006) | 67
André Ricardo Valle Vasco Pereira, Bruno Marques, Larissa Nuvens Guimarães e Maria Luisa Melo Welerson

A trajetória política e intelectual de Estanislao Zeballos tecendo uma proposta de diplomacia cultural| 87
Camila Bueno Grejo

A visão sobre o poder moderador na obra Ensaio sobre o Direito Administrativo (1862) de Paulo José Soares de Souza, Visconde do Uruguai | 101
Sávio Medeiros Liittig

Anos de chumbo e um gol: reflexões da História do Esporte em períodos ditatoriais no ensino de História | 110
Harian Pires Braga

As representações de crises em Hélio Jaguaribe | 131
Cleber Ferreira Santos

Cacau e café nas produção científica lusa em fins do século XVIII | 144
Lucas Onorato Braga

Da transição rural urbana à crise política do município de Cariacica/ES sob a perspectiva da História Oral: memórias de um professor trabalhista | 161
Filipe Savelli Pereira e João Paulo dos Santos de Souza

Denunciando a Ditadura Militar no exterior: uma cronologia (1969-1974) | 182
Bruno dos Santos Prado Moura

Ditadura, mídias e sindicalismo: um panorama sobre a comunicação sindical durante os anos de chumbo | 208
Ana Carolina Ronchi

Educação, memória e cultura: considerações sobre os usos antipolíticos do MEC do Arquivo Nacional e do MINC pelo Bolsonarismo | 225
Ariel Cherxes Batista

Elementos do liberalismo na imprensa do Espírito Santo | 246
Jefferson Ferreira Alvarenga

Escravidão e branqueamento: as contradições do Brasil "Independente" (1831-1850) | 269
Ademildo Gomes

Fontes textuais e representações: a atuação de Demétrio de Falero em Alexandria (SÉC. III A.C.) | 285
Amanda Oliveira Righetti

História, memória e evocação: o caso Araceli nos arquivos da Câmara de Vereadores de Vitória (2012-2021) | 303
Luiz Fernando Soares Pereira

Imigração italiana em Alfredo Chaves: uma abordagem cultural | 318
Gabriel Pietralonga Marion

Apresentação

A história brasileira é marcada por muitos golpes, contragolpes e metagolpes, sendo que na maioria das vezes a população foi excluída de qualquer participação política. O processo da independência seguiu esse roteiro, ou seja, autoritário, de cima para baixo, feito pelas elites em conluio com o império, o que revela muito o caráter autoritário dos brasileiros. Como apontam os historiadores, nossa independência não foi revolucionária ou romântica. Foi um golpe das elites em torno do imperador que afiançaria não só o não desmembramento do território, mas, principalmente, o sistema escravocrata. Ela criou um Estado, mas não criou a nação, em um processo sem povo, ou seja, sem reação.

Considerando a importância do bicentenário no campo da memória e das disputas de narrativas, entendemos que esta efeméride é um momento ímpar de reflexão sobre a história. Para tanto, propomos como tema do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-ES a pergunta: 200 anos da Independência para quem?

O objetivo é analisar o lugar dos grupos subalternos, invisibilizados e esquecidos ao longo da história brasileira. Interessa-nos refletir sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de tais grupos (pretos, pardos, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, etc.) e à ampliação da cidadania efetiva em um país que se constituiu na desigualdade. Afinal, o direito à memória é fundamental para todos nós que queremos viver em um Brasil mais republicano e democrático. O resultado das discussões é apresentado agora com a publicação dos textos completos.

Os organizadores.

A beleza da mulher como mecanismo de controle patriarcal

Rafael Azevedo Nespoli
Universidade Federal do Espírito Santo

Em recente exibição no horário nobre da TV, fomos colocados diante do dilema de uma personagem da telenovela 'Um Lugar ao Sol', que, aos 50 anos, tem que lidar com o envelhecimento de seu corpo, processo esse que a alijou do mercado de trabalho da moda, no qual não só atuava como modelo, como também havia construído carreira de sucesso. Na cena a que me refiro, mais especificamente, a personagem, frustrada diante de uma série de acontecimentos, comparece a uma consulta com um cirurgião plástico, para ver quais eram as suas 'possibilidades', quero dizer, o que estava disponível para restaurar uma juventude perdida e, por conseguinte, sua própria beleza, seu próprio valor social.

De início, o profissional cuida afirmar que a modelo está ótima e que é visível que ela se alimentou adequadamente, fez exercícios físicos, cuidou da pele. Porém, ao mesmo tempo, completa ele, como ela é um ícone de beleza, a cobrança era mais pesada. Ou seja, somente os cuidados comuns voltados para a saúde não seriam suficientes. Na sequência, ele afirma que ela não precisa de nada 'drástico', tão-somente alguns procedimentos simples, sutis, e aí então as pessoas iriam notar que ela estava mais bonita, mais jovem, e não iriam saber precisar o porquê. Depois de explicar o procedimento, que envolveria fios de tração para, literalmente, dar

sustentação ao rosto, ao ser questionado acerca da duração do resultado, ele afirma que 'por volta de 24 meses', mas, de pronto, chama atenção para o benefício e enfatiza que a pele dela vai ter um envelhecimento retardado por dois anos. Ao final, depois de algumas considerações adicionais, o profissional simula com as mãos no rosto da modelo o resultado com o procedimento esperado e conclui com satisfação: *"E olha, eu posso te dizer que vai melhorar bastante!"*.

Não demorou para que as redes sociais fervilhassem em discursos militantes, condenando a objetificação da mulher, prestando solidariedade ao que chamavam de uma mulher natural (sem intervenções estéticas) e pregando uma ruptura com o ideal de beleza socialmente imposto. De outro lado, e aqui destaco, chamou atenção que inúmeros profissionais que lidam com a estética, tenham se valido dessa mesma cena, para divulgar em seus perfis não só o procedimento comentado, detalhando seus benefícios, como sugerir outras possibilidades terapêuticas. *'Para maiores informações sobre rejuvenescimento facial, agende uma consulta'*.

Não pretendo aqui fazer um juízo de valor sobre a legitimidade desses procedimentos e o quanto impactam as pessoas, seja individual seja coletivamente, nem mesmo abordar como se transformam em verdadeiros desejos de consumo, em uma perspectiva exclusivamente capitalista, levando as pessoas interessadas a submeter seus corpos ao extremo. Uma vez que essa oferta está disponível, cada um tem autonomia para decidir sobre utilizá-la e em que medida. 'Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é', já diria Caetano Veloso. O que está em pauta aqui é analisar a beleza enquanto componente inserido na estrutura que se convencionou chamar de "Patriarcado", expressão que indica o regime de dominação das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2011), em uma dupla perspectiva: 1) como um mecanismo de controle das mulheres, usada como forma de limitar a participação social das mulheres e significar seus corpos; e 2)

como um valor social, ponderando o quanto esse valor, intimamente ligado às mulheres, é, ao mesmo tempo, recompensador e opressor.

Historicamente, a beleza atribuída às mulheres veio carregada de uma série de significados que impactaram diretamente suas ações, lugares e desejos. Para o que se propõe esse artigo fiz uma espécie de classificação, considerando o que reputo ser um recrudescimento das exigências sociais acerca da beleza das mulheres. Em que pese refute qualquer ideia evolucionista do processo histórico e em qualquer direção, defendo que o atributo da beleza, embora tenha sofrido modificações, especialmente quanto aos padrões estéticos, experimentou, em verdade, uma sobreposição de camadas, de modo que exigências pretéritas não foram eliminadas com o surgimento das novas exigências, ao contrário, aquelas anteriores foram, de alguma forma, acomodadas na nova perspectiva. Nessa esteira lanço mão dos seguintes modelos ideais: a beleza sedutora, a beleza doméstica e a beleza virtuosa.

Também considero nesse texto que o valor social da beleza é, de outro lado, altamente rentável na esteira do mercado simbólico afeto ao feminino. Na condição de valor, a beleza é hierarquizada, de modo que sua aquisição se dá a partir de um parâmetro ideal, imagens construídas que passam a sugestionar o sujeito a partir de uma referência ao corpo do outro (NOVAES, 2011). Da mesma forma, a manutenção desse valor se dá ao se assegurar a limitação de seu acesso, ou seja, que existam pessoas não belas, feias. A contemporaneidade elegeu o envelhecimento como um dos pilares contrapostos à beleza. Ser velho é ser feio. A feiura, portanto, encontra lugar em um dos processos biológicos mais intrínsecos à condição humana, as mudanças corporais advindas do passar dos anos. Nada mais parece ser tão cruel quanto atribuir-se tamanho valor a uma meta inalcançável. A beleza que existe só na juventude é uma impossibilidade da vida.

1. A beleza como mecanismo de controle

1.1. A Beleza Sedutora

A beleza, para além do componente estético, que, de logo, hierarquiza, segrega e oprime as mulheres, também conta com atributos variados os quais são mais ou menos enfatizados de acordo com o controle que se pretenda fazer dos corpos femininos. Um deles, o qual destaco, é a capacidade atrativa, a potencialidade de sedução, vinculado, em regra, ao interesse sexual masculino. A beleza da mulher desperta o desejo e afasta o homem de seu estado 'natural' de racionalidade, levando-o a cometer atos os mais diversos, lícitos ou ilícitos, morais ou imorais. Nessa perspectiva, a mulher e seus encantos foram alçados ao status de malignidade. Quer dizer que a beleza da mulher poderia levar à degradação do homem. A mulher linda de morrer.

Os principais mitos de origem da civilização ocidental têm em seu centro mulheres com a capacidade de seduzir e desvirtuar os homens (SCHMITT-PANTEL, 2003). Eva, na tradição católica e Pandora, no mito grego, são mulheres que desencadeiam males que afetariam toda a humanidade.

> *Entregue a Adão para ser a sua companheira, Eva é a perdição do gênero humano; querendo vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher, sendo Pandora a primeira a nascer dessas criaturas, a que desencadeia todos os males de que padece a humanidade. (Simone de Beauvoir, O segundo sexo).*

No mito grego, Pandora assemelha-se a uma deusa, o que quer dizer que conta com a aparência de uma bela e casta jovem, porém esconde, em seu interior, um coração ardiloso e vicioso. A autora segue a narrativa do mito e destaca que esse "belo mal", regalo de Zeus aos mortais, é aceito como esposa por um homem chamado Epimeteu, que só percebeu suas

verdadeiras intenções quando já era tarde demais. O que se percebe é que a beleza de Pandora é elemento hábil a ocultar suas intenções escusas. É um ardil para a realização de seus reais e viciosos intentos. A mulher bela é, assim, ao mesmo tempo, objeto de desejo e de desconfiança.

Quanto à Eva, o mito bíblico a apresenta como aquela que induz o homem a transgredir. Assim que come do fruto da árvore proibida e é interpelado por Deus, Adão se apressa em dizer que não teve opção, que não sabia como resistir à oferta. *"Foi a mulher que me deste por companheira que me deu do fruto da* árvore, *e eu comi"*. Parece querer isentar- se de culpa ao argumento de que não estava no gozo de suas plenas faculdades mentais. Nada mais adequado, considerando que foi a Eva quem achou a árvore agradável ao paladar, atraente aos olhos e seu fruto desejável. Foi, portanto, a Eva quem atuou de modo consciente. Adão se deixou levar pelo encantamento.

A beleza feminina associada ao mal, ao ardil, à dissimulação, bem como os efeitos nefastos que provoca sobre os homens, será tema frequente na história. Na Europa, entre os séculos XVI e XVII, auge do fenômeno da caça às bruxas, a figura dessa mulher encantada e vinculada ao diabo toma forma sem fazer quaisquer distinções, praticamente de modo universal. Todas as mulheres poderiam, por um motivo ou outro, ser acusadas de práticas vinculadas à bruxaria. O conhecimento de práticas contraceptivas, abortivas, habilidades curativas ou quaisquer outros saberes pagãos seria suficiente para acusações, julgamentos e condenações. Mas além dos saberes, a bruxa também era cunhada em razão da vaidade, da libertinagem, da promiscuidade ou adultério. Os comportamentos vinculados à imagem e a 'má reputação', portanto, também indicavam a culpa das mulheres.

A beleza, mais uma vez, surgia como disfarce para a maldade. A bruxa poderia ter a forma bela para enfeitiçar os homens e conseguir,

assim, ultimar seus propósitos. Em Calibã e a Bruxa (FEDERICI, 2017), tem-se interessante transcrição do que pregavam os autores do *Malleus Maleficarum* e que diz muito sobre a estética que as bruxas poderiam assumir, escondendo suas reais intenções - *as mulheres eram lindas de se ver, mas contaminavam ao serem tocadas. Atraiam os homens, mas só para fragiliza-los. Faziam de tudo para lhes satisfazer, mas o prazer que davam era mais amargo que a morte, pois seus vícios custavam aos homens a perda de suas almas – e talvez seus* órgãos *sexuais* (Kors e Peters, 1972).

Era frequente que os julgamentos de bruxaria contassem com acusação de 'práticas sexuais degeneradas', que poderiam envolver tanto a cópula com o diabo, quanto a participação em orgias e outras 'depravações'. As bruxas eram sexualmente insaciáveis e esse comportamento lascivo poderia ser inculcado no homem, que não resistiria aos seus encantos. As bruxas estavam envoltas em erotismo e, em razão de sua sensualidade mágica, eram acusadas de arrastar os homens à imoralidade sexual. É a beleza da mulher que corrompe o homem. Diversas mulheres conhecidas da história do Brasil e mundial tiveram seu poder associado à sua beleza, ao quanto essa beleza foi capaz de persuadir seus homens a agirem de acordo com seus próprios interesses. Domitila de Castro em relação a Dom Pedro I, Dalila em relação a Sansão, Cleópatra em relação a Marco Antônio, Ana Bolena em relação a Henrique VIII e por aí em diante.

Vale destacar também que a beleza maligna, perigosa, porém extremamente sexualizada, povoou o ideário artístico até a contemporaneidade. Tome-se como exemplo a figura de Cleópatra. Inúmeras representações artísticas se pautaram na famosa rainha do Egito que desposou não um, mas dois dos homens mais poderosos de Roma e manteve seu status quando toda conjuntura expansionista romana indicaria o contrário. Invariavelmente sugere-se que as conquistas e o êxito da rainha se deram em razão de sua beleza e capacidade de sedução, desconsiderando evidências

de que era uma mulher extremamente culta, poliglota, mecenas das artes, com habilidades administrativas e políticas invejáveis (SCHIFF, 2010). Difundiu-se, porém, o mito de que seduzir Júlio Cezar e, depois, Marco Antônio, foi o verdadeiro feito dessa mulher.

A associação entre beleza e sedução traz consigo uma carga opressora imensa direcionada ao comportamento das mulheres. *O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência* (WOLF, 1992). Por serem consideradas bonitas, desejáveis, as mulheres devem se comportar de modo contido para que não lhe seja atribuída a pecha da malignidade. A Psiquiatria em muito colaborou para manter o controle sobre o comportamento socialmente inadequado das mulheres, com uma visão ambígua do feminino: a mulher é naturalmente frágil, bonita, submissa, doce, mas também pérfida e amoral, de modo que os diagnósticos de doença mental tinham como base sua natureza/sexualidade. A mulher era considerada 'pinel', ou seja, irrecuperável em razão do exercício não conforme da sexualidade, devassidão, onanismo (masturbação) ou homossexualidade (ENGEL, 2004) . Afirmava-se haver na mulher uma predisposição à loucura por considera-la um ser cíclico (menstruação, parto, gravidez) e, portanto, instável. Consideravam-se sintomas da loucura o "nervosismo", as "extravagâncias", as "posturas indisciplinadas" e, prontamente, as mulheres eram internadas em instituições asilares, o que significava, nada mais do que um controle das sexualidades inconvencionais. Nessa esteira, a sexualidade considerada adequada, aquela circunscrita ao leito conjugal e aos deleites da maternidade, torna-se base para o modelo de beleza que ganha peso no século XVIII, a beleza doméstica.

1.2. A Beleza Doméstica

A intelectualidade, em diversas ocasiões, ponderou acerca do embrião do patriarcado. Interessante proposta é a que traz como marco ini-

cial o Contrato Social - séculos XVII e XVIII (PATERMAN, 1993). A autora afirma que esse momento coincidiria com a emergência da ordem social civil moderna, dentro da qual ainda vivemos, com a afirmação da família moderna, baseada no núcleo pai-mãe-filhos e a importância do cuidado do ambiente doméstico e das crianças em casa. Coincide, desse modo, também, com uma nova divisão do trabalho que encerrou as mulheres nos espaços privados, na vida doméstica. O culto à domesticidade é o responsável pelo código da beleza doméstica. Isso porque as possibilidades sociais das mulheres estavam intimamente ligadas ao casamento. Considerado o auge do 'estado de mulher', o casamento se apresentava como condição normal da grande maioria das mulheres, considerando, por exemplo França e Inglaterra no final do século XIX, início do século XX (PERROT, 2007).

Não se pode perder de vista que a modernidade cuida modelar o casamento, trazendo para seu interior o ideal do amor romântico. Nada mais coerente com a nova formação familiar nuclear, que mitigar os interesses coletivos do grupo familiar e privilegiar os indivíduos. O casamento por amor (ao menos em tese) irá ser a tônica do século XX. Afastando-se dos arranjos e interesses familiares, a capacidade de despertar o interesse dos homens, e, portanto, a beleza, passa a ser importante moeda para as mulheres. É preciso considerar que essa beleza, para além do padrão estético predominante, estava ligada intrinsecamente a qualidades que se esperavam de uma mulher apta para o casamento, ou seja, de uma boa mulher. Deveria, portanto, para além dos atributos da sedução (apresentados com moderação, quase que de forma involuntária), contar com os atrativos que a qualificassem para assumir os papeis de esposa, mãe e dona-de-casa. Ou seja, a beleza deveria encarnar o ideal de aptidão doméstica.

A beleza, assim, configura-se como verdadeiro capital nas relações amorosas e nas possibilidades matrimoniais. Nessa esteira, a mulher ocu-

pava um papel supostamente passivo, de objeto de interesses, muito embora devesse agir para se destacar e ser vista e, ao mesmo tempo, cuidar para não se afastar do ideal de beleza desejado. A mulher deveria trabalhar para, ao mesmo tempo ser notada e ser discreta. Árdua tarefa. A aparência descontraída não era recomendada como sedutora. Ao contrário, a contração da postura que era sinal de elegância desejável (SANT'ANNA, 2021). A elegância, aliás, torna-se um parâmetro de beleza que valoriza positivamente aquelas mulheres que se comportam adequadamente. Torna-se um adjetivo que escamoteia os mecanismos de controle sobre os corpos femininos, sobre seu comportamento, os limites de sua presença e especialmente sobre sua sexualidade.

Também é preciso lembrar que essa beleza era considerada efêmera. Isso porque sua duração estava diretamente ligada à capacidade de reprodução da mulher. O final de sua vida fértil também representava o final de sua própria beleza. Construiu-se, assim, um ideal de beleza jovem, virginal e recatado. Esse ideal formatava as mulheres na perspectiva de um bom casamento. Era também um ideal que exigia exteriorização, de modo que era preciso não só ser, mas aparentar ser. No Brasil do século XIX as mulheres eram incentivadas a perseguirem essas qualidades, porém sem que parecessem dedicadas à vaidade, o que era mal visto.

Assim que a publicidade da beleza se relacionava diretamente com a saúde. Intervenções de natureza estética somente em nome da beleza afastavam as mulheres do comportamento esperado (SANT'ANNA, 2021). Cito como exemplo a maquiagem. Seu uso excessivo invariavelmente era associado a mulheres que tinham algo a esconder (deformidade ou mesmo traços do envelhecimento) ou àquelas consideradas 'não honestas' (prostitutas). Posteriormente, sua associação aos gestos de limpar, tonificar e hidratar a pele (campanha publicitária de Elizabeth Arden), abre as portas para uma busca por tais produtos de modo mais livre pelas mulheres.



Todo o tratamento Elizabeth Arden

(NEW-YORK)

é baseado em tres pontos fundamentaes:

LIMPEZA :-: TONIFICAÇÃO :-: NUTRIÇÃO

Limpeza — com o **Creme Veneziano para Limpar** — para desalojar o pó e as impureza dos póros. Tonificação — com o **Tonico Ardena para a Cutis** e o **Adstringente Especial** — para fechar os poros e dar firmeza ao contorno. Nutrição — com o **Alimento de Laranja** ou o delicado **Creme Velva** — para fazer desapparecer as riscas e as rugas. Estes tres pontos devem ser a base do tratamento diario da cutis em casa.

Elizabeth Arden compõe uma preparação scientifica para cada defeito da cutis. O **Creme Vereziano para os Poros** fecha os poros, corrige a frouxidão da pelle e tira-lhe a aspereza. O **Oleo Veneziano para os Musculos** é um oleo rico e penetrante que alimenta e estimula os musculos subadjacentes e faz desapparecer as riscas fundas e as rugas. O **Creme Veneziano contra as Rugas** é uma preparação excellente para um tratamento rapido em casa ao meio dia. E' tão nutritivo como adstringente e deixa a cutis lisa e macia.

As rugas, a flacidez, os contornos descahidos, a papada, todos estes males são devidos ao relaxamento dos musculos. E' parte mui importante de cada tratamento de Elizabeth Arden bater vivamente o **Tonico Ardena para a Cutis** e o **Adstringente Especial** para levantar esses tecidos frouxos, para renovar a sua firmeza e elasticidade e restaurar a rigeza juvenil do contorno. Este systema pode ser seguido em casa, mediante o emprego do **Batedor Arden** para applicar essas vivificantes pancaditas.

Convem proteger sempre a cutis, applicando sob os pós uma camada de **Creme Veneziano Amoretta, Creme Impermeavel** ou **Loção Veneziana Lille.** Applique-se **Creme Cor de Rosa Amoretta,** creme fino que se combina facilmente com a pelle e em seguida applique-se **Pó Illusão** ou **Pó de Flores Veneziano,** que dão á cutis uma admiravel frescura de botão de rosa.

Todos os productos Elizabeth Arden, encontram-se á venda na

PERFUMARIA YPIRANGA

Rua Libero Badaró, 38 A, (Canto do Viaducto do Chá) - SÃO PAULO

Distribuição gratuita do livro de 50 paginas "A PROCURA DA BELLEZA" de Elizabeth Arden, a quem pedir na nossa Perfumaria, ou á caixa 939

No RIO DE JANEIRO: Casa Cirio, Rua Ouvidor, 183

PERFUMARIA AVENIDA, Avenida Rio Branco, 142

Na década de 1910 deu-se um incremento da propaganda relacionada aos produtos para os cuidados das mulheres. A empresa Bayer foi pioneira em planejar uma campanha e dar unidade à comunicação. Nesse mesmo período é fundada a 'Revista Feminina' (publicada de 1914 a 1936), cuja missão era a de educar as mulheres no interior da cultura católica tradicional, abordando temas que diziam respeito ao 'universo feminino'. Essa revista surge na esteira de uma educação feminina 'moderna' voltada para a formação de cidadãs, esposas e mães. Era preciso que existissem obras capazes de transmitir lições moralmente sadias e

modelos de mulheres admiráveis. Antes dela, as opções de conteúdo para mulheres se restringiam a alguns poucos periódicos publicados em português, mas com corpo editorial composto por homens, além de alguns outros publicados em idiomas estrangeiros (MASCARO, 1982). O conteúdo dessa nova revista foi estruturado a partir de seções: Moda, Menu do meu Marido, Trabalhos Femininos ou Como Enfeitar minha Casa, relacionados, portanto, principalmente, a aspectos da vida doméstica e da família. Ao longo das páginas da revista era possível ver uma série de anúncios publicitários voltados aos cuidados da mulher e ao que se esperava da beleza feminina.



SEIOS DESENVOLVIDOS, FORTIFICADOS e AFORMOSEADOS, com A PASTA RUSSA do DOUTOR G. RICABAL. O unico REMEDIO que em menos de dois mezes assegura o DESENVOLVIMENTO e a FIRMEZA dos SEIOS sem causar damno algum á saude da MULHER. "Vide os attestados e prospectos que acompanham cada Caixa".

Encontra-se á venda nas principaes PHARMACIAS, DROGARIAS e PERFUMARIAS DO BRASIL.

AVISO — Preço de uma Caixa 12$000; pelo Correio, registrada, 15$000. Pedidos á redacção da Revista Feminina rua Barão Itapetininga, 18 São Paulo.

'Seja bela e cale-se'. A mulher era, antes de tudo, uma imagem. Um rosto a ser visto e um corpo a ser apreciado (PERROT, 2007). Mas veja que nem todo ele. A estética feminina era vista, ao menos até o final do século XIX, em sua parte superior, com destaque para o rosto e, em seguida, para o busto. Havia pouco interesse pelo que ia para além. A autora, citando Georges Vigarello, indica que o lugar da estética feminina e as preferências masculinas foram se modificando na passagem do século

XIX para o século

XX. Se antes se concentrava na parte superior do corpo da mulher, o olhar desloca-se para a parte inferior, com ajuste dos vestidos na cintura. A cintura mais fina, destacando um quadril mais largo e maior volume dos seios é indicativo de maior capacidade reprodutiva, uma mulher dotada para o empreendimento da gravidez. Levado ao limite, essas cinturas foram modeladas por espartilhos, verdadeiros instrumentos de tortura, contendo as mulheres de um modo literal.



A associação entre beleza e fertilidade representa para a mulher carga opressora sem precedentes. O patriarcado formulou, assim, não só o ideal de beleza desejável, mas, principalmente, direcionou e limitou a ação das mulheres, que, de modo utilitário, perseguiam um ideal de beleza voltado para a manutenção da divisão de tarefas e de espaços sociais. Em última instância, portanto, considerando a divisão do trabalho, a beleza da mulher a qualificava para o propósito de dar suporte ao homem em sua jornada enquanto homem público. É a boa mulher, domesticada, quem possibilita aos homens o cumprimento de seus desígnios em sociedade.

1.3. A Beleza Virtuosa

Com as modificações da conjuntura social do século XX, os movimentos feministas (com destaque para a segunda onda), as liberdades alcançadas pelas mulheres e, em especial, sua ocupação dos espaços públicos, já não mais era possível definir a beleza em função da domesticidade, ou seja, não era possível restringir a beleza apenas a serviço da tríade mãe-esposa-dona-de-casa. Assim que o valor social básico da mulher não pôde mais ser definido exclusivamente pela encarnação da domesticidade, redefiniu-se o ideal de beleza para uma beleza virtuosa (WOLF, 1992). A ideia de beleza virtuosa não suprime das mulheres a preocupação com as exigências da beleza doméstica. Ao contrário, tais exigências foram anabolizadas e alcançaram um outro patamar, demandando da mulher uma qualidade heroica. Era preciso que essa mulher além de se ocupar no mercado de trabalho, fosse esposa, mãe, dona-de-casa e bela.

As revistas voltadas ao público feminino, na contemporaneidade, pouco se diferenciam da 'Revista Feminina' do início do século XX. Ainda divididas em seções, que supostamente revelam os interesses das mulheres, ou ao menos o que socialmente se espera sejam os interesses das mulheres, essas publicações ampliaram as exigências sobre os corpos femininos e fomentaram novas demandas relacionadas ao conceito de 'mulher moderna'. Tomando como exemplo a revista Cláudia, ainda é possível ver predominantemente seções ligadas ao espaço doméstico - cuidados com a casa (CLAUDIA cozinha, Casa CLAUDIA), cuidados com o corpo (Lifestyle, Welness) e com as relações amorosas e sexuais (Amor & Sexo). Porém, a publicação guarda espaço para demandas que estão fora do ambiente doméstico a exemplo de finanças e empreendimento (Atualidades & Futuro), o que reforça o fato de que a mulher moderna para ser bem-sucedida deve atender a um número maior de exigências.



Acompanhando essas novas exigências sociais, a forma do corpo considerado belo vai sendo modificada, substituindo-se as formas arredondadas pela magreza e pela tonificação muscular. A prática da educação física nas escolas, com participação das mulheres, no Brasil, tem início em 1910, ao apelo de que elas precisavam ter respaldo físico para lidar com as exigências da maternidade. Ainda, que tais atividades trariam benefícios morais, especialmente em razão da disciplina dos corpos (BESSE, 1999). Entretanto, com a difusão cada vez maior de padrões estéticos pelos meios de comunicação, os corpos femininos vão sendo levados a extremos ao longo do século XX, seja pela busca obsessiva de uma magreza quase anoréxica, seja com a introdução dos músculos, sob a alcunha de cuidados com a saúde e boa forma.

No século XX, com a expansão dos meios de comunicação, o prodígio das mídias audiovisuais (cinema e TV), o amplo alcance das peças publicitárias e a velocidade com que se davam as mudanças na moda, as mulheres foram bombardeadas com imagens de ícones e padrões estéticos, que definiam e redefiniam a todo tempo o conceito de beleza. Junte-se a isso a potência capitalista da indústria da beleza, que, para além de propagandear tais padrões ideais, apresentou novas 'necessidades' e prometeu o verdadeiro paraíso na Terra.

Naomi Wolf chama atenção para o que considera uma reação masculina às liberdades conquistadas pelos movimentos feministas. Afirma

que a ocupação com a beleza, um trabalho inesgotável, assumiu o lugar das tarefas domésticas, com o intuito de, mais uma vez, encarcerar as mulheres e alijá-las da participação no mercado de trabalho e da ocupação dos espaços públicos. Em que pese tal ponderação esteja na ordem do dia em se tratando de mecanismos de controle dos corpos femininos, não se pode deixar de lado o fato de que o capitalismo e, em especial, sua versão consumista, é extremamente autorregulado, quero dizer, ele se move em torno de seus próprios interesses. Ora, o que se viu ao longo das últimas décadas foi uma transformação do modo de oferecer e consumir produtos relacionados à beleza. Há, inclusive, um intenso mercado de trabalho ocupado por mulheres, não só sendo vistas, como eram as modelos e manequins, mas produzindo, administrando, criando.

O mercado da beleza, na atualidade, conta com a participação das mulheres, e mais, permanece atento para manter-se em sintonia com essas mulheres, que trazem novas formas de projeção de sua própria imagem. Exemplo disso é o que se cunhou no mercado publicitário de *femvertising*, espécie de vertente preocupada com o empoderamento feminino, a diversidade, a inclusão. Em que pese apresente proposta de romper com padrões de beleza tidos como universais, serve ao propósito do mercado de consumo, pretendendo ampliar sua base de consumidoras.

Convido a refletir sobre o caso da AVON. Em matéria veiculada em um website de negócios, consta uma abordagem sobre a possibilidade de ampliação do público consumidor de produtos de beleza. Em determinada passagem menciona que segundo uma pesquisa da empresa AVON, em parceria com a consultoria 'Grimpa', 70% das mulheres negras no Brasil declaravam-se insatisfeitas com o mercado de beleza quando o assunto era maquiagem. Afirmavam que não encontravam produtos adequados aos tons de pele de mais da metade da população brasileira que se declara negra. Em 2020 a AVON ampliou sua cartela de opções de ma-

quiagem, incluindo novos itens, elaborados, de modo personalizado, para as peles das brasileiras pardas e pretas. Esse projeto, destaque-se, contou com a participação da cientista Candice Deleo-Novack, chefe de desenvolvimento de produtos para olhos, rosto e design técnico de produtos da AVON, nos Estados Unidos, e a maquiadora expert em beleza negra Daniele Da Mata. A campanha publicitária foi supervisionada, no Brasil, por Juliana Barros, diretora de marketing da categoria de maquiagem AVON. O que se vê, por trás da ideia de representatividade e de alcance igualitário aos produtos da marca, é o mercado se abastecendo e se apossando de mulheres para produzir e fomentar determinado ideal de beleza para o consumo de outras mulheres.



Inúmeras matérias são divulgas todos os dias enaltecendo o sucesso de mulheres no mercado da beleza. O jornal 'El Pais' divulgou em 2018 matéria com o título "As novas milionárias do ramo da cosmética". Dentre elas conta a história de Emily Weiss, que, já sendo assistente de moda na revista VOGUE, criou um blog sobre beleza pessoal – Into the Gloss. Suas postagens chegaram a alcançar milhões de visualizações e sua página

alcançou imensa popularidade, em um mundo em que cada vez mais as pessoas são influenciadas pelas redes sociais. Assim que, em 2014, fundou sua própria marca de cosméticos, a Glossier, com apenas quatro produtos. Na data da publicação já contava com loja própria em Nova York e *pop-ups* por vários países. Sua empresa estava avaliada em 390 milhões de dólares. A análise feita inicialmente por Naomi Wolf desconsiderou a fome capitalista e os interesses do mercado, que não demorou a enxergar os potenciais de uma indústria da beleza para mulheres, feita por mulheres.

Todavia, é preciso ponderar, está-se de fato diante de uma ruptura, de uma insurgência ou estamos apenas reforçando um aspecto da opressão que sofrem as mulheres? É preciso evitar o risco inerente de, ao pensar a opressão exercida sobre as mulheres, recorrer a perspectivas que são produtos da própria dominação. Uma vez que estamos incluídos na própria estrutura patriarcal, acabamos por incorporar, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, os valores afetos a essa estrutura e, assim, tendemos a refletir sobre ela em seus próprios termos (BOURDIEU, 2019). A beleza, ao se tornar objeto de consumo, ao supostamente diversificar seu público, pretender-se inclusiva, ela deixou de ser exigida? Deixou de ser um parâmetro valorativo hierarquizante? Deixou de oprimir? A participação das mulheres no mercado da beleza, seu êxito econômico, que servem como modelo de empoderamento feminino, não contribui para a propagação de um ideal moderno de beleza a ser perseguido pelas próprias mulheres, mantendo-se assim antigos esquemas de opressão?

2. A beleza como um valor

A beleza, na contemporaneidade, confunde-se com o próprio corpo. Nessa perspectiva, o corpo se torna objeto de intenso investimento. Ele precisa ser constantemente trabalhado para se tornar competitivo e, por

conseguinte, valorizado. O corpo, desse modo, não é considerado simplesmente como algo posto, natural somente. O sujeito passa a servir ao corpo e não o contrário (NOVAES, 2011). A beleza, como valor, tenha-se em mente, é uma beleza desenhada nos moldes patriarcais, quer dizer que as mulheres devem persegui-la e os homens devem desejar as mulheres que a perseguem. Se antes essa relação pautava-se no mito evolutivo da fertilidade feminina, ou seja, na ideia de que os homens viris (fortes) buscavam as mulheres belas por uma demanda reprodutiva (as mulheres dotadas de maior beleza teriam maior sucesso na geração da prole), hoje a beleza representa um valor em si.

A beleza se apresenta e se impõe de modo que suas detentoras se beneficiam, privilegiam- se em diversas searas. É comum encontrar pesquisas promovidas por Institutos e Universidades afirmando os benefícios da beleza no mercado de trabalho, por exemplo. Mulheres consideradas mais bonitas encontram mais facilidade na obtenção de promoções, ganham melhores salários, são mais bem avaliadas em seu desempenho e até mesmo são melhores tratadas de um modo geral. Não quer dizer com isso que essas mulheres são mais legitimadas como profissionais no desempenho de suas atividades. Por vezes, inclusive, é o contrário. O estereótipo da mulher bonita e burra ainda assombra as mentes masculinas e, vale dizer, as femininas também. Como a beleza está intimamente ligada à feminilidade e o trabalho à masculinidade, pela lógica patriarcal, a boa profissional não pode ser bonita.

A Revista Veja, no ano de 2016, publicou matéria com o título "*Mulheres bonitas não são escolhidas para empregos masculinos*", divulgando estudo do *Journal os Social Psychology*, que concluiu que mulheres bonitas eram mais discriminadas quando tentavam vagas em trabalhos considerados masculinos, como, cita os exemplos, mestre- de-obra e engenheiro mecânico. Interessante detalhe da pesquisa divulgada é que homens, bo-

nitos ou não, não sofriam qualquer discriminação, sendo considerados aptos a qualquer emprego.

Como parte do código de valores patriarcais atribuído especialmente ao feminino, perseguir a beleza e, portanto, aderir a tal código, traz a perspectiva de ganhos, de recompensas no campo social, hierarquizando as mulheres tanto nas relações intergênero como nas relações intragênero. A hierarquização das mulheres a partir da beleza gera, portanto, uma competição por um recurso aparentemente escasso, na busca de se atingir um padrão físico imposto culturalmente. Interessante atentar que a beleza não é um padrão único, tampouco universal, porém, até mesmo essa impressão positiva de diversidade atende aos objetivos de controle do patriarcado, uma vez que possibilita a ampliação do parâmetro cada vez que ele é alcançado. A existência de diversos padrões de beleza afeta, de modo permanente, a autoimagem das mulheres, o que resulta em uma constante insatisfação com seus corpos.

Incorporar esse elemento aparentemente objetivo, mas pleno de subjetividade, representa aumentar o capital simbólico, aqui tido como "poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento do poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor tal reconhecimento" (BOURDIEU, 2011). Esse reconhecimento advém da própria interação entre os indivíduos e grupos sociais e ganha valor a partir dessas dinâmicas dos grupos sociais. Cria-se uma pressão interna pela busca das recompensas que surgem a partir do pertencimento ao grupo e ao compartilhamento desse valor. Em uma interpretação extensiva da ideia de La Boétie (1552/1553 apud CHAUI, 2013) acerca da 'servidão voluntária' é dizer que há verdadeira doação de si ao grupo, na expectativa de compartilhar seus privilégios.

As mulheres que mais se aproximam dos padrões de beleza cons-

truídos se capitalizam nesse mercado simbólico e vão constituindo subcategorias dentro do próprio grupo, a partir de uma ideia hierarquizada do que é considerado beleza. Desse modo, são as hierarquias formadas nas relações intragênero, por meio da autorregulação dos membros do seu grupo, que afirma e reafirma a opinião interna que esse grupo faz de si, que motivam o desejo de angariar capital simbólico distintivo. Em que pese, e isso é preciso frisar, o produto final desse processo de capitalização seja apropriado, em regra, pelos homens, que aumentam o seu próprio valor ao se relacionar com uma mulher bela, as próprias mulheres, na relação intragênero cuidam promover, fiscalizar e julgar a estética do grupo.

É possível, portanto, exercer o controle dos corpos das mulheres pela fixação de um padrão estético a ser alcançado de acordo com o parâmetro erigido ao topo da pirâmide, e nessa toada uma beleza controlada (em conformidade) se torna objeto de valorização social do próprio masculino, ao passo que uma beleza viciosa (não conforme), embora também amplamente consumida, é combatida porque degenera o masculino. Assim sendo, muito embora o mito da beleza, na conclusão de Naomi Wolf, diga respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens, não é possível dizer que não tem nada a ver com as mulheres. O processo de adesão e autorregulação intragênero é fundamental para a propagação do mito da beleza.

De outra ponta, a percepção das vantagens da valoração (afetas ao sentido e ao auto respeito) somente é mantida através do processo de estigmatização dos outsiders, processo fundamental para assegurar a posição hierarquia dentro do grupo (ELIAS, 2000). Uma vez adquirido determinado ativo (a beleza), sua preservação torna-se essencial para assegurar uma posição hierárquica privilegiada no grupo. Do mesmo modo a exclusão de acesso aos demais é que verdadeiramente garante a preservação do capital adquirido por um. É a feiura, enquanto antítese da beleza, que se

posiciona na base da pirâmide. É a feiura que assegura o lugar da beleza. Assim, na disputa acirrada pela aquisição do capital simbólico afeto à beleza, a feiura parece ser algo a ser melhorado ou eliminado (FEITOSA, 2004).

A feiura, assim como a beleza, também não existe por si só, é construída com base em padrões mutáveis de estética. As mulheres que não se aproximam desses padrões são as feias e vivem a angústia de se relacionar com o próprio corpo. A autoimagem, com base em parâmetros elegidos, guarda papel fundamental na formação de desejos e anseios de atender a uma estética corporal imaginariamente definida como bela (NOVAES, 2011). Como já afirmado, a contemporaneidade elegeu a velhice como um pilar simbólico da feiura. Ao revés, é a juventude que atende ao primado da beleza. Retardar o envelhecimento, minimizar seus efeitos sobre o corpo, são palavras de ordem na sociedade que construímos.

As principais revistas dedicadas ao público feminino - Cláudia, Marie Claire, Boa Forma, Vogue - contam, sem exceção, com uma sessão intitulada 'Beleza". Em um rápido acesso aos respectivos websites é possível ver uma enorme abrangência de matérias, que passam por cuidados com os cabelos, com a pele, lançamentos de maquiagem e cremes, esmaltes da vez, efeitos de procedimentos dermatológicos, tendências da moda, perfumes, dicas para um visual moderno e segredos de beleza das famosas. Como reforço é frequente as assertivas que ressaltam os segredos de manter uma aparência jovem: *como retardar o envelhecimento e manter-se jovem por mais tempo; como manter-se jovem sem precisar de cirurgia, dicas para parecer mais jovem.* Para facilitar os interesses por essas soluções e fórmulas estéticas, é possível encontrar até mesmo websites especializados em compilar essas informações. A página '*belezanaweb*' promete poupar o tempo da leitora, selecionando as melhores páginas de beleza das revistas mais queridas. Também se vê, e merece destaque, matérias que tratam de

doenças relacionadas com a pele, como rosácea, câncer de pele, impactos do sol e do álcool no viço da pele. A ideia de associar a beleza à saúde legitima e disfarça a perseguição incessante por um determinado 'estilo de vida', de modo a minimizar discursos contrários ao mito da beleza. A lógica que se forma é a de que não se está buscando tão-somente a beleza, mas também 'qualidade de vida'. Em uma escala mais difusa ainda temos milhares de páginas e perfis nas redes sociais que se dedicam exclusivamente ao tema da beleza feminina.

Em que pese haja um discurso vigente de inclusão e diversidade dos corpos, invariavelmente blogueiras e influenciadoras digitais postam fotos, vídeos, tutoriais, receitas passo a passo, apontando maneiras de esconder o que são consideradas imperfeições, apresentam esquemas de 'antes e depois', revelam segredos para se alcançar determinado padrão. Nessa toada, a ideia de harmonização facial, procedimento que promete deixar o rosto mais simétrico, mais adequado (ao que?), caiu no gosto e nas conversas, revelando, ao longo de sua recente vida, que é possível a todos aproximar-se de um padrão quase que único de beleza, estereotipado por um ideal antiquado de virilidade masculina, com maxilar alargado e com bordas quadradas e bem definidas, bem como, no caso feminino, com um ideal de feminilidade também arcaico, com as maçãs do rosto saliente, lábios volumosos, nariz afilado e arrebitado, preenchimento de sulcos e marcas. As imagens caminham para um tipo único, um padrão único de beleza, um parâmetro objetivo. Esses procedimentos são feitos, via de regra, com o uso de ácido hialurônico e outros produtos equivalentes, que, injetados, dão forma e volume na face. São necessários vários 'ml' do produto para se obter o resultado desejado, que, ressalte- se, não é definitivo. Para manter as novas formas, é preciso de constante manutenção, reaplicação do produto. O custo é alto e o grau de dependência também. Para saber se você é candidato, diversos profissionais sugerem

que observe se a sua distribuição de volume está harmônica – maçãs do rosto altas, o queixo bem definido, a pele totalmente lisa e a mandíbula evidenciada. Caso contrário, afirma, é um bom momento para começar a se pensar em harmonização facial com ácido hialurônico. Ou seja, o público alvo é praticamente qualquer mulher, se não, ao menos as que são adultas. Se considerarmos que a perda de colágeno é um processo comum que se inicia, segundo literatura médica, aproximadamente a partir dos 30 anos (embora alguns afirmem que a perda já se inicia aos 25 anos), tendo como consequência o aparecimento de rugas, flacidez e linhas de expressão, cedo já há a necessidade de intervenção.

Pautado no binômio 'disponibilidade – esforço', a disciplina se torna palavra presente nos discursos relacionados à beleza. A responsabilidade por ser bela está inteiramente nas mãos das mulheres. É uma questão de 'força de vontade' e 'estabelecer prioridades'. Até mesmo a ideia de que a beleza não se destina a algo ou a alguém é uma ilusão que serve à manutenção do status vigente. A frase "quero ser bonita para mim mesmo" é o disfarce perfeito para encobrir esse projeto que segue oprimindo as mulheres até os dias de hoje. Se historicamente as mulheres sempre se preocuparam com sua beleza, hoje elas também são responsáveis por garanti-la. A beleza tornou-se uma obrigação moral (NOVAES, 2011).

Considerações finais

A beleza mostrou-se, na construção histórica, um atributo diretamente ligado às mulheres, que, ao mesmo tempo as valora e as controla. A estreita conexão entre a beleza e a sensualidade, fertilidade e virtuosidade promove um direcionamento do comportamento das mulheres, bem como limita seu tempo, seu campo de atuação, suas escolhas, e, ao final, preserva a valorização masculina por apropriação. As mulheres belas aumentam o capital valorativo dos homens.

A contemporaneidade ao tornar a busca pela beleza uma escolha pessoal possibilitou que essa corrida incessante em direção a um ideal construído continuasse sendo vivenciada pelas mulheres, angustiando-as, oprimindo-as e objetificando-as. Em que pese disfarçadas de discursos insurgentes ou lincados a questões de saúde, segue permeada por ideologias e valores conservadores, e, assim, permanece a serviço do patriarcado.

REFERÊNCIAS

_____. Mulheres bonitas não são escolhidas para empregos masculinos, diz estudo [online]. Diponível em https://veja.abril.com.br/ciencia/mulheres-bonitas-nao- sao-escolhidas-para-empregos-masculinos-diz-estudo/

BESSE, Susan. Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1919-1940. 1ª ed. São Paulo : EDUSP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CHAUI, Marilena. Contra a servidão voluntária. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In. DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, Charles. Alteridade na estética: reflexões sobre a feiura. In.

KATZ, CS; KUPERMANN, D; MOSÉ, V. Beleza, feiura e psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. P. 29-38.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In. PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Org.). História do Corpo no Brasil. São Paulo: UESP, 2013. P. 359-386.

PATERMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMIREZ, Noelia. As novas milionárias do ramo da cosmética [online]. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/30/estilo/1532979691_527882.html

ROCHA, Roseani. Avon divulga pesquisa sobre maquiagem e peles negras [online]. Disponível em https://www.meioemensagem.com.br/marketing/avon-divulga-pesquisa- sobre-maquiagem-e-peles--negras

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. História da Beleza no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres? In MATOS, Maria Izilda S; SOIHET, Rachel (Org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003. P. 129-156.

SCHIFF, Stacy. Cleópatra. Uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

WOLF, Naomi. O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

A Era Vargas em documentos do III Reich

Wander Luiz Demartini Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo
wander.demartini@gmail.com

Pequenas considerações quanto à ótica de Stefan Zweig sobre o Brasil

Por diversas vezes vemos considerações que colocam o povo brasileiro em uma harmonia plena, a qual teria refletido a trajetória de um país que abraçou diversas raças diferentes. Este tipo de mito permanece impregnado no senso comum. Durante a Era Vargas, um indivíduo completamente abalado pelos conflitos nos quais a Europa mais uma vez mergulhava, encantou-se com essa suposta conformidade do povo brasileiro e seu governante, aqui considerado um ditador. Segundo tal exilado, o presidente brasileiro era mais democrático do que muitos líderes em seu continente. Trata-se de Stefan Zweig, um escritor judeu austríaco, atingido pela escalada nazista em seu próprio país, o qual acabou anexado em 1938.

Zweig fez sua primeira visita ao Brasil em 1936, quando já havia deixado a Áustria temendo uma tomada nazista. Naquele momento, vivia exilado na Inglaterra. Ao chegar ao Brasil, foi surpreendido pela calorosa recepção, porém, encantou-se mais ainda quando viu pessoas das mais variadas características raciais convivendo pacificamente. Sua fama como escritor (chegou a ser o autor mais traduzido do mundo na década de 1920) lhe justificou o encantamento do povo com ele, mas o que viu nas

ruas o surpreendeu mais ainda. A visita rendeu um texto: *Pequena viagem ao Brasil*. Despediu-se do país disposto a retornar.

Com o agravamento da situação na Europa, Stefan Zweig temia que o próprio território inglês fosse atacado e conquistado pelos nazistas, uma vez que, com o início da Segunda Guerra Mundial, poucos meses depois, a própria França havia caído. Com isso passou a buscar um local de exílio em que pudesse se distanciar ainda mais do continente Europeu, o qual parecia cada vez mais próximo de ser subjugado ao III *Reich*. Naquele momento, os Estados Unidos receberam diversos exilados que fugiram dos sucessos de Adolf Hitler como, por exemplo, um dos maiores nomes da literatura alemã: Thomas Mann. Não obstante, o Brasil figurou para Stefan Zweig como principal opção.

Suas impressões sobre o Brasil condensaram-se e, além do que foi exposto no texto citado acima, *Pequena viagem ao Brasil*, Stefan Zweig lançou um livro para descrever o país, com sua cultura e sua história. O título escolhido foi: *Brasil, um país do Futuro*. Mais uma vez o país transpareceu com algum toque de esperança, algo que Zweig buscava se agarrar nos últimos tempos de sua vida. No entanto, o livro acabou não obtendo a recepção esperada pelo austríaco, muito pelo contrário, alguns o acusaram de ter criado uma obra com intenções propagandísticas, a serviço do governo varguista. Certamente foi algo que lhe causou mal-estar, pois ao longo de sua vida sempre buscou distanciar-se de questões políticas, inclusive, naquele contexto, foi cobrado por vários amigos para que expressasse um posicionamento público mais veemente contra o nazismo. Além da referida obra, Zweig citou o Brasil também em sua *Autobiografia*, onde suas memórias não foram direcionadas para uma descrição de fatos de sua vida pessoal, mas para apresentar o mundo em que viveu. Ali deixou registrado todo o impacto que o Brasil lhe causou:

> Uma impressão não menos poderosa, uma esperança não menor significou para mim o Brasil, esse país prodigamente presenteado

> pela natureza com a mais linda cidade do mundo, esse país cujo imenso espaço ainda hoje não pode ser inteiramente percorrido por trens, por estradas e nem mesmo pelos aviões. Ali o passado fora mais cuidadosamente preservado do que na Europa, ali o embrutecimento trazido pela Primeira Guerra Mundial ainda não penetrara nos costumes, no espírito das nações. As pessoas conviviam mais em paz, com mais cortesia, a relação mesmo entre as mais diversas raças não era tão hostil como entre nós. Ali o homem não era apartado do homem por teorias absurdas de sangue e origem, ali ainda se podia – e isso eu percebi com um estranho pressentimento – viver em paz, ali havia espaço para o futuro em uma abundância incomensurável, enquanto na Europa as nações lutavam e os políticos disputavam os pedaços mais miseráveis. Ali o solo ainda esperava que o homem o aproveitasse e o preenchesse com sua presença. O que a Europa criou em termos de civilização podia continuar a se desenvolver grandiosamente em novas e diferentes formas. Com os olhos deleitados pela beleza multifacetada dessa nova natureza, eu lançara um olhar para o futuro (ZWEIG, 2014, p 353).

Não obstante, ao situarmos o contexto em que Zweig fazia tais descrições, é preciso lembrar que estava em curso na Europa uma política de extermínio, em que judeus como ele eram lançados em campos de concentração, enquanto os nazistas conduziam uma guerra e afirmavam-se como pertencentes a uma raça de senhores, a qual deveria ser conservada pura. De fato, são gritantes os equívocos do austríaco quanto ao Brasil, mas o espaço de experiência traumático, vivido e observado pelo mesmo na Europa em chamas, não pode ser desconsiderado se quisermos analisar de maneira sincera seus escritos enquanto fontes valorosas, além disso, evitamos dessa maneira o risco de cairmos em anacronismos.

Em *Brasil, um país do futuro*, Stefan Zweig também fez apontamentos quanto à questão das diferenças entra as raças no país. Com um olhar que não adentrou na profundidade necessária para um melhor entendimento dos diversos fatores que envolvem a questão, Zweig acabou por afirmar que o Brasil teria solucionado tal problema simplesmente ig-

norando a existência do mesmo, até porque seria impossível que algum brasileiro pudesse afirmar ser de raça pura:

> Para surpresa, descobre-se que todas essas raças, que já pela cor evidentemente se distinguem umas das outras, convivem em plena harmonia e, apesar das diferentes origens, apenas competem no empenho de acabar com suas diversidades a fim de se tornarem rapidamente brasileiros, de construir uma nação nova e homogênea. Da maneira mais simples, o Brasil – e a significação deste grandioso experimento me parece exemplar – tornou absurdo o problema racial que complica o nosso mundo europeu: simplesmente ignorando seu suposto valor. Enquanto, no nosso velho mundo, prevalece a loucura de se se querer criar pessoas de raça "pura", como se fossem cavalos ou cães, a nação brasileira se baseia há séculos unicamente no princípio da mistura livre e sem entraves, a total equiparação entre negros e brancos, morenos e amarelos. Aquilo que, em outros países, apenas ficou estabelecido na teoria em papel e pergaminho – a igualdade civil absoluta na vida pública e na vida privada -, aqui existe visivelmente no espaço real: na escola, nas repartições, nas igrejas, nas profissões e no exército, nas universidades e nas cátedras (ZWEIG, 2013, p. 18 – 19).

A esperança concentrada no Brasil como país do futuro não foi suficiente para que Stefan Zweig seguisse com sua existência. O avanço da Guerra e notícias sobre os êxitos da Alemanha nazista no conflito, o amarguravam ainda mais. Pouco antes da virada que marcaria o caminho para o triunfo dos Aliados, Zweig cometeu suicídio na cidade de Petrópolis, em fevereiro de 1942. Alguns meses depois, o próprio Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial contra os alemães.

Legislação restritiva

A Era Vargas também foi marcada por uma legislação restritiva quanto à imigração, fator que passou despercebido na análise de Stefan Zweig. Algumas vezes os imigrantes eram temidos como possíveis portadores de ideias subversivas, ou como causadores de problemas como a expansão do desemprego no Brasil. É diante desta ótica que se lançou em

1934 uma lei que iria estreitar a entrada de estrangeiros nos Brasil:

> Considerando, finalmente, que uma das causas do desemprêgo se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social;
> RESOLVE:
> Art. 1º A entrada de estrangeiros no Brasil regular-se-á pelas disposições da presente lei.
> Art. 2º Não será permitida a entrada de estrangeiro imigrante, sem distinção de sexo, estando em alguma das condições seguintes:
> I - Aleijado ou mutilado, salvo si tiver íntegra a capacidade geral de trabalho, admitida, porém, uma redução desta até vinte por cento, tomando-se por base o gráu médio da tabela de incapacidade para indenização de acidentes no trabalho, verificada nos moldes dos dispositivos legais sôbre o assunto;
> II - Cego ou surdo-mudo;
> III – Atacado de afecção mental, nevrose ou enfermidade nervosa;
> IV – Portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, como lepra, tuberculose, tracoma, infecções venéreas e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; V – Toxicômano;
> VI – Que apresente lesão orgânica com insuficiência funcional, verificada conforme preceitua a legislação em vigor;
> VII – Menor de 18 anos e maior de 60;
> VIII – Cigano ou nômada;
> IX – Que não prove o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para se manter e às pessoas que o acompanhem na sua dependência, feitas tais provas segundo os preceitos do regulamento que será expedido para melhor execução da presente lei;
> X – Analfabéto;
> XI – Que se entregue á prostituição, ou a explore, ou tenha costumes manifestamente imorais;
> XII – De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou á segurança nacional;
> XIII – Já anteriormente expulso do Brasil, salvo a si o ato de expulsão tiver sido revogado;
> XIV - Condenado em outro país por crime de natureza que determine a sua extradição segundo a lei brasileira.[1]

1 Decreto nº 24.215/34. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html> Acesso em:11/11/2022.

Percebemos que, já naquele momento, uma espécie de política restritiva foi de encontro às impressões e elogios de Stefan Zweig voltados ao Brasil. É importante observar que isso ocorreu enquanto o regime de Vargas ainda não se encontrava em seus tempos mais autoritários, no chamado Estado Novo (1937 – 1945). O mesmo ano de 1934 foi marcado pela criação de uma nova constituição para o Brasil. Anos depois, a questão foi abordada com ainda maior rigor, pois com o Decreto-Lei 3.175/41 foi proibida a concessão de vistos a estrangeiros que não fossem portugueses ou originários de Estados americanos. Também havia outras pequenas exceções, como quando o estrangeiro em questão pudesse comprovar que possuía algum conhecimento técnico, que fosse considerado útil pelo governo brasileiro. Estrangeiros que tivessem permitida a entrada no Brasil, passavam a ter que comprovar a possibilidade de retorno para seu país de origem ou para outro país. Esse ponto também foi particularmente problemático, uma vez que muitos daqueles que buscavam chegar ao Brasil fugiam da Guerra e da perseguição dos nazistas. Deste modo, obviamente que um judeu em fuga da Alemanha ou outro país ocupado pelo nazismo, não teria como comprovar tal possibilidade de retorno. Esse fator cerrou ainda mais as portas do país, afastando-o da condição de refúgio para tantos que foram vitimados pelas tragédias daquele momento histórico. Este Decreto-Lei também retirou do Ministério das Relações Exteriores a atribuição para decidir quanto às permissões para a chegada de estrangeiros. Os pareceres quanto a essa questão se dariam, a partir de então, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde atuaram Ernani Reis, um funcionário deste Ministério, e Francisco Campos. Por muito tempo Campos ocupou o cargo de ministro da pasta.

> Art. 1º Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Executam-se os vistos concedidos:
> 1) a nacionais de Estados americanos,
> 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que pro-

vem possuir meios de subsistência.

§ 1º Em qualquer caso, é indispensável que o estrangeiro esteja, de direito e de fato autorizado a voltar ao Estado onde obtem o visto, ou ao Estado de que é nacional, dentro do prazo de dois anos a contar da data de sua entrada no território brasileiro.

§ 2˚ O visto de trânsito a que se refere o art. 25, letra *a*, do decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, será válido por 60 dias.

Art. 2º Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetuam-se os vistos concedidos:

1) a portugueses e a nacionais de Estados americanos;
2) ao estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato;
3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos no Brasil;
4) a agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem a colonização previamente aprovada pelo Governo Federal;
5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis;
6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria util ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada;
7) ao estrangeiro que se recomende por suas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país;
8) aos portadores de licença de retorno;
9) ao estrangeiro que venha em missão oficial do seu governo.

Art. 3º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores coordenará as providências necessárias à execução desta lei, do modo que melhor corresponder ao bem público. Cabe-lhe especialmente:

1) declarar impedida a concessão do visto a determinados indivíduos ou categorias de estrangeiros;
2) fixar o modo da prova exigida no art. 1º, alínea, nº 2;
3) conceder autorização de permanência definitiva na forma do decreto-lei nº 1.532, de 23 de agosto de 1939, ou, nos casos não compreendidos no mesmo, mediante autorização prévia do Presidente da República, aos temporários que entraram no país antes da vigência desta lei;
4) exercer sobre os depósitos feitos de acordo com o art. 2º, alínea, nº 5, ou sobre os qual forem efetuados nos processos de autorização de permanência, a fiscalização necessária para garantir a sua aplicação nos fins declarados;
5) promover sempre que necessário, por intermédio das organizações oficiais, a apuração da competência dos estrangei-

> ros que tenham obtido visto como técnicos especializados; 6) autorizar a concessão do visto nos casos do art. 2º, alínea, itens 1 a 7.
>
> § 1º Para esse fim, a autoridade consular, depois de entrar em contacto com o interessado e concluir que ele reúne os requisitos físicos e morais exigidos pela legislação em vigor, tem aptidão para os trabalhos a que se propõe e condições de assimilação ao meio brasileiro, encaminhará o pedido ao Ministério das Relações Exteriores com suas observações sobre o estrangeiro e a declaração de que este apresentou os documentos exigidos pelo art. 30 do decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois de examinar o pedido e ouvir, se julgar conveniente, outros órgãos do Governo, concederá ou não a autorização para o visto, a qual será comunicada à autoridade consular pelo Ministério das Relações Exteriores. [2]

Fábio Koifman, em seu livro *Imigrante ideal,* realizou uma importante análise da legislação migratória da Era Vargas. Demonstrou como a questão foi tratada neste escalão do governo Vargas. Ao analisar as ideias de Francisco Campos e Ernani Reis, Koifman logrou demonstrar como a questão da assimilação era crucial na condução de tal política. Desta maneira, os portugueses, por exemplo, apareciam como um grupo desejado pelo governo em sua busca por um "imigrante ideal", pois de acordo com as conclusões do governo varguista, possuía laços culturais com o Brasil, devido ao idioma e à história.

Documentação sobre o Brasil

Há uma compilação de documentos da Alemanha nazista que foi publicada pela editora Laudes na década de 1960. Dentro desta coletânea, encontram-se documentos provenientes das embaixadas de Hitler na América Latina. Foi possível que tal documentação viesse a público depois que o Departamento de Estado, em Washington, e o *Foreign Office*

2 Decreto-Lei 3.175/41. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11/11/2022.

inglês realizaram pesquisas nos arquivos capturados dos alemães.

Nesta documentação, surgem assuntos como a possibilidade do Brasil integrar o Pacto Anticomintern, algo que não se concretizou. Provavelmente, figurou aqui o interesse de Getúlio Vargas em não situar o país, já naquele momento, de forma definitiva em algum dos blocos em questão. Argentina, Brasil e Chile, citados no formato da sigla ABC, foram os países que surgiram como aqueles que de fato possuíam alguma importância na região. Tudo isto consta em um memorando do chefe da divisão política IX do Ministério do Exterior alemão, em 30 de novembro de 1937: "Mas os governos dos países do ABC recusar-se-iam a aderir ao pacto por motivos de política externa e interna. O nôvo Govêrno brasileiro já declarou expressamente que é contrário à adesão" (LAUDES, 1968, p. 9).

Com uma guerra em seu horizonte, era provável que os alemães buscassem estreitar os laços com países que pudessem abastecer seu país durante o novo conflito. O comércio entre Alemanha e Brasil cresceu exponencialmente neste período. [3] Não obstante, o embaixador alemão efetuou algumas queixas quanto às políticas do governo Vargas que passaram a restringir a atuação do Partido Nazista no Brasil, já durante o Estado Novo (1937 – 1945). Vargas foi citado como alguém que teria simpatia pelos alemães, devido ao contato que teve com eles no Sul do Brasil desde sua infância. No entanto, seu governo também estaria buscando assimilar da maneira mais rápida e eficaz os grupos de imigrantes e seus descendentes, a fim de criar uma população mais homogênea no

3 Sobre tal ampliação do comércio entre os dois países, Izabela Maria Furtado Kestler escreveu: "A partir de 1934, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu constantemente e alcançou seu ponto culminante em 1938. A posição dos Estados Unidos como principal importador de produtos brasileiros não foi em momento algum ameaçada pelo Terceiro *Reich*, se bem que este tenha alijado a Grã-Bretanha do segundo lugar no comércio exterior brasileiro. No mercado alemão, o Brasil alcançou o décimo lugar" (KESTLER, 2003, p.33).

Brasil: "o presidente está obcecado com a ideia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira, e criar uma raça brasileira homogênea, com uma língua e uma cultura uniformes" (LAUDES, 1968, p. 28). Ocorreu um endurecimento das medidas, que culminaram até mesmo na prisão de membros do partido nazista no Brasil, para que suas atuações fossem apuradas. O embaixador brasileiro chegou a ser recebido em Berlim pelo secretário de Estado alemão, para uma reunião quanto ao assunto. No entanto, em um telegrama enviado ao embaixador alemão no Brasil, o secretário reconheceu os limites para que uma pressão mais aguda fosse efetuada sobre o país, visando mudanças no rumo de tal postura:

> Nossas relações com o Brasil em si são amistosas, e não devem impedi-lo de no futuro tornar mais severo o tom de suas "démarches". Contudo, estamos certos de que não temos meios disponíveis de pressão, ou pelo menos só os temos até um limite muito pequeno. A importância do que está em jogo, ou seja, o prestígio e a preservação da colônia alemã no Brasil, requer entretanto que se fale francamente (LAUDES, 1968, p. 54).

Naquele contexto, o governo de Vargas lançou uma política que deveria combater os ditos "enquistamentos étnicos". O embaixador da Alemanha afirmou que, dentre seus conterrâneos, havia sido forte a preservação de sua cultura e sua "consciência racial" (LAUDES, 1968, p. 28). Fábio Koifman demonstrou como o ministro Francisco Campos considerava o risco de que nações europeias pudessem se valer da população de imigrantes no Brasil para promover, até mesmo, um desmembramento do território do país. Figurava como exceção, nesse caso, os imigrantes provenientes de Portugal, que por uma similaridade cultural com o Brasil teriam um bom índice de assimilação (KOIFMAN, 2012, p. 117). No memorando de uma reunião realizada em Montevidéu, no ano de 1938, com os chefes de missão na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, constou também a preocupação quanto ao assunto das escolas e associações ale-

mãs. O documento ressalta a percepção quanto à forte resistência contra tais instituições nestes países, sendo cogitadas algumas estratégias para sua reorganização:

> A forte resistência às escolas alemãs, igrejas, associações etc; que se observa em diferentes graus nos vários países, leva às seguintes considerações:
> 1 – As escolas *volksdeutsch* devem ser reorganizadas para que se autofinanciem, exigindo-se mais do elemento *volksdeutsch*. Temos de aceitar o fechamento de pequenas escolas. Entendimentos devem ser feitos a fim de se preservarem as mais importantes; talvez todos os fundos da Winterhilfe possam ser utilizados para tal finalidade. As organizações de bem-estar de cada país e a obra central de bem-estar, na Alemanha, receberiam então verbas correspondentes, diretamente dos fundos do *Reich*, e não das finanças da Winterhilfe. Politicamente não seria fácil aos governos sul-americanos contestarem tal emprego dos dinheiros do *Reich*.
> 2 – Mais do que a preservação de escolas particulares, deve ser dada prioridade à manutenção e à expansão das escolas para professôres. Além de treinar nelas, os professores *volksdeutsch* formados, especialmente os de nível ginasial, devem ser enviados à Alemanha para completar os seus estudos (LAUDES, 1968, p. 106).

Outro tema que era caro aos alemães foi quanto ao abastecimento de seu país. Tanto que tensões geradas em torno do embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, devido a reações do mesmo quanto às políticas que restringiam atividades do partido nazista e de outras instituições alemãs no Brasil, foram um ponto de preocupação. O governo brasileiro passou a não desejar mais a figura de Ritter como embaixador no país. Os representantes do governo nazista passaram a alegar que o embaixador apenas havia reagido ao que chamaram de "campanha antialemã" no Brasil. Não obstante, o governo brasileiro manteve seu posicionamento contrário ao nome de Ritter:

> O Govêrno brasileiro estava motivado pelos sentimentos mais amistosos, e desejava muito fortemente que se intensificassem as relações comerciais e de negócios entre os dois países. Contudo,

> embora apreciasse particularmente tais relações, seu Gôverno era de opinião que a permanência do Embaixador Ritter no Brasil não serviria para promove-las. Como *Herr* Ritter se incompatibilizou com o governo brasileiro (...), esse Govêrno solicitava ao Gôverno alemão que *Herr* Ritter não reassumisse as suas funções. O Gôverno brasileiro acreditava ser isso do interesse das boas relações entre os dois países (LAUDES, 1968, p. 120).

A questão referente ao comércio e, consequentemente, ao abastecimento, foi tão central, que o próprio ministro das relações exteriores da Alemanha o colocou à frente do interesse nos possíveis alemães étnicos de outras regiões do mundo. Mesmo reconhecendo a importância de colocar tais elementos ao alcance do *Reich*, com o advento de uma nova guerra mundial, os alemães não poderiam correr o risco de ficarem sem aliados capazes de abastecer o país. Neste sentido, ressaltou que os países da América do Sul voltavam-se para assimilação dos elementos que haviam lá chegado como imigrantes, incluindo os alemães:

> Mesmo partilhando inteiramente o ponto de vista do Partido de que toda gota de sangue alemão emigrado deveria ser preservada, o núcleo de um bom relacionamento futuro entre Alemanha e os países latino-americanos reside no fato de que o trabalho do Partido deve manter-se completamente distante da etnia alemã de cidadania estrangeira. Isso porque o sul-americano quer assimilar o mais rapidamente possível os emigrantes de todas as raças, também os alemães... Se, portanto, não queremos trabalhar contrariamente às intenções desses Estados, mas, sim, torná-los nossos auxiliares na construção do destino de um povo de oitenta milhões, então, diante desse objetivo, a preservação de alguns cem mil emigrantes alemães deve ficar em segundo plano (RIBBENTROP apud KESTLER, 2003, p. 38).

Considerações finais

Diante do que foi exposto ao longo do texto, chega-se à conclusão de que as relações entre Brasil e Alemanha, sobretudo ao longo do recorte que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, perpassou por interesses

voltados para questões comerciais. No entanto, é possível perceber que o governo de Vargas buscou evitar que o país se atrelasse à Alemanha, mesmo porque o grande parceiro comercial do Brasil continuou a ser os Estados Unidos. Os documentos aqui observados demonstram que os alemães buscavam estreitar os laços comerciais com o Brasil e outros países da América do Sul, não obstante, esbarravam em resistências. No Brasil, acabou sendo motivo de atrito a intenção do país de assimilar os imigrantes e seus descendentes e a política nazista que visou gerar uma atração nos chamados alemães étnicos, presentes, sobretudo, no sul do Brasil. Não obstante, o próprio Ribbentrop chegou a orientar que os interesses comerciais deveriam se sobrepor a tais questões.

Conclui-se ainda que o Brasil, naquele momento, também praticou uma política bastante restritiva quanto à entrada de imigrantes. Justamente em um momento crítico, quando milhões de refugiados vagavam em desespero, o país cerrou suas fronteiras e não teve a intenção de figurar como solução parcial para os graves problemas que se desenhavam. A forma como pensavam Ernani Reis e Francisco Campos era extremamente oposta à ideia de Brasil que permeou o imaginário de Stefan Zweig, o qual idealizou a terra de seu exílio final como um "país do futuro".

REFERÊNCIAS

Arquivos consultados na internet:

Decreto nº 24.215/34. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html> Acesso em:11/11/2022.

Decreto-Lei 3.175/41. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11/11/2022.

Bibliografia:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo (1933 – 1948)*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2010.

DINES, Alberto. *Morte no Paraíso*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DINES, Alberto. *Stefan Zweig no país do futuro*: a biografia de um livro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

KESTLER. Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura:* escritores de fala alemã durante a época do nazismo. São Paulo: Edusp, 2003.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal:* o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETO, Lira. *Getúlio*: dos anos de formação à conquista do poder (1882 – 1930). 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETO, Lira. *Getúlio*: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945). 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O III Reich e o Brasil. Rio de Janeiro, Laudes, 1968.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil*: uma biografia. Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZWEIG, Stefan. *Autobiografia*: o mundo de ontem: memórias de um europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Tradução de Kristina Michahelles. Porto Alegre, RS: L&M, 2013.

ZWEIG, Stefan. *Pequena Viagem ao Brasil*. Editora Versal. 2016.

A influência do Sesquicentenário da Independência durante o processo de expansão industrial em Vitória (1972)

Kelly Alves Andrade
Universidade Federal do Espírito Santo
kellyoshialves@gmail.com

Em 19 janeiro de 1972, o jornal *A Gazeta* publicou a mensagem de ano novo do governador biônico Arthur Carlos Gerhardt Santos ao povo espírito-santense. O título dareportagem *1972 será o ano da industrialização,* anunciava projeções otimistas para o crescimento industrial no Espírito Santo. No início do pronunciamento, o então governador do estado alinhava as expectativas em torno do progresso e desenvolvimentodo país com a comemoração do *Sesquicentenário da Independência*:

> Ao término do ano de 1971 e início de 1972, devemos lembrar que esse ano éo da maior significação na História de nosso país, não só por se achar o país numa fase acelerada de desenvolvimento e progresso, mas também por ser o ano em que iremos comemorar 150 anos de independência (*A Gazeta*, 19/01/1972, Caderno Especial).

Ao continuar a mensagem de boas novas aos capixabas, Arthur Gerhardt enfatizou as bases do Governo do Estado, pautados em investimentos para suprir as diferenças da renda interna do Espírito Santo em comparação com o eixo Rio-São Paulo, promovendoo empreendimento de investimento das empresas públicas e privadas em solo capixaba em consonância com o Governo Federal.

A fala do governador mostra sintonia entre as aspirações do futuro

no Espírito Santo com o discurso de Ano Novo proferido pelo general Emílio Garrastazu Médici à sociedade brasileira em dezembro de 1971, anunciando a consciência da grandeza da nação e a certeza de que o almejado *país do futuro* se fazia presente em seu governo. Janaína Martins Cordeiro (2015, p.18) argumenta que o início dos anos 1970 foi permeado pela sensação de que viviam-se *novos tempos* e o discurso de Médici ao final do ano de 1971 expressava a necessidade de legitimar o futuro que havia chegado. A *sensação* de *construção do novo* também é analisada por Cordeiro (2015) como elemento catalizador de acontecimentos como a vitória da seleção brasileira na copa de 1970, o início das obras da Transamazônica e a comemoração do *Sesquicentenário da Independência*. Tal como a fala de Arthur Gerhardt de que "esse ano é o da maior significação na História de nosso país", as instâncias de poder elegeram o ano de 1972 como marco simbólico das comemorações do progresso no país, que passaram a fazer parte do cotidiano do povo brasileiro "impulsionando e dando sentido a suas vidas e a seus projetos para o futuro, importante expressão de uma corrente de opinião dominante naquele momento" (Cordeiro, 2015, p.27).

Segundo Adjovanes Almeida (2009, p.16) o país vivia o clima de euforia produzido pelo fenômeno do *Milagre Econômico* (1969-1973), período que corresponde também ao auge do autoritarismo e da intervenção do governo na economia. Para o autor, parte da política econômica possibilitou a ampliação de venda de consórcios, a expansão do sistema de créditos e financiamentos, beneficiando as camadas médias da sociedade brasileira através do consumo de bens duráveis e da aquisição da casa própria proporcionado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), bem como estruturaram a desigualdade da sociedade brasileira elevando o padrão de vida da classe média em oposição as classes menos favorecidas. Para estas, o *milagre* proporcionou tão somente o acesso a itens básicos como energia elétrica e saneamento básico.

Para conter pressões inflacionárias e deficiências no abastecimento do mercado interno, a modernização da agricultura seria uma importante meta econômica para o governo. A ampliação e modernização deste setor durante a Ditadura Militar manteve a concentração fundiária e visava a produção de alimentos em baixo custo, com deslocamento de mão- de--obra para as cidades e o escoamento da produção agrícola aos mercados internacionais para estimular o crescimento econômico (Luna, Klein, 2014). A fixação das taxas de juros abaixo da taxa de inflação, propiciaram a aquisição de equipamentos e insumos, criando as condições de crédito para a modernização e industrialização do setor agrícola:

> Na década de 70, formou-se um complexo industrial no Brasil que produzia máquinas, implementos, fertilizantes e pesticidas. A demanda gerada pela modernização agrícola foi importante fator para explicar o rápido desenvolvimento industrial do período (Luna; Klein, 2014, p.102).

Parte do crescimento industrial proveniente do *Milagre Econômico*, partiu da modernização na agricultura e ampliação de setores da economia brasileira voltados para o mercado externo. Em oposição aos estímulos no setor agrícola, a implantação dos *Grandes Projetos Industriais* resultou em mudanças no perfil econômico capixaba como aposta do poder político e empresarial para a inserção do Espírito Santo na economia nacional visando a *superação do atraso*, associada em meados das décadas de 1960 e 1970, com a crise da estrutura agrária e cafeeira (Nascimento, 2020, p.63). O início da década de 1970 representou um novo ciclo da integração regional do Espírito Santo na economia nacional, através da modernização no comércio e transporte de produtos agrícolas, associada à expansão e modernização dos portos para escoamento da produção oriunda da região dos cerrados. O Porto de Vitória seria estratégico para a exportação agrícola, compondo a potencialidade portuária da região (Siqueira,

2001, p.82-83).

No período do *Milagre Econômico*, estava em pauta no estado do Espírito Santo o projetode modernização regional, a partir do Decreto-Lei n.880 dos incentivos fiscais que consistiam na isenção do imposto de renda às empresas com sede no Espírito Santo, e os *Grandes Projetos de Impacto* voltados para projetos industriais de grande porte, ambos iniciados na gestão governamental de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971). Sobre oprojeto em questão, Gabriel Bittencourt (2011, pág.153) aponta a continuidade dos projetos industriais no governo de Arthur Gerhardt, considerado o *promotor dos GrandesProjetos Industriais* que consistiam na transformação da estrutura produtiva voltado do mercado externo, com atividades representadas pelo setor primário e secundário (siderúrgico, naval e paraquímico) e o setor terciário representado por atividades ligadasao setor turístico e portuário (Siqueira, 2001, p.88).

Ao longo da década de 1960, visando a participação no desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional, a expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) impactou a industrialização capixaba. Sobre a relação entre a economia do Espírito Santo e ainfluência da Vale, Marta Zorzal e Silva (2001, p.139-40) aponta que a infraestrutura e alogística de transportes da Vale representaram possibilidades de crescimento da economiacapixaba, na medida em que sua expansão contou com projetos na região do Espírito Santo envolvendo a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Samarco Mineração e AracruzCelulose, bem como a expansão do complexo portuário do Espírito Santo através da construção do porto da Barra do Riacho em Aracruz e de Ubu em Anchieta. Grande partedesses empreendimentos estiveram em consonância com a política econômica desenvolvimentista do Governo Federal associada a empresas estatais como a CompanhiaVale do Rio Doce e ao capital nacional e estrangeiro. Com efeito, a conjuntura dos "projetos de industrialização e inserção do

Espírito Santo na economia brasileira, refletiram no clima de otimismo e transformaram em pouco tempo a economia e a sociedade capixaba" (Silva, 2001, p.126-127).

Os tempos de prosperidade e os resultados positivos na economia foram comemorados como a *chegada do futuro* em um país que estava experimentando o sonhado progresso. O ano de 1972 representou o ápice da comemoração dos *novos tempos,* atrelado a rememoração dos acontecimentos do passado que marcaram o simbolismo em torno das festividades do 150º aniversário da Independência do Brasil:

> E já que o futuro havia chegado, já que o Brasil era, enfim, o país do presente, era preciso comemorar a chegada deste novo tempo. E foi exatamente o que aconteceu em 1972: uma festa. Saudando a chegada do futuro, o presidente se despedia do ano velho e anunciava que 1972 seria um ano de grandes comemorações: o futuro chegara justamente quando a nação completava 150 anos (Cordeiro, 2015, p.10).

Antecipando a organização e a coordenação das comemorações da efeméride, em outubro de 1971, foi criada a Comissão Nacional seguida da criação da Comissão Executiva Central (CEC) em janeiro do ano seguinte, responsável por organizar o calendário cívico de comemorações integrando todo o território nacional. Eventos importantes na História do Brasil como a Abertura dos Portos em 1808 e o Dia do Fico em 1822, estiveram associados a propaganda oficial do *Sesquicentenário da Independência*, cujo marco oficial de início das comemorações em todas as cidades do país, foi o encontro cívico nacional realizado em 21 de abril, enaltecendo a figura de Tiradentes. Os restos mortais de Dom Pedro I foram trazidos de Portugal, chegando à baía de Guanabara em 22 de abril, e deveria passar por todas as capitais do país, para em 7 de setembro ser sepultado em São Paulo no monumento do Ipiranga, ao lado da imperatriz Leopoldina, momento que representou o encerramento das festividades

(Cordeiro, 2015, p.12-13).

A escolha de Tiradentes para ser celebrado naquele momento, viria da disputa simbólicasobre *os heróis que legitimariam o novo regime*. Para as comemorações oficiais em 1972,a imagem do alferes seria aproximada de D. Pedro I: ambos teriam lutado pela emancipação do Brasil (Almeida, 2009, p.69). Nesta esteira, Tiradentes foi rememoradocomo o herói precursor da luta pelo Brasil livre do domínio português. A história oficial difundia a ideia de que *tudo começou com ele* (Almeida, 2009, p.170), e D. Pedro I, seriao imperador português que viria depois de Tiradentes, concretizando a Independência doBrasil "sem grandes rupturas, preservando os laços com a antiga metrópole. Laços essesque foram festivamente celebrados por ambas as ditaduras[1] em 1972" (Cordeiro, 2015, p.105).

Dom Pedro I, festejado como herói nacional pela Ditadura Militar, representava a ligaçãoentre o passado da independência política em 1822 e o presente da independência econômica no contexto do *Milagre Econômico* em 1972. Era lembrado como poderoso chefe militar e autoritário, características que o aproximavam do grande líder do presenteno Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici:

> Foi sobretudo nesse sentido que se operou, ainda que de forma indireta, a ligação entre os dois grandes homens – d. Pedro I e Emílio Médici – e as duasgrandes datas – 1822 e 1972 –, durante as comemorações do sesquicentenário:se o primeiro representava um passado glorioso, envolvido pelos ares da nobreza, o segundo representava um presente pujante e um futuro promissor (Cordeiro, 2015, p. 97)

1 A autora faz referência a ditadura de Antônio de Oliveira Salazar em Portugal. Salazar assumiu o governoem 5 de julho de 1932, permanecendo até 27 de setembro de 1968. Ficou no governo durante quarenta anosconsecutivos, sendo trinta e seis como chefe e responsável máximo, dando forma a criação do Estado Novo,que seria derrubado pela Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. A longevidade deste regime estevecalcada em uma rígida centralização de poder que Salazar denominava "saber durar" (Rampinelli, Waldir J., 2014, p.119).

As moedas comemorativas do *Sesquicentenário da Independência*, cunhadas com o perfilde Emílio Médici completando o rosto de D. Pedro I, são o exemplo simbólico da associação entre as duas personalidades. Ao buscar legitimar a figura de Médici como líder da nação, promovendo relações de continuidade entre o poder exercido peloimperador no passado e pelo ditador no presente, essas associações deveriam ser assimiladas pela nação brasileira. Desta forma, a intensa circulação de moedas e a própria representação de poder em torno do dinheiro (Ramdosky, 2008, p.03), evidenciam a preocupação da Ditadura Militar com a criação de símbolos efetivos para a construção dememórias sobre as comemorações em 1972. Selos, cartazes, propagandas, hinos, livros, filmes, exposições, torneios de futebol, entre outros, foram pensados pela Comissão Executiva Central (CEC) para compor os festejos do 150º aniversário de Independência do Brasil, agindo como mecanismos de legitimação e construção de um consensonacional, e consolidação de uma memória coletiva (Silva, 2002).

Para Janaína Martins Cordeiro (2015 p.13), as comemorações do *Sesquicentenário da Independência* agiram como mecanismo de fabricação de consensos e influenciaram na sustentação da Ditadura Militar. Partindo de demandas do presente, determinadas leituras do passado expressaram a legitimação do *país do futuro* através das comemorações em 1972 e "foram a festa do Brasil pra frente, que velava o herói fundador da nação, mas quetambém comemorava seu milagre" (Cordeiro, 2015, p.61). Sobre a atuação da ComissãoExecutiva Central criada para organizar os festejos da efeméride, a autora argumenta a importância da CEC para a formação do consenso na sociedade brasileira:

> A CEC conseguiu, com as comemorações do Sesquicentenário da Independência, estabelecer diálogo com a sociedade à medida que soube transformar sua visão do passado em instrumento de consenso, criando uma identidade entre ditadura, pátria, história e sociedade (Cordeiro, 2015, p.92).

O *consenso* e *consentimento* são entendidos pela autora como categorias complexas de comportamentos e atitudes sociais que garantiram a estabilidade em um governo não democrático. O consenso, seria baseado em valores, princípios e tradições compartilhados pela sociedade que foram representados pela ditadura, criando identificação e relações de continuidade com a sociedade brasileira. O consentimento, seria uma espécie de acordo entre regime e sociedade, resultando em comportamentos sociais (Cordeiro, 2015, p.14).

No caso do Espírito Santo e as transformações ocorridas mediante o processo de expansão industrial no período do *Milagre Econômico*, Davi Santos (2019, p.144) argumenta sobre a formação de uma memória positiva, cuja atuação da imprensa capixaba, sobretudo, do jornal *A Gazeta*, esteve em sintonia com os discursos oficiais da Ditadura Militar, reproduzindo as narrativas de progresso e desenvolvimento do estado, e reforçando uma visão positiva sobre a década de 1970, ao passo que produziu o apagamento dos *anos de chumbo* marcado pelo autoritarismo, censura, perseguições, torturas e mortes ocorridas no Espírito Santo. Sobre o ano de 1972, Elio Gaspari (2002, p.338) denuncia o aumento de mortes no momento em que o regime vivia o apogeu do milagre e das comemorações do *Sesquicentenário da Independência*, que excluía os *inimigos do povo* e convocava os "bons cidadãos, os verdadeiros patriotas a contemplar seu passado de glórias e, ao mesmo tempo, festejar seu presente" (Cordeiro, 2015, p.89).

A formação do consenso entre o regime ditatorial e a sociedade espírito-santense durante o governo de Arthur Gerhadt, para Davi Santos (2019) agiram na construção de uma memória positiva da ditadura no Espírito Santo que prevalece no tempo presente, cuja influência da imprensa foi decisiva neste processo:

> As posições assumidas pelo jornal *A Gazeta* no contexto do governo de ArthurCarlos Gerhardt no Espírito Santo não foram fruto de opinião simples, mas deposições políticas que estavam em sintonia com o projeto ditatorial vigente, contribuindo para a formação de um consenso em torno de ideia que assumiram forma de realidade sobre a Ditadura Militar (Santos, 2019, p.55).

Sobre a atuação da imprensa em sintonia com a ditadura e seus projetos, para os festejos de 1972, a CEC juntamente com as comissões executivas estaduais (CEEs) convocaram osprincipais meios de imprensa do país. Desta forma, a mídia representou o veículo de difusão oficial da efeméride e seus simbolismos (Almeida, 2009, p.166). As comissões executivas estaduais ficaram responsáveis por integrar as realidades locais e suas tradições,criando a integração nacional de todas as regiões do país durante as comemorações (Cordeiro, 2015, p.11).

Nesta conjuntura, o Espírito Santo passava por transformações no processo produtivo, através da modernização e expansão industrial. Sobre as potencialidades do território capixaba neste momento, Maria da Penha Siqueira (2009, p.9) fala sobre a importância doPorto de Vitória, que representava a concretização do projeto de integração nacional e internacional, e para promover as obras portuárias, a imprensa capixaba publicou diversaspropagandas relacionadas com as comemorações oficiais, a começar pela publicidade patrocinada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC):



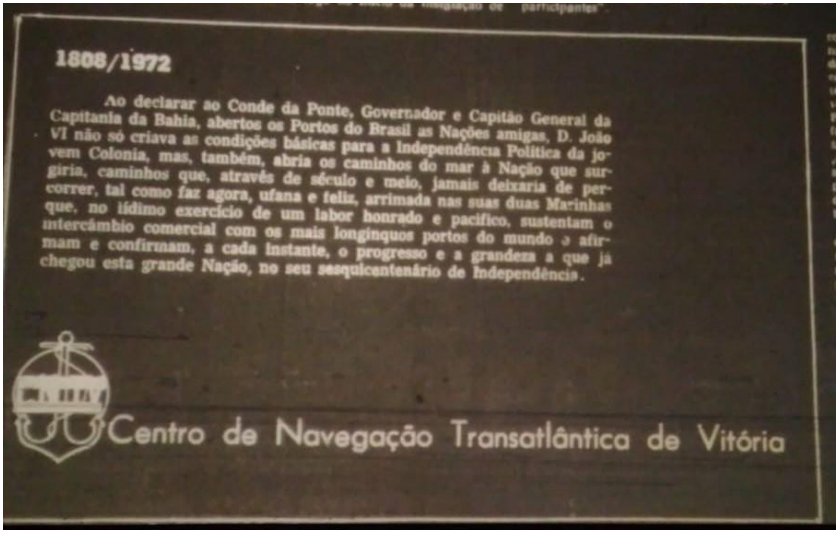
(FONTE: APEES – Fundo/coleção: *A Gazeta*)

Em janeiro de 1972, após a comemoração do Dia do Fico em 9 de janeiro de 1822, a datade Abertura dos Portos as nações amigas em 28 de janeiro de 1808, marcaram o início das comemorações do *Sesquicentenário da Independência* no país. Ela foi oportuna paradivulgar a ampliação das atividades portuárias no Espírito Santo, seguindo a lógica das comemorações ao relacionar a memória histórica do passado com as demandas do presente.

No dia 28 de janeiro de 1972, o jornal *A Gazeta* publicou a reportagem com o título *Eduardo fala sobre a abertura dos portos* fazendo menção ao capitão de Mar e Guerra, Eduardo de Oliveira Rodrigues, responsável por dirigir os portos do Espírito Santo. A reportagem divulgava o pronunciamento que seria feito pelo capitão na TV Vitória às 17horas

em "comemoração à abertura dos Portos às nações amigas". A forma como foi redigida a reportagem e divulgada exatamente 150 anos após a abertura dos portos pelo príncipe regente Dom João em 1808, utilizando a famosa expressão que marca a data demonstra as intenções de buscar no passado histórico a legitimação dos acontecimentos pretéritos na cidade de Vitória, que experimentava o expressivo crescimento das atividades portuárias.

Tal como as intenções da Ditadura Militar ao relacionar politicamente as duas datas que marcaram a relação temporal entre 1822 e 1972, unidas em diversos símbolos difundidos no decorrer das festividades do *Sesquicentenário da Independência*, o poder local também utilizou o mesmo mecanismo durante a associação das datas de 1808 e 1972 ao publicar uma pequena nota no jornal *A Gazeta*, exaltando o progresso que chegava ao estado do Espírito Santo através dos portos:



(FONTE: APEES – Fundo/coleção: *A Gazeta*)

O tom de otimismo e passividade na mensagem que relacionava o ato de abertura dos portos com a independência política da colônia e 150

anos depois com os caminhos trilhados pela nação fica explícito no trecho da propaganda que fala de uma sociedade:

> Ufana e feliz arrimada nas suas duas Marinhas que, no lídimo exercício de umlabor honrado e pacífico, sustentam o intercâmbio comercial com os mais longínquos portos do mundo e afirmam e confirmam, a cada instante, o progresso e a grandeza que já chegou esta grande Nação, no seuSesquicentenário de Independência (Jornal *A Gazeta,* 1972, p.25).

A linguagem utilizada pela propaganda denota o uso da efeméride para estabelecer um *consenso* sobre as novas relações comerciais e portuárias que uniam os governos estaduale federal durante a Ditadura Militar. Ao analisar as propagandas difundidas pela imprensadurante a década de 1960, Carlos Fico (1997) traçou o perfil das *propagandas luxuosas* encomendadas pelos governos e empresas públicas com o objetivo de construir a ideia modernizante do Brasil. Tais propagandas mostravam as obras através do país: construçãode estradas, usinas, indústrias, e na concepção do autor "colaboraram para a reinvenção do otimismo, para consolidar e resinificar a convicção de que vivíamos uma época superadora do atraso" (Fico, 1997, p.83-84).

A análise de Fico corrobora com o sentido das propagandas oficiais do *Sesquicentenário da Independência* no Espírito Santo que priorizaram as obras e as metas para o desenvolvimento industrial. A noção de que "os caminhos estavam abertos para o EspíritoSanto" acompanharam as diversas publicidades que circularam em jornais e revistas da época. Tal imaginário permeava as demonstrações de otimismo da propaganda local ao retratar as ações do estado, como as publicadas na revista *Espírito Santo Agora* em 1972,trazendo em títulos garrafais em negrito, e com pequenas variações de títulos, mas que eram unidos em um mesmo sentido: "caminho aberto para a indústria no Espírito Santo"ou "caminho aberto para o futuro do

Espírito Santo".



(FONTE: Biblioteca da APEES – Revista *Espírito Santo Agora*, ano 0, 1972)

A propaganda traz elementos visuais que representam o Estado em expansão no ano do *Sesquicentenário*. O símbolo oficial unindo as datas *1972-1822* expressam a sintonia doestado com o discurso oficial pensado pela CEC ao planejar as comemorações. Abaixo do título *Caminho aberto para o Espírito Santo*, o breve texto:

> Abrir caminhos é a meta do Espírito Santo. Caminhos que se traduzem nos importantes melhoramentos do Porto de Vitória, um dos terminais de exportação do País. No Programa de Eletrificação Rural, na dinamização do desenvolvimento industrial, nos programas educacionais e na execução de umplano turístico que visa ao total aproveitamento dos recursos naturais do Estado. Caminhos que são abertos em todos os sentidos, onde o Espírito Santoestende sua perspectiva de progresso, visando ao bem estar social do homem capixaba, do homem brasileiro. Começo, meio e fim dos nossos propósitos. Éassim que o Espírito Santo ajuda a construir o Brasil. Com você (Revista *Espírito Santo Agora*, 1972, p.16).

É interessante a relação da mensagem com outra análise de Fico

(1997) sobre ascampanhas difundidas pela AERP[2], através de noções de *construção* e *transformação* utilizando títulos como *Você constrói o Brasil* em 1972, que estavam associadas com a ideia de fracasso dos governos anteriores e caberia aos militares no presente inaugurar um novo tempo superando os atrasos (Fico, 1997, p.121). Sobre as especificidades locais,essa característica é analisada por Rafael Nascimento (2020) a partir da perspectiva dos *Grandes Projetos*, que representaram a *superação do atraso* do Espírito Santo, constituindo um *discurso fundador* que a partir processo de industrialização, marcou as expectativas de superação, introduzindo novos discursos que mostravam a transformação positiva do status do Espírito Santo em relação aos tempos passados:

> Constituía-se, assim, o discurso de superação do atraso. Emergiu associado ao projeto de industrialização efetivado nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, institui-se a lógica de interpretação fundamentada em binarismos tais como:subdesenvolvido/desenvolvido,periferia/centro,atraso/desenvolvimento marginalização/inserção; que caracterizaram as ideias desenvolvimentistas locais e orientaram as interpretações sobre a condição do Espírito Santo (Nascimento, 2020, p.64).

Somado aos governos biônicos anteriores, a gestão governamental de Arthur Gerhardt representou os esforços de superação do atraso econômico no território capixaba, estabelecendo uma "narrativa positiva do presente e criando um futuro de expectativas, esperançoso quanto ao progresso" (Santos, 2019, p.143). A atuação da mídia seria fundamental para difundir a nova visão do Espírito Santo em vias de desenvolvimento e superação do atraso.

2 Assessoria Especial das Relações Públicas (AERP) foi criada em janeiro de 1968 durante o governo Costae Silva (1967-1969) e procurou formular uma perspectiva favorável em relação à ditadura. No governo Médici (1969-1974) o órgão foi reformulado sob a gestão do coronel Octávio Costa, procurando associar omomento favorável vivenciado em diversos setores (futebol, automobilismo) às ações governamentais (Almeida, 2009, p.48).

A condução dos *Grandes Projetos Industriais*, festejados durante a efeméride no Espírito Santo, transformaram radicalmente o espaço e a paisagem geográfica na cidade de Vitóriae seu entorno, impactando as realidades locais. Em meio ao progresso festejado e veiculado pela mídia capixaba e que permanece no imaginário e na construção das memórias positivas sobre este processo (Fagundes, 2014, p.167), também houve o aumento dos bolsões de miséria, a descaracterização do espaço urbano causado pelo brusco aumento populacional para as zonas de expansão industrial (Zorzal, 2001, p.141).O projeto que foi responsável pela *superação do atraso*, na prática não representou melhorias efetivas para a sociedade capixaba. Nesta perspectiva, tratava-se de um projetoconduzido pelas elites políticas e empresariais em consonância com a ideologia desenvolvimentista dos militares (Oliveira, 2016).

Portanto, há a produção de dois tipos de discursos sobre a repercussão destes projetos no Espírito Santo. O primeiro critica as controvérsias do projeto modernizador capixaba durante o período do *Milagre Econômico*, ocupando espaço na produção historiográfica e cultural sobre o período em questão. E o segundo representado pelo poder político e econômico, que obteve benefícios significativos com a modernização do Estado. Para o segundo grupo, o ato de comemorar a chegada dos *novos tempos* no Espírito Santo recorrendo a difusão pela imprensa capixaba, esteve em sintonia com o discurso dos militares. Para tanto, era preciso criar um clima de otimismo (Fico, 2001) que envolvia aexecução dos projetos, formando uma rede de sintonia ideológica com o Governo Federal,como a das comemorações do *Sesquicentenário da Independência*, momento importantepara a formação de um consenso sobre a modernização capixaba que fora festejada pela sociedade.

Neste sentido, a associação entre a atuação da imprensa durante as comemorações do *Sesquicentenário da Independência* em 1972, mostra a

importância deste para a fabricação de *consensos* a respeito dos projetos de expansão industrial e portuária, sobretudo na região da Grande Vitória, e conforme mostram as fontes analisadas, as propagandas oficiais da efeméride que circularam em meios midiáticos impressos como o jornal *A Gazeta* e a revista *Espírito Santo Agora* seguiram a estratégia oficial de uso político da efeméride pela Ditadura Militar: buscaram na rememoração de acontecimentos do passado a legitimação de projetos no presente em uma relação de continuidade e ao mesmo tempo, de celebração dos novos tempos, tentando criar o sentimento de participação do povo capixaba destas realizações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Louise Storni Vasconcelos de. *Educação moral e cívica*: entre comemorações e acusações, um projeto de pátria para o brasil (ES - 1969 – 1975). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo/Coleção: Jornal *A Gazeta*.

BANCK, Geert Arent. *Dilemas e símbolos*: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: Edufes, 2011.

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo:* O roteiro da industrialização. São Paulo: Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. *Indústria:* a modernização do Espírito Santo. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

BIBLIOTECA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo/Coleção: Revista *Espírito Santo Agora*.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaina Martins. *O país do futuro:* modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Editora Appris, 2019.

DE ANGELO, Vitor Amorim. Mídia, memória e política: debate conceitual. *Estudos de História Política e das Ideias*, vº1, 2014.

ERNESTO, Pedro *et al. O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985).* Vitória: GM Editora, 2014.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das letras, 2002.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. Mudanças sociais no período militar (1964- 1985). In. *A ditadura que mudou o brasil:* 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARTINEZ, Chris; PAIM, Antônio (Org). *Arthur Gerhardt:* O construtor de futuros. Vitória: Editora Abook, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil:* 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso:* um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra: Editora Milfontes, 2018.

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas e transformações econômicas no Espírito Santo, no contexto do Regime Civil-Militar (1964-1979). *Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-EST,* 2016.

PEREIRA, Valter Pires *et al*. *Ditaduras não são eternas*: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. O valor simbólico do dinheiro e o princípio da equivalência: um estudo sobre as moedas sociais em um clube de trocas. *Ponto Urbe* [Online], n. 3, 2008.

RAMPINELLI, Waldir José. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v.18, n.32, p.119-132.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M; SIQUEIRA, Maria da Penha S. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (sec. XX--XXI). *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, v. 28, p. 385-412, 2012.

SANTOS, Davi Elias Rangel. *A memória positiva sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo:* o consentimento por meio do jornal A Gazeta (1971-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo-1950/1990. *Fênix*, v. 6, n. 4, p.1-16, 2009.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. *Industrialização e empobrecimento urbano*: o caso da Grande Vitória, 1950/1980. Vitória: EDUFES, 2001.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração" / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, 2002.

SILVA, Marta Zorzal. O Espírito Santo face à logística de expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Dimensões, n. 13, p.126-145, 2001.

A reforma do Estado durante o primeiro mandato de Paulo Hartung no ES (2003-2006)

André Ricardo Valle Vasco Pereira
Departamento de História, UFES
andre.r.pereira@ufes.br

Bruno Marques
Pesquisador de IC, UFES
brunomarques.es@gmail.com

Larissa Nuvens Guimarães
Pesquisadora de IC, UFES
larissanuvens14@gmail.com

Maria Luisa Melo Welerson
Pesquisadora de IC, UFES
maria.welerson@edu.ufes.br

Este trabalho é um dos resultados parciais de uma pesquisa sobre o primeiro mandato de Paulo Hartung (2003-2006) como governador do estado do Espírito Santo. A tese aqui defendida é a de que este foi um momento importante no processo de transição do Welfare State Keynesiano (WSK) para o Estado Neoliberal em terras capixabas. Este processo se deu por meio de uma série de medidas, mas é importante notar que a sua dinâmica foi marcada pelo ciclo eleitoral e pelo funcionamento do presidencialismo de coalizão no plano local. Ou seja, havendo eleições de dois em dois anos e diante do estímulo que o Chefe do Executivo sofre

para formar coalizões superdimensionadas de governo, a mudança citada passou por duas fases. A primeira foi a de enfrentamento da crise fiscal por meio de medidas que visavam aumentar a arrecadação, diminuir custos com a máquina administrativa, formar uma maioria na Assembleia Legislativa, estabelecer as bases de uma política fiscal e econômica benéfica ao capital e construir um discurso que desviasse a atenção dos custos que estavam sendo impostos, no sentido geral e na questão da segurança pública em particular.

A segunda fase foi marcada pela mudança introduzida pela eleição municipal de 2004. A capacidade de intervenção de governador nela foi limitada. Num primeiro momento, o resultado, em especial na Grande Vitória, indicava a possibilidade de que se formasse um bloco político formado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que oferecesse uma proposta distinta da linha neoliberal que vinha sendo seguida e se aproximasse do neodesenvolvimentismo (BOITO JR, 2012) representado pelo governo Lula. Para impedir que tal possibilidade se constituísse, Hartung atuou politicamente para reconfigurar a coalizão de governo, impedindo a consolidação da citada aliança, e passou a usar os recursos "economizados" pelo ajuste fiscal para distribuir benefícios aos aliados, em particular os prefeitos, de forma a aumentar suas chances de reeleição, o que foi, de fato obtido em 2006. Antes de seguir, porém, e desenvolver os pontos citados, faz-se necessário enfrentar o debate interpretativo para esclarecer a abordagem teórica usada.

Sobre os conceitos

Em uma Sociedade Capitalista, o Estado também é Capitalista. Ou seja, ele cumpre várias funções, mas atua, em última instância, em benefício do capital. O Estado Capitalista possui várias conformações possíveis.

O WSK e o Estado Neoliberal são algumas delas. Para o propósito do que será discutido aqui, a opção feita é a de centrar o foco na relação entre o Estado e o capital financeiro.

O WSK surgiu como resultado da profunda crise fiscal ocorrida em 1929. Uma de suas tarefas foi a de limitar a liberdade da especulação financeira. Ao mesmo tempo, ele mudou a natureza do endividamento público, que não só foi expandido como passou a funcionar de acordo com os objetivos do desenvolvimento econômico e social. Em termos mais aplicados, isto significa que títulos de dívida pública foram emitidos, que altas somas de empréstimos foram feitas (gerando um mercado paralelo de papéis equivalentes), mas que a capacidade do capital financeiro em especular com eles foi limitada. De forma bem simplificada, a trajetória foi a de ampliação desta dívida até um momento no qual o capital financeiro começou a impor custos cada vez mais altos para que este mecanismo continuasse a funcionar. Na década de 1970, então, o neoliberalismo se apresentou como o programa de "salvação" para o que foi visto como uma crise de financiamento do WSK.

Não é muito comum encontrar trabalhos que lidem com o conceito de Estado Neoliberal, sendo bem mais rotineiro falar apenas em "neoliberalismo", principalmente como corrente de ideias, das quais se espera ou se encontram resultados práticos. A referência teórica usada aqui é a obra de David Harvey (2011). O ponto central do argumento do autor é o de que a passagem do WSK para o Estado Neoliberal correspondeu a um avanço das classes dirigentes sobre áreas que estavam fora do alcance da especulação ou da exploração do trabalho de forma mais aberta e direta. Por meio de privatizações, de reformas variadas, como Previdenciária, Tributária ou Administrativa, o capital passou a encontrar campos, muitas vezes bastante bem estruturados, nos quais seria possível aumentar a taxa de lucros. É o caso, digamos, de uma estatal. Uma vez privatizada, o

capital pode usar todos os investimentos que foram feitos, a infraestrutura montada, o mercado conquistado, a tecnologia desenvolvida, promover demissões e, com tudo isso, encontrar uma nova área para aumentar seus lucros.

Para esta pesquisa, o que será destacado é que a passagem do WSK para o Estado Neoliberal tem um importante aspecto na alteração da forma como a dívida pública passa ser gerida. Não importa tanto o grau de privatização desta gestão. Para deixar mais claro: há mecanismos de mercado que interferem diretamente nas medidas financeiras tomadas pelo Estado. É o caso, por exemplo, das empresas de *rating*. Estamos falando de firmas privadas que elaboram avaliações sobre o desempenho de papéis, públicos ou não, atribuindo notas ou conceitos. Estas escalas, quando usadas, por exemplo, por fundos de pensão estatais em seus investimentos em títulos, implicam em uma gestão pública com base em critérios privados dos agentes de mercado. Mais ainda, os agentes de mercado, por meio de uma série de processos estudados por Harvey, elaboram programas de governo que implicam em privatizações, em cortes de despesas, em formas de capitalização dos fundos públicos (como, digamos, previdência social pelo modelo de capitalização e não pelo de repartição), na gestão da máquina administrativa com base em sistemas de metas, em contratações terceirizadas, em concessões com garantia de lucro pelo capital, etc. Tais programas são apresentados como se fossem benéficos em si. Contudo, funcionam como meios para que a despesa seja reduzida, de forma garantir a remuneração dos títulos de dívida pública e/ou como forma de abrir acesso a áreas antes protegidas da especulação.

No caso do Brasil, com uma estrutura estatal dividida em três níveis (federal, estadual, municipal), o mais alto deles é o que lida de forma mais direta com o capital financeiro, o que fica invisível para os outros dois. Isto, porém, não significa que não haja impactos e consequências neles. O

Plano Real e seus desdobramentos correspondeu à conclusão do processo de passagem do WSK para o Estado Neoliberal no plano federal.

Trajetória histórica no Brasil e no ES

A Constituição de 1988 foi elaborada tendo o desenvolvimento econômico e social gerido pelo WSK como o ideal a ser atendido. Para tanto, ela trouxe alguns mecanismos, dos quais três serão destacados: a descentralização de recursos de impostos, a limitação dos juros praticados pelo Estado em 12% ao ano, além de uma auditoria da dívida pública. Os estados e municípios teriam recursos suficientes para praticar políticas públicas e não seriam pressionados a financiar dívidas com juros excessivos, o mesmo ocorrendo com a União, que também seria coparticipante. E a auditoria criaria condições para que a dívida então existente fosse modificada e o seu impacto nas contas fosse diminuído. Ou seja, o comprometimento dos impostos no financiamento da dívida cairia, sendo que estados e municípios teriam maior liberdade de ação.

A Constituição foi imediatamente vista como "empecilho" ao país. Na realidade, ela estava na contramão dos interesses do capital. Desta forma, desde o governo Collor começou a ser alterada. Limitação de juros e auditoria nunca foram implantadas. E o Plano Real iniciou uma prática legal que se mantém até hoje, por meio da qual uma "gambiarra" institucional (Projetos de Emenda Constitucional "provisórios") desviam recursos de impostos dos estados e municípios para a União.

O que restou aos entes da Federação foram impostos com base estreita de arrecadação: ICMS e IPVA para os estados; IPTU para os municípios. Os repasses constitucionais por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios são insuficientes para as necessidades locais. A não realização da auditoria da dívida e da limitação de juros é um dos aspectos da destruição do WSK. Além de

privatizações e seguidas reformas, os agentes públicos foram pressionados por medidas legais que os forçaram a implantar ajustes. Para tanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal foram fundamentais.

Sem recursos próprios adequados (base fiscal estreita), sem o repasse prometido pela Constituição, sem poder se endividar de forma autônoma (estados e municípios precisam de permissão federal para isso), com a ameaça legal por parte dos Ministérios Públicos, sem repasses adequados da União (que destina boa parte dos impostos para financiar dívida pública), estados e municípios foram forçados a seguir o exemplo que vinha de Brasília. No caso do Espírito Santo, a adequação ao receituário neoliberal teve início no mandato de Vitor Buaiz (1995-1998), eleito pelo PT, passando depois para o PV (PEREIRA, 2014).

O Aparelho de Estado do Espírito Santo pode ser compreendido com base nos conceitos de Estado Liberal, de WSK e de Estado Neoliberal. O primeiro formato correspondeu à fase de uma sociedade agrário-exportadora após a Abolição. O seu ideal era o de uma administração pública que buscasse equilíbrio entre receitas e despesas e tendo a alíquota estadual do imposto sobre exportações sua principal fonte de renda.

Como o preço internacional variava, a capacidade de arrecadação era afetada e o estado tinha dificuldades em manter uma base estável de recursos para implantar medidas mais robustas em políticas públicas (BITTENCOURT, 2011). Segundo Ricardo Varsano (1996), a Constituição de 1891 concedeu aos estados a competência exclusiva para decretar impostos sobre exportações. Em 1922, foi criado o Imposto sobre Vendas Mercantis (IVM), depois chamado sobre Vendas e Consignações (IVC), transferido também aos estados. Ele seria a base do futuro Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICM). O autor mostra que, no agregado do país, o imposto sobre exportação era a principal fonte no nível estadual,

com base mínima de 40% de sua arrecadação. Ele era cobrado sobre as vendas para fora do território da Unidade da Federação, podendo ser para fora do país ou outros estados. Esta característica (transações interestaduais) acabou com a Constituição de 1934. Tal mudança, no agregado, levou a um aumento do peso do IVC e queda daquele referente ao Imposto de Exportação. Em 1946, o IVC era responsável por cerca de 60% das receitas estaduais. Com a Constituição de 1946, a alíquota máxima do Imposto de Exportação foi definida em 5%. E uma lei de 1948 fixou a divisão deste imposto em 48% aos estados e 12% aos municípios. Nos anos 1960, houve várias mudanças, consagradas no Código Tributário de 1967. Os estados perderam o Imposto de Exportação, que passou à União, e ganharam o ICM, mas com baixo poder para legislar sobre ele. Neste momento, estados e municípios se tornaram mais dependentes do que já eram das transferências da União. A Constituição de 1988 transformou o ICM em Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), aumentando a base de arrecadação, ao mesmo tempo em que as fontes de repasses obrigatórios da União cresceram. Os estados passaram a ter autonomia para fixar suas alíquotas, mas o papel do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) de ter que aprovar incentivos fiscais e financeiros do ICMS se manteve.

Cabe notar que a situação do ES foi diferente do quadro apresentado por Varsano. O peso do IVM/IVC era baixo, pois o mercado consumidor interno era restrito, tendo em vista a grande limitação de consumo da economia capixaba, baseada no café, com propriedades pequenas e médias, presas a mecanismos de endividamento, o que gerava circulação limitada de moeda. Além disso, a população era pequena (BITTECOURT, 2006). Com isso, o Imposto de Exportação sobre o café constituía a fonte mais significativa de arrecadação. A sua suspensão brusca em 1965 (Emenda Constitucional 18) e substituição pelo ICM, em 1966, gerou um sério

problema de financiamento por conta da limitação do consumo local. Gabriel Bittencourt (1987) mostra que, entre 1892 e 1959, a receita obtida pelo Imposto de Exportação do café variava entre 46% e 95% do total arrecadado no ES.

Dizer que o conceito de Estado Liberal é adequado à análise do caso capixaba neste momento não significa afirmar que o Executivo local não se endividava. Pelo contrário, isto ocorria, mas tendo como foco ações estatais que beneficiassem a expansão ampliada da produção de café, da economia agrária e do modo de vida a ela relacionada. Em fases de boa arrecadação, projetos podiam ser colocados em prática, sendo, logo depois, suspensos ou paralisados pela falta de recursos para terem continuidade. O endividamento não assumia o caráter de modernização capitalista estrutural, não era concebido como "ilimitado" e nem gerava uma organização burocrática fixa comprometida com programas de longo prazo.

Esta situação começou a mudar na década de 1960, que foi o mesmo momento no qual a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) entrou em uma nova fase de crescimento no ES. A empresa construiu um porto de águas profundas (Tubarão) e sua primeira usina pelotizadora. Na mesma época, a CVRD contratou a elaboração da pesquisa e realizou ações que criariam condições para o estabelecimento da Aracruz Celulose. Tais mudanças levaram à formação de um setor produtivo que se inseriu em Redes Globais de Produção (RGP).

Enquanto este processo estava se dando, as elites dirigentes locais passaram a tomar medidas que foram gerando alterações na estrutura administrativa, de forma a habilitá-la como o WSK, justamente o que não existia na fase anterior. Em termos de intervenção estatal na economia, foram criados, em 1967, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o banco estadual já existente (Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo), conhecido popularmente como Ruralbank, em 1969,

passou a ser chamado de Banco do Estado do Espírito Santo S. A. (BANESTES). Outra empresa estatal já estabelecida, a Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (ESCELSA), voltada para a geração de eletricidade, foi fundida, em 1968, com uma concessionária privada, a Central Brasileira de Força e Eletricidade (CBFE), gerando uma nova ESCELSA sob controle federal, voltada para geração e distribuição de energia. Da mesma forma, as atividades da Companhia Telefônica do Espírito Santo (CTES) no setor de telefonia foram estatizadas pelo governo federal, originando a Telecomunicações do Espírito Santo S. A. (TELEST), já em 1972. Voltando a empresas de posse do governo estadual, foi criada, em 1967, a Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN).

Na década de 1960, o governo federal promoveu a erradicação dos cafezais improdutivos, com forte impacto no Espírito Santo. Na década de 1970, por sua vez, o governo do estado criou três firmas: a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA), em 1973; a Empresa Espírito-Santense de Pecuária (EMESPE), em 1974; e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Elas tiveram papel fundamental, junto com os bancos citados, além do Banco do Brasil (federal), na retomada da produção de café. Desta vez, porém, em novas bases de financiamento, de uso de recursos tecnológicos e de maquinário. Ou seja, este braço do WSK no estado promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo, com uso intensivo de mão de obra familiar em propriedades médias e pequenas. Este processo foi acompanhado pela formação de cooperativas e a industrialização de parte da produção agrária, sem falar no avanço progressivo da Aracruz Celulose no território, de forma direta ou indireta (pela contratação de sitiantes para que plantassem eucalipto em áreas degradadas de suas terras).

Não é possível, neste espaço, abordar o tema com maiores detalhes. O fato é que, a partir da década de 1960, o formato Liberal do Aparelho

de Estado passou ao WSK, seja por meio de uma rede de empresas estatais, que passaram a intervir na atividade econômica, seja por meio de entidades públicas que passaram a promover políticas sociais em diversas áreas, a exemplo do da construção e financiamento habitacional, como foi o caso da Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (COHAB-ES), criada em 1968. Aos poucos, o serviço público foi ampliado nas áreas de educação, saúde, segurança pública. O processo se consolidou até a década de 1980.

Uma das características do WSK no Brasil é o fato de ter sido estabelecido em condições de subfinanciamento. Em qualquer Sociedade, os custos da modernização capitalista precisam ser pagos. Se forem transferidos de forma proporcionalmente mais pesados aos setores inferiores, não são obtidos recursos suficientes para a realização de todas as tarefas de maneira adequada e em condições ótimas. É claro que os mais ricos buscam se evadir das cobranças e possuem melhores condições para não serem prejudicados. Esta situação se torna mais dramática em modelos com alta concentração de renda e impossibilitados de transferir custos para fora, como, digamos, colônias ou países dependentes.

A mudança legal de 1967, que instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) como a principal fonte dos estados, deixou o Espírito Santo em forte dependência do governo federal. José Eugênio Vieira (1998) mostra que a receita orçamentária anual do ES cresceu, de US$ 19 milhões em 1967 para US$ 2,5 bilhões em 1998. Este valor inclui o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), que destina a parcela do estado do ICMS para financiamento das empresas que operam importações. Ou seja, o ICMS é contabilizado, mas não entra de fato nos cofres. O FUNDAP teve efeitos imediatos pequenos, a partir de sua criação (1970). Seu crescimento foi intensificado no período 1979/82, com média anual de 25% e, a partir de 1994, com 24%.

Na fase 1995/98, alcançou 38% da arrecadação de ICMS. Não foi ele, portanto, que mais contribuiu. O fato é que as despesas ficaram acima das receitas ao longo do período, menos em 1984/85 e 1988/89. O equilíbrio relativo de contas melhorou nos anos 1980, quando o estado passou a aplicar recursos na "ciranda financeira" (desenvolvido adiante), fez ajustes de despesas e rolou a dívida de médio e longo prazo. A arrecadação de ICM/ICMS, no ES, entre 1967 e 1998, foi, em média, de 52% da receita própria. Ela foi complementada pelas transferências da União. Mesmo assim, o que se obtinha não era suficiente para cobrir as despesas. Uma saída foi o endividamento. Até 1973, o ES não tinha dívida externa. Em 1975, foram iniciadas ofertas públicas de títulos para a rolagem da dívida mobiliária. Em 1982, foram feitas as primeiras emissões de Letras Financeiras do Tesouro do Espírito Santo (LFTES), para cobrir despesas de investimentos em estradas. Os leilões eram realizados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Quem arrematava era o BANESTES. Ou seja, o agente financeiro do estado comprava títulos "podres", pois o governo não tinha a intenção de honrá-los. Este foi um dos truques contábeis para lidar com o fato de que o que se arrecadava não era suficiente para pagar as despesas. Outro, bastante comum e em funcionamento até hoje, era transferir "restos a pagar" para exercícios posteriores. Para o período, esteve na média de 13% do orçamento. Em resumo, como é próprio do WSK, o estado do ES ampliou sua dívida pública, criou uma máquina que se comprometeu com várias tarefas, concedeu um volume de incentivos fiscais que diminuiu a arrecadação e não gerou retorno adequado. A crise fiscal que inevitavelmente acompanha a trajetória do WSK, porém, foi atrasada graças à dinâmica da chamada "ciranda financeira" dos anos 1980.

A industrialização promovida pelas grandes empresas de economia mista (Vale, Aracruz e CST), além da Samarco Mineração (privada) pro-

moveram periferização e grandes custos sociais associados. O processo de industrialização citado vai de 1969 (primeira usina pelotizadora da Vale) até 1983 (início das atividades da CST). Uma de suas características foi o erro de cálculo da Vale e da Samarco no que se refere à demanda de pelotas de minério de ferro, que diminuiu por conta das crises financeiras do primeiro (1973/74) e do segundo (1979) choque do Petróleo. Os investimentos foram muitos altos e demoraram a gerar lucros, já dentro da década de 1980. Ao mesmo tempo, a CST foi criada com o fito de vender placas de aço para os sócios estrangeiros. Quando ficou pronta, contudo, eles não estavam mais interessados no produto e a empresa teve que patinar até achar consumidores alternativos. Tudo isso se deu durante a década de 1980, quando a inflação saiu do controle e o governo federal promoveu indexação de salários e preços, produzindo aumentos inerciais de juros. Este conjunto de fatores comprometeu a capacidade de arrecadação do estado do ES, pois as empresas (não só as citadas, mas todas que se instalaram) não contribuíram tanto quanto seria necessário para o financiamento ótimo do WSK. A ampliação progressiva do Aparelho de Estado em condições de subfinanciamento, em uma conjuntura de seguidos planos econômicos heterodoxos, acabou gerando uma profunda crise fiscal.

De forma mais específica, quando as fases de estabilidade dos planos econômicos se via esgotada, o governo federal promovia aumentos de juros, chegando ao limite de lançamentos diários, via *overnight*. O próprio governo federal, os estaduais e os municipais se adaptaram a esta situação. Cobravam impostos, aplicavam no *overnight*, colhiam os juros e cobriam suas despesas. Os bancos estaduais foram usados para isso. Também foram usados para esquemas de financiamento dos tesouros, por meio de empréstimos em troca de arrecadação futura, o que tornava estas operações muito arriscadas. As aplicações financeiras, porém, mascaravam os

prejuízos assim produzidos. Este foi um *modus operandi* que acabou sendo interrompido pelo Plano Real, em 1994. Naquele momento, o balanço dos bancos e as contas públicas mostraram sua verdadeira faceta, que era deficitária.

A caminho do Estado Neoliberal no ES

O governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) pressionou os estados a que seguissem seu programa neoliberal, por meio de privatizações, cortes de gastos com servidores, concessões de serviços, diminuição da intervenção econômica e da máquina estatal. Este processo começou no último ano do governo de Albuíno Azeredo (PDT), em 1994, e se aprofundou no mandato de Vitor Buaiz (PT, depois PV). O detalhe é que a forma como os estados se adaptaram à administração das contas em condições de subfinanciamento gerou uma profunda crise de pagamentos. Desta forma, Azeredo entregou o governo a Buaiz com várias folhas de vencimentos em atraso e com arrecadação insuficiente para resolver as dívidas com servidores e honrar os contratos com fornecedores. Nestas difíceis condições, Buaiz teve que decidir o que fazer.

A passagem do WSK para o Estado Neoliberal é um processo. Por vezes, podem ocorrer até "retrocessos" ou soluções combinadas. Durante os três primeiros mandatos do PT no governo federal, por exemplo, foi sendo configurada uma combinação de uma faceta típica do WSK, que acabou sendo nomeada de neodesenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, os fundamentos da política monetarista herdada da fase anterior (chamado de "tripé macroeconômico") foram mantidos. Tratou-se de um arranjo contraditório, que viria a ser solucionado em favor do neoliberalismo no início do segundo mandato de Dilma Roussef. O significado disso é que as mudanças ocorrem de acordo com as conjunturas, as realidades locais, as resistências, as pressões variadas e a forma como o modelo político lida

com elas.

Vitor Buaiz teve que enfrentar, pela primeira vez, a incapacidade estrutural do estado em pagar suas contas. A resposta imediata foi a de cortar custos. Isto foi insuficiente para dar conta do problema. A orientação do PT era a de se colocar em oposição ao Plano Real, pois os anteriores haviam fracassado. Em termos mais específicos, Buaiz ficou contra a privatização da CVRD pelo governo federal, o que foi determinante para que as portas de Brasília se fechassem para ele. Ao mesmo tempo, mesmo sem ter solucionado o problema dos vencimentos atrasados, sob pressão dos sindicatos, Buaiz deu um aumento aos servidores, o que piorou o perfil das dívidas. Ocorre que o Real mostrou ser mais sólido que os planos anteriores, de forma que o governador se viu na obrigação de aderir à eliminação de direitos trabalhistas dos servidores. Além disso, ele propôs a criação de uma entidade (ADERES) que se tornaria proprietária dos ativos do estado com maior valor de mercado (BANESTES, CESAN, etc.). Com isso, seria possível lançar papéis no mercado, lastreados nestes ativos, e, por meio deles, levantar recursos. O pacote com este conjunto de propostas levou ao rompimento com o PT e com a base de centro-esquerda na Assembleia Legislativa.

O ponto fundamental aqui, que se apresenta como estrutural para a realidade política contemporânea capixaba, é a impossibilidade de que um partido e/ou um bloco programático consiga eleger o governador e formar maioria na Assembleia. Daí a necessidade de formar coalizões de governo, nas quais, porém, os partidos não são as unidades de análise, mas sim as oligarquias municipais e/ou lideranças de grupos de interesse (religiosas, corporações policiais).

No momento em que Buaiz era governador e que necessitava de apoio para aprovar o pacote citado, havia um grupo de parlamentares, liderado por José Carlos Gratz (PFL), que se dispôs a compor a base si-

tuacionista, em troca do controle da presidência da Mesa Diretora do Legislativo. O Executivo contava com uma base própria, que se viu diminuída com a defecção do PT e outros aliados progressistas. Assim, o acordo com o grupo de Gratz gerou uma maioria, mas que dependia do cálculo político de Gratz e seu grupo, apelidado de "Partido da Mesa Diretora" na obra de André R. V. V. Pereira (2014). Ele não concordou em apoiar a criação da ADERES de acordo com a proposta original, de forma que o resultado mais palpável do governo Buaiz, em termos do que está sendo discutido aqui, foi a redução de diretos trabalhistas dos servidores.

É muito importante notar que, em 1996, com a Lei Kandir, o estado do ES teve uma forte queda de arrecadação de ICMS. Como se isso não bastasse, as empresas exportadoras se tornaram credoras de ICMS do governo local por conta disso. Crise fiscal mais queda de arrecadação mais falta de controle sobre a base legislativa resultaram tanto na incapacidade de fazer com que as estruturas do WSK funcionassem a contento quanto numa mudança definitiva para o neoliberalismo. Este traço foi comum aos mandatos de Buaiz e o seguinte, de José Ignácio Ferreira (PSDB, depois PTN).

O que José Ignácio fez foi estabelecer um limite (ilegal) ao pagamento dos servidores do Executivo. Ele jogou com a lentidão da Justiça para dar ganho de causa aos funcionários públicos, o que foi suficiente para colocar as contas em dia. Na fase final de seu mandato, contudo, o governador foi envolvido num escândalo de corrupção, que, em parte, teve a ver com a negociação justamente dos créditos de ICMS das exportadoras. **Ignácio vivia o mesmo problema de formação de maioria na Assembleia que Buaiz**, ou seja, a negociação com o grupo de Gratz. O que ocorre é que ele soube se fortalecer politicamente por meio do truque legal envolvendo os vencimentos da burocracia estatal. Quando o escândalo surgiu, em 2001, ele buscou manter o controle do plenário da Assembleia

reforçando a aliança com o grupo de Gratz e lançando mão dos recursos públicos, o que levou, novamente, ao descontrole das contas. **O arranjo institucional se tornou impraticável em termos de criar condições para qualquer tipo de governo que pudesse funcionar minimamente bem**. O que isso quer dizer? Que o Executivo continuava lidando com baixa arrecadação, com crise fiscal, com falta de controle político e não havia alternativas factíveis. Este quadro mobilizou o governo federal, que promoveu uma intervenção "branca". Foi isto que impediu a reeleição de Gratz e deu condições, já no mandato de Hartung, a reverter a primeira eleição da Mesa Diretora da Assembleia, ainda ligada à orientação dele.

Tanto Buaiz quanto Ignácio avançaram pouco na direção do neoliberalismo, sem, ao mesmo tempo, fornecer alternativas a um funcionamento mínimo da máquina que havia sido constituída desde os anos 1960. Mais ainda, na fase final do mandato de Ignácio, o caráter disfuncional do modelo passou a prejudicar os interesses do grande capital que, pela primeira vez, passou a se organizar publicamente no sentido de elaborar um programa e um discurso para Sociedade Capixaba, por meio da entidade conhecida como Espírito Santo em Ação. Este foi um aspecto fundamental para a formação de **um pacto de elites** que, dali para frente, **passou a sustentar o neoliberalismo no ES**.

Desta forma, ao assumir em 2003, o que Hartung encontrou? Em primeiro lugar, mais uma vez, as contas estaduais estavam descontroladas, com dívidas com servidores e fornecedores. A arrecadação estava aquém do necessário e já estava claro que a prática da União era a de ressarcir as perdas da Lei Kandir apenas de acordo com as disponibilidades do orçamento federal. Ou seja, nunca houve ressarcimento efetivo do que foi perdido. E os créditos de ICMS haviam se tornado um problema para as contas do estado. Ao mesmo tempo, Gratz foi afastado do Legislativo e houve condições políticas para desmantelar o seu grupo. Todavia, isto não

gerou uma maioria parlamentar disciplinada e programática ao lado do governador. Foi preciso construir uma coalizão de governo. À diferença de Buaiz e Ignácio, **Hartung assumiu a posição de líder de um projeto elaborado pelas elites dirigentes, que incluiu o grande capital, dirigentes sindicais patronais, a grande imprensa, intelectuais e lideranças políticas**. É a consistência e continuidade dessa aliança até os dias de hoje que atrai os governantes para este projeto, que sustenta um discurso a ele favorável, que explica sua implantação ao longo do tempo.

Do ponto de vista do modelo político, a inovação trazida por Hartung, diante do vazio deixado por Gratz e da alta dispersão das oligarquias locais, foi a de formar uma maioria parlamentar na Assembleia e um bloco de poder para além do Legislativo. Tratou-se de um processo, que se desenvolveu ao longo de seus dois primeiros mandatos. No primeiro, especificamente, ele estabeleceu uma maioria parlamentar e obteve seu apoio a medidas de contenção por conta da vigilância da imprensa, que expôs e condenou manobras de Gratz e seus aliados. Também foram relevantes os argumentos em defesa da necessidade de medidas duras (cortes de despesas) para enfrentar a crise. A ampla aliança política que sustentou sua candidatura em 2002 com parte do combate ao "crime organizado" foi mobilizada.

Como parte dos acordos políticos, Hartung apoiou a eleição de Claudio Vereza (PT) à presidência da Assembleia. Houve aí o interesse em conseguir, pelo PT, acesso ao governo Lula, por meio do qual foi negociado um acordo envolvendo os royalties de petróleo. O Espírito Santo vinha tendo um crescimento progressivo da extração de petróleo e gás no mar, o que implicava o pagamento de royalties ao Estado. Ao mesmo tempo, o tesouro local tinha dívidas com a União, que eram pagas com descontos automáticos da arrecadação capixaba. O acordo obtido constou de uma supressão destes descontos automáticos em troca dos royalties

futuros, porém dentro de certo limite, a partir do qual o estado poderia voltar a receber. Assim, foi possível economizar os repasses à União e utilizá-los para acertar as contas, que foram diminuídas por meio de cortes de gastos e da eliminação inicial de benefícios fiscais às empresas vindos do governo anterior.

O governo Lula mudou a postura do de Fernando Henrique com relação aos estados. Na fase do PSDB, estados e municípios teriam que assumir compromissos com a pauta neoliberal para receber benefícios federais. Foi daí, por exemplo, que adveio a citada dívida estadual com a União. A relação com os estados passou a ser mediada pelo projeto nacional de desenvolvimento e, em parte, por alianças políticas. Foi o caso, digamos, do estado do Rio de Janeiro, no qual o PT local foi prejudicado em favor de uma parceria estratégica com o PMDB e que também passou por investimentos na cidade do Rio por conta dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, sem falar na exploração do petróleo no mar e, no bojo disso, a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

No caso do ES, no início do primeiro mandato de Hartung, a negociação dos royalties teve o componente político. O PT local, que havia tido sua imagem muito prejudicada pelo governo Buaiz, lutou pela presidência da Assembleia e projetou seu crescimento posterior com foco na prefeitura de Vitória nas eleições de 2004. Hartung emergiu para a política como liderança da capital. Foi prefeito (1993-96) e elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), que se manteve no cargo até 2004, por dois mandatos. A expectativa de Luiz Paulo era a de que Hartung apoiasse o nome indicado por ele, o do deputado estadual César Colnago (PSDB), para seu lugar.

Na fase inicial da coalizão de governo, Hartung teve que lidar com a complexa teia de interesses das oligarquias locais e a forma como elas im-

pactavam na Assembleia e no cálculo futuro das elites políticas. Aprovar e implantar a pauta neoliberal, com medidas que implicavam em alterações do status quo, prejudicando a diferentes grupos, implicava e formar uma coalizão superdimensionada que fosse capaz de mediar o conflito entre os grupos oligárquicos nos municípios. Para tanto, o governador necessita de recursos suficientes de forma a ter condições políticas de impor perdas e/ou distribuir benefícios (cargos, verbas). Na fase inicial, Hartung não tinha como conseguir este intento, em particular no caso dos municípios maiores. Todavia, a negociação de royalties, junto com as medidas de ajuste de contas, assim como a melhoria geral da situação econômica do país, em particular do setor exportador, forte no ES, foi melhorando o perfil das contas estaduais, particularmente nos seus dois últimos anos.

Assim, no pleito de 2004, a capacidade de intervenção de Hartung foi limitada. No caso de Vitória, ele optou por não assumir a defesa do nome de Colnago no segundo turno, contribuindo, desta forma, para a vitória de Coser. Naquele momento, PT, PDT e PSB se destacaram nas prefeituras no núcleo da Grande Vitória, conforme foi dito no início deste texto. Todavia, o ajuste de contas criou meios para que o governador aumentasse sua capacidade de atuar como mediador oligárquico. Para exemplificar, no último ano de governo, ele criou um Fundo, composto por repasses estaduais de royalties de petróleo, destinado aos municípios com menor PIB per capita. Também foi capaz de atrair o PSB e o PT para sua coalizão, deixando o PDT sozinho na oposição. Nada disso seria possível sem a recuperação das contas, que se deu, porém, com base em um conjunto de mudanças que começaram a alterar a estrutura do Aparelho Regional de Estado. Neste texto, elas não puderam ser consideradas, pois o foco foi o de chamar a atenção para a herança recebida e o componente político que sustentou o início desta transformação.

REFERÊNCIAS:

BOITO Jr, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012, p. 1-15. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: DEC/ES, 1987.

_____. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho coloniaç ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

_____. **Indústria**: a modernização do Espírito Santo. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Trad. A. Sobral; M. S. Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

PEREIRA, André R. V. V. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: EDUFES, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1902/1/Livro%20digital_Por%20Baixo%20dos%20Panos.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século**: anotações e reflexões para futuras reformas. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1839/1/td_0405.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

VIEIRA, José E. **30 anos das finanças públicas do estado do Espírito Santo (1967/1998)**: sua história, crises e consequências. Vitória: Ed. do Autor, 1998.

A trajetória política e intelectual de Estanislao Zeballos tecendo uma proposta de diplomacia cultural

Camila Bueno Grejo
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES
camila.grejo@ufes.br

A existência de uma relação estreita entre diplomacia e vida intelectual foi um traço marcante, durante o século XIX, na América do Sul, principalmente no período posterior aos movimentos de independência e em seu final, momento em que homens deletras, acadêmicos e especialistas em direito tiveram um papel de destaque na elaboraçãoe na reflexão sobre a política exterior de seus países.

Em nosso trabalho, buscamos explorar as relações internacionais argentinas em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual, considerando como objeto central a análise da atuação de Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) no debate internacional entre os anos de 1889 e 1908 atentando, especialmente, para como este político e intelectual manifestava, em seus escritos e discursos, as conexões e interações de caráter transnacional na Argentina.

No final do século XIX, o país viveu um intenso desenvolvimento econômico acompanhado de profundas transformações em sua cultura, política e sociedade. Desde então, a maioria dos dirigentes argentinos buscou integrar o país ao mercado mundial que se encontrava em plena expansão. Imigrantes, capitais –sobretudo ingleses –e comércio estavam

no centro deste cenário e transformaram a Argentina em protagonista de um dos mais espetaculares processos de expansão da história do capitalismo. O crescimento econômico experimentado no final do século XIX e mantido durante a primeira década do XX inspirou seus dirigentes a desempenhar uma missão civilizadora na América Latina, demarcando sua hegemonia sobre a região. As atenções fora do continente, por sua vez, estavam voltadas para a Europa, sobretudo direcionadas à Grã-Bretanha, e era reativa às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, soba égide do pan-americanismo[1].

O governo de Julio Roca[2], entre 1880 e 1886, havia inaugurado uma nova e moderna concepção em relação à administração do país e ao exercício das relações internacionais. A Campanha do Deserto liderada por ele –enquanto general no governo de Nicolás Avellaneda - garantiu a presença argentina no sul patagônico[3]. Roca promoveua reorganização do exército: modificou sua estrutura e coordenou seus quadros, enquantotratou de incrementar seu equipamento militar. A exportação de lã, carne e produtos agrícolas, havia transformado o país em um dos maiores fornecedores de alimentos e matérias-primas do mundo. As cidades refletiam

1 BUENO, Clodoaldo. P*olítica externa na Primeira República. Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

2 É importante destacarmos que o vínculo entre Zeballos e Roca havia se formado devido à inserção de ambos em uma complexa rede de relações, que foi estimulado pelo apoio que o primeiro deu à Campanha do Deserto, liderada pelo segundo. Zeballos deu seu aval diante da solução encontrada pelogoverno para resolver, em caráter definitivo, a "questão indígena", o que levou à incorporação de vastosterritórios ao controle do Estado e garantiu a manutenção das fronteiras ocidentais da república. *A conquista de quince mil leguas: estudio sobre la traslación de la frontera sud de la república al Rio Negro dedicado* à *los jefes y oficiales del ejército expedicionario* (1878), obra escrita por Zeballos, foiutilizada por Roca a fim de justificar e conscientizar até mesmo os oficiais que estavam envolvidos nacampanha.

3 A região patagônica incorporada pela Argentina foi alvo de litígio com o Chile que reivindicava o direitosobre as terras. A questão parecia solucionada com as negociações de Bernardo de Irigoyen, chancelerargentino, por meio do Tratado de 1881, mas foram reabertas pela chancelaria de Zeballos.

esse novo momento tornando-se centrosfinanceiros de comércio e manufaturas como, por exemplo, Buenos Aires, já Capital Federal, que ganhou novos traçados, parques, edifícios e hábitos inspirados no gosto francês.

A promoção da imigração europeia contribuiu para esse quadro de mudanças. Desde 1850 o país recebia imigrantes, mas, no final daquele século e nas primeiras duasdécadas do seguinte, houve um salto nos índices imigratórios, pois, de um total de 1.736.923 habitantes em 1869, passou para 3.377.780 em 1880, e 7.885.237 em 1914, chegando a atingir a maior proporção mundial de imigrantes sobre a população nativa.

A elite liberal-conservadora preocupava-se em definir os rumos que deveriam sertomados pela Argentina em meio a tantas transformações e, por isso, discutia e apresentava propostas de ação por meio da imprensa. A *Revista de Derecho, Historia y Letras*, fundada e dirigida por Estanislao Zeballos entre os anos de 1898 e 1923,constituiu-se na principal publicação do ambiente intelectual de então, acompanhada poroutras, como a *Revista de Filosofia, Cultura Ciencias y Educación* – dirigida por José

Rodolfo Rivarola entre 1910 e 19284

Os intelectuais, atores do debate político, evocavam a consciência de seu tempo atuando como intérpretes da nação. Pertenciam a determinadas classes sociais, compunham uma certa institucionalidade, reunindo-se em torno de revistas, redações dejornais, clubes, cafés, universidades e ateneus, onde desenvolviam uma sociabilidade intelectual. Denominados pela historiografia como "Geração de 80" dominavam o cenário intelectual argentino desse período e seus escritos podem ser considerados comouma continuidade de sua posição sociopolítica, pois ocupavam uma sólida posição econômica obtida a partir de seu desempenho profissional como advogados, estancieiros,funcionários estatais e médicos. Exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século XIX

e expressavam um objetivo em comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país.

Como a atuação de Zeballos se deu por meio de discursos oficiais, mas, também,da participação em jornais e revistas, optamos por realizar uma análise de caráterqualitativo, pois não pretendemos esgotar todas as possibilidades de trabalho abertas poreste material.

Nossa proposta de trabalho está inserida nas discussões propostas pela história intelectual e pela história política renovada. Portanto, seguimos a perspectiva aberta por Jean-François Sirinelli, a qual considera que a história dos intelectuais tornou-se, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural"[4]. Segundo ele, o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um "pequenomundo estreito", no qual são atados os laços humanos e as sociabilidades intelectuais como, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho de uma editora. Dessa forma, sustenta que "as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão –pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem –e de exclusão –pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas". Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. Em suma, para Sirinelli, uma revista é, antes de tudo, "um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão". As proposições de Sirinelli nos levam a pensar nas relações estabelecidas entre Zeballos e os colaboradores da *Revista de Derecho, Historia y Letras*e do jornal *La Prensa* a partir de sua localização e

4 SIRINELLI, Jean –François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (org). *Por uma historia política*. Riode Janeiro: Editora UFRJ, 1996, 232.

influência no campo intelectual e político argentino, favorecendo a composição de uma determinada rede de sociabilidade.

Devemos ressaltar que consideramos os discursos proferidos por Zeballos entre os anos de 1889 e 1908 como fonte e, ao mesmo tempo, como objeto dotado de historicidade. Por isso, ao analisarmos esse material, não podemos dissociá-lo do momento de sua produção, do fato de se tratarem de documentos oficiais, dos objetivos propostos, do público a que eram destinados e dos meios utilizados para sua reprodução. Este último fator também deve levar em consideração as relações estabelecidas entre as publicações e o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos.

Com relação à bibliografia, é importante enfatizarmos que a discussão de nossas fontes tem sido desenvolvida com base na leitura e análise de obras referentes à história política, à história argentina, ao movimento intelectual argentino no final do século XIX, aos estudos voltados para o campo das relações internacionais, ao nacionalismo no ocidente e, também, ao processo de construção da nacionalidade argentina.

Os intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX refletiam, de forma obstinada, acerca de seus país, buscando delinear as características nacionais comoum meio de justificar a importância da Argentina enquanto um Estado Nacional recentemente constituído diante das transformações econômicas e sociais acarretadas pelo grande afluxo de imigrantes europeus. A busca por elementos que identifiquem a nação, ressaltando suas particularidades diante do confronto com o estrangeiro e sua importância no continente americano são questões que se tornaram fundamentais neste período, constituindo-se em balizas da atuação polí-

tica de Zeballos como deputado.

Oscar Terán ressaltou que no final do século XIX, os processos de modernizaçãotransformaram radicalmente o panorama social, político, econômico e estético, introduzindo novos problemas, preocupações e conflitos[5]. Desde a esfera política, a eliteencabeçada pelo presidente Julio Argentino Roca, participava ativamente desse processo,mas, de seu interior, surgiram vozes discordantes, apresentando dúvidas e inquietações a respeito do cenário de modernidade que se desenvolvia na Argentina. Nesse sentido, instaurou-se um paradoxo, pois os políticos e intelectuais do final daquele século, não concebiam outra forma de construir um Estado-nação moderno senão por meio da imigração que conduziria o país rumo ao progresso e ao crescimento econômico.

Em 1880, a Argentina vivenciou o triunfo do Estado nacional a partir da federalização de Buenos Aires e da ascensão de Roca ao poder representando os interessesdo PAN. O Estado nacional passou a ostentar o monopólio de força legítima, afirmado na derrota das dissidências provinciais; foram sancionadas as leis laicas de educação e registro civil, que passaram às mãos estatais o controle da população até então dividido com a Igreja Católica. O país apresentou um espetacular crescimento econômico com a produção de bens agropecuários e ferrovias inglesas passaram a ser instaladas no territórioantes ocupado pelos indígenas, apropriado pelo Estado na chamada Campanha do Deserto[6]. As cidades argentinas refletiam os ares da modernidade pela construção de parques e de edifícios. Buenos Aires, por exemplo, transformou-se num grande centro cosmopolita e, já no final do século XIX, contava com diversos meios de transpor-

5 TERAN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980.* Buenos Aires:Siglo Veintiuno editores, 2009, p.109.

6 A Campanha do Deserto realizada contra as populações indígenas apoiava-se numa justificativa compartilhada pelas elites do mundo ocidental: que as nações viáveis eram aquelas dotadas de uma população de raça branca e religião cristã. Esta temática será retomada neste trabalho devido ao envolvimento de Zeballos no processo.

te, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador. O setor educacional, que já havia adquirido destaque nos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, continuou em alta durante a presidência de Júlio Argentino Roca, quem em 1884 promulgou a Lei 1.420, que previa o ensino gratuito, laico e obrigatório.

Carina Mengo[7], em uma coletânea sobre Estanislao Zeballos, assinala que no contexto de criação do Estado laico, e liberal se estabeleceram várias instituições científicas e universitárias na Argentina. Em 1865 foi criado o Departamento de Ciências Exatas na Universidade de Buenos Aires e, sete anos depois, na mesma universidade, surgiu a iniciativa de um novo projeto institucional para impulsionar os estudos científicos: a Sociedade Científica Argentina. Ao mesmo tempo, na Universidade de Córdoba, entre os anos de 1870 e 1873, a ideia da criação de uma Faculdade de Ciências a partir da contratação de docentes europeus[8] foi encomendada por Sarmiento, então diretor do Museu de Buenos Aires, o que permitiu a realização de tal feito em 1873.

O progresso, enquanto um ideal do Estado nascente, exigia o desenvolvimento de instituições[9] dedicadas à produção de verdades universais, assim como de saberes que possibilitassem classificar e revelar topogra-

7 MENGO, Carina. "Positivismo, ciencia y cultura em el escenario argentino a fines del siglo XIX". In: FERNANDÉZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos em la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 39-54.

8 Os professores eram Bernardino Speluzzi (matemática pura), Emilio Rossetini (matemáticas aplicadas) e Pelegrino Strobel (História natural) e sua procedência europeia se fundamentava na ideia de progresso dos povos a partir da difusão de certas verdades científicas universais postas a serviço das aspirações do conjunto social. Esta perspectiva, considerava os conhecimentos matemáticos como o caminho para o fomento da indústria e do trabalho, necessários em todo país moderno (MENGO, 2011, p. 41).

9 Cabe ressaltar que as condições cotidianas do trabalho científico da época mostram diferentes redes de sociabilidade que dependiam de recursos econômicos dos próprios pesquisadores, apoios circunstanciais entre associações científicas e financiamento estatal.

ficamente o espaço apto para receber a chegada da civilização. Por isso, a prática da botânica, zoologia, geologia e mineralogia eram necessárias à investigação e conhecimento da natureza do território argentino (*Ibidem*, p. 42). Neste contexto, a Sociedade Científica Argentina foi idealizada para atuar como uma corporação sumamente comprometida com a aplicação social de seus produtos teóricos. Fundada por Luis Huergo, Augusto Riguelet, Justo Dillon e Estanislao Zeballos, suas atividades foram variadas – conferências, concursos para promover as aplicações científicas na indústria, viagens e expedições à Patagônia e a publicação dos Anais da Sociedade Científica Argentina - e abarcaram um amplo espectro de questões relacionadas ao discurso científico como ponto de partida para forjar a nação argentina[10].

O momento histórico de criação das instituições científicas e universitárias no país deve ser interpretado, portanto, como mostra de uma mudança substancial na própria organização do conhecimento, uma vez que o trabalho científico passou a ser pensado como uma atividade coletiva realizada em locais específicos como os museus, universidades e associações. Com relação aos primeiros, devemos destacar o empenho de Zeballos na criação do Museu Mitre e a utilização da *Revista de Derecho, Historia y Letras* como plataforma de divulgação de seu projeto.

A preocupação com a questão nacional foi manifestada por Zeballos em duas dimensões: frente ao outro externo representado principalmente pelo Chile desde a década de 1880 e, retomando seus escritos da juventude acerca da representação do "deserto", o fez, na vida adulta, em torno da questão social imposta pela imigração, conforme discutiremos adiante.

Sua atuação nas relações exteriores lhe rendeu papel de destaque no

10 A exploração das terras patagônicas e suas possibilidades econômicas associadas ao ímpeto de conquista territorial, evidenciava as preocupações científicas com o território. Zeballos pretendeu, em 1876, com a criação do Instituto Geográfico Argentino, recriar naquele país as funções da *Royal Society* e da *National Geographic* britânicas e fez expedições próprias aos pampas, onde desenvolveu um trabalho de cunho arqueológico.

meio político latino-americano. Gustavo Ferrari[11], atribui à ideologia de personagens como Zeballos a prática de um "nacionalismo liberal", principalmente ao considerar suas publicações em *La Prensa*, nas quais argumentava acerca da defesa do território nacional[12], do armamentismo e da revisão histórica dos limites nacionais. As posições assumidas como chanceler nos governos de Celman e Pellegrini foram alvo de severas críticas de setores que classificavam sua política como "armamentista" em decorrência do tumulto gerado pela compra de equipamento militar europeu.

Em 1888 e 1894 foi designado para atuar como representante do governo argentino na Corte Permanente de Arbitragem de Haia e, em 1893, atuou como ministro plenipotenciário em Washington devido à questão de limites com o Brasil. Renunciou em 1895, diante das duras críticas com relação à sua atuação na chancelaria, o que lhe rendeu assunto para muitos escritos posteriores publicados na *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

Durante o segundo mandato de Roca (1898-1904) na presidência da República Argentina, Zeballos esteve alijado do poder, pois havia se convertido em um opositor do governo central[13]. No entanto, utilizou sua

11 Ver: FERRARI, Gustavo. "Prólogo". In: ZEBALLOS, E. S. *Diplomacia desarmada*. Buenos Aires: Eudeba, 1974.

12 Zeballos defendia a perspectiva de que era necessário consolidar a juridicidade e a jurisdição sobre o território como forma de marcar sua presença diante de outros Estados, o que potencializaria o modelo de desenvolvimento adotado pela Argentina.

13 Zeballos (1898, p. 156), em um artigo publicado no primeiro número da RDHL, em 1898, discutia o primeiro governo de Roca, descrevendo o líder como um homem novo, sem tradições universitárias e políticas, desvinculado do capital e formado no exército, mas sagaz e movido por uma ambição reflexiva e paciente; o surgimento do PAN foi caracterizado, por este intelectual, como uma evolução que permitiu a chegada de Roca ao poder e garantiu o progresso material do país. Entretanto, ponderou que a crise moral e política vivida pela Argentina teria suas origens naquele governo em decorrência, principalmente, "da falta de preparação técnica e de experiência do soldado que assumiu as responsabilidades, as altas condições orgânicas do país e o excesso, voluntário ou simplesmente da inércia, próprio de todas as reações, que levou a hegemonia nacional para além de onde era hábil e necessário" (*Ibidem*). Zeballos chamou a atenção, ainda para a "desgraça" causada pelo desaparecimento da influência de Buenos Aires quando se fazia necessária

revista como uma plataforma de difusão de ideias políticas censurando abertamente a política exterior e o paternalismo presidencial,propondo um programa de reconstrução nacional baseado na moralização administrativa,reorganização da vida política dos partidos, fortalecimento da autonomia das províncias e o rechaço aos pactos assinados em maio de 1902 com o Chile.

O governo de Figueroa Alcorta devolveu a Zeballos o espaço da chancelaria argentina, em 1906, com a intenção de enfrentar as resistências internas representadas pelos roquistas e republicanos – agrupados em torno de Mitre e do diário *La Nación* – e,também, externas, principalmente a da chancelaria brasileira desempenhada pelo Barão do rio Branco. Cabe ressaltar que estes grupos opositores se posicionaram de forma contrária à política armamentista impulsionada por Zeballos, a qual acabou levando a suarenúncia em 1908. Sua volta ao cenário político nacional se deu em virtude da promulgação da Lei Sáenz Peña e de sua eleição como deputado nacional pela Capital Federal pelo Partido da União Nacional durante os anos de 1912 a 1916, acumulando a função de presidente da Câmara dos Deputados[14].

Estanislao Zeballos também demonstrou grande interesse em escrever sobre a história de seu país. Dentre suas preocupações temáticas, podemos destacar os índios, a conquista e a colonização da Argentina; estudos de caráter antropológico, sobre aformação da nação, além de vasta produção com relação à história das relações internacionais da Argentina. Há escritos relativos ao período histórico em que vivia, os quais são narrados por meio de crônicas e recordações pessoais e, ainda, anotações

para manter um justo equilíbrio das manifestações políticas na vida nacional.

14 A atuação política de Zeballos se deu de forma concomitante a outras atividades como a docência no Colégio Nacional, no Colégio Militar, no Liceu Naval e na Universidade de Buenos Aires, da qual chegoua ser Decano da Faculdade de Filosofia e Letras e da Faculdade de Direito.

biográficas e resenhas bibliográficas[15].

Apesar de não ter sido produzida uma biografia[16] completa a seu respeito, Etchepareborda aponta uma série de historiadores que destacaram passagens da trajetória política e intelectual de Zeballos. Esse é o caso de Carlos R. Melo e Emilio A. Coni. Raúl A. Molina recordou sua gestão como ministro das relações exteriores de Pellegrini; Enrique M. Barba e Andrés Allende voltaram-se aos aspectos substanciais de obras dedicadas ao reconhecimento do território nacional como *La Conquista de Quince mil leguas* (1878) e *Viaje al país de los Araucanos* (1881); Julio Irazusta recordou as críticas tecidas por Zeballos à Argentina de seu tempo; e Roberto F. Giusti exaltou as páginas referentes à Conquista do deserto, afirmando ter se tratado de uma guerra entre dois mundos que não poderiam coexistir. Este autor destaca, ainda, a monografia de Gregoria Celada Domínguez que, baseada numa documentação inédita pertencente ao Arquivo de Relações Exteriores, analisou a gestão de Zeballos ante o presidente Cleveland, árbitro norte-americano no litígio entre Brasil e Argentina pela região de Palmas/Misiones; e o empenho de Gustavo Ferrari que reuniu alguns dos textos publicados na *RDHL* sob o título Diplomacia Desarmada e os transformou em um livro que contém, também, uma explanação acerca da importância de Estanislao Zeballos no campo da política exterior argentina, bem como a análise da situação das forças armadas e da posição ocupada internacionalmente pela Argentina no início do século XX, além de um capítulo que privilegia a compreensão de Rio Branco, chanceler brasileiro que travou várias disputas com Zeballos no campo da política exterior envolvendo Brasil e Argentina. Além destes,

15 A mais importante resenha bibliográfica elaborada por Zeballos consiste na seção Analecta que integroua RDHL durante toda sua existência.

16 Etchepareborda(op. cit.) destaca que o próprio Zeballos, por ter consciência da importância de sua trajetória, fez anotações e organizou documentos que poderiam servir a um biógrafo, o que nos mostra a preocupação com a forma com que ele seria lembrado pela história argentina.

devemos ressaltar os trabalhos do próprio Roberto Etchepareborda com vistas às relações exteriores argentinas, especialmente seu enfrentamento com o Brasil[17].

Conforme procuramos demonstrar, Estanislao Zeballos excedia a caracterização de um profissional da política, convertendo-se em um homem de ação política. Sua prática enquanto publicista a partir da intervenção em alguns dos debates centrais ou conjunturais, tanto no espaço nacional quanto no provincial, nos permite colocá-lo tanto no lugar de um ator, mas, também, de um testemunho privilegiado das mudanças que se buscavam operar na Argentina do período.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos, a partir dos caminhos políticos e intelectuais percorridos por Estanislao Zeballos, compreender as relações internacionais argentinas em sua dimensão diplomática, cultural e intelectual. Para isso, nos voltamos à possibilidade de pensarmos em uma trajetória particular que nos permitiu percorrer as instâncias da vida diplomática com o objetivo de investigar as esferas da formação estatal sem perder de vista questões como o hispanismo e o pan-americanismo, tomadas como identidades transnacionais.

Os diplomatas são atores de eventos de máxima confidencialidade para resolver questões importantes para seus Estados como disputas fronteiriças, por exemplo; mas também são representantes públicos de qualquer grande evento internacional, por isso, entendemos que estudar a definição das funções dos membros do serviço de relações exteriores nos convida a estudar de forma sistemática e dinâmica as posições da Argentina vis-à-vis as realidades continentais e mundiais no médio prazo.

17 É oportuno esclarecer que os trabalhos citados foram produzidos por pesquisadores argentinos, o que destaca nosso intento de escrever, desde o Brasil, um capítulo não apenas da história argentina, mas de uma figura de suma importância no campo das relações exteriores.

O período abarcado em nossa pesquisa foi de suma importância para a conformação da política exterior argentina, pois durante a segunda presidência de Julio Argentino Roca (1898-1904), houve um intenso debate a respeito da "vida diplomática", como era chamada à época. Certamente, as relações fraternas com o Brasil e o conflito com o Chile devem ser lidos como pano de fundo desses eventos, todavia, as opiniões sobre o papel dos Estados Unidos no continente e a discussão sobre como a Argentina deveria se posicionar no contexto do avanço do país do Norte também funcionaram como partes dele. Longe de ser uma polêmica isolada, em diversas ocasiões na Câmara dos Deputados e no Senado foi levantada a necessidade de uma reforma estrutural no corpo diplomático e houve a discussão de diversos projetos do que passou a ser chamado de "Direito Diplomático", promulgado em 1905, com a Lei 4711, a Lei Orgânica do Corpo Diplomático Argentino, feito este que contou com participação ativa de Zeballos.

Em nossas fontes figuram documentos oficiais, tais como os consultados no Ministério das Relações Exteriores e Culto e no Museu Roca, localizados em Buenos Aires e no Complexo Museográfico Provincial Enrique Udaondo, na cidade de Luján, também na Argentina; e no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Nesses arquivos encontramos os discursos de Zeballos enquanto chanceler argentino, os tratados de limites, as discussões acerca dos limites com o Chile[18], as legações argentinas na América Latina, os textos produzidos durante as Conferências Pan-Americanas, assim como os discursos do Barão do Rio Branco e a documentação oficial brasileira, o que nospermitiu reconstituir a atuação política e intelectual de Estanislao Zeballos no campo dasrelações inter-

18 Pretendíamos, em 2020, ter consultado o arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile, o quenão foi possível devido à Pandemia do Covid-19. Por isso, nossa interpretação sobre as tensões entre Argentina e Chile foram pautadas na análise da documentação produzida pela chancelaria argentina.

nacionais entre 1889 e 1908. Mas também nos valemos de outros tipos de fontes, como as reportagens jornalísticas publicadas no periódico argentino *La Prensa* e sua repercussão na imprensa brasileira e chilena durante os anos de embate mais ferrenho entre estes países e, ainda, como a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a qual se constituiu num importante instrumento da ação política de Zeballos.

A escolha dessas fontes mostram os interstícios desses espaços e as margens de iniciativa individual que poderiam ser exercidas a partir de cargos oficiais do Estado. Dessa forma, contribuem com novas questões para estudar aspectos tão díspares quanto a dinâmica das secretarias estaduais, a configuração dos repertórios identitários e as decisões vitais dos diferentes atores. Além disso, corroboram nossa perspectiva de que a diplomacia não se dava apenas no campo político propriamente dito, mas transitava pelocultural e se relacionava à prática intelectual.

A partir da figura de E. Zeballos conseguimos, portanto, compreender a complexidade de um mundo intelectual em ebulição, a heterogeneidade dos espaços de sociabilidade intelectual, as diversas representações sobre a questão nacional e a geopolítica, bem como delinear os perfis possíveis do trabalho diplomático. Pretendemos,com isso, nos somar aos trabalhos que buscam compreender a variedade de maneiras pelas quais os intelectuais se vincularam ao poder político, contribuíram para o desenho das instituições do Estado e estabeleceram pontes culturais além das órbitas nacionais.

A visão sobre o poder moderador na obra Ensaio sobre o Direito Administrativo (1862) de Paulo José Soares de Souza, Visconde do Uruguai

Sávio Medeiros Liittig
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
savio_ml@hotmail.com

Esse trabalho tem como propósito apresentar a interpretação do *Poder Moderador* sob a perspectiva de uma das figuras mais ilustres do Partido Conservador do Brasil Oitocentista: Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, Paulino José exerceu importantes cargos no Executivo brasileiro, como Presidente de Província do Rio de Janeiro (1836-1840), Ministro da Justiça (1841 – 1843) e das Relações Exteriores (1843-1844; 1849-1953). Além disso, foi também eleito senador pelo Rio de Janeiro em 1849, cargo que manteve até seu falecimento em 1866. Além do destaque na política imperial oitocentista, Paulino José Soares contribuiu com importantes obras para a reflexão das instituições monárquicas, como *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862) e *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil* (1865), tendo na primeira obra importante visão do autor sobre o *Poder Moderador*.

1. DESENVOLVIMENTO

Pela Constituição brasileira de 1824, o monarca estava incumbido

de uma série de atribuições que compunha o chamado *Poder Moderador* ou o *Quarto Poder*. Pela Constituição de 1824, o Imperador exercia o *Poder Moderador*:

> I. Nomeando os Senadores;
> II. Convocando a Assembleia Geral extraordinária nos intervalos das Sessões, quando assim pede o bem do império;
> III. Sancionando os Decretos e resoluções da Assembleia Geral;
> IV. Aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos Conselhos Provinciais;
> V. Prorrogando ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua;
> VI. Nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado;
> VII. Suspendendo os Magistrados;
> VIII. Perdoando e moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença;
> IX. Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado (BRASIL, 1824).

Na década de 1860, todo um arcabouço de contestações urgiu no Brasil monárquico tais como publicações no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Correio Mercantil* e as obras de Zacarias de Góis, Teófilo Ottoni, Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça, Carlos Bernardino de Moura e Landulfo Medrado. Suas temáticas giravam em torno da limitação do *Poder Moderador*, do fim da vitaliciedade do Senado, do Conselho de Estado e contrários à lei de interpretação do Ato Adicional.[1] Logo, nas palavras de Tâmis Parron, "tratava-se de ampla revisão crítica da concepção do Estado imperial inscrita na Carta de 1824 e redesenhada nas medidas do

1 Dentro desse quadro de profusão de obras, podemos destacar algumas como *Os males do presente e as esperanças do futuro (1861)*, *Cartas do Solitário (1862)* e *A província (1870)* de Tavares Bastos; *Os cortesãos e a viagem do Imperador (1860)* de Landulfo Medrado; *A conferência dos divinos (1867)* de Ferreira Viana; *O rei e o Partido Liberal (1869)* de Saldanha Marinho; *A escravidão africana no Brasil (1866)* de Perdigão Malheiro; *Ao Imperador: Cartas políticas de Erasmo (1866)* e *Systema representativo (1868)* de José de Alencar.

Regresso". (PARRON, 2011, p. 286.)

Dessa forma, percebe-se que toda a obra dos *Saquaremas* passava por um momento de crítica durante a década de 1860, perdendo significativa força diante desses apontamentos do segmento reformista. Para reaver suas matrizes ideológicas, algumas importantes lideranças também se dedicaram a publicação de opúsculos para defender a centralização política e a tradição imperial. Destacam-se as obras de Braz Florentino, Ferreira Viana e Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, que elaboraram escritos defendendo o centralismo institucional monárquico presente no *Poder Moderador*, Senado e Conselho de Estado.

Dentro desse leque de debates políticos sobre a administração do Estado monárquico, o *Poder Moderador* foi um dos temas debatidos na época, no qual foram ventiladas duas interpretações sobre esse tema. A primeira, procurava limitar as ações do rei com a responsabilidade ministerial e a segunda possuía a noção de conservar a forma que o *Poder Moderador* vinha sendo empregada desde o *Regresso Conservador* para não perturbar as harmonias dos poderes. (MOTA, 2001, p. 273).

Enviado para a Europa em missões diplomáticas, Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, pode presenciar de perto a administração na Inglaterra e França, motivando a escrita de seu *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862). Uruguai dissertou sobre sua interpretação acerca do Estado brasileiro, bem como sua visão sobre o *Quarto Poder*, especialmente nos capítulos 27, 28 e 29. A motivação segundo o próprio autor, seria que o *Poder Moderador* era um "assunto do momento" (SOARES, 1862, p. 2). Isso se deu, pois, dois anos antes foi lançado a obra *Da natureza e limites do poder moderador* (1860), de autoria do político Zacarias de Góis e Vasconcelos, e que ganhou repercussão na época por ser uma visão liberal do *Quarto Poder* (PAIM, 1982, p. 17). Dessa forma, Paulino José se inseriu no debate dissertando sobre sua interpretação con-

servadora do *Poder Moderador*, que além de combater as ideias de Zacarias de Góis, também possuíam o propósito de fornecer argumentos para seus correligionários do Partido Conservador.

Paulino José Soares se apropriou de discursos que marcaram a Câmara dos Deputados e o Senado no início da década de 1830 e 1840. O autor usou por referência uma série de políticos que discursaram acerca do *Quarto Poder* durante o *Período Regencial*, por conta da problemática de existir um *Poder Moderador* com a ausência de um monarca. Essa tática conservadora utilizada por Uruguai residia na ideia de que a visão política acerca do *Quarto Poder* estava respondida pela tradição, pelo passado, não havendo, pois, sentido esse tema retornar aos debates políticos dos anos 1860. Como ressalta o autor Christian Lynch,

> a ideologia conservadora advogava uma visão política na qual a tradição, ao invés de aprisionar o presente num círculo perpétuo, pudesse ao menos guiar o progresso numa senda prudente e gradual, sem cair nos excessos das rupturas revolucionárias. Ou seja, era a experiência histórica que deveria ajudar a organizar o presente, sem com ele se confundir (LYNCH, 2008, p. 70).

Assim, Paulino José se utilizou de discursos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Campos Vergueiro, Inácio Borges, Carneiro Leão, Alves Branco e de outros políticos, que, de maneira geral, corroboravam com a interpretação de Paulino José.

A noção sobre o *Quarto Poder* projetada por Paulino José estava em consonância com a visão de Antônio Carlos de Andrada Machado, que o entendia como "poder influente e regulador, a coluna mestra da sociedade" (LYNCH, 2005, p. 631). Para o Visconde do Uruguai, o *Poder Moderador* seria um aparato fundamental na centralidade de uma monarquia constitucional, espécie de local privilegiado reservado ao monarca que o exerceria afastado da política, ou como ele mesmo infere "ação do poder central, que está mais alto e mais longe; que tem mais pejo e é mais im-

parcial, oferece mais garantias" (SOARES, 1862, p. 174), garantias essas justamente de intervenção nas paixões facciosas das localidades.

Para além disso, outro político que influenciou o pensamento do Visconde do Uruguai acerca do *Quarto Poder* foi João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz. Ambos possuíam a compreensão do *Poder Moderador* como *a razão da centralização político-administrativa*. Para Queluz, o imperador "tudo toca, tudo move, tudo dirige, tudo concerta, tudo compõe, fazendo aquilo que a Nação faria se pudesse" (LYNCH, 2005, p. 634), legitimando, portanto, a intervenção da Coroa nas outras esferas políticas. Paulino José Soares subtendia que

> A centralização política é essencial. Nenhuma nação pode existir sem ela. Por meio do mecanismo Constitucional convergem os Poderes para se centralizarem em uma só vontade, em um pensamento. Se esse acordo, essa unidade, essa centralização não existe, e não é restabelecida pelos meios que a Constituição fornece, a máquina Constitucional emperra a cada momento até que estala (SOARES, 1862, p. 167).

Para Paulino José Soares, o *Poder Moderador* era em essência um instrumento conservador, devido ao seu espírito de manutenção, não de ação. Assim, sua natureza preservadora e neutra e as delegações do *Poder Moderador* não interferem ou invadem os outros poderes. Escolher Senadores ou convocar a Assembleia Geral são determinações que em nada invadiriam o Executivo ou Legislativo. Assim, o *Poder Moderador* não poderia interferir ou modificar as instituições presentes no país, para Paulino José, o *Quarto Poder* "não é poder ativo. Somente tem por fim conservar, moderar a ação, restabelecer o equilíbrio, manter a independência e harmonia dos mais poderes" (SOARES, 1862, p. 60).

Paulino José também recorreu ao parlamento inglês e francês para exemplificar que nessas nações as disputas entre pequenas lideranças causavam crises políticas sem precedentes. No Brasil, devido à particularida-

de do *Poder Moderador*, esse malefício era contornado graças ao *Quarto Poder*, levando o visconde do Uruguai a fazer o diagnóstico de que "se fosse possível pôr de parte tudo quanto há de pessoal e odiento na nossa política, e fazer calar certas ambições pessoais, estaríamos nas mesmas circunstâncias" (SOARES, 1862, p. 151). Ou seja, as instituições da política brasileira, diferentemente da França e Inglaterra, possuíam maior estabilidade devido ao caráter neutro e interventor da Coroa através do *Poder Moderador*. Assevera-se então que pelas atribuições do *Quarto Poder* o monarca era o indivíduo capacitado para apaziguar os conflitos de interesses que moviam os deputados.

É também escrito em seu *Ensaio* que a referenda ministerial alteraria a composição dos poderes políticos, uma vez que o *Poder Moderador*, cuja função era zelar pela harmonia dos demais poderes, estaria subjugado ao Executivo, tornando o fiscal submisso ao fiscalizado. Ademais, as atribuições do *Quarto Poder* diziam respeito a coisas vastas e amplas, como a dissolução da Câmara e o perdão da pena de réus condenados, sem especificar em qual ocasião ou circunstância o monarca interviria. Por esse entendimento, de subjetividade em sua aplicação, Paulino José compreendia que a referenda ministerial tinha sua utilidade em atos do Executivo, que eram especificados na Constituição, mas que era incompatível com as atribuições do *Poder Moderador*. Para o autor, "a responsabilidade supõe uma norma, um padrão pelo qual tem de ser aferido o ato responsável", (SOARES, 1862, p. 69) e complementa, posteriormente, que "a ação do *Poder Moderador* depende de apreciações tão superiores, tão vagas, tão complexas, de circunstâncias tão variáveis, que a lei não pode marcar as condições da responsabilidade no seu exercício" (SOARES, 1862, p. 69).

Percebe-se também no discurso de Paulino José uma defesa da Coroa em detrimento do Parlamento, e essa defesa perpassava pela perspec-

tiva que Paulino José possuía da própria nação brasileira. Para o visconde do Uruguai, o Brasil era um país imenso com baixo nível populacional, e um grau de civilidade ínfimo, especialmente no interior do território "cobertas de povoações decadentes ou estacionarias" (SOARES, 1862, p. 56). Nessa medida, o Estado brasileiro deveria assumir o papel de tutela das instituições que não poderiam ficar dependentes de eleições, tendo em vista a falta de civilização da população brasileira. Essa falta de instrução tornaria as pessoas reféns dos interesses de fazendeiros e poderosos mandatários locais transformando as Câmaras eletivas em espaços que não representariam a vontade nacional. Daí sua defesa no fortalecimento da Coroa através do *Poder Moderador*, justamente para distanciar das atribuições do *Quarto Poder* os interesses partidários dos membros do Executivo ou Legislativo, pois era justamente a Coroa a exímia representante dos anseios nacionais, em detrimento da Câmara dos Deputados, que mesmo sendo eletiva representava muito mais os interesses de poderosos locais do que da população inculta. Dessa forma,

> Uruguai via no Imperador e no Conselho de Estado as garantias supremas de que a imparcialidade do espírito público haveria de prevalecer sempre contra as mazelas da realidade social brasileira, marcada pelo mais intenso privatismo; eram a garantia de que, na terra por excelência da corrupção e do facciosismo, o Estado conseguiria preservar seu caráter republicano e civilizador (LYNCH, 2007, p. 280).

Para Christian Edward Cyril Lynch, por conta dessas perspectivas defendidas na obra *Ensaio sobre o direito administrativo*, é que Paulino José transcreve sua interpretação sobre o *Poder Moderador*. É justamente porque "o Poder Moderador era o vértice da qual precisava depender direta ou indiretamente toda a teia político-administrativa articulada pela centralização" (LYNCH, 2007, p. 281). Sua ampla defesa do fortalecimento da Coroa se fazia necessária para não perigar na política o conflito de agendas partidárias das localidades, afastando a influência que a Câmara

dos Deputados poderia exercer em qualquer ato do poder Moderador. Sendo assim, o *Poder Moderador* asseguraria um Estado forte e centralizado, com um monarca auxiliado por um Conselho imparcial que não só tutelariam as mazelas das localidades como melhor representariam a vontade nacional. Ou como bem resume Christian Lynch,

> Numa sociedade carente de civismo, incapaz de perceber o próprio interesse, a independência do Poder Moderador era fundamental para que, na qualidade de primeira representante e defensora perpétua do Brasil, a ação tutelar da Coroa pudesse suprir a ausência de povo politicamente organizado e preservar a ordem constitucional por meio da centralização (LYNCH, 2007, p. 282).

2. CONCLUSÃO

Nessa medida, tentou-se demonstrar como que a visão de Paulino José Soares estava inserida dentro da lógica *Saquarema*, da formação de um Estado centralizado e tutelado pela Coroa. Essa interpretação forneceu argumentos para que outros membros do partido Conservador pudessem se apoiar nas discussões acerca do *Poder Moderador*. Nesse cabo de guerra interpretativo acerca de quem deveria deter as rédeas da soberania nacional, Paulino José coloca-se como um exímio representante do fortalecimento da Coroa. Sempre demonstrando as fragilidades das Câmaras eletivas, sejam elas as provinciais ou a geral, sendo necessário assegurar um *Poder Moderador* independente das disputas faccionas. Apenas dessa maneira, é que as teias tutelares da Coroa chegariam aos cantos mais inóspitos do Brasil, como árbitro das paixões partidárias que assolavam essas localidades.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de

Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>.

SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o direito administrativo**. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1862.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica:** o poder moderador e a política imperial. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

PAIM, Antônio. A discussão do Poder Moderador no segundo Império. *In.:* **Curso de introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 48, N. 3, p. 611 a 654, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Momento Monarquiano:** O Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LYNCH, Crhistian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). **Lua Nova**, São Paulo, n. 74, p. 59- 92, 2008.

PARRON, Tâmis. **A política de escravidão no Império do Brasil** (1826-1865). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Anos de chumbo e um gol: reflexões da História do Esporte em períodos ditatoriais no ensino de História

Harian Pires Braga
Prefeitura Municipal de Campinas e
Universidade Estadual de Campinas
harian.braga@gmail.com

Introdução

Pensar o Ensino de História, em qualquer nível de formação, deve estar acompanhado de um olhar articulado do presente. Nãos significa submeter todo o tempo histórico a um "presentismo" anacrônico, no qual todas as tensões do passado parecem se resumir a um prólogo para o show do momento atual. A articulação com o tempo em que vivemos é uma articulação estrutural, pois não é possível despir-se do seu tempo histórico em nome de uma neutralidade inexiste: quem estuda História está imerso em seu tempo. Mas também é uma demanda para que se consiga, em sala de aula, um debate que não seja meramente enciclopédico, com tons de uma erudição cheia de paramentos e pouca exitosa no conteúdo. Noutras palavras, há que se debater a História compreendendo mudanças, permanências e agências ao longo do tempo, incluindo elementos que ajudem a compreender anseios e tensões do tempo presente (BLOCH, 1998).

A partir dessa visão é legítimo pensar que questões cotidianas tomem de assalto temas do Ensino de História. Comentários de curiosida-

de, contestações, confronto de versões, diálogo com a produção imagética, redes sociais. Esses itens compõe as falas de estudantes numa aula de História, ainda mais na Educação Básica, na qual o processo de pensamento histórico está em construção (SCHMIDT, 2016). Seja um interesse por deuses antigos retratados em obras de super-heróis, por eventos militares numa guerra reproduzida no cinema, por tarefas de um jogo eletrônico, é inegável que as/os estudantes trazem consigo visões históricas variadas, não limitadas apenas aos livros didáticos ou às aulas de História. Essa profusão de informações e de representações históricas cria um amálgama de informações que são importantes para a discussão em sala de aula, ainda que muitas delas careçam de coerência. Assim, a articulação com o cotidiano tem grande potencial para um trabalho de Ensino de História que não se limite apenas aos recursos mnemônicos de fatos, de nomes e de datas (BITTENCOURT, 2009).

Há, contudo, outra relação com o tempo presente que é importante de ser considerada em sala de aula, mas que demanda uma atenção especial pelo seu fator de deslegitimação. A profusão de redes sociais, alinhada a variados extremismos, iniciou um processo de revisionismo não salutar, justamente por se afasta da historiografia e da construção do saber histórico e se embasar em teorias polemicistas, em negacionismos do pensamento científico e em radicalizações de ideias. Nesse contexto, criam-se argumentos e narrativas que não têm validade acadêmica, mas por seu tom panfletário e sensacionalista, ganham atenção. Uma das mais difundidas dessas ideias, anterior inclusive à profusão das redes sociais, é a negação do Holocausto durante a II Guerra Mundial. O fato se baseia numa demanda do tempo presente de combate ao Estado de Israel, mas também de renovação de um pensamento antissemita contra judeus, recorrente a séculos no Mundo Ocidental.

Dessa constatação é possível perceber que esses revisionismos nega-

cionistas têm uma base na reutilização de tabus pré-existentes, como também em interesses simbólicos do tempo presente. No Brasil, à medida que uma extrema-direita reacionária ganhou espaço no debate público, seu pensamento militarista, conservador, anticomunista, salvacionista e anticientífico começou a questionar temas consagrados pela historiografia. Vista como "esquerdista" e, portanto, ilegítima, a História como produção de conhecimento é colocado em descrédito, em nome de uma "verdadeira história" que busca recontar temáticas sem o rigor metodológico, sem o debate de ideias e sem a crítica às fontes. Utiliza-se de um caminho inverso, no qual se parte de um resultado já consolidado, e depois se traça o caminho argumentativo.

No caso brasileiro, um dos temas que passa por esse processo é a Ditadura Civil- Militar (1964-1985). Entre as várias narrativas presentes há uma tentativa de legitimar o uso da violência pelo Estado como forma de proteção do Brasil, há uma memória de segurança e de prosperidade do período e também relativização dos conceitos – em que o Golpe de 1964 é tratado como Revolução e Ditadura como Regime. Essas ideias chegam às salas de aula do Ensino Básico e viram uma questão complexa e sensível, pois a discussão de fundo não é aquele período histórico em si, mas sim as concepções políticas do momento atual, fantasiando que uma aula elaborada por leituras, por pesquisa e propositiva, mas contrária à ideia individual e/ou familiar, é doutrinação. Movimentos de perseguição e de censura docente ganharam força no Brasil dos últimos dez anos, sempre com a imagem aurifica de que presam pela diversidade e pela verdade histórica.

O último período ditatorial no Brasil é de fato sensível do ponto de vista historiográfico (NAPOLITANO, 2014), mas não por uma produção enviesada, tão pouco pela cruzada negacionista, mas sim por ser um período histórico recente, com diversos agentes históricos importantes

ainda vivos e atuantes no debate público, por questões legais que fizeram uma transição democrática incompleta e problemática e pela própria retenção de fontes por parte de diversos órgãos públicos. De modo algum isso pode significar que se deva afastar o tema da sala de aula, pelo contrário, ele é necessário para compreender as tensões contemporâneas, tem possibilidade de usos de variadas fontes que não os documentos escritos oficiais e também permite discussões sobre a memória (LeGOOF, 2001), tema que precisa estar presente nos debates escolares.

Trabalhar a Ditadura Civil-Militar brasileira em sala de aula é a resistência e combate aos negacionismos, tratando o tema com o rigor histórico que lhe é necessário, assim como tantos outros possíveis de serem discutidos. Do ponto de vista do currículo, é um assunto que está no final do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (BRASIL, 2018) o que significa que já há alguma construção histórica trabalhada com as/os estudantes. No caso da Educação de Jovens e Adultos, possível de ser trabalhada de forma temática, é um assunto que pode ser abordado em diversos momentos, sempre respeitando o aprofundamento teórico compatível com o momento escolar do grupo. Ainda que haja essa característica curricular que inseri determinados temas em determinados momentos da escolarização é interessante que o trabalho não fique estanque na aula de História, mas consiga criar pontos interdisciplinares.

Neste trabalho, um relato de experiência docente, o objetivo é pensar a utilização do futebol para discutir temáticas contemporâneas no Ensino de História no Ensino Básico, a partir do caso da Ditadura Civil-Militar brasileira. No relato apresento duas propostas de atividades envolvendo o uso de diferentes tipos de fonte, conceituando as escolhas, o olhar sobre o esporte e o futebol e também refletindo sobre as potencialidades e as limitações que essas atividades enfrentaram. Termino por tecer comentários de abordagens futuras a serem pensadas para a temática. As atividades

foram pensadas e discutidas em sala de nono ano do Ensino Fundamental e dos anos finais do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (EJA), na escola municipal Professor André Tosello, na cidade de Campinas, São Paulo, ao longo dos anos de 2021 e 2022.

O conceito de esporte e o porquê do futebol

Para que se possa pensar o esporte como parte das temáticas trabalhadas em sala de aula no Ensino de História é preciso conceitua-lo. Há uma série de manifestações, com significados próprios e dentro de seu determinado momento históricos que não são esporte e, portanto, não devem compartilhar do conceito atual. Aqui, uso de três referenciais clássicos da Sociologia do Esporte e que em algum momento se dedicaram a caracterizar o que se chama de esporte. Ainda que guardem especificidades em si, há elementos em comum entre eles e que podem ser, de uma maneira mais sintetizada, também servir de parâmetro inicial para uma aula expositiva. Nos próximos parágrafos trago os elementos centrais de Nobert Elias e Eric Dunning (1992), de Pierre Bourdieu (2003) e de Allen Guttmann (2019).

Para Elias e Dunning o esporte é parte de um processo de contenção das violências, numa ideia de *Processo Civilizatório*. Contendas que antes eram resolvidas com o uso direto da força física e com aceitação à violência passaram a ser contidas, tendo como grande exemplo o processo de Parlamentarização da Inglaterra. No caso específico do esporte, práticas de divertimentos sem regramento foram sendo gradativamente sistematizadas e ganharam regras aceitas por todo o conjunto de participantes, garantindo que pudessem ser reproduzidas em diferentes contextos, mas que também não significassem a supressão física total do adversário. Essa transformação é catalisada na Inglaterra vitoriana, no século XIX, com uma série de práticas de divertimento das *public schools*, majoritariamente

compostas por filhos das elites.

Bourdieu tem concordância com a ideia do regramento e da localização temporal, enfatizando que o período da Revolução Industrial inglesa marca um processo de ressignificação de práticas sociais e culturais que possuíam outros significados, muitos deles ligadas a aspectos mágico religiosos. Esses novos significados, que tem no corpo sua linguagem, acentuam-se por ideias como o rendimento e eficiência, mas também por legitimidades. Esses sinais de distinção (capital esportivo) têm sentido pleno dentro de uma determinada lógica interna, que ainda que independente, é marcada por pontos de articulação com outras áreas sociais como a economia, a política, a educação. Daí a ideia de autonomia relativa do espaço social chamado de *Campo Esportivo*.

Por fim, Guttmann aponta características próprias do que ele chama de esporte moderno. Aqui há uma breve, mas importante distinção em relação aos pensamentos anteriores, pois o estadunidense classifica como esporte práticas corporais da Antiguidade Clássica e do Medievo, dando a alcunha de Esporte Moderno ao que é praticado posterior ao período das Revoluções Burguesas. Esse esporte tem como características o regramento, a ideia de uma igualdade de oportunidades, uma alta burocratização e institucionalização e a perda dos significados mágico-religiosos, sendo cada vez mais uma prática racionalizada, uniformizada e com um viés meritocrático. Vale ainda citar que Guttmann dialoga com uma tradição weberiana ao retratar instituições sociais.

Em suma, ao pensar rapidamente os três referenciais é possível construir uma noção geral do que é esporte passando por uma ideia temporal, de que práticas anteriores à ascensão da burguesia e do capitalismo não podem ser chamadas de esporte, pelo menos não com os mesmos significados (mesmo em Guttmann há o recorte para compor o conceito próprio de esporte moderno). Outro ponto importante é que o esporte

precisa ser compreendido com lógicas próprias, portanto também com construções simbólicas e materiais próprias e que fazem sentido dentro desse contexto. As práticas corporais chamadas de esporte devem ser altamente regradas, as regras serem aceitas por todo o universo de praticantes e estarem submetidas a um processo de racionalização, de meritocracia e também de institucionalização. Acrescento a esse processo de institucionalização que o esporte, com suas federações e afins, reproduz a organização do mundo baseada em Estados-nação.

Justamente nessa possibilidade de pensar a organização em Estados-nação é que se pode compreender o impacto e a relevância dos esportes ao longo do século XX como elementos de formação social em diferentes localidades. No caso brasileiro, o futebol acaba sendo o esporte preponderante nesse processo de identificação nacional, justamente por seu alcance territorial e por sua marca presença ao longo do tempo, o que lhe confere um destaque como discurso horizontal (BRAGA, 2015) perceptível por diferentes agentes e com lógicas internas próprias (DAMO, 2007). Também é do futebol que uma série de elementos de identificação nacional podem ser vistas, conferindo características comuns de uma comunidade imagina (ANDERSON, 2018). Desde os estudos de Roberto DaMatta (1997) ainda no final dos anos de 1970 até a produção acadêmica mais recente (GIGLIO; PRONI, 2020) é possível perceber como o futebol possui relevância no contexto social brasileiro.

Não se trata, evidente, de dizer que o Brasil possa ser explicado pelo futebol de maneira simplista, tão pouco dizer que os problemas brasileiros advêm de uma pretensa alienação por meio do esporte, mas sim atestar que muitas das tensões que perfazem a sociedade brasileira podem ser estudadas com o olhar de variadas áreas de conhecimento das Humanidades, entre elas a História. E se a historiografia desenvolve trabalhos tendo como objeto de investigação o futebol, ele também é possível para o En-

sino de História. Os cuidados metodológicos são os mesmos para pensar outras temáticas; como não forçar a construção de relações interpretativas pouco coesas e coerente; não cometer anacronismos ao explicar ações e posicionamentos dos agentes históricos; e garantir o rigor metodológico no tratamento com as diferentes fontes utilizadas em sala de aula.

Todo o trabalho em sala de aula precisa estar baseado no rigor metodológico, com as fontes históricas aparecendo não como retrato fiel do passado, mas como intencionalidades que são construídas por diferentes agentes históricos, com seus interesses próprios. Não seria diferente ao pensar o futebol. É preciso apresentar essas fontes como representações, com um grau de rigor ao citá-las e também que elas tragam reflexões e problematizações. Noutras palavras, não podem ser apenas enfeites ilustrativos, mas com o cuidado estético para que possam ser compreendidas, devem ser textos a serem trabalhados e debatidos, formas de se incentivar a leitura, a escrita e a interpretação a partir do conhecimento histórico. Justamente por compreender a importância do uso das fontes, trago os exemplos com a reprodução das fontes utilizadas em sala de aula.

Exemplos de trabalhos desenvolvidos em sala de aula

O primeiro exemplo que trago é pensar a Ditadura Civil Militar como um período de repressão, mas também de apropriação. A repressão é evidente no trabalho de censura, de perseguição política, de violência e de tortura. Depoimentos de ex-presos/as políticos/as, reportagens vetadas em jornais de época e canções de protesto são profícuos como fontes para se pensar esse processo repressivo e devem fazer parte do planejamento das atividades. Boa parte desse material é de fácil acesso em acervos digitais, o que significa também introduzir as possibilidades de uso da internet e mesmo de redes sociais como local de estudo e pesquisa. Mas as fontes ligadas ao futebol estavam em diálogo direto com a dimensão da

apropriação, aqui vista pelo tom ufanista das propagandas e pelos usos da Copa do Mundo de 1970.

A Copa do Mundo masculina de 1970 marca o terceiro título brasileiro do campeonato e consolidou a ideia de um jogo bonito, de um estilo nacional de se jogar futebol baseada nas jogadas com dribles, na boa condução da bola, no jogo individual e numa pretensa plasticidade adornada como "arte" (SOARES; LOVISOLO, 2009). Essa força discursiva foi trazida para o ser brasileiro, algo já em voga desde o começo do século XX (TOLEDO, 2000), mas que ganharia força num momento de autoritarismo em que ser oposição ao governo militar passou a ser construído como uma afronta à própria nacionalidade. O nacionalismo exacerbado, com tons pitorescos ficava mais forte em momentos extraordinários como a Copa do Mundo, justamente por que ali haveria uma unidade nacional em torno do time de futebol, como uma metonímia do próprio país (SOARES; SALVADOR, 2009). Nesse jogo discursivo, inclusive, há uma questão de memória coletiva, na qual o que se tem de representação é justamente a imagem de jogar futebol como algo natural, intrínseco ao ser brasileiro/a, em detrimento de uma memória que passe pelo treinamento esportivo (BARTHOLO; SALVADOR; SOARES, 2008).

Na Figura 1 é reproduzida a capa da *Revista Manchete* e na Figura 2 a capa da *Revista O Cruzeiro*. As duas publicações eram as principais revistas semanais brasileiras do período. Logo depois do título mundial repercutiram a notícia com imagens da Taça Jules Rimet, símbolo da conquista e do sucesso. O caminho em sala de aula foi perceber o poder simbólico de retratar a conquista esportiva não com imagens de pessoas, mas com um objeto que a representaria como forma de união e síntese da vitória. A Taça Jules Rimet foi recorrente na construção imagética de todas as três primeiras conquistas mundiais do Brasil no futebol brasileiro, mas no terceiro, em 1970, ganhou maior deferência por ficar em posse

definitiva do país. Em suma, a ideia mostrar as duas capas coloridas das revistas semanais é apresentar o impacto simbólico que a conquista possui, sobretudo, num momento de euforia com um crescimento econômico significativo, fruto do "Milagre Econômico" e tido como prova do êxito do regime.

Ainda na construção da repercussão do título do futebol, é possível apresentar jornais de época. O uso de jornais como fontes históricas é consagrado, mas aqui há dois elementos complementares que podem ser de grande valia. O primeiro é apresentar o que é um jornal impresso, ainda que reproduzido numa imagem digital, chamando atenção para como os textos são organizados, o que se enfatiza na manchete e como texto e imagem dialogam. O segundo é apresentar as bases dos acervos digitalizados de alguns dos principais jornais brasileiro. Que pese que alguns veículos cobram pelo acesso, essa é uma fonte tanto para a preparação de aulas, quanto uma possibilidade de trabalho de pesquisa para as/os estudantes.

Nas Figuras 3 e 4, há a reprodução do jornal *O Globo*, pós conquista do título mundial. A edição especial de 22 de junho de 1970 repercutiu a conquista com comentários sobre os atletas – especialmente Pelé – fotos dos gols e declarações do treinador Zagallo. O que chama atenção, contudo, é que nas duas páginas há menção ao presidente da época, General Emilio Garrastazu Médici. O ditador criou para si uma imagem de amante do futebol e de torcedor número um da seleção nacional. Justamente por isso é apresentado com parte do sucesso esportivo e aparece com a Taça Jules Rimet (Figura 5).

O futebol é encarado como retrato de um Brasil que dá certo, que vence as adversidades. Esse discurso estava presente também na propaganda oficial, com a ideia de *"Brasil: ame-o ou deixe-o"*. Assim, é possível demonstrar como a propaganda de um governo ditatorial é construída e quais elementos são utilizados para a correspondência direta entre ser

brasileiro/a e ser apoiador/a do regime. A ideia passa a ser trabalhar não o futebol como alienante, mas justamente o oposto, demonstrando que para suplantar as críticas e as oposições, além da violência extrema e direta contra as vozes dissonantes, há um trabalho cuidadoso de construção da ideia de sucesso e de bem-estar, reforçando um pertencimento nacional.

A potencialidade desse trabalho está na facilidade de compreensão do futebol como um elemento do cotidiano, permitindo um debate que não se limita a pensar a Ditadura apenas como um esquema de repressão político e econômico, mas também simbólico e cultural, o que pode ser um ganho nas discussões sobre democracia e autoritarismo, para além do simples fato de se votar. O cuidado a ser tomado nessa abordagem é apresentar o futebol não como divertimento apenas ou gosto subjetivo, pois isso poderia afastar estudantes que não têm interesse pela modalidade. A ideia é que seja pensado o futebol como representação social do Brasil, como parte de um debate histórico. Também não se pode criar uma imagem idealizada, pensando que o futebol não teve usos a favor do regime, mas deve-se expandir a noção de alienação para um confronto que também tem a resistência, que é o cerne do segundo exemplo.

Figura 1- Capa da revista *Manchete*, jun. 1970.



Fonte: Eduardo Hermann. **FIFA World Cup 1970 - Edição especial Revista Manchete – 1970**. Pinterest: Eduardo Hermann. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/1935141152. Acesso em: 7 set. 2022.

Figura 2 – Capa da Revista *O Cruzeiro*, jun. 1970



Fonte: Décio. **8 Capas da Revista O Cruzeiro, uma das mais importantes do merca-**

do editorial brasileiro. 16 mai. 2018. Blog: Modas & Manias. Disponível em: https://modas-manias.blogspot.com/2018/05/8-capas-da-revista-o-cruzeiro-uma-das.html. Acesso em: 7 set. 2022

Figura 3 – Capa do jornal *O GLOBO*, 22 jun. 1970.



Fonte: Acervo *O Globo*. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/campanha-brilhante-leva-brasil-ao-tri-10066130. Acesso em: 16 set. 2022. (esq.)

Figura 4 – Segunda página do jornal *O GLOBO*, 22 jun. 1970


MÉDICI: NINGUÉM SEGURA ÊSTE PAÍS

Raça e classe de Gérson

Zagalo: Pelé foi o maior da Copa

O GLOBO

Jair, o tigre de aço

CIDADE EM FESTA ESPERA CAMPEÕES

Edição Final

Carnaval a noite tôda

A lição do Tri

Fonte: Acervo *O Globo*. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/campanha-brilhante-leva-brasil-ao-tri-10066130. Acesso em: 16 set. 2022. (esq.)

Figura 5 – Carlos Alberto Torres, capitão da Seleção Tricampeã Mundial (esq.) e General Emílio Garrastazu Médici (dir,) segurando a Taça Jules Rimet



Fonte: Museu do futebol. Disponível em: https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/511019/. Acesso em: 16 set. 2022.

Nas Figuras 6 e 7 estão reproduzidas charges de Ziraldo e na Figura 8 de Jaguar, todas para o jornal *O Pasquim*. O trabalho com charge é fundamental no Ensino de História justamente pela junção de variados elementos textuais para a compreensão da mensagem. A leitura e a interpretação dos elementos da charge contribuem em muito para a compreensão do momento histórico retratado, além de trazer nuanças jocosas que não estariam presentes em outras fontes. No caso do *O Pasquim* é interessante demonstrar jornais que fugiam do que havia de mídia mais tradicional, portanto, demonstrando outras formas de noticiais acontecimento cotidianos.

Sobre a Copa do Mundo, diferente do que foi visto no *O Globo*, com a exaltação da conquista e construção discursiva de uma país proeminente, nas charges há uma crítica contundente à situação social do país,

com a representação de sujeitos em carestia, seja com a taça servindo de alimento (Figura 6), ou a "comemoração" em meio à pobreza material (Figuras 7 e 8). O uso de menções ufanistas no texto completa a ironia que faz surgir o humor e a crítica nas charges. Mais uma vez é interessante pensar esse uso sistematizado da ideia de governo igual à nação utilizado como discurso oficial. Separar governo de uma ideia de nação é também um caminho de compreensão da dimensão social e histórica das relações políticas e de uma vida coletiva minimamente democrática.

Aqui o desafio é novamente não incorrer na ideia de alienação pelo esporte, mas de ponderar que mesmo no auge da repressão e contrariando o discurso oficial, houve publicações que trataram o uso da conquista futebolística de maneira crítica, trazendo a ideia de que apesar do sucesso na Copa do Mundo, problemas sociais continuavam existindo no país. É uma forma de demonstrar que a imagem de pleno crescimento econômico não fez desaparecer desigualdades sociais, advindas da pobreza e da concentração de renda. Ficar apenas nas charges pode não trazer a dimensão exata dessa tensão entre o Milagre Econômico e pobreza real do Brasil dos anos de 1970, por isso é fundamental completar a discussão com dados econômicos, num trabalho leitura dessas fontes. Leitura que é também o desafio das charges, uma vez que, como já explicitado aqui, são diferentes elementos que compõe a mensagem, devendo ser analisado com cuidado e articulados, evitando tanta a simplificação quanto a hiperinterpretação.

Figura 6 - Charge de Ziraldo sobre o tricampeonato



Fonte: ZIRALDO. *1964-1984 20 Anos de Prontidão.* Rio de Janeiro: Record, 1984. p.51.

Figura 7 - Charge de Ziraldo para o *Pasquim*.



Fonte: *O Pasquim*. Rio de Janeiro n.53, 25-31 jun. 1970, p.6. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=1218. Acesso em: 8 de set. 2022.

Figura 6 - Charge de Jaguar para o *Pasquim*.



Fonte: *O Pasquim.* Rio de Janeiro n.54, 1-8 jul. 1970, p.40. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em:http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=1292. Acesso em 8 set. 2022.

Considerações Finais

Os dois exemplos apresentados são propostas de trabalho realizadas em sala de aula, não receitas prontas e de reprodução imediata. O trabalho dialoga com a minha formação, tendo transitado na pós-graduação em Educação Física, estudando o futebol e a identidade nacional. Esse é um

ponto relevante que deve ser ponderado, qual a familiaridade com o tema e mesmo a/o docente encara sua pertinência. Compreender a turma em que o trabalho será desenvolvido é igualmente fundamental, pois cada grupo de estudantes terá suas demandas próprias e o desenvolvimento das atividades demandará ajustes e escolhas do que deve ou não ser abordado e como será abordado.

Não é possível que o esporte esteja em todos os conteúdos trabalhados no Ensino de História, pelo contrário, a intenção aqui não é da inserção artificial do tema em todos os debates. O que pretendi neste relato é demonstrar como um tema cercado de polêmicas, sobretudo nos últimos anos, pode ser trabalhado com outras fontes sem eximir-se de um debate sério e em diálogo com a historiografia. Para atividades futuras, é preciso aprimorar os processos avaliativos, para que não se limitem apenas à interpretação das fontes em situações problemas, mas que despertem o interesse por pesquisa e desdobramento com maior autoria docente. Também entendo que o período histórico não pode ser resumido ao Brasil, pois boa parte da América Latina passou por ditaduras militares no período e o uso do futebol também esteve presente como forma de propaganda, sendo o exemplo mais contundente a Copa do Mundo de 1978 sediada e vencida pela Argentina. São alguns dos gols que ainda podem ser marcados nesse tema, já que este não é um jogo que termina apenas nos 90 minutos regulares.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTHOLO, Thiago Lisboa; SALVADOR, Marco Antônio Santoro; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves O "futebol arte" e o "planeja-

mento México" na copa de 70: as memórias de Lamartine Pereira da Costa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p.113-130, setembro/dezembro de 2004.

BLOCH, Marc. **O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRAGA, Harian Pires. **A doce recordação do que não vivi: a formação de uma identidade nacional no futebol (1938-1950)**, 2015, 184f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? IN: _____ **Questões de Sociologia**, Lisboa: Fim de Século, 2003.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., ANPOCS, 2007.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Tradução: Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, M. W. (Org.) **. O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

GUTTMANN, Allen. Del ritual al récord. In: SCHARAGRODSKY, Pablo. **El rostro cambiente el deporte: perspectivas historiográficas angloparlantes, 1710-2010**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019. p. 19-66.

LeGOOF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. 1**964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Hist. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 32, n. 60, p. p. 17-42, jun. 2016. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/46052/28507>. Acesso em: 8 set. 2022.

SOARES Antônio Jorge Gonçalves; SALVADOR, Marcos Antônio Santoro. **A memória da copa de 70: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional.** Campinas: Editora Autores Associados, 2009.

SOARES, Antônio Jorge. LOVISOLO, Hugo. Futebol: a construção do estilo nacional**. RBCE online**, Campinas, v. 25, n. 1, set. 2009.

TOLEDO, Luiz Henrique de. No país do futebol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

As representações de crises em Hélio Jaguaribe

Cleber Ferreira Santos

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Santos160902@gmail.com

Foi no início dos anos de 1950 que o Parque Nacional de Itatiaia, localizado no Estado do Rio de Janeiro, testemunhou os encontros de um grupo de intelectuais dispostos a intervir nas problemáticas de seu tempo e decididos em influir decisivamente na política brasileira. Desse grupo, conhecido como *Grupo Itatiaia*[1], emergiu um intelectual comprometido a interpretar aquilo que ele mesmo convencionou a chamar de *"crise do nosso tempo"*. "O nosso tempo, como hoje já o conhece a quase unanimidade de nossos contemporâneos, é uma época de crise, não apenas no sentido de experimentá-la, mas no de ser constitutivamente crítico" (JAGUARIBE, 1954, p.4).

Hélio Jaguaribe acusava a existência de crises nos campos político, social e cultural do Brasil de sua época, não em um sentido estritamente descritivo, mas como possibilidade de interpretação e engajamento intelectual, como veremos no decorrer desta tese. Para tanto, fez da escrita

1 O Grupo Itatiaia ficou conhecido pelos encontros de intelectuais originados do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. O nome deste grupo advém do Parque Itatiaia, onde mensalmente ocorriam encontros no florescer da década de 1950. Desses encontros despontaram nomes como o do historiador Werneck Sodré, do sociólogo Candido Mendes, do filosofo Álvaro Vieira Pinto e do cientista político Hélio Jaguaribe, entre outros.

um instrumento de poder e da Revista *Cadernos do Nosso Tempo* uma ferramenta de difusão de suas ideias e de seu pensamento. Certo de sua responsabilidade como sujeito público, revelou que as crises do seu tempo se processavam a partir "da antinomia liberalismo-socialismo/indivíduo-sociedade, e se manifestavam pelas contradições inerentes a cada uma dessas posições" (JAGUARIBE, 1953, p.4).

Em outras palavras, o cientista político argumentava que as ideias de uma época, e os hábitos nela socialmente vigentes, se relacionam no sentido de as crenças se ajustarem umas às outras, implicando sua mutua contradição ao divorciar-se das práticas efetiva da vida social e política. Nesse sentido, para esse intelectual, "é no momento em que as crenças políticas se desmoronam que se verificam tempos de crise" (JAGUARIBE, 1954, p. 5).

Entendendo que todos os tempos são problemáticos para os que neles vivem, por motivos inerentes à condição humana, o cientista político completou:

> Há épocas, como sucedeu com as épocas de desintegração e colapso das civilizações anteriores à ocidental, em que a problematicidade com que se defrontavam os homens não decorre, apenas, das antíteses que se constituem no processo da vida, impondo opções dilacerantes entre valores igualmente almejados, mas provem do fato de a vida mesma, como tal, se haver tornado problemática; um tempo assim, "um tempo como o nosso", é um desafio para a liberdade (JAGUARIBE, 1955, p. 101).

Tendo sofrido grande influência do filosofo espanhol Ortega y Gasset (1967; 1983), para o qual "a crise consiste na desintegração das crenças que culminam no abalo dos alicerces da vida cotidiana", Jaguaribe não só adotou esse conceito, como também fez circular, através da revista *Cadernos do Nosso Tempo,* a necessidade de superação das crises que se apresentavam como um desafio político. Dessa forma, Jaguaribe

argumentava que em países como o Brasil, em que persistem alienações colonialistas, "à crise peculiar à nossa época se acresce as consequências da própria alienação, e os problemas de nosso tempo devem ser considerados segundo as perspectivas do interesse" (Jaguaribe, 1953, p. 2).

Por essa perspectiva, para Hélio Jaguaribe um tempo de crise seria uma época em trânsito, quando uma determinada cultura experimenta um período turbulento e de aceleração de sua existência, quando o passado não é mais vigente e o futuro é incerto, fazendo crer que não mais se pode confiar nas normas do cotidiano, ou seja, um momento de desorientação.

Acerca da importância do *CNT*[2] na difusão desse tempo de desorientação, o próprio Hélio Jaguaribe expressou: "Os *Cadernos do Nosso Tempo* representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e para entender o Brasil na perspectiva de nosso tempo" (JAGUARIBE, 1953, p. 3). Diante disso, entendemos que as ideias expressas por Jaguaribe estiveram intrinsecamente marcadas por uma finalidade histórica, do intelectual com o seu tempo, sem que com isso se perdesse de vistas os acontecimentos do passado.

Dito isso, o interesse por esse objeto de estudos advém da oportunidade de resgate do pensamento de Hélio Jaguaribe e da relação que o mesmo estabeleceu com a revista *Cadernos do Nosso Tempo*. Falecido em agosto de 2018 o intelectual deixou uma vasta colaboração em vários campos das ciências humanas, ocupando, inclusive, a cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras, a partir de 2005, ao suceder o economista Celso Furtado.

Nesta dita, conforme examinado por Bourdieu, em "*os usos sociais da ciência*", aquilo que se defronta no campo político são construções sociais concorrentes, "representações destinadas a fazer ver e a fazer valer uma maneira de ver na sociedade" (BOURDIEU, 2004, p. 33). Seria a par-

2 Como forma de método de escrita, utilizamos a sigla *CNT* para fazermos menção a revista *Cadernos do Nosso Tempo*.

tir dessas representações que os intelectuais imprimem seus vereditos, se valendo de um arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletiva. Talvez isso justifique o uso da escrita como ferramenta política, pelo intelectual Hélio Jaguaribe, como forma de conjugar uma experiência intelectual para o seu tempo, através dos *Cadernos do Nosso Tempo*.

"Os Cadernos do Nosso Tempo", como fora chamado o periódico idealizado por Hélio Jaguaribe, foi a forma encontrada pelo intelectual para conjugar essa experiência político-cultural. Fundada no ano de 1953 e editado pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), a revista teve fôlego para colocar em circulação cinco edições, que totalizaram cerca de mil e cem páginas. Valendo-se do slogan "*O Brasil na perspectiva de nosso tempo, nosso tempo na perspectiva do Brasil*", os *CNT* tiveram papel central na circulação de representações de crises propagadas pelo intelectual Hélio Jaguaribe.

No *Jornal do Commercio,* Jaguaribe se junta a nomes como o de Oscar Lorenzo Fernandez, intelectual inclinado ao campo filosófico; Israel Klabin, deputado estadual do Rio de Janeiro, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Jorge Serpa Filho, advogado com grande transito no governo Vargas, e ao intelectual Candido Mendes, também bacharel em direito. Em 14 de maio de 1950 o *Jornal do Commercio* publica o primeiro ensaio escrito por Jaguaribe. Tratava-se de *Política de Clientela e Política Ideológica: "ensaio de interpretação da situação política brasileira"*. Nessa oportunidade o intelectual apresentou o conceito de *"política de clientela"*, chamando a atenção para a troca de favores que, segundo ele, ainda seria uma máxima nas relações políticas no Brasil.

Apesar de não deixar claro, em seu ensaio, de que modo acorriam às trocas de favores denunciadas por ele, acreditamos se tratar de uma crítica ao governo de Gaspar Dutra, tendo em vista que Jaguaribe esboçava,

naquele momento, seu apoio à candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais, que ocorreriam em 3 de outubro de 1950. Isso pode ser reforçado pela narrativa construída por Jaguaribe ao longo do seu ensaio, ao destacar que o "Golpe do Estado novo", duramente criticado por Gaspar Dutra, não havia sido devidamente estudado, permanecendo no campo da análise individual, quando deveria ser entendido no campo do interesse partidário.

Outra pista importante, quanto a possível relação que Jaguaribe teria estabelecido entre o ensaio publicado no *Jornal do Commercio* e as eleições presidenciais, é que este mesmo ensaio voltou a circular, em julho de 1950, agora pela revista *Digesto Econômico,* com a mesma temática sustentada na publicação anterior. Porém com um maior alcance no estado de São Paulo, diferente da publicação do *Commercio*, que naquela ocasião gozava de mais adeptos no estado do Rio de Janeiro.

A este período, concordando com Alzira Alves de Abreu, é necessário alocar Hélio Jaguaribe no campo de ação dos intelectuais desenvolvimentistas, advindos da CEPAL, principalmente aproximando-o ao pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. Além disso, como destacou Lynch (2016, p. 34), a orientação filosófica de Jaguaribe deve ser tributada ao pensamento político de Karl Mannheim de *Ideologia e Utopia*[3].

Entendido dessa forma, Lynch (2016) ainda destaca que, em um sentido estrito, Hélio Jaguaribe compõe o cânone dos clássicos deixado pelos nossos pensadores políticos, além de figurar como um dos re-

3 Mannheim nasceu em 1893 em Budapeste, Áustria-Hungria. Sociólogo de formação, sua obra mais importante, Ideologia e Utopia (1929) influenciou uma geração de intelectuais brasileiros, dentre eles o intelectual Hélio Jaguaribe. Refletindo acerca de relações sociais historicamente determinadas, o sociólogo buscou compreender de que forma a postura de alguns grupos pode ser uma tentativa de determinar o modo que parte da sociedade age e pensa (MANNHEIM, 1972, p. 67). De acordo com Christian Lynch, além de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, os referenciais de Karl Mannheim teriam encontrado em Guilherme dos Santos, José Murilo de Carvalho e Renato Lessa suas mais importantes referencias modernas em pesquisas.

sponsáveis pelo fomento do Pensamento Político Brasileiro (PPB), ao lado de nomes como Rui Barbosa, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos, Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, entre outros.

Tempos de Crises

O que podemos inferir, a partir da temática abordada, é que para o intelectual em voga, o Brasil teria sofrido grandes impactos políticos e econômicos com a chegada do partido republicano nos Estados Unidos. No caso em questão, é preciso destacar, que a chegada do general de guerra norte-americano, o republicano Dwight D. Eisenhower, à Casa Branca, vencedor do pleito presidencial do ano de 1952 nos EUA, colocava fim em duas décadas consecutivas de governos do partido Democrata nos EUA.

Diante disso, Jaguaribe buscou demonstrar os principais impactos desse fato histórico para a política brasileira, como também o modo em que esse acontecimento teria deflagrado uma crise político-econômica em 1953, na gestão do segundo governo Vargas. Nesse sentido, nunca é demais lembrar, que o caráter ideológico do Partido Republicano estivera alicerçado em um terreno de política econômica conservadora estadunidense e, como se sabe, inclinado aos valores tradicionais dos princípios da ética judaico-cristã.

O GOP, sigla para *Grand Old Party* (Grande Velho Partido), como ficou conhecido o Partido Republicano norte-americano, esteve fortemente comprometido com o protencionismo econômico desde sua origem em 1854, até o ano de 1930. No entanto, acompanhou-se uma mudança histórica a partir do ano de 1952, no final do governo do Democrata Harry S Truman, quando o partido passou a deslocar sua visão para o nordeste industrial, em busca de alianças econômicas.

Para Hélio Jaguaribe, o simples fato de os democratas haverem detido por tão longo tempo o poder, acabava contribuindo para que os republicanos se caracterizassem mais por sua negação política democrata do que pela afirmação de seus próprios princípios. Por esse motivo, a ideologia republicana se caracterizava como reacionária, no sentido imediato de representar uma reação a política democrata e os princípios que essa se fundamentava.

Em contra partida, o partido democrata teria se tornado a expresão política mais acababa das classes que necessitavam de uma intervenção mais forte do Estado, no sentido de corrigir certas tendências que poderiam prevalecer caso a sociedade civil e as comunidades estaduais ficassem entregues ao livre jogo que vinha sendo operado desde o *new deal* (novo acordo) e o *fair deal* (novo negócio), no governo do presidente Franklin Delano Roosevelt. Isso explica, por exemplo, o regionalismo do partido republicano em detrimento do utilitarismo democrata, como bem salientou Hélio Jaguaribe (CNT,1953, p. 10).

A luz do pensamento de Hélio Jaguaribe, nunca teria havido uma política latino-americana por parte dos EUA. Para o intelectual, o que de fato ocorreu, foi os reflexos dos interesses, tanto do partido republicano, quanto do partido democrata no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, é importante salientar, que os interesses de ambos os partidos dialogavam com a conjuntura da época, ou seja, com a polarização político-econômica vivida por EUA e URSS.

Como se sabe, desde o início da Guerra Fria, a ação da política internacional dos EUA se pautava na tentativa de neutralizar a influência do Estado russo ao redor do mundo, e com o Brasil não foi diferente. Paralelo a isso, o partido republicano procurava resguardar os interesses econômicos de sua nação, assegurando externamente os mercados supridores e compradores e, internamente, as condições de prosperidade e de pleno

emprego, como destacado por Jaguaribe. Já do lado democrata, embora representasse uma forma de ação política do Estado russo, o comunismo era interpretado com relativa autonomia.

Fica evidente que na pauta do partido republicano, dado o seu caráter reacionário, não haveria nenhuma preocupação com a condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina, como no caso do Brasil, nem tão pouco alguma sinalização quanto alguma ajuda político-social. O que se viu, em linhas claras, foi uma tentativa em manter o Brasil como dependente do capital privado, em detrimento de sua condição de exportador de matérias primas, tudo isso a partir de um imperativo moral.

Politicamente, os republicanos precisavam conservar o Brasil e a América Latina fora do raio de influência do Estado Russo. Economicamente, era necessário ajustar o Brasil a nova política de guerra. As consequências disso, para o Estado brasileiro, veio na forma de uma crise deflagrada no campo econômico, prejudicando a promoção nesse setor. No final do governo Truman, em 1952, os democratas haviam firmado um acordo bilateral com o Brasil que visava um reaparelhamento econômico que previa, através do Eximbank e do Banco Internacional, um investimento de 500 milhões de cruzeiros para o campo econômico brasileiro, que ficaria a cargo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

No entanto, com a chegada do governo republicano, em 1953, sob a liderança do presidente Dwight D. Eisenhower, toda essa expectativa se alterou. Isso por que, a partir do pensamento de Jaguaribe, houve uma sabotagem por parte dos republicanos, com consequências diretas para as projeções desenvolvimentistas do Brasil. Ocorre, que pelo caráter reacionário do governo republicano, como vimos até aqui, não seria possível manter uma polítíca traçada entre os democratas e o governo Brasileiro, através da Comissão Mista.

Ante esse problema, a primeira atitude dos republicanos no que

se refere ao Brasil, foi sabotar, de fato, o ajuste de cooperação econômica (JAGUARIBE, 1953, p. 17). Sem ao menos uma explicação plausível, o Banco Internacional, utilizando vários pretextos, resolveu não mais remeter os créditos prometidos e acordados à època do governo do democrata Truman. O eximbank, por exemplo, se afastou dos acordos com a alegação de que não mais competia a ele as atribuições de fornecer os créditos já firmados.

Acompanhou-se, a partir de então, uma total desvinculação do governo republicano com os comprimissos já traçados no Brasil pelos democratas. Os documentos assinados passaram a ser tratados como informais, pelos republicanos, na tentativa de não associar a imagem do novo governo norte-americano com a política econômica brasileira. Ao que tudo indica, a única preocupação dos republicanos, no que tange a política econômica brasileira, nesse período, era a de evitar qualquer relação do Brasil com o pensamento comunista, usando sua já conhecida economia de guerra, a qual seja, firmar um compromisso moral, se valendo da condição do subdesenvolvimento econômico brasileiro que, em linhas gerais, pode ser claramente interpretado como uma chantagem política.

Percebe-se, neste sentido, um grande contrassenso dos EUA, que nesse período insistia na recusa de não cumprir seus acordos econômicos com o Brasil, pelo simples fato de não querer associar a sua imagem com decisões já tomadas pelos democratas. Nesse ponto, é importante lembrar, que para Jaguaribe, uma crise consiste dos desmoronamentos de ideias que, em virtude disso, alteram as normas do cotidiano, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou sociais.

Soma-se a isso, o fato de se tratar de um processo direto de beneficiar o comércio internacional dos Estados Unidos. É por esse motivo que, em lugar de investimentos públicos, a proposta ideológica do partido republicano se pautava na ideia de investimento no campo privado,

ou seja, substituição dos investimentos públicos pelos de caráter privado. Acreditavam os republicanos que muitos atritos poderiam desaparecer pelo simples fato de se fazer negócios (JAGUARIBE, CNT, 1953, p. 18).

Na base de sustentação da política difundida pelo governo republicano, encontrava-se a máxima segundo a qual o único meio de defesa dos EUA seria a sua própria força econômico-militar e sua moral puritana perante os países subdesenvolvidos, como o Brasil. Outro ponto que deve ser levado a cabo, a partir da ótica desse partido, é que no caso brasileiro, seus investimentos econômicos tanto no setor privado, quanto no público, não passaram de especulação para medir a boa vontade do Brasil para com os interesses republicanos.

Dessa forma, o segundo poder utilizado pelos republicanos, além da já conhecida política de guerra, vinha do campo simbólico, o qual Pierre Bourdieu interpretou como sendo a tentativa de construção de uma realidade que tende a estabelecer uma ordem com vistas a estabelecer um conformismo lógico, uma concepção homogênea que tornaria possível a concordância entre as inteligências.

A própria (re)produção de crenças, por parte do governo republicano, capitalizadas por lutas simbólicas, nos dá indícios do que realmente interessava aos EUA nessa tentativa de aproximação com o Brasil de Getúlio Vargas, ou seja, a necessidade de rearranjos políticos e econômicos reivindicados pela polarização internacional EUA/URSS, com benefícios reais para os norte-americanos e simbólicos para o governo Brasileiro.

Considerações Finais

O que se acompanhou, de fato, logo no início do governo do general republicano Eisenhower, como temiam alguns intelectuais progressistas como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, foi o fim de pactos econômicos já firmados pelo governo anterior. Soma-se isso as posturas

intervencionistas do governo republicano em nome de um combate contra o comunismo, no campo político.

A própria figura de Getúlio Vargas, nesse contexto histórico, visto pelos republicanos como um governo nacionalista, era observado com ressalvas pelo atual governo da Casa Branca, o que agravava ainda mais a relação com o petebista. Vargas nunca escondeu que o processo de modernização do país deveria acorrer sob a égide do Estado, o que desagradava, e muito, o governo republicano de Eisenhower, que defendia o contrário, Estado mínimo por meio da diminuição de impostos e de cortes de gastos públicos.

Do ponto de vista da política externa, o segundo governo de Getúlio Vargas até buscou uma maior representatividade diante das organizações internacionais, com vistas a atrair investimentos que impulsionassem a modernização do país através do industrialismo, porém sem isentar a tutela do Estado à frente dessas negociações. Não por acaso que as relações Vargas-Eisenhower foram marcadas por um forte sentimento de frustração e de desconfiança entre ambos os países.

Do modo como circulou as representações de crises pelos *CNT*, Hélio Jaguaribe entendia que essa aproximação já estaria condenada ao mais completo malôgro, pelo simples fato de suceder-se à inequívoca demonstração, por parte dos EUA, de que não pretendiam os republicanos auxiliar o desenvolvimento econômico brasileiro.

Nesse sentido, é importante compreender, que o governo republicano teria provocado mudanças substanciais no campo político brasileiro, o que, de imediato, afastava qualquer possibilidade de auxílio econômico ao governo varguista e, de monta, forçava o petebista a redesenhar suas projeções quanto ao desenvolvimento nacional. Tanto é, que Oswaldo Aranha, amigo pessoal de Vargas e ocupante da pasta do Ministério da Fazenda nesse período, ano de 1953, tentava convencer o chefe do Palácio

do Catete a "barganhar" com o récem governo de Eisenhower, na tentativa de salvar, ao menos, o acordo de cooperação econômica já avalizado pelo democrata Truman.

Os esforços de Aranha, nesse sentido, negligenciavam a principal intenção do governo republicano, que era a de manter o Brasil como dependente dos EUA e não como um país senhor do seu próprio destino. A maior preocupação dos norte-americanos, do ponto de vista econômico, esteve pautado pela inquietação de como se resolver o problema do Brasil com base nas leis do livre mercado, diante das instituições internacionais. É isso que importava ao governo republicado, nesse momento, suplantar a coisa pública em detrimento do capital privado. Por outro lado, ao governo Vargas importava as estratégias que fossem capazes de impulsionar o país nos trilhos do desenvolvimento. Tarefa nada fácil, afinal, a crise já estaria deflagrada pelo fator Eisenhower no poder.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: UNESP, 2007.

JAGUARIBE, Hélio. A ideologia do governo republicano e a política internacional dos Estados Unidos. Revista Cadernos do Nosso Tempo. Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, nº 1, Ano I, Outubro-Dezembro, 1953. In: Revista Estudos Políticos, n 4, 2012/01, Edição Especial.

JAGUARIBE, Hélio. A crise ministerial e a nova política do Sr. Getúlio Vargas. Revista Cadernos do Nosso Tempo. Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, nº 1, Ano I, Outubro-Dezembro, 1953. In: Revista Estudos Políticos, n 4, 2012/01, Edição Especial.

JAGUARIBE, Hélio**. O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de

Janeiro: ISEB, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. **Political and economic development**. Cambridge: Harvard University Press, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil: crise e alternativas**. Rio de Janeiro: Zahar, 19747.

JAGUARIBE, Hélio. **Introdução ao desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. **sociedade e cultura. São Paulo**: Editora Vértice, 1986.

JAGUARIBE, Hélio. **Condições Institucionais do Desenvolvimento**, MEC/ISEB, 1958 (Palestra Proferida em 1957).

JAGUARIBE, Hélio. **Alternativas do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

JAGUARIBE, Hélio. **Crise na república** - 100 anos depois: primeiro ou quarto mundo? Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993.

JAGUARIBE, Hélio. **Um estudo crítico da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

JAGUARIBE, Hélio **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional.** São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv. de Publicações, 1956.

LYNCH, Christian. **O conceito de Liberalismo no Brasil** (1750-1850). Araucaria: Revista Iberoamericana de filosofía, política y humanidades, n. 17, p. 212–234, 200.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: "Entre o Povo e a Nação". Ed, Ática, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.

Cacau e café na produção científica lusa em fins do século XVIII

Lucas Onorato Braga
Universidade Federal do Espírito Santo

Ao aprender a cozer os alimentos, o homem se destacou dos demais animais. O processo de cocção preservava a caça e lhe acrescentava sabores, odores e texturas (FRANCO, 2001. p. 12). Além de possuir posição vital no desenvolvimento dohomem, a comida é determinante ainda na formação cultural da sociedadesendo a expressão da cultura quando produzida, preparada e consumida.

Conceitualmente, a alimentação é o ato voluntário e consciente de um conjunto de práticas que envolvem o que, como, quando, quanto e onde comer, levando em conta o que consideramos ou não aceitáveis para o nosso padrão de consumo (RODRIGUES, 2007. p. 16). Assim, entendemos como 'comer' o ato final de um grupo de práticas alimentares que somadas compõem a alimentação.

Apesar de apontarmos o ato final, discutir alimentação é, necessariamente, ir além do conceito de comer propriamente dito. É necessário entender os vários contextos em que a temática está inserida, seja no campo político, econômico ou sociocultural (CARNEIRO, 1997. p. 13). Em nossa abordagem, partimos do aspecto histórico como base para entendermos as relações intrínsecas no ato de alimentar-se que, para além de um ato nutricional,é também um ato social constituído de ações ligadas

aos usos, costumes,protocoles, condutas e situações (VIANA JUNIOR, 2019. p. 29).

A alimentação, portanto, é também ela, um ato histórico. E, como tudo o que o é, tem seus valores, suas premissas, sempre reconstituídase reinventadas. Com o objetivo de compreender as sensibilidades gastronômicas na Modernidade, expressas na produção científica que verse acerca da temática no período, elegemos como fonte o manual agrícola O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dosgêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto (VELOSO, 1798-1806), pois entendemos que a escolha dos produtos agrícolas que receberam especial atenção não era aleatória, e sim reflexo de uma das realidades sociocultural do período .

Para além da expressão de uma esfera cultural e científica daquele momento, esses manuais consistiam em instrumentos de interferência do Estado na dinâmica da produção agrícola colonial do Brasil, visto que, buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma de dinamizar a economia do reino e, ao mesmo tempo, procuravamcriar nestas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos na metrópole (DOMINGUES, 2001, p. 830). Desse modo, buscaremos aferir em que medida a defesa da produção de cacau e café se relaciona a essas sensibilidades manifestadas no apreço por produtos considerados exóticose, ao mesmo tempo, demarcadores de status social.

A natureza como princípio fundamental do desenvolvimento das civilizações

A emergência da Ciência Moderna, entre meados dos séculos XVI eXVII, correspondeu a um processo de mudança gradual e geral do cli-

maintelectual e cultural da Europa Ocidental (SOARES, 2001. p. 17). A "filosofia experimental", que tem a Bacon o papel atribuído por muitos autores de ser o precursor, trouxe a noção de que a natureza exigia questionamentos mais ativos (MENNA, 2011. p. 50). O mundo deixava de ser um sistema finito e harmônico passando a ser entendido como infinito e caótico.

"Tal período assistiu a gradativa mudança do pensamento erudito sobre o homem, o universo e a natureza. Academias científicas foram criadas em vários lugares, tendo como fundamento o experimentalismo eo racionalismo" (MERLO, 2015. p. 52). Nesse processo, as "ciências da natureza" se tornaram o foco das academias, pois seu domínio era considerado como fonte essencialpara o bem-estar social e espaço no qual se exerce o poder do homem civilizado (KURY, 2001. p. 105). Reflexo disso, é o movimento que se deu ao longo do séculoXVIII onde "novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamenteao deleite aristocrático" (KURY, 2004. p. 110).

Esse modo de entender a ciência e a natureza de forma quase indissociáveis fez com que a História Natural ganhasse a posição de intérprete da natureza perante a sociedade (KURY, 2001. p. 105). Junto a esse movimento, a literatura sobre o tema no período ficou marcada pela percepção do meio ambiente de forma utilitarista, elegendo a botânica e a zoologia como disciplinas diretamente ligadas à felicidade humana (KURY, 2001, p. 115). Desse modo,a natureza era compreendida como fundamental para o crescimento de uma civilização (MEEK, 1976. p. 182).

Partindo dessa premissa, recai ao naturalista a responsabilidade de distinguir numa determinada região os produtos interessantes ao comércio sendo ele capaz de entender a utilidade na produção de espécies aparentemente desprezíveis como o bicho-da-seda e a cochonilha, por exemplo. Vantagem essa do homem civilizado, a perspicácia de multiplicar os

seres, melhorá-los para a agricultura e a pecuária, e transferi-los de lugar endossando assim a legitimidade do seu poder sobre a natureza (ROGER, 1989. p.311).

Dessa forma, endossou-se o discurso sobre a concepção moderna de civilização ao passo em que a História Natural revestiu-se de um número considerável de expectativas e interesses dos naturalistas, além do público amador das ciências, se tornando muito mais do que a simples exploração da natureza (KURY, 2001, p. 130).

Sociabilidades e produção do saber científico

Em Portugal, a propagação das ideias ilustradas se deu ainda na primeira metade de século XVIII graças ao incentivo de D. João V (1689-1750) à inserção da ciência empírica e da filosofia moderna no reino. Contudo, apenas no governo de D. José I (1714-1777) que um projeto modernizador veio se consolidar por meio da administração do ministro Sebastião José Carvalho e Melo (1699-1782) (GAUER, 1996, p.111), que culminou no afastamento da Companhia de Jesus de todas as atividades educacionais através do alvará emitido pelo ministro em 1759. Além disso, fundou o Real Colégio dos Nobres em 1761 com o propósito de "tornar a nobreza apta a cumprir as funções superiores do aparelho do Estado, preparando-a militar e intelectualmente" (SALLES, 2016, p. 48). Todavia, o desinteresse dos nobres portugueses, educados culturalmente com a valorização pessoal medida por meio do nascimento ao invés do mérito a um ensino pautado nas ideias ilustradas, acarretaria na extinção do ensino científico no Colégio em 1773 (RODRIGUES, 2008, p. 37).

Outro grande momento da reformulação educacional foi a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 tornando a universidade um "organismo estatal, exclusivamente a serviço dos ideais ético-

políticos do próprio Estado" (GAUER, 1996, p. 49), endossando o projeto pombalino de gerar funcionários capazes de auxiliar na administração do vasto império português, ao mesmo tempo que se extinguia qualquer resquício da pedagogia jesuítica (SALLES, 2016, p. 50).

Embora Carvalho e Melo tenha sido afastado do cargo em 1777 devido à morte de D. José I, o governo vindouro deu continuidade às reformas educacionais, "tendo na sociabilidade disseminada por essas instituições pedra de toque para a difusão da ilustração em Portugal eno investimento em políticas de fomento" (MARQUES, 2005. p. 41). Neste ambiente político marcado pela queda do Marquês de Pombal e as décadas finais do AntigoRegime (SILVA, 2015. p. 7), é que se fundou a Academia Real de Ciências de Lisboa por meio do alvará emitido em 24 de dezembro de 1789. Desse modo, a História Natural, que havia se tornado uma disciplina na Universidade de Coimbra, passou a ganhar ainda mais força com a fundação daAcademia (VÁZQUEZ, 2005. p. 40).

Isso se refletiu na produção científica desse período que contava com um "carácter eminentemente prático", ou seja, esse saber devia contribuir para o desenvolvimento econômico do reino. Consequentemente, buscava-se desenvolver uma "racionalização da agricultura tradicionalmente praticada e à introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as atividades agrícola, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas" (DOMINGUES, 2001. p. 829).

A materialização de tais ideias pode ser acompanhada por meio das publicações realizadas pela Real Academia. Trata-se de publicações periódicas e não periódicas, da mais diversa natureza e constitui um dos importantes instrumentos para conhecimento do percurso programático da instituição. Via de regra, as produções eram distribuídas pelas três classes que compunham a Academia: Ciências Naturais ou de Observação, Ciências Exatas ou de Cálculo e Literatura Portuguesa. Inicialmente

impressos na Régia Oficina Tipografica até 1782, quando a Academia passou a possuir tipografia própria e passaria a poder imprimir os seus programas e publicações (SILVA, 2015, p. 149).

Nesse aspecto, destacamos, no campo das Ciências Naturais as "Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas" composta por 84 artigos escritos por 41 autores e que foram publicados em cinco volumes entre os anos de 1789 e 1815. A coleção foi a primeira a ser produzida pela instituição lusa e é considerada por diversos autores como "o paradigma do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o panorama cultural português na transição de finais de setecentos até, pelo menos, meados do século XIX" (SILVA, 2015, p.23).

Através desse conjunto de textos, a Academia enfatizava a descrição e discussão sobre os recursos animais, vegetais e minerais do reino e suas conquistas, focando nas vantagens econômicas de sua exploração procurando apresentar soluções que contribuíssem para aprimorar aagricultura tornando a produção mais eficiente (CARDOSO, 1989. p. 121). Para mais, sendo a Academia criada e sustentada por uma elite intelectual próxima dopoder político, revela por isso um espaço privilegiado de análise das interações do processo de produção e organização do conhecimento comos mecanismos sociais e culturais neles implicados. A Academia também, denota a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural típica do Antigo Regime Português nas duas últimas décadas do século XVIII,visível na presença da fidalguia, da nobreza titulada e também do clero entre seus associados e colaboradores (KURY, 2004, p. 125).

Dentro dessa perspectiva, coube à D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da marinha e do ultramar, articular os "interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasilei-

ra em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português" (WEGNER, 2004, p. 132).

Uma das escolhas para coordenar as atividades do Estado no espectro pedagógico – na noção de levar conhecimento aos produtores que dele precisavam – foi o franciscano José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), botânico brasileiro autodidata, já respeitado em Lisboa e famoso por seu amor pelos livros e pelo conhecimento. Ele já havia tomado partenas chamadas viagens filosóficas (para exploração e descrição do territórioe espécies brasileiras) e foi, por algum tempo, membro da Academia de Ciência de Lisboa. Era um homem com interesses diversos, que iamdas ciências biológicas às línguas estrangeiras e clássicas, da literatura àfilosofia.

É produto deste processo e paralelo ao desenvolvimento das Memórias da Real Academia a compilação e publicação da obra O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros jácultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto (VELLOSO, 1798-1806). O compêndio foi publicado entre 1798 e 1806 em Lisboa pela Editora Arco do Cego, contando com onze volumes ilustrados e organizado em cinco tomos, escrito por diversos autores experientes na comercialização e consumo do grão e de outras culturas inerentes a ela, como proprietários de plantações, comerciantes de escravos, políticos, botânicos, naturalistas, dentro outros com o objetivo da obra era instruir agricultores brasileiros com informações que tratavam desde a fabricação do açúcar até ao cultivo de especiarias, a preparação de leite e derivados, ou as novas "bebidas alimentosas" como café e cacau como veremos mais adiante.

José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) e O Fazendeiro do Brasil

Nascido na vila de S. José, bispado de Mariana, capitania de Minas Gerais, José Veloso Xavier – seu nome de batismo. – decide aos 19 anos que iria seguir carreira eclesiástica. assumindo então seu novo nome, José Mariano da Conceição Veloso. "Das ciências que lecionou com notável sabedoria, nenhuma lhe agradou tanto quanto como a História Natural que fora nomeado lente em janeiro de 1786" (BLAKE, 1899, p. 64).

Por iniciativa do Marquês de Lavradio de criação de uma agremiação científica e um horto botânico em São Paulo e Rio de Janeiro, o frei José Veloso passou na década de 70 a assumir funções docentes nessas capitanias. Durante as viagens filosóficas que se prolongaram por oito anos (1783-1790) é que recolheu material botânico que veio a compor sua Florae Fluminensis.

Em 1790, com o fim do mandato de Luís de Vasconcelos de Souza no Rio de Janeiro, José Veloso é então convidado pelo vice-rei a empreender uma viagem até o reino transportando consigo os originas dos textos e gravuras para sua Florae Fluminensis e outros materiais museológicos entregues ao Museu de Sua Majestade na Ajuda assim que chegou.

Apesar de sua ajuda no projeto vandelliano de produção e edição de História Natural das Colônias, agora sua presença física o levaria a outro patamar de responsabilidade científica se tornando membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. No entanto, semanas depois foi desligadoda agremiação científica devido aos gastos que sua Florae Fluminensis despenderia. Dessa forma, com a sensação de que a comunidade naturalista não reconheceria seus esforços desabafa que "[...] não temos ainda hum só escrito nosso, acerca da História Natural deste reino, e ainda de suas colônias, não por falta de pessoas de talento [...]" (BARBUT, 1799) o que

oleva a focar na tradução de textos estrangeiros o fazendo ser conhecido no ramo de edição e tradução de obras científicas dentro da comunidade antes mesmo da criação da tipografia do Arco do Cego em 1799.

Esse período o fez se voltar para as produções europeias de forma geral e voltadas para o mundo rural que se juntavam autores e sociedades agrícolas em torno da causa agrícola relatando suas experimentaçõese conhecimentos com foco nas "novas bebidas", como o chá, o café e cacau (BRIGOLA, 1999. p. 12). A estes temas se adicionavam seus apontamentos em relação ao Brasil e então uma rede de informações mantidas com os fazendeiros brasileiros.

Devido a isso, D. Rodrigo de Souza Coutinho convidou o frei a assumir a direção de um novo "estabelecimento científico" (VIANA JUNIOR, 2019, p. 137) que iria ser construído no sítio denominado Arco do Cego (1799-1801) ondefoi produzido o Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia ruraldos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a esteassunto que possui cinco tomos estando os três primeiros divididos em partes totalizando 11 volumes. O compendio impressiona pelo ritmo e capacidade de organização dos textos que iam chegando dos tradutores formando uma enciclopédia agrícola e agrarista com marca personalizadado José Veloso com o objetivo de se traçar uma "nova agricultura para onovo mundo" (BRIGOLA, 1999, p. 46).

Com o encerramento das atividades do Arco do Cego, todo o materialfoi realocado para a Imprensa Régia e o frei passou a ser encarregado como membro da Junta Administrativa, Econômica e Literária que anos seguintes passou por problemas financeiros ligando a imagem de José Veloso a um mal administrador. Associado a isso, os movimentos europeus antecedentes a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil fez com que José Veloso antecipasse a esse evento vindo um ano antes. O frei José

faleceu em 1811 no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro sem ter visto o esforço de sua vida, a Florae Fluminensis, ganharvida. Todo o material do frei José Veloso foi levantada pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro lançando em 1961 a edição velosiana.

À guisa de conclusão

O advento de regras de corte mais requintadas marcou a transição entre os séculos XVII e XVIII na Europa. Nesse cenário foi necessário reinventar-se constantemente: o rei adquiria importância para além de suas disputas bélicas, convertendo-se em um modelo para a corte, que, por sua vez, deveria acompanhar as mudanças paradigmáticas estabelecidas pelo soberano, se mostrando, então, atenta às novas exigências tendo no reinado de D. João V (1689-1750) o ponto alto desse processo marcado pela descoberta do ouro no Brasil (MONTEIRO, 2000, p. 137), cuja riqueza revelou-se essencialaos rituais de corte, que passaram por uma reformulação carregada de uma sofisticação como nunca antes vista no Reino, conferindo à mesa uma "visibilidade sem precedentes próximos" (VIANA JUNIOR, 2019, p. 141) tornando possível, então,sustentar opulências equivalentes à corte francesa de Luís XIV.

Foi no reinado de D. João V que a cozinha palaciana portuguesa adquiriu caráter mais moderno. As cozinhas passaram a ser compostas por três câmaras: A primeira, com uma porta para o pátio de serviços, correspondia à zona onde estavam colocados os grandes espetos de ferro utilizados nos assados. A câmara central constituía a parte principal da cozinha e possuía um teto comum coruchéu alto abobadado que foi rebaixado durante as obras joaninas. Trata-se de uma divisão quadrangular, em que cada uma das paredes possuium arco abatido em pedra, que confere grande beleza ao conjunto. A meio, pode ainda hoje observar-se duas mesas de trabalho

de mármore. A terceiracâmara possui vários armários e réguas fixas na parede, onde se dispõem osbelos exemplares da baixela de cobre da cozinha (PEREIRA, 2012, p. 21).

Também as bebidas que já estavam na moda em Paris desde o final do século XVII – quando, em 1651, Iean Girin e Barthelemy Riviere publicam De l'usage du Caphé, du Thé et du Chocolate – ganharam grande expressão nos momentos de refeição em Portugal: o café, o cháe o chocolate (VIANA JUNIOR, 2019, p. 147). O café, herança turca (LEMPS, 1998, p. 617-620), o chá, trazido pelos portuguesesà Europa e difundido pela Inglaterra (PEREIRA, 2012, p. 33), e o chocolate, trazido pelosespanhóis aos Velho Mundo (PEREIRA, 2012, p. 102), já eram consumidos em alguma proporçãono Reino. Sempre adoçadas (LEMPS, 1998, p. 611-624), essas bebidas restringiam-se às classes mais abastadas exatamente por conta do açúcar, produto que ainda mantinha-se muito caro – e lucrativo para Portugal. Durante a regência de D. JoãoV, porém, é possível aferir um relativo crescimento no consumo de tais bebidas (PEREIRA, 2012, p. 101), a ponto de ser do próprio rei ser retratado enquanto era servidode chocolate por um dos nobres de sua corte.

FIGURA 1 - A. Castrioto, D. João V tomando chocolate em casa do Duque de Lafões – 1720



Disponível em < https://baroqueart.museumwnf.org/database_item.php?id=object;BAR;pt;Mus11_A;29;pt >. Acesso em 4 jun 2020.

Já o reinado de D. José I (1714-1777), além dos vinhos, o café, o chá e o chocolate fincavam cada vez mais a sua conquista dos paladarescortesãos. Se essas bebidas foram difundidas em Portugal por D. João V,como apresentamos, no reinado de D. José ganharam importância tal, que o Rei passou a ter um espaço reservado para apreciá-las: o Quarto de Café de S. Majestade (VIANA JUNIOR, 2019, p. 153). Contudo, a opulência que marcou a corte joanina e o início do reinado de D. José I sofreria um grave revés coma diminuição do afluxo de ouro e pedras preciosas. A isto, somou-seo terremoto de Lisboa, em 1755, evento este que, segundo afirmou o Marquês de Pombal "tornou possível destruir alguns sistemas que não eram condizentes com a realidade e os novos interesses" (MERLO, 2014, p. 2584). Tal evento funesto implicou na suspensão temporária

de todos com que todos os hábitos cortesãos. D. José, depois da tragédia – que destruiu o Paço da Ribeira – optou por não viver mais sob construções de pedra, somente sobas de madeira.

Apesar das restrições apresentadas em decorrência do terremoto, em 1775, vinte anos após a tragédia, um grande evento marcou a inauguração da estátua equestre de D. José, feita a mando de Pombal. Foi "a ocasião que marcou aquele reinado" (SANTOS, 2011, p. 76.). No governo mariano (1734-1816) é que temos o auge da discussão sobre a História Natural e por conseguintea gama de produções científicas sobre o assunto como já ressaltamos anteriormente.

No entanto, se as disputas marcaram a esfera política durante o reinado mariano, a mesa da corte e da aristocracia de forma geral, também vivenciou suas disputas. A oposição entre os sabores doces e salgados tornava-se cada vez mais marcante. Durante este período, foi possível perceber que "as referências a doces foram frequentes, atestando a importância que tomavam no dia-a-dia, [como, por exemplo] chocolate, doces, chá e excelente café [adoçados]" (PEREIRA, 2012, p. 130) após as refeições.

É possível notar, portanto, que os doces aparecem com grande destaque após as refeições principais. Pari passu a importância dos doces, ganhou espaço os profissionais responsáveis pela execução da iguaria: os cozinheiros confeiteiros ou pasteleiros. A presença desses profissionais converteu-se em símbolo de destaque, ganhando menção os nobres que tinham em suas casas, além de cozinheiros, confeiteiros responsáveis somente pela confecção de doces/desserts (VIANA JUNIOR, 2019, p. 16).

Como visto, esses impressos tinham por objetivo remodelar a sociedade e oferecer-lhe formas de se colocar num cenário que já não era o mesmo do início do século onde o excesso de ouro cobria qualquer

carência agrícola. Assim, mudam-se as relações, os hábitos e os papeis exercidos pelos atores envolvidos no processo. Realocar o espaço/caráter meramente servil da cozinha no imaginário moderno foi permitir que esta se tornasse um antro de criação e experimentação de novas abordagens do paladar, com o uso de novos produtos e técnicas nesse processo. Foi isso que permitiu, sem dúvidas, a ressignificação do paladar cortesão da modernidade. O próprio papel da alimentação mudou, saindo da jurisdição da medicina e adquirindo um papel mais autônomo, assim a alimentação converteu-se num prazer, não mais em uma mera prescrição.

REFERÊNCIAS

BARBUT, Jacques. **Prefácio de Helminthologia portuguesa em que se descrevem alguns gêneros das suas primeiras ordens, intestinaes, e moluscos da classe sexta do reino animal, vermes e se exemplificão com várias amostras de suas espécies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne**, 1799.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacrameto. "Frei José Mariano da Conceição Veloso". **Diccionário bibliográfico**, v. 5, 1899.

BRIGOLA, João; NUNES, Maria de Fátima. "José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): um frade no universo da Natureza".In.____ . **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional- Casa da Moeda, pp. 51-75, 1999.

CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808.** Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARNEIRO, Henrique; MENESES, Ulpiano T. B. "A História da Alimentação: balizas historiográficas". **Anais do Museu Paulista**.

Nova Série, v. 5, jan/dez, pp. 9-92, 1997.

DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos". **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. VIII, 823-38, 2001.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet**: uma história da gastronomia. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai. "Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio". In: SOARES, Luis Carlos. **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

_____. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780- 1810)". **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. 11, p. 109-29, 2004.

LEMPS, Alain Huetz de. "As babidas coloniais e a rápida expansão do açúcar". In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (Orgs.).

História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 617-620.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. "Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779". **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

MEEK, Ronald. **Social Science and the Ignoble Savage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

MENNA, Sergio Hugo. **Máquinas, gênios e homens na construção do conhecimento**: uma interpretação heurística do método indutivo deFrancis Bacon. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp, Insti-

tutode Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. "Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português". **Dimensões**,vol. 34, 2015.

_____. "Em Razão do Grande Terremoto: observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I". **Anais – IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História**:Cultura & Sociedade. – Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, pp. 2582-2589.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. "A Consolidação da Dinastia de-Bragançaeo Apogeudo Portugal Barroco". In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

PEREIRA, Ana Marques. **Mesa Real**: dinastia de Bragança. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos. **Alimentação e nutrição no Brasil**. Brasília: MEC/Universidade de Brasília, 2007.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. "Para a utilidade do estado e "glória à nação": a real casa pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805)". **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul/dez, 2008.

ROGER, Jacques. **Buffon, um philosophe au jardin du Roi**. Paris: Fayard, 1989.

SALLES, Jansen Gusmão. **Da calúnia a supressão: discursos sobre a educação e antijesuitismo no período pombalino**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciênciasde Lisboa (1779-1834)**: ciências e hibridismo numa periferia

europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

SOARES, Luis Carlos. "O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII". In:_____. **Da Revolução Científica a Big (Business) Science**. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. **Uma certa ambição de glória: trajetcória, redes e estratégias de Tereza de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)**. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Galiza, 2005.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto**. 11

v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Dos sabores fortes aos suaves**: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780. Vitória: Identidade, 2019.

WEGNER, R. "Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial". **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, pp. 131-140, 2004, p. 132.

Da transição rural urbana à crise política do município de Cariacica/ES sob a perspectiva da História Oral: memórias de um professor trabalhista

Filipe Savelli Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
filipetrumbone@gmail.com

João Paulo dos Santos de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo
joaopssouza93@gmail.com

Das elites capixabas sob o regime autoritário (1964-1985)

Sob a consolidação do golpe civil-militar de 1964, os Atos Institucionais (AI) reconfiguraram o cenário institucional brasileiro, instaurando o bipartidarismo pelo AI-2 (regulamentado pelo AC-4),[1] enquadrando forças políticas entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), respectivamente base governista e oposição (OLIVEIRA, 2018, p. 26). No Estado do Espírito Santo, sob àquela ocasião, as lideranças tradicionais fizeram da ARENA "a *nata* da política espírito-santense", ao passo que o MDB fora formado por aqueles que não compunham o cerne da lógica política daquela elite (OLIVEIRA, 2013, p. 119). O acerto bipartidário, entretanto, transferiu

1 Foram decretados entre 1964 e 1969, 17 Atos Institucionais e regulamentados por 104 Atos Complementares (AC), todavia os mais importantes foram editados do AI-1 ao AI-5, por de fato darem os contornos do regime, tendo os demais apenas respondido às demandas auxiliares aos cinco primeiros.

disputas pretéritas para as deliberações necessárias ao controle interno da ARENA dali por diante. Exemplo relevante foi o *Cupim de Aço*[2], ala divergente que ganhou hegemonia e foi capaz de decidir diretamente duas eleições indiretas para governador do Espírito Santo: Élcio Álvares, o grande líder do *Cupim de Aço*, em 1974, com apoio do então senador Eurico Rezende; e o próprio Eurico, eleito sucessor, apesar da pouca solidez no acordo da parte de Élcio.[3] Por meio desse acerto, executou-se a plataforma desenvolvimentista local, concentrada nos *Grandes Projetos de Impacto* (GPI), concebida na gestão Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e subsequentemente executada no governo Élcio (1975-1979). Ao final do processo, o rompimento de Élcio (*Cupim de Aço*) com Eurico reverberou nas eleições de 1982, primeira sob a reabertura democrática e o avanço oposicionista. Sob a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) participaram da fundação do "governista" Partido Democrático Social (PDS) nomes já consolidados: os ex-governadores Francisco Lacerda de Aguiar, Cristiano Dias Lopes Filho, Élcio Álvares; o então governador

2 A ARENA capixaba majoritariamente era formada por dois grupos base: os ex-membros do PSD (partido dominante) e seus opositores principais, os ex-membros da *Coligação Democrática* (UDN, PR, PDC, PTB, PRP, PCB, PRD e PSP). Todavia no seio da ala do antigo PSD, membros da ARENA que não estavam ligados diretamente à Christiano Dias Lopes (g. 1967-1961), se organizaram formando essa dissidência para realizar a disputa interna pelo o controle da ARENA capixaba, esse grupo teve como seu líder Élcio Álvares, que em seu turno teve também apoio de Dias Lopes, que indicou Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen como vice de Élcio.

3 Vale ressaltar, que a eleição para Governador se dava por dois meios: a eleição pelo Colégio Eleitoral (Assembleia Legislativa) sendo o representante da Arena já escolhido pelo diretório e com aval da direção nacional, ou por meio da lista tríplice enviada ao Presidente da República. Tanto Élcio e Eurico foram escolhidos por meio do diretório da ARENA. Sobre a indicação de Eurico, sua "natural" legitimidade era endossada por Dias Lopes, com quem Élcio não tinha boas relações. O *Cupim de Aço* anunciou que disputaria o Governo Estadual, movimento que, como se leva a crer, incentivado por Élcio, resultando no rompimento dos dois e na aproximação de Eurico com Dias Lopes. Foi necessária a intervenção do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golbery de Couto e Silva, para anunciar que Eurico Resende era o indicado de fato para Governador, restando-se a aprovação do colégio eleitoral.

Eurico Rezende e membros de tradicionais famílias políticas capixabas como Theodorico de Assis Ferraço e Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen. A definição do candidato a governador pelo PDS se deu no final 1981, quando Eurico Rezende apresentou suas preferências, com Élcio Álvares fora da lista.[4]

No caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), buscava-se a todo custo manter a unidade. O então Senador Dirceu Cardoso despontava como o nome mais forte e, além de Dirceu, os nomes de Gerson Camata e Max Mauro eram as opções subsequentes. Dirceu optou por não ir ao pleito e, assim, a disputa ficou entre Camata e Max. Camata era um ex-arenista que foi para o PMDB[5] na mesma ocasião em que os membros do Partido Popular (PP) de Tancredo Neves se filiaram. Max era um quadro consolidado no então MDB, porém visto muito à esquerda, despertando rejeição de alguns correligionários. O cenário levou os dois à convenção do PMDB em 1982, datada para antes da convenção do PDS. Camata possuía ligações com Élcio Álvares, teria feito viagem, atrasando a convenção do PMDB e, confirmada a derrota de Élcio, permaneceu na disputa para representar o PMDB, derrotando Max

4 A ala liderada por Eurico indicou Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen e José Maria Feu Rosa, para governador e vice respectivamente, formando assim o *PDS Um*. O PDS, visivelmente, enfrentava um "racha" naquelas eleições, o que ficou evidente quando os deputados estaduais Vicente Silveira e Juarez Martins Leite pediram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a anulação da convenção do PDS. Os deputados em questão faziam parte da dissidência liderada por Élcio conhecida como *PDS Dois*, ou *Cupim de Aço*. Esse pedido foi baseado no *Pacote do Presidente Figueiredo*, no qual se previa o indeferimento de chapas incompletas (OLIVEIRA, 2008. p. 74). Entretanto, dias antes da inscrição da chapa, foi completada a lista.

5 Acerca do processo, conhecido como Arenização do MDB (cf. OLIVEIRA, 2013, p. 316), Camata deixou explícito em um trecho: "No final das contas, eu entrei no PMDB por causa do Tancredo. A maioria dos deputados queria voltar para a ARENA, mas, Tancredo queria ir para o PMDB e nos convenceu a ir para o partido. O Nyder Barbosa veio até Vitória consultar o PMDB daqui. Todo mundo me recebeu bem. Tanto que a minha filiação, em homenagem ao Nyder, eu fui fazer em Linhares. Ali em Linhares estava Berredo, Max, todo mundo [...]" (LEMOS apud MARTIN, 2008, p.72).

com a diferença de somente cinco votos, desempatados por um grupo de esquerda,

> então ligado ao Partido Comunista Brasileiro, [o qual] teve participação ativa em eleições de políticos da época como Gerson Camata (eleito governador do Espírito Santo em 1982). A própria definição da candidatura de Camata dentro do partido – PMDB – (antes de sua eleição) deveu-se a esse grupo ligado a [Paulo] Hartung (LEMOS apud MOREIRA, 2008, p. 80).

Max Mauro pregou a unidade ao partido, garantiu apoio a Camata, e se elegeu Deputado Federal. O PMDB foi beneficiado pela conjuntura no Espírito Santo e, principalmente por conta da instabilidade que vivia o PDS, como relatou Élcio Álvares (2012. p. 145), em autobiografia: "A intransigência mantida dentro do PDS abriu para Gerson Camata as portas largas da vitória, ensejando-lhe realizar um sonho de vida pública sempre marcada por êxito e sucesso." Em outro trecho, afirmou que seu grupo político decidiu por isso (2012. p. 144): "[...] a consagradora vitória pertenceu justamente a Gerson Camata, cujo nome foi gritado com insistência pelos adeptos da minha candidatura na Convenção do PDS." Esses acontecimentos durante aquelas convenções partidárias em 1982 deram a tônica do que seria a política capixaba com o multipartidarismo, sobre como deveriam ser feitos os acordos e as negociações regionais. A compreensão do cenário das elites estaduais se limita nessa quadra histórica, de modo que nas próximas linhas as lentes se concentram nas configurações político-partidárias no âmbito do município de Cariacica.

Da política em Cariacica: crise representativa (1960-2000)

Durante o regime civil-militar, a cidade de Cariacica desempenhou um comportamento político peculiar. Os principais nomes da política cariaciquense eram Aldo Prudêncio e Vicente Santório Fantini, ambos do MDB. Eles disputaram o poder no fim dos anos 1960 e por toda a década

de 1970. Em 1966, a vitória no pleito foi de Vicente Santório e, em 1970, Aldo Prudêncio foi eleito para um "mandato tampão" até 1972, quando Vicente retornou ao poder com Aloizio Santos de vice, de uma ala mais progressista do MDB do município. Nas eleições legislativas de 1974, Aldo venceu para Deputado Estadual e Aloizio Santos para Deputado Federal com apoio massivo de Vicente Santório. O revezamento entre os dois prosseguiu nas eleições de 1976, quando Aldo Prudêncio assumiu a prefeitura novamente. Esse mandato de 1976-80 acabou sendo estendido, em virtude de mudança das leis eleitorais, e assim postergar até 1982. Entretanto Aldo Prudêncio não concluiu o mandato, pois fora assassinado em 10 de dezembro de 1980, fato este que deu início a uma crise sem precedentes na história política cariaciquense. De 1980 até 2016 foram 19 trocas de prefeito envolvendo mortes. As interrupções de mandatos se deram por motivos variados, de doenças a cassação de mandatos. A seguir, registra-se uma lista com os prefeitos que assumiram a cidade nos respectivos períodos:

1980-1981	Joel Lopes Rogério	Presidente da Câmara, substituto de Aldo, mas foi morto com disparos de sua arma de fogo em 09/12/1981
1981-1983	Wagner de Almeida	Presidente interino da Câmara que assumiu a Prefeitura
1983-1984	Vicente Santório	Eleito em 1982, deixou a prefeitura em outubro de 1984, devido a um derrame cerebral
1984-1986	Nelson Secchin	Vice-Prefeito, assumiu em outubro de 1984, mas em fevereiro de 1986 foi afastado sob acusação de corrupção
1986-1987	Claudionor Antunes Pinto	Interventor estadual, de fevereiro de 1986 a abril de 1987
1987-1989	Milton da Rocha Melo	Presidente da Câmara, substituiu o interventor de abril de 1987 a janeiro de 1989
1989	Vasco Alves	Eleito, governou de 01/01/1989 a 18/05/1989, afastado sob acusações de irregularidades administrativas

1989	Augusto César Meloti Melo	Vice-Prefeito, governou de maio a agosto
1989	Vasco Alves	governou por força de liminar, afastado novamente 14 dias depois com a suspensão da liminar
1989	Augusto César Meloti Melo	Vice-Prefeito, governou entre setembro e outubro
1989	Vasco Alves	Retornou sob decisão do Conselho Superior da Magistratura do Espírito Santo, de 03/10/1989 até 04/1992, para disputar a Prefeitura de Vila Velha (havia sido prefeito anteriormente)
1992	Augusto César Meloti Melo	Vice-Prefeito, governou até dezembro de 1992
1993-1997	Aloizio Santos	Prefeito eleito
1997-2000	Dejair Camata	Eleito, morto em um acidente automobilístico em 26/03/2000
2000	Jesus dos Passos Vaz	Assumiu, mas em 1° de novembro foi afastado pela Câmara
2000	Joscelino Miguel da Silva	assumiu e concluiu o mandato
2001-2004	Aloizio Santos	Prefeito eleito
2005-2012	Helder Salomão	Prefeito eleito em 2004 e reeleito em 2008
2013-2020	Geraldo Luzia Júnior, "Juninho"	Prefeito eleito em 2012 e reeleito em 2016
2021-presente	Euclério de Azevedo Sampaio Junior	Prefeito eleito em 2020

O histórico demonstra instabilidade política generalizada sobre o município de Cariacica. Escolheu-se entender esse período por meio da memória pessoal, que coaduna crônica política e desenvolvimento da cidade, sua população e urbanização.

Transição rural-urbana de Cariacica: um histórico

Cariacica apresenta um histórico de ocupação territorial desordenada, altos índices de pobreza e infraestrutura insuficiente. Sua colonização data da virada dos séculos XVI e XVII, com incursões pelo rio Jucu, fundação de engenhos de cana-de-açúcar. Também se produzia algodão,

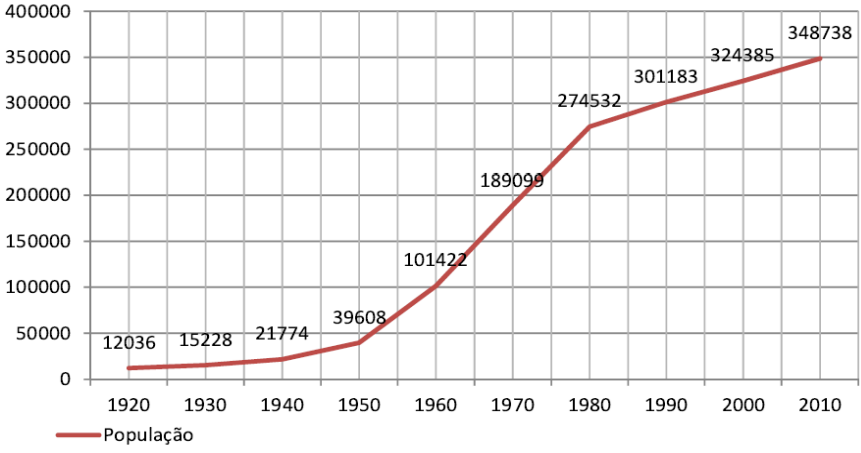
sob influência dos jesuítas. Em 1837, a condição de freguesia denominou o Distrito de São João Batista de Cariacica e, com o significativo aumento populacional, emancipando o referido município em 30 de dezembro do mesmo ano. No final do século XIX, a crise do sistema de trabalho escravista modificou a estrutura produtiva predominante no país, e a difusão da pequena propriedade entre os imigrantes europeus desencadeou a derrocada de fazendeiros do Espírito Santo. A ascensão da atividade comercial como solução para a crise resultou em "um nítido deslocamento do centro do processo de acumulação da produção para o comércio - fazendeiros transformaram-se em comerciantes" - concentrados em Vitória (CAMPOS JR.; GOMES, 2010. p. 7-8).

Em Cariacica, a facilidade de acesso à terra não reverteu na instalação de pequenas propriedades, o que diminuiu sua atividade agrícola. Ao mesmo tempo, o crescimento de Vitória como polo econômico e político e a construção de linhas férreas atravessando Cariacica afetou a condição desta como entreposto das tropas vindas do sertão. As mercadorias eram levadas à capital pela baía Porto Novo de Cariacica, mas com a malha ferroviária passaram a ser transportadas por ferrovias, deslocou-se para Argolas, Vila Velha. Dali partiam as linhas ferroviárias que ligavam o sul do Estado à Vitória (hoje, Ferrovia Centro-Atlântica) e Vitória ao Estado de Minas Gerais (Estrada de Ferro Vitória-Minas), restando à Cariacica a atividade de armazenamento dos produtos agrícolas (CAMPOS JR; GOMES, 2010. p. 10-14). O município chegou a receber importância industrial na década de 1950. A criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de sua superintendência ferroviária no município favoreceram para o surgimento de diversos bairros nas imediações, para a atividade siderúrgica. Ainda, nas décadas de 1960 e 1970 duas rodovias federais que cruzam o município (BR-101 e 262) favoreceram Cariacica entre a

capital e o interior.[6]

A política de erradicação de cafezais tomada pelo governo federal do começo dos anos 1960, contudo, potencializou um êxodo rural em direção à capital e cidades metropolitanas. Estima-se que esse cenário tenha afetado um total aproximado de 240 mil pessoas, tendo parte considerável migrado para Vila Velha e Cariacica, sobretudo pelo baixo custo dos loteamentos (CAMPOS JR. 2002).[7] O crescimento populacional cariaciquense data da década de 1920, acentuado entre 1950 e 1980, como é possível observar no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Evolução da população de cariacica (1920-2010)



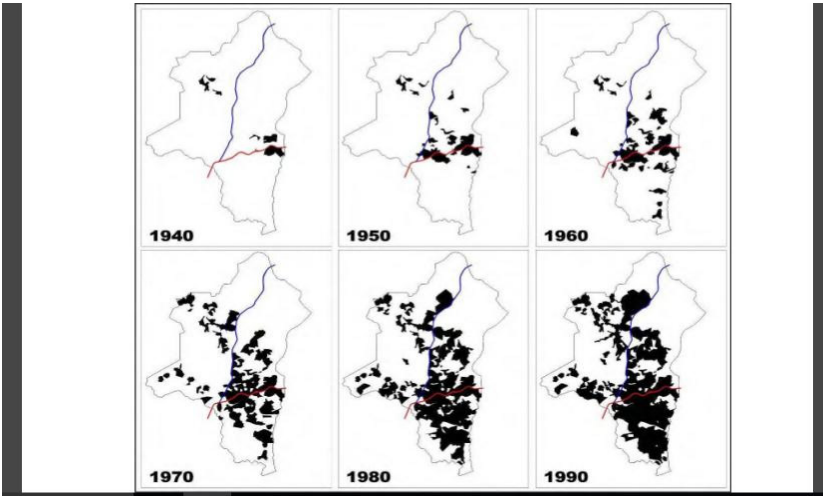
6 Cariacica possuía dez engenhos de aguardente – fabricava 1 milhão de litros da bebida –, seis olarias, três serrarias (localizadas em Porto de Cariacica, em Cariacica-sede e em Jardim América), uma fábrica de presunto e outras duas de porte maior: o Frigorífico Kroeff, em Tucum, e a COFAVI, em Jardim América. Cariacica era o centro industrial da região que viria a se constituir na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) (CAMPOS JR; GOMES, 2010 p. 16).

7 "Não havia em Cariacica o uso intensivo da terra por meio da produção imobiliária para venda no mercado. De certa forma é um dos fatores que ajuda a explicar o baixo preço da terra no município – a população permanecia com baixo poder aquisitivo e a cidade ainda não tinha sido produzida em condições que proporcionassem tais investimentos. O mercado imobiliário operava com o comércio de lotes urbanos e, na grande maioria das vezes, de forma irregular, em desobediência à legislação urbana" (CAMPOS JR; GOMES, 2010. p.22).

Fonte: CASTIGLIONI; BRASIL; FELIPE (2011)

Com base nos registros censitários do IBGE, constatou-se que a taxa de variação populacional entre 1960 e 1970 no Espírito Santo registrou um aumento de 13%. Em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória o referido acréscimo populacional foi de respectivamente 156%, 88%, 60%, 123% e 60% (GONÇALVES, 2012). Esse comportamento demográfico ocorrido no município pode ser atribuído principalmente às mudanças ocorridas na configuração econômica do Estado (Grandes Projetos de Impacto). Campos Jr. (2006) afirma que, no início da década de 1980, 82,63% da população cariaciquense fixou moradia na década de 1970, pela proximidade com a capital e pelo valor menor dos terrenos em relação a Vitória que já apresentava avançada valorização imobiliária.

Figura 1 - Evolução urbana de cariacica (1940 a 1990)



Fonte: PMC/MARQUES, 2010.

Algumas abordagens e conceitos

Para compreender os relatos do Professor Pigmeu, a entrevista analisada se embasa em três aspectos teóricos. Primeiro, pela noção gramsciniana de **Partidos Políticos**, a respeito da vida partidária do entrevistado e, principalmente, da relação política das elites cariaciquenses sob o MDB/PMDB. Partidos políticos são "todo grupo social, [...] de uma função essencial no mundo"; grupos orgânicos com consciência própria, não só econômica, também social e política (GRAMSCI, 2004, p. 15). Esses grupos possuem intelectuais, capazes de organizar sua própria classe. Entretanto, a relação dos intelectuais com a produção não se dá de forma imediata e direta, nas *infraestruturas*; ocupam uma função nas *superestruturas* de forma a se intermediar com as infraestruturas (2004, p. 20). Intelectuais possuem o papel de construir a hegemonia das classes nas quais são orgânicos; por conseguinte, educar sua classe e organizá-la, por meio de uma instituição, um partido político (2004, p. 24). Entendendo alinhamentos políticos além da sigla partidária, tanto ARENA como MDB sob o bipartidarismo foram plurais; as elites disputaram nas ações de organização-direção-educação dentro das legendas, gerando dissidências como os *elcistas* (*Cupim de Aço*), e o grupo de Gerson Camata (*arenização do PMDB*).

O segundo conceito na qual faremos é o de **Oligarquia Competitiva**, apresentado por Robert Dahl (1997). Nesta obra, Dahl debate sobre o nível de democratização dos sistemas políticos. Para haver democratização, duas dimensões constroem esse processo: a contestação pública e o direito de participação. Isso traz dois eixos para se poder mensurar o nível de democratização: a competição e participação. Desses dois eixos, três caminhos são aventados pelo autor, designando às *oligarquias competitivas* um aumento da contestação pública, mas sem abertura da participação popular no sistema eleitoral, seria ainda uma disputa entre as elites da

sociedade.[8]

Por fim, em Nascimento (2018), partindo de um 'saber histórico', com o qual texto e redação podem trazer relatos além do regramento, refletindo desafios da vida e cultura imanentes ao historiador (2018, p. 31), suas percepções e atribuições de sentido podem se classificar sob *identidades*, uma narrativa de si mesmo ou uma *história plural*. Ele ilustrou um padrão na historiografia local, segundo a qual "a partir da lógica atraso/progresso ou da decadência/superação, respectivamente, as narrativas tiveram o progresso/desenvolvimento como categorias norteadoras das representações históricas do Espírito Santo" (2018, p. 201). Isso se pode detalhar em como as elites políticas concentram ao Governo Estadual o fomento das grandes transformações e das inovações estruturantes, atribuindo personagens como símbolos de progresso (ou do atraso), seja nos tempos coloniais, ou mesmo no Espírito Santo republicano. Identidade local e **atraso local** (este termo como o terceiro aspecto norteador para o trabalho), podem ser notados nas opiniões do entrevistado, apropriando à Cariacica, sob uma ótica identitária, o atraso/progresso cariaciquense enquanto responsabilidade de determinados grupos. Após a análise da entrevista transcrita com o Professor Pigmeu, entretanto, poder-se-á retomar esse raciocínio de forma a aferir sua plausibilidade.

Análise e resultados da entrevista

Perfil do entrevistado: Luiz Antonio Lima dos Santos — conhecido por Professor Pigmeu. Nascido em 19 de junho de 1966, na cidade de Cariacica, formou-se em Engenharia Elétrica pela UFES em 1977 e

8 Para Dahl (1997), os outros dois caminhos: *Hegemonias Inclusivas*: ocorre quando existe um aumento da participação pública, existe uma contestação pública, todavia não uma abertura para a disputa do poder, existe uma relação entre o governo e população, atende às demandas populares, mas não à uma oposição política e o sistema reprime; e *Poliarquias:* quando existe um aumento nessas duas dimensões (liberalização e inclusividade), o sistema é aberto para a disputa política entre as oligarquias, e também abertura da participação política, normalmente é via sufrágio universal.

leciona como professor de Física desde 1975. Filiou-se ao MDB em 1979 por influência de Max Mauro, prosseguiu no partido, enquanto PMDB, até 1989, quando segue Max Mauro para o PDT, no qual compõe até o presente. Nas eleições municipais de 2016, veio a se candidatar em Cariacica para vereador, não obtendo vitória naquele pleito. Pré-candidato a Prefeito em Cariacica, pelo PDT em 2020.

As perguntas realizadas ao Professor Pigmeu se voltavam ao cenário político de Cariacica, com a finalidade de compreender as razões e consequências do longo período de instabilidades no sistema representativo daquela cidade. O entrevistado concedeu, em suas reflexões, preciosas memórias acerca da transição rural-urbana do município. A entrevista foi realizada no dia 3 de dezembro do corrente ano, quando foram feitas 10 perguntas sobre aspectos da vida pessoal do Professor Pigmeu, associadas ao seu envolvimento com a política cariaciquense e capixaba.

O primeiro contato do Professor Pigmeu com a política se deu através das eleições de 1976, mesmo ano quando ele ingressou como professor na escola CNEC[9], sendo que já trabalhava desde 1975 no Colégio Martinho Lutero. Uma questão interessante citada pelo Professor Pigmeu, foi a disputa pelo CNEC durante as eleições de 1976 na qual ele afirmou que Aldo Prudêncio, queria encampar a escola para a prefeitura, todavia a comunidade baseada em Campo Grande não permitiu que isso acontecesse, pois reivindicavam a escola da comunidade. Segundo o relato do Professor: *Essa escola foi construída pela comunidade[...] Aldo, queria tomar a escola. As pessoas de Campo Grande, na época, não aceitavam a ingerência política na escola*.

No decorrer dessa mesma resposta, o Professor Pigmeu explicitou uma disputa regional, interior ao município de Cariacica: *Ele [Aldo] não era querido dentro de Campo Grande. Ele queria tomar o campo do Espírito*

9 Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)

Santense, queria tomar tudo dentro de Campo Grande. [...] Aldo era da região de Itacibá, e Vicente, de Itaquari.

Podemos observar aqui um **bairrismo**[10] pujante no discurso do Professor Pigmeu, característica acentuada enquanto como uma disputa de identidades, daquilo que é ou não é cariaciquense: *Campo Grande era um bairro que estava começando a crescer, quando essa "italianada" estava chegando [...] verdadeiro cariaciquense é o de Cariacica, um pouco ali de Itaquari. Em Campo Grande, não tem verdadeiro cariaciquense. Eu sou cariaciquense, eu nasci aqui. Esse povo veio do interior para cá.* O afluxo de novos moradores, portanto, resultou no aumento da oferta de vagas de trabalho direcionadas a Cariacica. Esse fato relatado por Pigmeu refere-se ao processo de imigração do campo para a cidade, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970.

A cidade de Vitória recebeu os investimentos, entretanto foram os municípios circunvizinhos que receberam aquela massa populacional. Em Cariacica, famílias vindas do interior que se alojaram às margens das BRs 262 e 101, provocando uma reconfiguração geográfica da cidade e, inclusive, a mudança do centro administrativo: *[...]o charme era Campo Grande. Foi então que houve o movimento de transferir. O Élcio Nascimento era o presidente da Câmara. Trouxeram a Câmara para Campo Grande. Depois, veio o fórum. Aí, começou-se a esvaziar Cariacica (sede).*

A chegada dos imigrantes ao município mudou a vida dos mora-

10 Para lançar mão deste termo de forma não meramente conotativa, tomamos o trecho de um comentário jornalístico realizado pelo renomado historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, o qual, ao versar sobre uma concepção unitária enquanto "*ethos*" político do Brasil imperial, frente à série de reivindicações provinciais e regionais daquele tempo: "Reivindicar abertamente interesses regionais ou provinciais era um comportamento que raiava à obscenidade e que podia comprometer as ambições de carreira. O político da monarquia timbrava, por conseguinte, em projetar a imagem de estadista nacional, pairando acima do que pejorativamente era designado por 'bairrismo', para em teoria só enxergar os interesses superiores do país." (MELLO, E. C. Bairrismo no Império. **Folha Online** - Brasil 500 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_5.htm>. Acesso em: 21 dez. 2020.

dores de Campo Grande. Em Cariacica devido ao fato do baixo custo de terras, conduziu a antiga população, que era mais pobre, fosse alocada para regiões periféricas, como relata Pigmeu: *[...]quando começou a chegar esse pessoal da roça. Eles começaram a comprar tudo. Nós, aqui, éramos gente humilde. Fizeram essa cidade que está aí. E o nosso pessoal foi morar em Rosa da Penha, nas periferias; foi para Cruzeiro do Sul, que, na época, nem existia, era "capoeira"*. Portanto esse relato explicita a formação da periferia de Cariacica.

Em outro momento da entrevista, Pigmeu voltou a citar o aspecto rural, o qual o bairro de Campo Grande apresentava, em comparação aos bairros urbanizados de Cariacica, tais como Jardim América, por exemplo: *Eu me lembro, [...]. O ponto de ônibus [...] tinha Jardim América, Itaquari. Campo Grande era um dos últimos. Daí, os caras de Jardim América falavam: "Quem vai para a roça, é lá atrás!". Os caras de Jardim América faziam a maior sacanagem com a gente,[...]. Eles tinham orgulho de falar que moravam em Jardim América. Campo Grande era roça.*

Vale ressaltar que em Jardim América se localizava a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), sendo, portanto, uma região com alto índice de industrialização, com relação ao restante do município. Porém, após a construção do Porto de Tubarão, as atividades da COFAVI foram transferidas para o novo porto, tornando a região de Jardim América deficitária, fato que levou Pigmeu a dizer: *Daí, Campo Grande virou isso aqui, e Jardim América está daquele jeito até hoje.*

O bairrismo associado a Pigmeu, novamente veio à tona quando foi questionado sobre o assassinato de Aldo Prudêncio em 1980, na época prefeito da cidade. Sobre Aldo ele diz: *Aldo Prudêncio era aquele cara, amor e ódio.[...] Aldo era muito querido das pessoas mais cariaciquenses legítimas, as pessoas de Itaquari e Itacibá, por exemplo.* Novamente ele divide os cidadãos de Cariacica em legitimidades por serem moradores mais antigos, tra-

tando-se de uma crise de identidade que o município sofreu, no entendimento do que é ser cariaciquense e sobre quem é o cariaciquense.

No decorrer desse mesmo relato, Pigmeu traçou um desenho institucional das oligarquias cariaciquenses, as quais disputavam o poder entre as décadas de 1960 a 1980: *Cariacica era dividido em clãs: Jardim América, quem mandava eram os Viola; Itaquari, Itacibá e Cariacica-Sede eram de Aldo e Vicente; enquanto Campo Grande era um negócio que ninguém tinha consideração*.

Nas eleições de 1982, Vicente Santório venceu para prefeito, porém ficou no poder somente por um único ano, pois sofreu um derrame em 1983, tendo que se afastar do cargo. O então vice-prefeito Nelson Secchin assumiu em condições adversas, conforme relatou o Professor: *Nelson, que era o vice, assume sob pressão. Eram os filhos de Vicente quem mandava na Prefeitura, ficavam dizendo que o pai deles iria voltar*.Nesse fragmento, ficou implícita uma ingerência por parte do grupo oligárquico de Vicente Santório. Quem geria esse grupo eram os filhos de Vicente, conforme Pigmeu revela: *E aconteceu o fato que o filho de Nelson foi acusado de ter participado de um assassinato. Nelson chamou Aloísio para ajudar, mas, com o filho preso, os filhos de Vicente se aproveitaram. Eram três. [...] Era Fernando, Rogério e Vicentinho. Eram os que mandavam na cidade. [...] Nelson saiu com acusação de corrupção, e o governador ordenou uma intervenção em Cariacica.*

O rompimento do mandato de Nelson, levou o então governador do Estado Gerson Camata a indicar um interventor para assumir a prefeitura de Cariacica. Nomeou o fiscal de rendas e ex-secretário da Fazenda de Vitória, Claudionor Antunes Pinto, para o exercício do cargo. Esse momento escancarou a crise que a cidade vivia, segundo Professor Pigmeu: *Ele [Claudionor] veio com o discurso, de que Cariacica estava bagunçada. Só que, depois, os filhos de Vicente estavam chamando-o de 'Seu Nonô'*.

Esta situação caótica da política de Cariacica reverberou no proces-

so eleitoral de 1986, como diz Professor Pigmeu: *Então veio Max disputar a convenção com José Ignacio. José Moraes já havia assumido o governo do Estado, porque Max veio disputar o governo e Camata, o Senado. Foi condicionado o seguinte: se José Ignacio ganhasse a convenção, Zé retirava a intervenção*. Essa fala é referente à convenção do PMDB de 1986, que definiria quem seria o candidato daquele partido para governador.

Professor Pigmeu era filiado ao PMDB, desde sua fundação no âmbito do bipartidarismo, e sendo também integrante do grupo de Max Mauro, cujo arranjo institucional ele definiu como *MDB autêntico*. Segundo ele: *Tinha o MDB autêntico, de Max, e o MDB de mentira, de Camata.* Vale ressaltar que o Professor Pigmeu se refere ao partido como PMDB, no retorno do multipartidarismo, isto é, sempre como MDB. Um fato marcante de sua trajetória no PMBD foi a derrota de Max Mauro, como relata o Professor: *Camata chegou de última hora. Ganhou a convenção de 1982, por 3 votos, do grupo de Vila Velha, um grupo do Partidão*[11]*: Paulo Hartung, Mirtes [Bevilacqua] e Vasco Alves. Max perdeu, mas pregou a unidade do partido.*

Por ser integrante do grupo político de Max Mauro, Pigmeu esteve próximo e à par dos processos da convenção do PMDB de 1986. Max Mauro era o candidato mais forte e venceu a disputa. Contudo, Camata queria indicar o restante da chapa, do que, segundo o Professor: *A MACACA surgiu porque Max ganhou a convenção do José Ignacio. Max já tinha a chapa feita: o candidato a vice era Sérgio Ceotto. Ia ser uma chapa muito "MDB vermelha". Logo, o grupo do Camata foi com Zé Moraes e fizeram o acordo. Eles aceitavam Max como governador, sendo o vice fosse Carlos Alberto Cunha*.

Esse acordo foi concretizado com a filiação de Camilo Cola ao PMDB, formando a famosa MACACA — Max-Camilo-Camata. A

11 Apelido antigo, com o qual se convencionou designar o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

chegada de Camilo Cola foi crucial para pavimentar o caminho da vitória de Max Mauro, como relata o Professor: *Camilo Cola vinha para o partido com dinheiro. A gente precisava do Camilo. [...] O Estado tinha um helicóptero, Camilo tinha outro. Era poder contra poder. [...] Então, já imaginou se não tivesse? Ia ser difícil, ia perder feio, e a disputa era contra Élcio.* As eleições de 1986, portanto, foram uma disputa entre Élcio Álvares (ex-Governador) e Max Mauro, e a formação da MACACA como já dito, proporcionou uma vitória expressiva de Max sobre Élcio por 54,94% a 34,52%.

A vitória de Vasco Alves nas eleições de 1988, se deu pela falta de identidade segundo o Pigmeu, quando este gozava de muito prestígio, como revela o Professor: *Escolhido Deputado nota 10 em Brasília, [...], e o povo se empolgou com isso, então votou no Vasco*. Vasco havia sido prefeito de Vila Velha de 1982 a 1988, e veio para Cariacica, entretanto seu mandato fora conturbado, em meio a disputas judiciais com o próprio vice-prefeito Augusto César Meloti Melo, resultando em 6 trocas de mandato entre Augusto e Vasco. Dessas sucessivas trocas, criou-se uma expressão curiosa como conta Professor Pigmeu: *Ficou bagunçado, não sabia quem era o* "**prefeito de plantão***", quem estava na escala? Ficou um negócio assim.*

Este cenário conturbado, caótico, levou Vasco Alves a abandonar a prefeitura e disputar novamente a prefeitura de Vila Velha, nas eleições de 1992. O vice-prefeito Augusto César assumiu como prefeito, e se aliou a Aloisio Santos, de modo que este se tornou o candidato da máquina pública. Augusto César fez um esforço econômico para garantir a vitória de Aloisio Santos, devido ao fato que as eleições de 1992 foram altamente disputadas, como afirma Pigmeu: *Essa eleição de 92 foi a mais difícil que tivemos, tinha Aloísio Santos, Nilton Gomes, José Alves Neto, Rogério Santório e Edson Bourguignon, que era presidente do Rio Branco. Eleição pesada. César fez Aloísio. Deixou a Prefeitura ruim, com os 13° atrasados.*

Aloisio Santos foi o primeiro prefeito a concluir o mandato desde

Aldo Prudêncio, realizando uma boa gestão, mas errando segundo Professor Pigmeu na sucessão*: Aloísio ganhou em 92, em 96, errou. Colocou Maria Teresa*[12] *para disputar. Achou que, como Max tinha feito Albuíno*[13]*, ele faria Teresa ganhar a prefeitura, mas acabou perdendo para Cabo Camata, [...].* Professor Pigmeu justifica a vitória de Cabo Camata, por meio deste argumento: *Camata escolhe Cariacica, porque foi onde Vitor ganhou de forma mais apertada por 21 votos, porque Cariacica sempre gostou desse negócio de dar tiro. Por muita gente ser do interior, gosta desse negócio de resolver na bala.*

Neste momento, ao afirmar que Dejair Camata venceu devido a "muita gente ser do interior", leva-se a crer que ele estava se referindo àqueles imigrantes que vieram para Cariacica por volta dos anos 1970, os que ele chama de "italianada". O mandato de Cabo Camata foi marcado por falta de planejamento, de modo que as crises prosseguiram na prefeitura de Cariacica. Ele morreu em 2000, num acidente automobilístico, o vice Jesus dos Passos Vaz assumiu; todavia; esse também foi afastado em 2001 pela Câmara Municipal por suspeitas de corrupção, de modo que o presidente da Casa legisladora, Joscelino Miguel da Silva, concluiu o mandato.

Essa crise vivida por Cariacica, portanto, até os anos 1990, enfim cessou, no início dos anos 2000. Deste contexto, a última pergunta realizada ao Professor Pigmeu, relacionou-se ao ânimo do cariaciquense após esse período recente de estabilidade na política municipal. A resposta segue, a seguir: *Parece que o povo de Cariacica passou a não ter pessimismo, começou a sentir orgulho da cidade, veio o Shopping Moxuara, o novo Estádio Kleber Andrade, o Viaduto do Ceasa. Helder trabalhou muito nisso, no paisagismo e meio ambiente, começou a ser o charme da cidade. Então a gente come-*

12 Maria Teresa Colli Rosindo (PDT) ficou em terceiro lugar no pleito de 1996 para a prefeitura de Cariacica, vencido pelo então deputado estadual Dejair Camata (PSD), conhecido como Cabo Camata.

13 O então governador Max Mauro (PMDB) apoiou, em 1990, a candidatura do seu ex-secretário de Planejamento, Albuíno Azeredo (PDT), que venceu o pleito.

çou a sentir que Cariacica entrou em um novo tempo. Neste fragmento, não vemos nenhuma distinção do quem é ou quem não é cariaciquense, o que em conjunto se leva à sugestão de que os momentos de crise se deram por culpa dos não-cariaciquenses.

Pode-se observar com base nesses relatos, que o Professor Pigmeu faz uso de uma memória coletiva, atribuída a um grupo político, corroborando-se com uma visão identitária do desenvolvimento municipal, de modo que, o que torna perceptível a seleção consciente daquilo que se fala, bem como "do que cala e do que fica implícito"[14], reside nos usos políticos que ele faz do passado local; o atraso/progresso foi distribuído entre cariaciquenses e não-cariaciquenses. Outra característica da memória encontrada se dá quando o entrevistado realiza associações explicativas, usa um fato longínquo para justificar um passado mais próximo (sobre a relação daquela "italianada" com a eleição de Dejair Camata). A complexidade e detalhismo dos relatos proporcionados pelo Professor Pigmeu, um homem conhecedor da história municipal e estadual, um militante trabalhista ativo atualmente — ex-candidato a vereador em 2016, pré-candidato a Prefeito em 2020 —, forçou a escrita de uma crônica de eventos pouco maior do que o esperado. Isso foi necessário para se compreender os fatos apresentados pelo entrevistado, igualmente, ao se associar com os conceitos empreendidos aqui, enquanto traços essenciais de uma história oral da política local.

REFERÊNCIAS

CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. **A construção da cidade**. Vitória, Flor & cultura, 2002.

14 Conforme corriqueiramente nos orienta o professor André Pereira, nos módulos ministrados sobre Análise de Discurso e neste, de História Oral, ao longo da graduação, discursos, memórias e narrativas das personagens as quais pesquisamos ou entrevistamos possuem em seu bojo "o que fala, o que cala e o que deixa explícito". (informação verbal)

_____. **Reestruturação Produtiva na Região Metropolitana da Grande Vitória: Manifestações Socioespaciais em Cariacica.** In: Revista Geografares, Vitória, n.13, dez. 2012, p. 284 - 311. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/4137/3359>. Acesso em: 18 de dez 2020.

_____; GONÇALVES. T. M. A produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. 2010. Disponível em <www.mercator.ufc.br>. Acesso em 18 de dez de 2020.

_____. Política habitacional e a questão habitacional no espírito santo após o BNH. Vitória: FAPES, 2006.

CASTIGLIONI, Aurélia H.; BRASIL, Gutemberg Hespanha; FELIPE, Carlos Umberto. **Agenda Cariacica 2010-2030. Dinâmica populacional de Cariacica**. Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/wpcontent/uploads/2014/05/Agenda_DinamicaPopulacional.pdf>. Acesso em 18 de dez de 2020.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 1997.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. V. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____. **Cadernos do cárcere. V. 3.** -9° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LEMOS, Amarildo Mendes. **Agora é Max**: a trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990). 2014. 311 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

MELLO, E. C. Bairrismo no Império. **Folha Online** - Brasil 500 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_5.htm>. Acesso em: 21 dez. 2020

NASCIMENTO, R. C. **A narrativa histórica da superação do atraso:** um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra: Editora Milfontes, 2018, p. 31.

OLIVEIRA, U. J. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Vitória: UFES, 2008, 326 f.

_____. **Elites Capixabas no Golpe de 1964.** Serra: Editora Milfontes, 2018.

_____. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982) Tese (Doutorado em Ciência Política). São Carlos: UFSCar, 2013. 335 f.

MARQUES, Ivana Souza. Apropriação do espaço público urbano pelo comerciante informal na Avenida Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

Denunciando a Ditadura Militar no exterior: uma cronologia (1969-1974)[1]

Bruno dos Santos Prado Moura
Instituto Federal do Espírito Santo
brunusgravis@gmail.com

Introdução

A denúncia como arma contra a Ditadura. Foi dessa maneira que diversos exilados buscaram manter acessa a chama da militância. Nesta pesquisa, a entendemos como uma prática cultural, isto é, um modo de agir ancorado em modos de ver a realidade, por isso falamos em práticas de denúncia, pois por meio delas os opositores do Poder Político Ditatorial vigente no Brasil fizeram circular no exterior representações (CHARTIER, 1990; 2002; 2011) que conflitaram com as que eram difundidas pelo Governo brasileiro, dando a ler outra percepção sobre a realidade do país sob a égide dos generais, nas quais evidenciavam a concentração de riquezas, a submissão aos interesses do imperialismo norte-americano, a forte repressão e as violações dos direitos humanos contra prisioneiros políticos, além é claro das características pejorativas atribuídas aos governantes militares, muitas vezes representados como orangotangos (MARQUES, 2015).

Nos termos do arcabouço teórico pelo qual nos orientamos, as práticas se inserem em contextos sócio históricos dos quais obtêm sua espe-

1 Este artigo é uma adaptação do primeiro capítulo da minha tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Uma versão modificada deste artigo foi submetida para publicação na revista Ágora em setembro de 2022.

cificidade, variabilidade e condições de possibilidades. Elas produzem representações que dão a ler seu mundo social, atribuindo-lhe significados múltiplos, sempre em disputa, uma vez que tal produção é realizada por diferentes grupos, cujas determinações sociais, culturais etc. influem diretamente na sua inserção no jogo de relações interdependentes dos quais fazem parte (CHARTIER, 2002). Dessa forma, compreendemos que as denúncias e a reação da Ditadura desnudam uma luta pelo controle sobre o significado do que era o Brasil durante aquele período. Ao longo deste capítulo, buscaremos evidenciar a importância política dessas práticas para a afirmação, na opinião pública internacional, do caráter autoritário e violento da Ditadura brasileira durante o período de 1969 a 1974.

As práticas de denúncia que aqui nos referimos estão inscritas no contexto internacional do qual elas se aproveitam para fazer circular suas representações. O caráter transnacional que as questões relativas aos direitos humanos assumiram a partir do fim da Segunda Guerra e a formação de redes de solidariedade internacional foram fatores que contribuíram para a emergência de um contexto favorável à circulação das denúncias contra a Ditadura brasileira. Segundo Roniger (2010), o exílio massivo que caracterizou a segunda metade do século XX atingiu pessoas de diferentes classes sociais em razão de sua participação em atividades políticas e na esfera pública. O caráter ampliado dessa ação repressiva e a dispersão dos exilados por diferentes países favoreceu a constituição de redes de apoio capazes de chamar a atenção da esfera pública internacional para as ações autoritárias dos Estados expulsores (RONIGER, 2010). Nesse sentido, a formação dessas redes foi um fator de grande relevância para que as denúncias alcançassem o peso político que demonstraram, ajudando a mostrar para a opinião pública internacional as ações repressivas, as violências e as contradições do Regime vigente no Brasil.

Esse aspecto se somou a outro que nos auxilia na compreensão das

denúncias como uma prática cultural que dá a ler uma realidade oposta àquela difundida pela Ditadura. Nos referimos ao sentido que o exílio assumiu para muitos dos envolvidos nessas ações. Conforme salientou Rollemberg (1999), o exílio provocou uma necessária redefinição de projeto político para as pessoas que o vivenciaram, implicando numa reconstrução da identidade de muitos exilados. No exterior, obrigados a romper os vínculos que os uniam à sociedade brasileira, muitos deles encontraram nas denúncias o recurso para o combate contra a Ditadura. A ação pela palavra (CRUZ, 2010) vai ser a marca das diversas publicações impressas no exílio,[2] funcionando também como canais para a difusão de críticas e relatos de violações de direitos humanos contra presos políticos. As redes de apoio e a ação pela palavra permitiram que as denúncias chegassem a organismos internacionais cuja importância política obrigou o Governo brasileiro a se pronunciar sobre alguns casos de violação, como foi com relação às notificações da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH – OEA).

De modo geral, compreende-se que o período pós-1974 concentrou grande a maioria das mobilizações contrárias à Ditadura. De fato, a política de abertura lenta, gradual e segura do Governo Geisel (1974-1979) favoreceu o retorno ao Brasil de diversos militantes exilados que se juntaram aos grupos que então se organizavam para exigir anistia ampla, geral e irrestrita. As campanhas pela anistia foram um grande fator de

2 Para uma discussão sobre publicações de brasileiros impressas no exílio, conferir: MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2009; PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português*: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2017; BARCELOS, Thatiana Amaral de. O PCB e a imprensa no exílio: um estudo de caso da Revista *Brasil mês a mês*. *Anais do XXVI Simpósio Anual de História*, São Paulo, 2011; CRUZ, Fábio Lucas. *Brasileiros no exílio*: Argel como estratégia para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2016.

mobilização e de denúncias conta o Regime Militar, ganhando espaço na opinião pública nacional e internacional. Contudo, antes dessas campanhas assumirem a liderança das mobilizações de brasileiros no território nacional e no exterior, houveram práticas de denúncia que em muito contribuíram para expor o caráter autoritário e violento da Ditadura na opinião pública internacional num período que abrange todo o Governo Médici (1969 – 1974). Nesse sentido, elas funcionaram como um contraponto à toda a retórica de desenvolvimento com segurança embasada na Doutrina de Segurança Nacional e no anticomunismo, sustentada pelo Poder Político Ditatorial brasileiro. Sua circulação no cenário internacional obrigou o Governo a elaborar estratégias discursivas calcadas principalmente na sua negação e na incriminação dos denunciantes, sintetizadas na representação "campanha de difamações contra Brasil". Porém, a cada investida oficial tentando negar a existência de violações dos direitos humanos de prisioneiros políticos, mais evidente ficava a verossimilhança dos relatos sobre tortura que chegavam à opinião pública internacional. O Governo Militar embrenhou-se numa luta simbólica que o colocou diante do paradoxo de provar que não era aquilo que realmente era, uma Ditadura.

As frentes de denúncias

A circulação das denúncias se deu a partir de várias frentes. É preciso dizer que após o Golpe de 1964 e com a chegada da primeira leva de exilados ao exterior, muitos deles realizaram falas denunciando o autoritarismo vivido no Brasil para veículos de imprensa dos países que os acolheram. Porém, é a partir da segunda onda de exílios, ocorrida a partir de 1968,[3] que as práticas de denúncia começam a ganhar forma, ainda

3 Rollemberg (1999, p. 50-59) classifica as ondas do exílio brasileiro em duas gerações e três fases. A primeira geração (de 1964) de exilados é formada por pessoas já maduras e definidas profissionalmente, identificadas com os ideais reformistas expresso nas Re-

que de maneira descoordenada. Elas se deram de maneiras diversas e em diferentes países e continentes.

Uma das frentes se valeu da estrutura do Itamaraty como canal para fazer chegar ao exterior relatos de práticas de tortura a que eram submetidos prisioneiros políticos. Alguns funcionários do órgão no Brasil recolhiam depoimentos e os enviavam pela mala diplomática para Londres (Inglaterra) e Berna (Suíça). Nesses locais, os documentos eram traduzidos e encaminhados para organizações de defesa dos direitos humanos, jornalistas e personalidades ilustres da esquerda (GASPARI, 2014, p. 324; GREEN, 2009, p. 217).

A coleta dos depoimentos contou com a atuação de militantes de algumas organizações de esquerda, que repassavam os relatos para Maria Tereza Porciúncula de Moraes, funcionária do Itamaraty à época, que, por sua vez, os fazia chegar às mãos de Miguel Darcy de Oliveira, diplomata sediado em Genebra, e sua esposa, Rosiska Darcy de Oliveira.[4] Ambos foram punidos pelo Regime com perda do passaporte diplomático e de-

formas de Base do Governo Goulart. Eram lideranças ativas na cena política anterior ao Golpe de 1964 e, apesar de terem buscado asilo em variados países, tiveram o Uruguai como grande polo de concentração. A segunda geração (de 1968) foi composta por militantes jovens, muitos ligados ao movimento estudantil, com postura bastante crítica em relação às posições e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que integravam os grupos de ação armada, cujas pautas políticas era a ação revolucionária. Diferenciavam-se da geração anterior por não possuírem profissão definida, tendo vivido no exílio suas definições individuais e profissionais. Os países de maior concentração de exilados dessa geração foram Chile e França. Quanto às fases, a autora identifica uma primeira fase entre 1964, com a efetivação do Golpe, e 1973, com a deposição do Governo de Salvador Allende, do Chile. A derrubada do Governo da Unidade Popular no Chile inaugurou a segunda fase do exílio, em que os exilados tiveram que migrar para países muito diferentes dos da América Latina. Para a autora, Paris se tornou a capital da segunda fase. A terceira fase tivera início sem um evento específico que a demarcasse, sendo caracterizada por um desgaste da fase anterior e por uma adaptação social ou profissional abaixo das expectativas dos exilados, levando-os a recorrerem a novas migrações por motivos econômicos e ideológicos.

4 Campanha contra o Brasil, **Diário da noite**: edição matutina, São Paulo, p. 5, 05 mar. 1970.

missão, no caso de Miguel, após instauração de inquérito administrativo seguido de Inquérito Policial Militar (IPM). Miguel chegou a ficar três meses preso no Brasil, mas foi libertado, se exilando no Chile. Na Inglaterra, contavam com a ajuda de Carlos Eduardo de Senna Figueiredo, estudante na London School of Economics. Para o grupo, essa era uma das poucas ações possíveis de se realizar fora do escopo do enfrentamento armado promovido pelos grupos de guerrilha urbana (GREEN, 2009).

Essa frente foi logo desbaratada pelo aparato de segurança do Regime.[5] Porém, outra se formou nos Estados Unidos (EUA) por iniciativa de brasileiros e ativistas dos direitos civis ligados a instituições religiosas e de ensino superior. Os brasileiros Jether Pereira Ramalho e sua esposa Lucília viajaram, em dezembro de 1969, aos EUA em férias e contataram Willian Wipfler, então diretor assistente do Departamento Latino – Americano do *National Council of Churches* (NCC).[6] Participaram também do encontro os brasileiros Rubem Cesar Fernandes, exilado nos EUA desde meados de 1960, e Domício Pereira, que viajara ao país norte-americano para realizar um curso no Seminário Teológico Union. Jether e Domício levaram consigo documentos com relatos de prisioneiros políticos no Brasil (GREEN, 2009). Segundo Gaspari (2014), eram onze documentos com relatos de torturas ocorridas em Belo Horizonte, os assassinatos de Chael Charles e padre Henrique, além de outros decorrentes do presídio da Ilha das Flores e o quartel da Polícia do Exército (PE), na Vila Militar. Diante do material recebido, Wipfler incluiu o professor Ralph Della Cava nas articulações do grupo e com o propósito de dar uma fisionomia legal e pública às suas ações, criaram o American Committee for Information on Brazil (Comitê Norte – Americano de

5 Campanha contra o Brasil, **Diário da noite**: edição matutina, São Paulo, p. 5, 05 mar. 1970.

6 O *National Council os Churches* (NCC) é uma entidade sediada nos EUA que congrega várias igrejas. Mais informações em: https://nationalcouncilofchurches.us/about-us/. Acesso 25 nov. 2022.

Informações sobre o Brasil), a partir do qual se viabilizou a circulação do material recebido na imprensa estado-unidense (GREEN, 2009).

Green (2009) destaca que essa iniciativa nos EUA foi similar a outras ocorridas em diferentes países, em que uma coalizão de exilados brasileiros de diferentes tendências políticas e com o apoio de pessoas solidárias dos países de acolhida, atuava no sentido de divulgar informações que acreditavam poder mudar as condições no Brasil. É nessa perspectiva que o autor entende a formação da Frente Brasileira de Informações (FBI), vista aqui como a terceira frente de circulação das denúncias do exterior.

A FBI fora criada por iniciativa do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Exilado em Argel, capital da Argélia, ele contou com o apoio da sua irmã, Violeta Arraes, do ex-deputado Marcio Moreira Alves, de Almery Bezerra e Everaldo Norões para criar uma rede de denúncias contra a Ditadura brasileira que se estendia por diversos países. Os boletins da FBI circulavam na Argélia, França, Chile, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, México e EUA e contavam com a colaboração de exilados para tradução dos textos e acréscimo de informações relacionadas ao país onde iria circular (CRUZ, 2010; NASCIMENTO, 2017). A proposta da Frente era o combate à Ditadura vigente no Brasil por meio da denúncia. O período de circulação dos boletins da Frente foi de 1968 a 1973.[7]

Assim, essas três frentes contribuíram para pôr em circulação na opinião pública internacional diversas denúncias contra a Ditadura brasileira. Além do trabalho realizado nessas frentes, havia a atuação de correspondentes de jornais estrangeiros que buscaram por meio dos seus artigos, expor a face autoritária do Regime Militar. Havia, também, atua-

7 Existem pequenas divergências quanto ao início e fim do período de circulação dos boletins da FBI. Acreditamos que isso possa decorrer das lacunas na documentação. O que parece certo é que o encerramento das atividades da Frente se deu por divergências entre seus membros.

ção de membros do clero católico que em diversas ocasiões denunciaram o autoritarismo vigente no país, sendo o mais notório deles o bispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.[8] Buscaremos, nas linhas seguintes, apresentar uma cronologia de algumas dessas denúncias de modo a evidenciar sua importância política num contexto nacional em que a Ditadura se viu hegemônica graças ao recrudescimento da repressão e aos resultados do chamado "milagre brasileiro".

A circulação das denúncias: uma cronologia

Observa-se que o período em que as denúncias circularam com maior destaque na opinião pública internacional começa no final de 1969 e ganha volume em 1970, com destaque para as notificações da CIDH ao Governo brasileiro e o relatório da Comissão Internacional de Juristas, divulgado em junho de 1970. O Governo brasileiro lidou com as notificações da Comissão Interamericana até 1972. Nesse ano, quando se comemorou o sesquicentenário da independência do Brasil com grande festa organizada pelo Governo Médici, foi a vez da Anistia Internacional divulgar relatório sobre acusações de tortura no Brasil. E entre 1974 e 1976, foram realizadas as sessões do Tribunal Bertrand Russel II, que condenou o Brasil e outras ditaduras latino-americanas por práticas de violação dos direitos humanos. Percebe-se, então, que antes das grandes mobilizações em favor da anistia ocorridas a partir do início da abertura política conduzida pelo Governo Geisel, em 1974, houveram importantes articulações transnacionais que contaram com a participação de muitos exilados brasileiros, as quais com suas práticas de denúncias contribuíram no processo de consolidação da visão de que no Brasil se vivia sob uma cruel Ditadura que torturava opositores políticos.

Aliás, em meados de 1970, os principais jornais de formação da

8 Para uma análise da atuação do clero durante a Ditadura conferir Bezerra (2010).

opinião pública nos EUA e na França reconheciam que no Brasil se praticava tortura contra oposicionistas. Segundo Green (2009) a publicação de editoriais pelos jornais *Washington Post* e *New York Times* sobre relatos de violações de direitos humanos por agentes da repressão, indicavam que esses veículos não tinham mais dúvidas quanto a veracidade das denúncias. No Velho Continente, Gomes (2019, p. 257, 265, 267) destaca que, na França, a maior parte da imprensa tinha um olhar negativo do Governo brasileiro. Segundo o autor, um articulista do *Le Monde*, Edouard Bailby, batizou a Ditadura brasileira de "fascismo tropical", cuja imagem estava diretamente associada à violação dos direitos humanos (GOMES, 2019, p. 265).

Contudo, antes dessas denúncias ganharem notoriedade no exterior, a imprensa nacional lhes deu a devida importância. O sequestro do embaixador norte - americano Charles Elbrick, seguido de sua libertação em troca de quinze prisioneiros políticos brasileiros permitiu que esses, após chegarem ao México, denunciassem o uso de torturas nas prisões brasileiras, trazendo à tona o assunto no âmbito internacional. Green (2009, p. 213) mostra que em sua primeira entrevista coletiva, realizada em 2 de dezembro de 1969, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, respondeu a um questionamento sobre relatos de tortura de prisioneiros políticos, afirmando não "[...] permitir a prática de atos de tortura deste país que procura caminhos democráticos." Para o autor, essa afirmação do Ministro foi interpretada por jornalistas brasileiros como um sinal de abrandamento da censura sobre o tema da tortura e, a partir de então, passaram veicular informações relativas a ela. A revista Veja se destacou com duas reportagens.[9] A primeira anunciava: "O presidente não permitirá tortura", na qual destacava os métodos realizados pela polícia política para obter informações dos prisioneiros. A segunda atrelava o Governo

9 Veja, nº 65, 3 dez. 1969 e nº 66, 10 dez. 1969, *apud* Green (2019, p. 514, notas 17 e 18).

Militar a práticas medievais de obtenção de informações de prisioneiros políticos (GREEN, 2009, p. 214). A capa da revista é descrita pelo autor, cujo texto vale a pena ser citado, diretamente:

A capa continha uma única ilustração que parecia uma litogravura antiga, em tons esmaecidos de marrom. Uma única palavra, "Tortura", a encimava, anunciando a principal reportagem da semana. A cena na primeira página mostrava um grupo de figuras em um espaço semelhante a uma masmorra de altas paredes de pedra, teto de abóbada e uma grande porta de madeira. Alguns frades e outras pessoas torturavam um homem que jazia em uma armação. Outra figura puxava uma corda ligada a uma polia, erguendo no ar um homem amarrado, com pesos nos pés que o puxavam para baixo. Ainda outro indivíduo estava amarrado de cabeça para baixo a um aparelho visivelmente destinado a produzir sofrimento. Havia um escriba sentado a uma mesa, aparentemente registrando as confissões. (GREEN, 2009, p. 214-215).

A publicação dessa capa teve impactos na redação da revista, provocando uma dança das cadeiras em que o novo editor de Política, Elio Gaspari (que assumira o lugar de Raimundo Pereira, transferido para Variedades), teve que engolir a imposição do Governo Militar de publicar, em um número seguinte, uma entrevista com o senador Filinto Müller, na qual teceu narrativas sobre seu jardim particular (KUSHNIR, 2012, p. 45).

Portanto, a instituição da censura impediu que a sociedade brasileira tivesse acesso a informações sobre as práticas de violação de direitos humanos realizadas nas prisões do país. Ela visou exatamente inviabilizar a veiculação de qualquer notícia sobre denúncias de desaparecimentos, torturas e mortes por agentes do Estado (CAMPOS, 2019). É no exterior que essas informações irão circular, inicialmente de forma tímida, depois ganhando os veículos de maior prestígio da imprensa internacional. a re-

ceptividade da opinião pública internacional para a temática dos direitos humanos se relacionava com o avanço do tema após o encerramento da II Guerra Mundial, com a adoção pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Direitos do Humanos (1948), seguida por outros dispositivos que versavam sobre a questão, como os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966 e os Acordos de Helsinski de 1975 (FRANCO, 2011, p. 98). Conforme nos mostra Franco (2011, p. 99), a partir da década de 1970 os direitos humanos se tornaram importante critério na agenda política e nas relações entre os países. Portanto, podemos afirmar que havia no cenário internacional uma maior receptividade para o tema, configurando o que a autora chamou de uma "nova sensibilidade" (2011, p. 111) que se espraiava para a sociedade civil.

No contexto brasileiro, pelos motivos mencionados acima, a circulação de denúncias de tortura que se dava no exterior foi apresentada como uma "campanha de difamações contra o Brasil", entendida em nossa pesquisa como uma representação elaborada pelo Poder Político Ditatorial para dar a ler – e, por que não, impor – o seu modo de ver a questão.

O primeiro documento com relatos sobre torturas sofridas nas prisões brasileiras a chegar ao exterior foi o chamado Documento de Linhares, elaborado pelo prisioneiro Ângelo Pezzutti, detido na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, conhecida como Penitenciária de Linhares. Ele fora escrito a partir das trocas de informações entre os diversos presos sobre as torturas sofridas nas dependências policiais e militares do país (ARBEX, 2015). O texto escrito por Pezzuti e assinado por doze prisioneiros,[10] tinha como destinatário o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e classificava seu conteúdo como uma de-

10 Subsídio para estudo das atuais solicitações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH-OEA, agosto de 1971. Fundo Divisão de Segurança e Informações – Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Área de Identificação BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.83 – Dossiê. p. 17-46.

núncia, cujo teor, a ser apurado pelo órgão, poderia ser comprovado pelos "tantos testemunhos" que nele estavam contidos.

A tortura como método institucionalizado de obtenção de informações, a violência policial nas prisões de militantes, as condições precárias das prisões foram, entre tantos outros, os elementos que povoaram as denúncias que circularam no exterior. Muitas delas foram derivadas de relatos saídos dos cárceres e deram origem a diversas publicações e notícias que gradativamente ganharam a opinião pública internacional. O Documento de Linhares foi o primeiro de muitos outros que chegaram ao exterior e de certa forma inaugura a maneira de relatar os sofrimentos vividos pelos prisioneiros políticos brasileiros.

Uma das publicações com denúncias a ganhar notoriedade no cenário internacional foi o Livre Noir: terreur et torture au Brésil, publicado na revista Croissance de Jeune Nations em dezembro de 1969. Fruto de um relatório intitulado "Tortura e morte no Brasil", preparado pela secretaria geral da Juventude Estudantil Cristã e apresentado à Comissão Pontifícia Justiça e Paz, seu conteúdo chegou às mãos do papa Paulo VI por intermédio de Maurice Cardinal Roy, presidente da Comissão. O contato com esse conteúdo influiu no discurso do líder da Igreja Católica realizado na semana da Páscoa na Basílica de São Pedro, no qual o pontífice fez referências indiretas às torturas praticadas em países da América Latina (GREEN, 2009; GASPARI, 2014).

A circulação do Livre Noir evidencia a rede de apoio e solidariedade que caracterizam as práticas de denúncia, conforme dissemos anteriormente. Apoiada pelo Comité Internationale de Soutien, sua edição contou com o patrocínio de diversas organizações internacionais, sendo elas: *Association Internacionale de Juristes Démocrates*, *Jeunesse Étudiante Catholique Internationale*, *Ligue Belge Pour La Défense de Droits de L'Homme*, *Mouvement Internationale des Étudiants Catholiques*, *Mouvement Interna-*

tionale Pour L'Union Fraternelle Entre Les Races et Les Peuples. Entre os intelectuais, a publicação contou com o apoio de: Umberto Campagnolo, secretário geral da Sociedade Europeia de Cultura; Dr. Paul Chachard, diretor da Escola Prática de Autos Estudos; André Cruiziat; Daniel Mayer, presidente da Liga dos Direitos dos Homens; Jean Meyriat, secretário geral do *Comité Internationale pour la Documentation des Sciences Sociales*; Robert Montvalon, redator de *Terre Entière*; René Rémond, professor do Instituto de Ciências Políticas; Michel Riquet; Pierre-Henri Simon, da Academia Francesa; pastor Charles Wesphal, presidente da Federação Protestante. Seu conteúdo apresenta um prefácio, escrito pelo padre jesuíta e historiador Michel de Certeau e onze documentos, a maioria contendo relatos de torturas sofridas nos cárceres brasileiros. O arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara assina sozinho ou em conjunto, três dos textos. No prefácio, Certeau evidencia a importância que a circulação daqueles relatos assumia para o grupo de apoiadores:

> "É muito importante que se faça conhecer o mais possível os acontecimentos que se passam por aqui", escreveu um deles. Esse aviso, eu o recebi de alguém que não conheço. Mas me envergonharia a existência se eu o negligenciasse. Certamente, o que ele diz eu gostaria de negar. Mas o impossível está justamente no processo de ocorrer. É isso que torna esses documentos intoleráveis. Por detrás do carnaval do Rio, tem isso.[11]

Ao dar a ler o que parecia impossível de se crer, os relatos descorti-

11 Tradução do autor. O trecho no original é o seguinte: *"Il est très important que tu puisses faire connaître le plus possible les événements qui se passent ici", écrit l'un d'eux. Cet avis, je le reçois de quelqu'un dont je ne sais rien. Mais je rougirais d'exister si je le négligeais. Certes, ce qu'il raconte, je voudrais le nier. Mais l'impossible est précisément en train de se produire. Voilà ce qui rend ces documents intolérables. Derrière le carnaval de Rio, il y a cela.* Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos: 2ª parte, Volume 1/1-2. Fundo DSI-MJ. Arquivo Nacional. Área de Identificação: BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.67 – Dossiê, p. 147.

navam o intolerável que aos poucos ganhava verossimilhança no contexto internacional. Dois meses antes da publicação do Livre Noir, em 07 de outubro de 1969, o jornal francês Le Monde publicou uma matéria sobre as práticas de tortura no Brasil. A notícia vinha na esteira dos fatos políticos em torno da sucessão de Costa e Silva e destacava o uso corrente da tortura nos interrogatórios realizados pelas Forças Armadas e pela polícia, com destaque para seu recrudescimento após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (GOMES, 2019, p. 255). Meses antes dessa publicação do Le Monde, em 27 de maio, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, fazia circular no exterior uma nota denunciando o assassinato do padre Antônio Henrique. Na França, alguns membros do episcopado puseram em circulação um abaixo-assinado em apoio ao arcebispo brasileiro, que, ao fim do mês de maio, já contava com mais de mil assinaturas (GOMES, 2019, p. 231).

Foi no ano de 1970 que a circulação das denúncias contra a Ditadura brasileira ganhou corpo. Por iniciativa dos membros do *American Committee for Information on Brazil*, as informações sobre violações dos direitos humanos praticadas no Brasil começaram a chegar à grande imprensa dos EUA. A revista *New York Review of Books* publicou, em 26 de fevereiro de 1970, um artigo de duas páginas assinado pela Frente Brasileira de Informações (FBI), no qual se criticava o Conselho da Europa por excluir o regime grego sob o argumento de que praticava assassinatos e torturas e manter silêncio sobre situação similar no Brasil e questionava a sociedade estado-unidense se manteria postura semelhante. O artigo também descrevia o interrogatório e tortura de presos políticos detidos na Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo (GREEN, 2009, p. 226-227). Dois dias depois, em 28 de fevereiro, o jornal *Washington Post* publicava um editorial intitulado "Opressão no Brasil". Nele, era evidenciado o crescimento da quantidade de relatos sobre torturas praticadas no Brasil

decorrentes de fontes consideradas fidedignas, eram apresentadas críticas ao Governo Médici, com ênfase no seu caráter autoritário, e finalizava com críticas ao Governo dos EUA por seu apoio a opressores (GREEN, 2009, p. 227-228; GASPARI, 2014).

Após o *Washington Post*, foi a vez do *The New York Times* evidenciar o tema. Em editorial intitulado "Brasil: terror e tortura", publica em 29 de abril de 1970, o jornal contradiz o argumento usado pelo Regime de que as práticas de tortura são necessárias no combate à crescente subversão comunista, evidenciando que elas atingiam também inocentes (GREEN, 2009, p. 234). Green destaca que a chegada dessas denúncias aos veículos mais influentes da imprensa norte – americana decorreu de uma estratégia dos membros do *American Committee for Information on Brazil*, que em uma de suas frentes de ação buscou publicar artigos em diversos veículos progressistas e religiosos contendo o conteúdo das denúncias, na expectativa de que os grandes veículos de imprensa recolhessem essas reportagens (GREEN, 2009, p. 224). O autor listou os artigos que traziam as denúncias que os membros do Comitê pretendiam que chegasse ao grande público estado-unidense (GREEN, 2009, p. 515, nota 61):[12]

• *Bolton, Robert H. "Brazilian Torture: Specifically New, Specifically Terrible." Christian Century, April 1, 1970;*

• *Brady Tyson, "Brazil Twists Thumbscrews," Washington Post, April, I970;*

• *The Washington Post, 5 de abril de 1970;*

• *"Death Squad", Newsweek 76, 20 de abril de 1970;*

• *Della Cava, Ralph. Torture in Brazil;*

• *Della Cava, Ralph. Sadists in epaulets;*

• *Alves, Christians, Marxist and Dictatorship in Brazil;*

12 Conseguimos encontrar a referência completa de apenas dois dos artigos. Optamos, então, por listá-los da forma como o autor os citou. Para mais detalhes sobre a repercussão das notícias na sociedade estado-unidense, conferir Green (2009).

• *Lima, Brazil's Revolution six years later;*

• *Lima, Atrocities charged: Brazil loses Lutheran assembly.*

A publicação de declarações, materiais e notícias contendo denúncias de violações praticadas por agentes do Estado brasileiro durante a Ditadura prosseguiu. Em 26 de maio de 1970, a Comissão de Assuntos Internacionais da Conferência Católica Norte – Americana (USCC, na sigla em inglês), emitiu declaração ligando o assassinato do padre Antônio Henrique a um contexto de terror sistemático contra a Igreja Católica brasileira e pediu às agências internacionais ligadas às Nações Unidas ou a Organização dos Estados Americanos que investigassem in loco as acusações de torturas sistemáticas. Uma semana depois, o Departamento Latino – Americano da National Council of Churches (NCC) emitiu declaração semelhante, em que propunha uma audiência no Congresso para discutir os efeitos da política dos EUA para o Brasil. Em 26 de junho de 1970, o Serviço de Referência Legislativa do Congresso publicou um relatório intitulado "Repressão a liberdades civis e direitos humanos no Brasil desde a Revolução de 1964" e no mês seguinte, as revistas Times e Look trouxeram reportagens sobre as práticas de tortura vigentes no Brasil (GREEN, 2009).

Percebe-se, portanto, que em meados de 1970 já estava bastante consolidada na opinião pública internacional a visão de que a Ditadura brasileira se utilizava de tortura contra opositores políticos para obter informações. Podemos afirmar que as práticas de denúncia realizadas por exilados e apoiadores, cuja mobilização foi fundamental para levar ao terreno internacional os relatos de violações de direitos humanos, contribuíram para esse fato. A partir de junho de 1970, ganha relevo a atuação de organismos e instituições internacionais que passam a cobrar do Governo brasileiro explicações sobre as violações até então denunciadas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados

Americanos (CIDH – OEA), a Comissão Internacional de Juristas, a Anistia Internacional e o Tribunal Bertrand Russel II serão algumas das principais organizações que expuseram as práticas de violação de direitos humanos vigentes no Brasil.

A CIDH enviou duas notificações ao Governo brasileiro. A primeira surgira a partir da iniciativa da Secretaria Geral da Confederação Sindical Cristã, que enviou carta, em 08 de junho de 1970, ao órgão solicitando a investigação da prisão e morte de Olavo Hansen (GREEN, 2009). O pedido deu origem a notificação nº 1683, de 9 de julho, que solicitava ao Governo do Brasil informações sobre o caso. A segunda se originou de carta enviada por Louis Colonnese na qual, em nome do Departamento Latino – Americano da NCC e da USCC, solicitava a investigação in loco da situação de diversos casos de violação de direitos humanos ocorridos em diferentes localidades do país (GREEN, 2009). Um dos nomes listados nessa notificação era o do padre Antônio Henrique, auxiliar de Dom Hélder Câmara, assassinado em Recife em 27 de maio de 1969. A iniciativa da CIDH de notificar o Brasil, levou o Governo a elaborar um conjunto de documentos que tiveram por objetivo subsidiar a resposta oficial ao órgão. Por iniciativa do Ministério da Justiça, sob o comando de Alfredo Buzaid, foram elaborados os documentos Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, de 1970, e Estudo sobre as causas, meios e objetivos da campanha difamatória movida contra o Brasil, de 07 de outubro de 1971. O primeiro tinha por objetivo

> [...] propiciar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos vasta documentação sobre todos os aspectos da tenebrosa campanha difamatória injustamente desencadeada contra o Povo e o

> Governo do Brasil [...].[13]

Foi um documento que serviu de base para as respostas do Governo às notificações recebidas. Já o segundo teve como destinatário o Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa, com vistas a subsidiá-lo dos argumentos considerados necessários para responder às denúncias que circulavam no exterior. Nesse sentido, destacava que

> [...] para a perfeita compreensão da matéria suscitada nas duas notificações, é indispensável, primeiro que tudo, analisar as origens e a evolução da companha difamatória intentada contra o Brasil.[14]

Como já mencionamos acima, a postura da Ditadura perante às denúncias e às notificações da CIDH foi a de tratá-las como uma "campanha de difamações contra o Brasil", uma representação elaborada com vistas a dar a ler a maneira como o Poder Político Ditatorial brasileiro via a questão. Trataremos dela mais a frente. As notificações da CIDH mobilizaram esforços do Governo Ditatorial até 1972. Segundo Green (2009), a tática adotada foi a de procrastinar uma decisão final da Comissão, para tanto se utilizaram das regras do órgão para retardar qualquer resultado que viesse a comprometer a imagem do país no exterior.

No mês seguinte ao envio da carta de Louis Colonnese à CIDH, a Comissão Internacional de Juristas divulgou um relatório intitulado *Repressão policial e torturas infringidas a opositores políticos no Brasil*. Sediada em Genebra, Suíça, a organização tinha status consultivo junto ao Conse-

13 Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos: 1ª parte. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Área de identificação BR.RJANRIO.TT.0.MCP, AVU.64. p. 33.

14 Pasta nº 104. Estudo sobre as causas, os meios e objetivos da campanha difamatória movida contra o Brasil, 07/10/1971. Fundo Divisão de Segurança e Informações - Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Área de Identificação BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.369 – Dossiê. p. 5.

lho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e trazia em seu relatório denúncias feitas pelos quarenta prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, sequestrado em junho de 1970 (GREEN, 2009). Seu conteúdo foi constituído a partir de três tipos de testemunhos: documentos e testemunhos provenientes de algumas prisões brasileiras; documentos e testemunhos entregues aos relatores por antigos prisioneiros políticos evadidos ou exilados no exterior; e testemunhos e observações recolhidas pelos relatores durante várias estadias no Brasil em junho de 1970.[15] Além de trazer a descrição dos variados métodos de tortura, algo que se tornou bastante comum nas denúncias, o relatório evidenciou também a participação de médicos que colaboraram para que as torturas chegassem ao termo esperado por seus perpetradores, isto é, a obtenção de informações. Outrossim, denunciou a colaboração dos EUA por meio da realização de treinamentos junto às forças repressivas brasileiras (GREEN, 2009).

Outro organismo internacional que gerou incômodos à Ditadura com suas investidas foi a Anistia Internacional (AI), que publicou em 1972 um relatório sobre o Brasil intitulado *Relatório sobre as acusações de tortura*.[16] No primeiro parágrafo do prefácio, o documento afirma:

A investigação da Anistia Internacional a respeito das acusações de tortura no Brasil foi realizada de maio a abril de 1972. Como o Brasil recursou-se repetidamente a permitir que representantes de organizações tais como Organização dos Estados Americanos e a Anistia Internacional ingressassem no país para investigar as alegações de tortura, o presente relatório foi compilado a partir de material disponível na Europa e América

15 *Rapport concernant la répression policière et les tortures infligés aux opposents et prisonniers politiques au Brésil*. Processo Secom nº 51.601, 18/02/1971. Fundo DSI-MJ. Arquivo Nacional. Área de Identificação: BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.179 – Dossiê. p. 20-29.

16 Anistia Internacional. Relatório sobre acusações de tortura, 1972. Centro de Documentação e Memória. Fundo/Coleção: Roberta Morena. Caixa 05.03.15,2.

do norte. Um representante da Anistia Internacional estudou cuidadosamente os documentos disponíveis num esforço de selecionar apenas as alegações mais fundamentadas para inclusão neste relatório.

O relatório contém quatro capítulos, nos quais são apresentadas abordagens sobre a legislação posta em vigor a partir do Golpe de 1964, as acusações de tortura, os locais e técnicas de tortura, assim como os homicídios perpetrados. Ao final, apresenta a conclusão e dois anexos, um com uma lista de pessoas que afirmam ter sofrido tortura e outra contendo uma lista com os nomes de torturadores.

A atuação da Anistia Internacional junto ao Governo Ditatorial brasileiro não se limitou a publicação desse relatório. A sua clássica tática de envio de cartas de apadrinhamento de presos políticos também foi mobilizada e, antes da divulgação do relatório de 1972, a AI havia divulgado outros em que fazia referência ao Brasil. O primeiro deles abrange o período de junho de 1966 a maio de 1967. No início do Governo Médici, o organismo relatava que as prisões arbitrárias, perseguições, cassações e ampliação da legislação de exceção evidenciam uma degradação do ambiente político (ROLLEMBERG, 1999, p. 251). A autora destaca que até a publicação do relatório de 1972, a AI não havia se posicionado sobre a questão da tortura, apesar dos pedidos ao Governo brasileiro para que autorizasse o envio de observadores independentes para apurar as denúncias que recebia. Na sua avaliação, a publicação desse documento representa, portanto, um marco no posicionamento da organização, pois evidenciou que ela assumia a existência da tortura no Brasil, passando a denunciá-la (ROLLEMBERG, 1999, p. 251).

A estratégia da Ditadura perante a investida da AI foi o silêncio. Por recomendação do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, Gen. João Baptista Figueiredo, as cartas com pedidos de informações não deveriam ser respondidas:

> O fato é que os pedidos de informações feitos pela "AMNESTY INTERNATIONAL" não devem ser respondidos, uma vez que as mesmas vêm sendo utilizadas com o propósito deliberado de atingir o prestigio internacional do Brasil, com reflexos negativos sobre a sua imagem no exterior.[17]

A alegada "campanha de difamações contra o Brasil" parecia assombrar o Regime em todas as frentes, porém a opção pelo silêncio não o favoreceu. Se os argumentos de negação das práticas de tortura não se mostravam convincentes perante a avalanche de denúncias que circulavam no exterior, o silêncio apenas reforçou a verossimilhança dos relatos feitos pelas vítimas das sevícias. O Governo Médici ainda verá a implantação de um tribunal que condenou o Brasil e outras ditaduras da América Latina por violações dos direitos humanos. Nos referimos ao Tribunal Bertrand Russel II.

Rollemberg nos mostra que o Tribunal ocorreu em três sessões realizadas entre 1974 e 1976: a primeira e a terceira ocorreram em Roma, a segunda em Bruxelas. Ele foi uma reedição do Tribunal Bertrand Russel ocorrido em 1966 para julgar os crimes dos EUA no Vietnã, tendo sido presidido pelo filósofo Jean-Paul Sartre. Na sua segunda edição, foi presidido pelo jurista, professor e senador italiano Lelio Basso e teve como objetivo "[...] chamar a atenção da opinião pública para o que vinha acontecendo na América Latina, dominada por Governos militares." (ROLLEMBERG, 1999, p. 233).

A autora nos mostra que a iniciativa para a realização da segunda edição partiu de exilados brasileiros residentes no Chile, que solicitaram a Lelio Basso um julgamento da repressão no Brasil. Mas, apesar da atenção dedicada ao nosso país, considerado um modelo para os regimes

17 Exposição de Motivos nº 063/72, 30/10/1972. Processo Secom nº 61397, 09/10/1972. Fundo DSI-MJ. Arquivo Nacional. Área de Identificação BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.278 – Dossiê. p. 10. Destaque no original.

ditatoriais implantados no continente latino-americano, outros foram incluídos, sendo eles Argentina, Colômbia, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico e República Dominicana. A segunda sessão ganhou o nome formal de "Tribunal Bertrand Russel II para a repressão no Brasil, no Chile e na América Latina" e reuniu juristas, professores universitários, escritores e personalidades de renome internacional de diferentes nacionalidades para examinar a violação aos direitos humanos cometidas pelos governos (ROLLEMBERG, 1999, p. 234).

A repercussão da primeira sessão junto à imprensa teve uma avaliação positiva do presidente, Lelio Basso, conforme indicou Rollemberg (1999, p. 236):

Não somente importantes organismos internacionais e estrangeiros, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU ou as comissões de assuntos estrangeiros do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos manifestaram interesse pela nossa iniciativa para o estabelecimento da verdade, mas de toda parte, do Japão à Índia e aos países árabes, da Europa à América do Norte até a California, a imprensa internacional se ocupou de nossa primeira sessão.

Segundo a autora, essa notoriedade não se repetiria nas sessões seguintes, talvez em razão da radicalização assumida pelo Tribunal, defendendo a iminência da revolução e assumindo um papel conscientizador de desmistificador dos valores da antiga sociedade (ROLLEMBERG, 1999, p. 244). Ao final da terceira sessão, os governos do Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia foram declarados culpados de violações repetidas e sistemáticas aos direitos humanos.

Considerações finais

A cronologia aqui apresentada, abrangendo o período 1969 – 1974, está longe de ser definitiva. Sua finalidade consiste em evidenciar que,

apesar da hegemonia da Ditadura no âmbito nacional, alcançada por meio das medidas repressivas, propaganda política e favorecida pelos índices de crescimento econômico do "milagre brasileiro", havia uma luta de significados em torno da realidade brasileira sob o Regime Militar. Uma luta de representações (CHARTIER, 1990; 2002; 2011) que teve como cenário a opinião pública internacional, mas com repercussões no Brasil.

Pode-se indagar se as práticas de denúncia produziram efeitos práticos capazes de prejudicar a Ditadura no âmbito internacional no período delimitado. Não tivemos conhecimento de nenhuma posição tomada por quaisquer governos condenando o Brasil por práticas de violação de direitos humanos. Ademais, o esforço da diplomacia brasileira junto aos governos e veículos de imprensa dos diversos países onde as denúncias circulavam é digno de nota (GREEN, 2009; GOMES, 2019). Ela buscou de todas as formas minimizar os danos (ALMEIDA, 2008) muitas vezes recorrendo ao argumento de que era para o bem das relações entre os países. Quando se tratava de veículos da imprensa, era comum o envio de cartas com explicações e até reprimendas. Em muitos desses casos, a diplomacia se resignou com a ideia de que o posicionamento ideológico dos veículos de imprensa os impedia de entender o lado do Governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTREAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **"Tempo negro, temperatura sufocante"**: estado e sociedade no Brasil do AI-5 (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008. p. 63-102.

BARCELOS, Thatiana Amaral de. O PCB e a imprensa no exílio: um es-

tudo de caso da Revista *Brasil mês a mês*. **Anais do XXVI Simpósio Anual de História**, São Paulo, 2011.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira** (1970-1980). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

CAMPOS, Paulo Jorge Corrêa. **Direitos humanos e ação política no regime empresarial – militar**: o ministro da Justiça Alfredo Buzaid e a negação da repressão no Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 311 f.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul. / dez. 2011.

CRUZ, Fábio Lucas. **Frente Brasileña de Informaciones e Campanha**: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968 – 1979). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

_____. **Brasileiros no exílio**: Argel como estratégia para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2016.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio

Vargas, 1997.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. Edição digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. E-book.

GOMES, Paulo César. **Liberdade vigiada**: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GRENN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estado Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KUSHNIR, Betariz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A oposição à ditadura brasileira no exterior através de charges e caricaturas (1964 – 1979). **História Unisinos**, 19 (2), maio/agosto 2015, pp. 208-217.

_____. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2009.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio. **III Seminário Internacional História do Tempo Presente**, Florianópolis, 2017. Disponível em < http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/621/469>. Acesso 15/07/2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em português**: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2017.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e

pretensão de legitimidade. 1964 – 1984. Londrina: Eduel, 2013.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 1, 2010, pp. 91-123.

Ditadura, mídias e sindicalismo: um panorama sobre a comunicação sindical durante os anos de chumbo[1]

Ana Carolina Ronchi
Universidade Federal do Espírito Santo
ronchianacarolina@gmail.com

Do café às máquinas: um panorama do desenvolvimento industrial no Espírito Santo

Para refletir sobre a atuação dos movimentos sociais no estado do Espírito Santo, especialmente no que tange os objetos comunicacionais por eles produzidos, se faz necessário compreender o próprio processo de industrialização do estado. Visto que, embora geograficamente a região faça divisa com estados tidos como desenvolvidos, por muitos séculos o território capixaba teve características agrárias.

A cafeicultura configurou a principal sustentação econômica do Espírito Santo até a década de 1950. Maria da Penha Siqueira (2009) salienta que o estado vivia uma situação de isolamento de outras regiões do país. Esta, por sua vez, era agravada pela ausência de infraestrutura que viabilizasse condições de crescimento e integração nacional. Até a primeira metade do século XX a economia capixaba era estagnada e os índices de desenvolvimento ficavam abaixo da média do país.

O cenário era de uma industrialização inexpressiva e fortemente ligada à conversão de produtos primários. Nos anos de 1960 surgem as

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de NívelSuperior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

primeiras transformações, especialmente no que diz respeito ao apoio à política de erradicação dos cafezais - que passaram a ser considerados improdutivos. O desfoque do modelo cafeeiro monocultor de exportação para um plano de expansão das relações capitalistas é que faz com que o Espírito Santo passe a se modernizar e a se interligar mais enfaticamente às outras regiões do Brasil.

Ao fim da década de 1960, a industrialização passa a ser vista como a solução para reestruturar e dinamizar a economia estadual, e, especialmente para superar o atraso queseparava o estado das localidades vizinhas. Como salienta Antônio Carlos Medeiros (1997, p. 94), se a passagem do governador Dias Lopes Filho (1967/1971) foi marcada pela implantação dos incentivos fiscais, o seu sucessor, Arthur Carlos Gerhardt Santos, ficou conhecido como o grande mobilizador de recursos externos. Assumindo o governodo estado entre 1971 e 1975, foi nomeado pelo regime militar e assumiu o cargo consciente das necessidades e das possibilidades do estado, depois de ter passado três anos à frente da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, a CODES.

Dessa forma, é no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos que o estado passa a dedicar mais atenção aos capitais externos, tomando como objetivo principal de sua gestão a atração, a confirmação e a implantação de empreendimentos do mesmo porteda Companhia Vale do Rio Doce. Para o então governador, a equação desenvolvimentista do Espírito Santo deveria se resumir em fazer com que o governo federal montasse uma infraestrutura condizente com as vantagens locais do estado e tornasse possível a atração de grandes capitais nacionais e estrangeiros. É nesse momento que o próprio Porto de Vitória se torna vitrine do Espírito Santo, despertando interesse dos investidores para as possibilidades da região (MEDEIROS; 1997, p. 95).

Centrada no Porto de Vitória, a modernização da economia ca-

pixaba apoiou a implementação de grandes investimentos que estavam voltados à exportação. Assim, a partir dos anos 1970 o Espírito Santo passa a ser local de instalação de diversos empreendimentos, entre eles a Companhia Vale do Rio Doce, a CVRD, a Aracruz Celulose e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a CST.

Márcia Rodrigues e Deivison Cruz (2011, p. 26) reforçam que juntas, a CVRD, a Aracruz Celulose e a CST foram responsáveis pela geração de 24% do total de renda interna estadual no ano de 1985, por exemplo. Dessa forma, economicamente o Espírito Santo se transformava, assim como ia se modificando também sua organização populacional e a ocupação espacial do território.

Ao listar o desenvolvimento da economia capixaba e sua consequente industrialização faz-se necessário pontuar também as graves consequências trazidas por essas ações. À medida que a capital e toda a Região Metropolitana da Grande Vitória se modernizaram,as cidades passaram a lidar também com as consequências de um plano de urbanização desordenado.

A construção da fábrica da Aracruz Celulose absorveu em torno de 14 mil trabalhadores Já a CST atraiu para a cidade mais de 40 mil pessoas no período. O movimento migratório do interior para a região metropolitana, assim como de outros estados para o Espírito Santo foi algo que, até então, não havia acontecido em solo capixaba. Rodrigues e Cruz (2011, p. 26) estimam que em 1983, 47% da população de Vitória vivia em favelas e que, a cada dia, 20 novos barracos de madeira ou alvenaria eram construídos.

Maria Cristina Dadalto e Madson da Silva (2015, p. 741) explicam que, a partir da segunda metade do século XX o Espírito Santo sofre com a chamada "ilusão migratória". Esta se estabeleceria com a relação do deslocamento espacial com a ascensão social dos indivíduos. As variáveis para

esses fluxos migratórios seriam diversas, como, por exemplo: o excedente de mão de obra, os robustos investimentos naárea industrial de regiões, a cultura migratória nacional, a divulgação pelos meios de comunicação e etc. Para os autores, o processo de metropolização e urbanização está intimamente ligado aos movimentos tradicionais de migração.

Dessa forma, Vitória, capital do estado do Espírito Santo desponta como centro metropolitano num processo de urbanização acelerada, abrigando favelas espalhadas na região do centro, ocupando os morros e ganhando lugar de destaque na paisagem urbana da cidade. Nesse momento, localidades como o Morro dos Alagoanos se forma. Como o próprio nome remete, a região recebeu muitos migrantes de Alagoas e da região Nordeste do país.

Sem uma política habitacional eficiente e destinada à população de baixa renda, o processo de diferenciação espacial e social é fortalecido a partir dos anos 1970 no estado. Neste período ocorre um rápido alargamento da periferia da Grande Vitória. Assim, como destacam Rodriguez e Cruz (2011, p. 20), o crescimento urbano de Vitória é demarcado pela expansão da periferia. E isso ocorreu com invasões e ocupações de loteamentos clandestinos em morros, baixadas e mangues. Somado à falta de planejamento urbano estava o acúmulo de mão de obra com pouca ou nenhuma instrução. É estimado que 250 mil pessoas desempregadas e de mão de obra desqualificada tenham chegado à Região Metropolitana da Grande Vitória na década de 1970. O cenário ajuda a compreender também o aumento da precarizaçãodas relações de trabalho, já que o modelo industrial de acumulação capitalista não pode atender às demandas sociais dos trabalhadores no Espírito Santo.

Assim, especialmente a partir da década de 1970, passa a ser encontrada no estado um contingente de excluídos e marginalizados. Com pouca ou nenhuma formação os trabalhadores precisavam se sujeitar às

mais diversas vulnerabilidades - que iam das relações de trabalho às moradias, transportes, e etc. Discutiremos como os movimentos sociais se tornam canais de denúncias dessas mazelas no tópico a seguir.

O golpe militar e as restrições sobre os trabalhadores

Ana Rita Duarte (2011, p. 1) reforça que a ditadura civil-militar implantada em 1964 teve características de guerra. Com base na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combatia o "inimigo interno", identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Na lista dos perseguidos estavam os estudantes, os sindicalistas, os intelectuais, os movimentos sociais e os que pudessem provocar "antagonismos" e "pressões" de desestabilização da ordem.

Nesse cenário as forças militares detinham poderes quase que ilimitados sobre a população. A aparelhagem de informação e de segurança agia de forma preferencialmente violenta, fazendo uso de táticas de guerra e de métodos desumanos. Todos eram suspeitos até que se provasse o contrário. Para Duarte (2011, p. 2) o caráter da ditadura brasileira era de guerra "interna", "total" e "permanente".

Sob a justificativa de defender os valores, a moral e os bons costumes, os governos militares atuaram perseguindo, cassando, censurando e proibindo os mais diversos produtos culturais. Filmes, livros, peças de teatro, programas de humor, músicas e jornais - tudo era plausível de ser censurado e apreendido. Os produtores, jornalistase/ou artistas, por sua vez, também ficavam à mercê da vigilância e controle militar, havendo inúmeros casos de prisões e mortes - sendo um dos mais conhecidos o assassinato de Vladimir Herzog, por exemplo.

A partir do golpe civil-militar, a imprensa, os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos políticos precisaram alterar sua forma de atuação.

Isso porque as diversas formas de censuras estavam instauradas - prévias e autocensura, muitos sindicatosforam fechados, os movimentos sociais foram postos na ilegalidade e, inúmeros líderes, fossem eles do movimento estudantil, operário e/ou camponês eram presos, torturado e/ou mortos.

O controle estatal era ferrenho para que qualquer manifestação que fosse de encontro à segurança nacional, ou que representasse subversão fosse abatida. Dessa maneira, as classes populares se viram impedidas de se manifestar publicamente contra o regime e contra todas as medidas que, ao longo dos 21 anos cercearam os direitos sociais e trabalhistas.

Lidiane Friderichs (2020, p. 30) reforça que as ditaduras militares instauradas pela América Latina tinham um caráter refundacional. Ou seja, eram postas como indispensáveis para o nascimento de uma nova sociedade, que encerraria o ciclo tortuoso vivido até então. O propósito era transformar as estruturas e realizar reformas em todas as esferas – econômica, social, política, educacional e cultural – para eliminar a sombra do comunismo, visto como responsável pela radicalização dos conflitos sociais no continente.

A oposição e a luta política a partir de 1964 buscavam frear o crescente autoritarismo doEstado. Os principais atores sociais dessa empreitada foram os estudantes, os artistas, osdiversos profissionais da imprensa, os advogados, os religiosos, os trabalhadores e etc. As formas de resistir eram diversas, de protestos nas ruas, ações armadas de guerrilhas, músicas, entre outros.

Repensando a atuação dos movimentos sociais

Após o golpe civil-militar de 1964, as antigas formas de organização exigiram, dos movimentos sociais, uma ressignificação das práticas de luta política e de ação sindical, já que reuniões, protestos e greves estavam proibidos e os sindicatos sob constante vigilância. Lidiane Fride-

richs (2020, p. 33) reforça que uma das fundamentações ideológicas da ditadura foi a negação das diferenças entre as classes sociais, buscando silenciar os conflitos existentes entre elas e sustentando que as demandas trabalhistas e econômicas deveriam ser relegadas a um segundo plano, em prol da "pacificação" e da união nacional.

Ao longo dos 21 anos de autoritarismo, greves, passeatas e assembleias sindicais, sem prévia autorização estatal tornaram-se ilegais. Assim como outras formas de agremiaçãoque pudessem vir a apresentar descontentamentos frente aos rumos do país. As condições econômicas de vida também foram duramente afetadas a partir de medidas como o achatamento dos salários e a flexibilização nas leis trabalhistas, que começaram a retirar direitos conquistados nos anos anteriores. Além de reduzir o valor dos salários, o governo manipulava os índices de inflação para não conceder o aumento real das remunerações, diminuindo as condições de sobrevivência dos trabalhadores, os quais tiveram que encontrar alternativas diferentes para manter-se (FRIDERICHS, 2020, p. 33).

Heloísa Cruz (2013, p. 2) reforça que a emergência dos movimentos sociais diversos e de grande vitalidade foi uma das dimensões históricas centrais da conjuntura das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país. Assim,consideramos de suma importância que seja lançada luz também sobre as comunicações produzidas nesses ambientes. Uma vez que podemos entender a comunicação como dimensão central na configuração e nos rumos dos processos sociais.

No caso do Espírito Santo, como apontado no tópico anterior, a industrialização aconteceu tardiamente, quando comparada a outras localidades. Assim, especialmente a partir da década de 1970, o estado vê nascer de forma mais efervescente movimentos operários e sindicais. Em um curto espaço de tempo, se vê o surgimento de uma região metropolitana urbanizada; as indústrias saem dos projetos para ocupar os espaços

da cidade; e grupos de trabalhadores de todas as partes do país rumam ao Espírito Santoem busca de oportunidades de trabalho. Sem um plano de desenvolvimento que desse conta do êxodo rural do interior do estado e de outros estados, a região metropolitana foicriando novos contornos, com a formação de periferias e áreas de vulnerabilidadesocial.

Os movimentos sindical e operário do período passaram a concentrar não só as reivindicações por melhores condições de trabalho, ou denunciar as diversas insalubridades às quais os trabalhadores eram expostos. Juntos às demandas por salários dignos e empresas seguras estavam os pedidos por casa, comida e transporte, por exemplo. Aliados muitas vezes à Igreja Católica, na sua constituição de Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos sociais passaram a concentrar as mais diversas demandas sociais - dos pedidos de redemocratização às melhores condições de vida e detrabalho.

Como reforça Cruz (2013, p. 8), os diversos materiais, especialmente os impressos, produzidos por esses grupos e atores sociais constituem dimensão fundamental do fazer-se histórico daqueles sujeitos e movimentos, revelando linguagens, formações culturaise projetos invisíveis em outros registros.

Ao longo de toda a ditadura militar, tendo como configuração uma comunicação alternativa e popular e focando especialmente na cultura impressa, diversos militantes e grupos desenvolveram projetos como a edição de boletins, jornais e panfletos. Muitas vezes aliados à Igreja, com o método das CEBs "ver, julgar e agir", foram organizados espaços de debate e de educação popular e a produção de cadernos e cartilhas de formação política.

Como salientado anteriormente, no caso do Espírito Santo, com a tardia urbanização passou a haver também um contingente com pouca ou nenhuma formação na região metropolitana. Eram aliados aos movimen-

tos sociais que esses atores sociais recebiam formação e eram auxiliados a tecer reflexões críticas sobre sua realidade. Exemplo de material produzido no período foi o boletim *Ferramenta*[2] - informativo da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Confeccionado e vendido por agentes da pastoral e/ou dos movimentos sociais, tinha o intuito de convocar o trabalhador a refletir sobreas diversas carências que o mesmo estava exposto.

Heloísa Cruz (2013, p. 9) reforça que uma das dimensões fundamentais da formação de um espaço próprio de comunicação popular que as publicações como Ferramenta indicam é a constituição de uma rede articulada e dinâmica de entidades voltadas para a comunicação e a educação popular. Conforme apontam os estudos sobre a conjuntura das lutas sociais dos anos de 1970 e 1980, com a participação de intelectuais de esquerda, setores progressistas da Igreja Católica, líderes sindicais e populares, educadores populares e estudantes universitários, foram organizados muitos centros que se assumiram ou foram definidos como centros de assessoria e apoio aos movimentos sindicais e populares.

Esses locais de encontro atuavam desenvolvendo inúmeras atividades consideradas de apoio aos movimentos e suas lutas, que iam desde os serviços de atendimento jurídico, cursos de alfabetização e formação profissional, produção de materiais diversos e arrecadação de fundos até a formação de lideranças e a promoção de estudos sobre questões de interesse dos movimentos (CRUZ, 2013, p. 9)

> Espalhando-se por todo o país, assumindo denominações variadas, como Centro Ecumênico de Documentação e Informação (como o CEDI-SP e o CEDI-RJ), Centro Pastoral (como o CPV de São Paulo), Centro de Educação e Cultura Operária (como o CECOP/SP), Centro de Documentação Popular (como o CDP de Uberlândia ou o CEDOP de João Pessoa), Centro de Informação (como o CEDIV de Vitória), Centro de Estudos e Ação Social (como o

2 Boletim produzido entre 1977 até a década de 1990.

> CEAS de Salvador), Centro de Estudos do Trabalho (como o CET de Belo Horizonte), Centro de Memória Sindical (como o CMS de Recife, de Curitiba e de São Paulo), essas entidades formaram uma rede nacional ativa de colaboração assídua na discussão deconcepções, na realização de projetos e na distribuição e troca de materiais (CRUZ, 2013, p. 9).

Regina Festa (1986) também dialoga sobre as décadas de 70 e 80 relacionando o fenômeno da comunicação às bases sociais (comunicação popular). Para a autora, o fenômeno se apresenta a partir do movimento das forças sociais e de sua capacidade de articular propostas políticas. Para Festa, no Brasil todos os processos de comunicação sejam os relacionados às massas, ou os relacionados aos projetos alternativo e popular, se desenvolveram como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe.

Dessa forma, os movimentos sociais encontraram em projetos alternativos decomunicação uma via de reconquistar espaços democráticos negados às camadas subalternas. Em um momento em que a imprensa tradicional sofria a censura prévia - e, historicamente, fala a partir do ponto de vista das elites - e a sociedade perdia direitos, é nos movimentos sociais que materiais foram produzidos em busca de direitos e de democracia.

As produções dentro dos movimentos sociais

Ao longo dos 21 anos de ditadura militar, muitas foram as ações de comunicação praticadas pelos trabalhadores contrários ao golpe dentro das fábricas. A conscientização se iniciava pelas condições locais, de vida e de trabalho dos indivíduos e, não necessariamente por uma discussão política.

Com poucos recursos, jornais, boletins, selos e outros tipos de ma-

terial impresso foram usados. Havia até mesmo pichações em muros pelas cidades. *Ferramenta* era uma desses casos, produzidos pelos operários e por agentes dos movimentos sociais, era vendido de mão em mão. E era exatamente sua venda que permitia a confecção das próximas edições e, assim, sucessivamente. Sabe-se que essa era uma realidade dos demais materiais produzidos pelos movimentos sociais país afora durante a ditadura. Decerteza, a criatividade dos que editavam. De limitações, o tempo, o espaço, o dinheiro, a(falta de) estrutura, entre outros.

Maria Ferrasoli e Priscila Perazzo (2016, p. 21) mapeiam que pelos estudos realizados, incluindo os da Comissão Nacional da Verdade, a CNV, constatou-se a cumplicidade demuitas empresas com a ditadura civil-militar. E, ainda de acordo com a CNV, foram os trabalhadores e as lideranças sindicais os mais atingidos pela repressão. A cumplicidade governo-empresas-repressão também criou um novo ambiente fabril, marcado pelo despotismo. Condições precárias de trabalho, autoritarismo e mesmo violência contra ostrabalhadores – não por questões políticas, mas para exigir cada vez mais produção e lucro – estão presentes nos relatos.

As autoras entendem que ainda há muito o que ser estudado no que tange a quantidade de acidentes de trabalho no período e o total descaso das empresas, com a benevolência do Estado. Para elas, também merece atenção a análise do quanto essa tirania fez florescer nos jovens da época uma consciência de classe e resistência que os levou ao desenvolvimento do novo sindicalismo (FERRASOLI; PERAZZO, 2016, p.21).

Susel Rosa (2005, p. 2) reforça que a atuação censória sobre as mídias no período ditatorial só pode ser compreendida se considerarmos seu caráter multifacetado que, dependendo das características do veículo de comunicação incidia ou não. Em alguns órgãos foi uma censura política, em outros, econômica, e, por vezes, até pessoal. No caso de *Ferramenta*, por exemplo, não sabemos se o fato de ter circulado com o aval da Igreja

possibilitou que não fosse apreendido.

Assim, no período, materiais de temáticas diversas eram divulgados - políticos, de humor, feministas, homossexuais, culturais - e podemos reconhecê-los pela postura de oposição intransigente ao regime militar. São chamados de alternativos, porque remetem à ideia de resistência contracultural em sentido amplo.

É importante refletir também sobre as mídias nascidas em ligação ao movimento sindical. Valdeci Verdelho (1986, p. 85) reforça a tese de que a imprensa sindical é uma das possibilidades de desenvolvimento de uma comunicação sindical. E que a "nova imprensa sindical" não abrange apenas o jornal tradicional, mas todas as formas de comunicação utilizadas pelo movimento sindical, principalmente nos locais de trabalho, para denunciar tudo que contraria os direitos e interesses da classe, informar a programação de atividades, convocar reuniões, assembléias e outras manifestações, conclamar à mobilização, incentivar a organização, ou divulgar as reivindicações, sempre promovendo a consciência de classe.

Para Marcelo Carvalhal (2000, p. 110), a comunicação sindical está situada no campo dos meios de comunicação alternativos. O autor entende que a comunicação sindical como objeto de conhecimento revela a configuração da luta de classe no campo simbólico, ou seja, é também no campo das representações simbólicas que as classes opõem-se através de concepções distintas de comunicação, que sejam adequadas para o seu projeto político.

De um lado, então, estaria a grande imprensa, portadora do discurso dominante. Esta, estrutura-se como uma empresa de mercado, com forte hierarquização e autoritarismo, assumindo como perspectiva a satisfação do cliente, assumindo o papel formador de opiniões da imprensa. Do outro lado, está a comunicação sindical. Portadora do discursodos dirigentes sindicais, em que na identificação com o projeto operário, organiza-se,

ou pretende se organizar, para exercer a contra-voz, utilizando a comunicação sindical como instrumento de consecução da contra hegemonia (CARVALHAL, 2000, p. 114).

Mídias sindicais e de movimentos sociais como um todo tiveram variações em suas atuações ao longo dos 21 anos de ditadura. Os movimentos dos trabalhadores tiveram que repensar várias vezes suas estratégias. Especialmente após o Ato Institucional nº 5, em 1968, e o endurecimento do regime, que passou a atuar mais ferrenhamente contra militantes dos diversos movimentos, incluindo os operários e sindicalistas. O esgotamento do "milagre brasileiro" também se tornou um dos fatores de mobilização social Aos poucos, e com uma cartela de pedidos, a sociedade brasileira ia conquistando seus espaços de participação política, especialmente com o passar da década de 1970.

Como apontam Paulo Krischke (1982) e Eder Sader (1988), o ambiente passa a ser de efervescência em todo o país. O Estado passa a ver surgir inúmeros movimentos sociais que iam pavimentando o caminho para o processo de redemocratização, ao mesmo tempo em que acelerava a crise do regime militar. Marco Aurélio Santana (2008), reforça que, os movimentos que podem ser listados para a efervescência estavam o estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossaram a luta democrática do período.

Em um momento de ocorrência de diversas greves sobre demandas diversas é que é desencadeado também o novo sindicalismo, e ocorre a reaproximação entre os sindicatos e os trabalhadores. As centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (fundada em 1983 e tendo suas aspirações, e sua origem, em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado oriunda da Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), também entram em cena.

Nesse cenário de questionamentos acerca das desigualdades existentes no terceiro mundo, a comunicação não ficou de fora. Sendo produzidos inúmeros folhetins, boletinse jornais no período. No Espírito Santo, grupos da oposição sindical no campo e na cidade, juntamente com trabalhadores assalariados (em especial, médicos, professores, bancários e jornalistas) protagonizaram o movimento de renovação sindical no estado, a partir dos anos de 1970. Entre as estratégias para mobilizar as categorias, os informativos impressos eram uma espécie de arma tanto ideológica como comunicacional para munir os trabalhadores de inspiração e força numa luta coletiva.

Rozinaldo Miani (2002, p. 2), esclarece que, no caso dos sindicatos, especificamente, a imprensa sindical carece de um reconhecimento e de levantamento mais específico sobre a sua participação nos processos de intervenção social de combate às mazelas da ditadura militar. É certo que por se tratar de uma entidade de natureza corporativa e subordinada a uma legislação específica, sob a tutela das instituições governamentais, não havia muitos espaços possíveis de atuação política, mas isso não significou uma completa inércia. Reconhecer os espaços de resistência, bem como identificar as formas "criativas" encontradas pelo movimento sindical para burlar a repressão e a perseguição políticas levadas a cabo pelos governos militares é um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores no assunto.

A imprensa sindical é relativamente recente, mesmo considerando que os sindicatos ganharam proporções significativas com a implantação do sindicalismo oficial pelo governo de Getúlio Vargas, na década de 30. Ela surge a partir de meados da década de 70 e vai se fortalecendo à medida que o processo de redemocratização do país vai avançando. De 1978 a 1980, com as greves ocorridas no ABC paulista, ela ganha um grande impulso e alguns anos mais tarde já vai se encontrar bastante desenvolvida. (MIANI, 2002, p. 5

Em comum, os materiais produzidos dentro dos movimentos sociais - ligados fortemente aos movimentos sindicais e operários -, tinham o caráter emancipatório. O intuito era que os atores sociais tomassem consciência e agissem em prol da liberaçãode diversas amarras as quais estavam atrelados, fossem elas de viés político, econômico e/ou social. Uma das ferramentas utilizadas eram as charges e os quadrinhos - já que muitos trabalhadores não detinham formação escolar completa, e comunicações visuais poderiam ser mais eficientes e diretas.

Em um período em que as reivindicações eram múltiplas, pedir a redemocratização se tornava mais um elemento de luta. Junto a ela se somava o desejo por um salário digno, uma local de trabalho seguro e boas condições de moradia e transporte. Falando vinculados ou não à Igreja, aos movimentos de operários, sindicais, de habitação, os movimentos sociais se viram imersos em uma miríade de pedidos e lutas. Estes, por sua vez, encontraram a materialidade nos inúmeros objetos comunicacionais produzidos, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Servindo para organização e disseminação desse emaranhado de ideias e ideologias os boletins, folhetins, jornais, entre outros, foram uma das armas que a militância brasileira e capixaba encontrou para desbravar na luta contra o autoritarismo.

REFERÊNCIAS

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma leitura geográfica. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente--SP, 2000.

CRUZ, Heloísa Faria. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de

São Paulo–1970/1990. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 48, 2013.

DADALTO, Maria Cristina; SILVA, Madson Gonçalves da. ESPÍRITO SANTO:TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS PARA A CIDADE. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 17-22 jul. 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

FERRASOLI, Maria Angélica; PERAZZO, Priscila Ferreira. A resistência política de trabalhadores durante a ditadura civil-militar brasileira no ABC Paulista: uma abordagem inovadora da comunicação. **Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 5-24,2016.

FESTA, Regina & LINS; SILVA, Carlos Eduardo. **A comunicação popular ealternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulina, 1986.

FRIDERICHS, Lidiane. Ditadura civil-militar em Rio Grande: movimento operário, repressão e oposição. KNACK, Eduardo Roberto Jordão et al (Orgs.). **História cultural, memórias e resistências.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

KRISCHKE, Paulo José. **Brasil, do" milagre"** à» **abertura"**. Cortez Editora, 1982.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo:** a industrialização como fator de desautonomia relativa. 1977. 83 f. 1977. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Adm. Pública) FGV, Rio de Janeiro.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do trabalho. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador. 2002.

ROSA, Susel Oliveira da. "Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia" Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Nau Literária**, v. 1, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Márcia Barros F.; CRUZ, Deivison Souza. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo. **Dimensões**, n. 27, 2011.

SADER. Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Fênix** - Revista de História e Estudos Culturais, 6(4), 1-16, 2009.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, p. 80-98, 1986.

Educação, memória e cultura: considerações sobre os usos antipolíticos do MEC do Arquivo Nacional e do MINC pelo Bolsonarismo

Ariel Cherxes Batista[1]
Universidade Federal do Espírito Santo
ariel.batista@edu.ufes.br

O historiador é um cientista social que realiza estudos críticos da sociedade e de suas instituições de poder e controle. Desse modo, nosso objetivo neste trabalho é analisar o processo de desmantelamento por parte do bolsonarismo dos principais setores ligados à educação, memória e cultura no Brasil. Sendo assim, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (Minc), e o Arquivo Nacional serão nossos objetos de estudo. Utilizando a confrontação de bibliografias e a metodologia de análise do discurso, analisaremos os usos políticos do passado pelo governo Bolsonaro nos órgãos e ministérios citados acima como meio de implantar uma realidade pós-fascista na institucionalidade brasileira. Por fim, também buscaremos entender como esta forma de governo conhecida como bolsonarismo se apresenta fortalecida em um regime considerado democrático, por mais que constantemente tenha arroubos autoritários.

O governo de Jair Messias Bolsonaro desde seu início busca controlar o presente, a partir da exploração de usos políticos do passado. Além

1 Doutorando e Mestre em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES), integrante da gestão da seção Espírito Santo da Anpuh, e professor da rede pública no estado do Espírito Santo. E-mail: ariel.batista@edu.ufes.br.

disso, desenvolve uma disputa de narrativas acerca da ditadura militar no Brasil, negando fatos ocorridos, e colocando em xeque a atuação das comissões da verdade nacional e estaduais. E sobretudo, promove por meio de políticas governamentais uma tentativa de destruição de setores institucionais ligados a arte, cultura e ciência, como o Ministério da Educação (MEC), o Arquivo Nacional e a Secretaria Especial da Cultura, antigo Ministério da Cultura (Minc).

Breve exposto sobre o Ministério da Educação (MEC) durante o governo Bolsonaro

O Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro passou por gestões conturbadas, marcadas por retrocessos em conquistas públicas deste setor. Precisamos analisar a trajetória histórica do MEC para que então, possamos entender o que foi o órgão durante a gestão bolsonarista.

O Ministério da Educação (MEC) foi criado pelo decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por iniciativa do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Inicialmente suas atribuições estavam relacionadas ao estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar, no país.

Durante o Governo Constitucional de Vargas a pasta mudou de nome, passando a se chamar Ministério da Educação e Saúde, e suas prerrogativas estavam limitadas aos espaços ligados à gestão da educação escolar e saúde pública. Vale mencionar a atuação do ministro Gustavo Capanema Filho que chefiou este gabinete entre 1934 e 1945, ou seja, do Governo Constitucional ao final do Estado Novo.

O ministro Capanema recebe destaque quando tratamos sobre a Era Vargas, pois durante sua gestão foram promovidas grandes reformas. Por exemplo, a reforma do ensino secundário e o projeto de reforma uni-

versitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste período também foi definida uma política de preservação do patrimônio cultural do país, que culminou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente IPHAN, concebido por Mário de Andrade e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1953, o ministério recebeu outra alteração em seu nome, novamente por intermédio de Getúlio Vargas, o qual chefiava o poder Executivo brasileiro mais uma vez. As questões relacionadas à saúde foram desmembradas da educação, pois a lei nº 1.920[2], de 25 de julho de 1953 criou o Ministério da Saúde, assim a sigla MEC passa a designar a pasta da educação, que a partir de então passa a ser chamada oficialmente de Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este nome permaneceu até o ano de 1985 quando foi criado o Ministério da Cultura (MinC) pelo decreto nº 91.144[3] de 14 de março de 1985. Ainda assim a sigla MEC continuou a ser utilizada, porém reduziu o nome da pasta apenas para Ministério da Educação.

Durante a Nova República as atribuições do MEC estiveram ligadas à política nacional de educação, ao ensino civil, à pesquisa e extensão universitárias; ao magistério e à educação especial. Além disso, o Estado brasileiro colecionou diversas conquistas neste campo como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996[4], a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006[5],

2 BRASIL. **LEI Nº 1920, DE 25 DE JULHO DE 1953**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.
3 BRASIL. **DECRETO Nº 91.144, DE 14 DE MARÇO DE 1985**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.
4 BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.
5 BRASIL. **LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007.**. Disponível em: http://www.

assim como a ampliação das Instituições de ensino federal entre os anos de 2006 e 2013.

Conforme Fernando Luiz Abrucio (2021, p. 255), a proposta do governo Bolsonaro para a educação tem como objetivo destruir a agenda, o modelo institucional e a comunidade epistêmica construídos nas últimas décadas. Isto fica provado a partir das ações desempenhadas pelo governo em seus quatro anos e meio de mandato à frente do poder Executivo no que se refere à educação, ciência e intelectualidade no país.

Podemos citar: o desmonte universitário que vêm ocorrendo desde o governo Temer, assim como a disseminação de fake news estereotipadas sobre as universidades ou mesmo sobre o meio universitário, buscando difamar profissionais, estudantes e instituições de renome no país.

O sistema educacional da República bolsonarista atenta contra as instituições de ensino público estereotipando-as, pois indica que os indivíduos que frequentam estes locais de aprendizagem e desenvolvimento científico, representam parte do corpo social que é inimigo de sua base de pensamento. As universidades e os cientistas são vistos pelo governo Bolsonaro como antipatriotas, pois os verdadeiros patriotas são os seguidores do bolsonarismo. Em suma, a política educacional do governo Bolsonaro, a qual pode ser chamada de anti-intelectual, "é contra a agenda (pública), as instituições (e) os atores que, em maior ou menor medida, guiaram as políticas públicas ao longo das últimas décadas" (ABRUCIO, 2021, p. 263).

Vale ressaltar que:

> O bolsonarismo fez questão de limitar, quando não rechaçar o, diálogo com as principais lideranças da área, de ignorar a engrenagem institucional prévia – tanto no plano federativo como junto às organizações da sociedade civil – e de deslegitimar tudo o que viera antes, fechando a porta para os interlocutores da comunidade

planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

> epistêmica da área, tentou criar de cima para baixo o que seria um modelo educativo totalmente novo (ABRUCIO, 2021, p. 263).

Este novo modelo educacional proposto pelo bolsonarismo é explicado pela atuação da pasta até então, pois "o comportamento do ministério ficou entre a defesa de valores ideológicos e morais amplos e a dificuldade de produzir políticas públicas" (ABRUCIO, 2021, p. 256).

As pessoas que foram colocadas como responsáveis por este ministério durante o governo Bolsonaro, "[...] foram alçados a altos postos no MEC, um time de gestores desconhecidos e sem relevância na área. [...] Parte dessa concepção antitécnica advém do negacionismo científico que orienta o bolsonarismo [...]" (ABRUCIO, 2021, p. 265).

Podemos dizer que a atuação do governo Bolsonaro em relação à condução de políticas públicas é representada por um desmonte da institucionalidade que visava construir um estado de bem-estar social no Brasil, amparado pela Constituição Federal de 1988.

Durante os dois primeiros anos de mandato, o governo Bolsonaro teve quatro ministros da Educação. O primeiro foi Ricardo Vélez Rodrigues[6], o qual ficou apenas quatro meses no comando da pasta. Abraham Weintraub[7] foi seu sucessor e segundo comandante mais longevo do ministério, um ano e dois meses, colecionando várias polêmicas sob o cargo. Milton Ribeiro[8], pastor presbiteriano, sucedeu a Abraham Weintraub em

6 Ricardo Vélez Rodríguez é um filósofo, ensaísta, teólogo e professor colombiano naturalizado brasileiro. No Brasil, foi professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e lecionou em universidades da França, Estados Unidos e Colômbia. Chefiou o Ministério da Educação (MEC) entre 01 de janeiro de 2019 até 08 de abril de 2019.

7 Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub é um economista, professor e político brasileiro, filiado ao Partido da Mulher Brasileira (PMB), também atua como docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Chefiou o Ministério da Educação (MEC) entre 08 de abril de 2019 até 18 de junho de 2020.

8 Milton Ribeiro é um pastor presbiteriano, teólogo, advogado e professor brasileiro. Chefiou o Ministério da Educação (MEC) entre 16 de julho de 2020 até 28 de março de 2022, quando pediu exoneração após denúncias de envolvimento no esquema de corrupção chamado de "Bolsolão do MEC".

julho de 2020, e liderou o ministério até março de 2022, após um escândalo de corrupção envolvendo a pasta ter sido divulgado. Antes de Milton Ribeiro, o economista Carlos Decotelli foi nomeado para a função, contudo, em seu Currículo Lattes foram encontradas algumas informações inconsistentes, e devido a este escândalo o economista renunciou ao cargo cinco dias após sua nomeação.

A queda de Ribeiro se deu, no dia 21 de março de 2022, o jornal Folha de São Paulo divulgou um áudio de Ribeiro, em que o ministro afirmava priorizar, em repasse de verbas da pasta, prefeituras cujos pedidos de liberação foram negociados por dois pastores sem cargos no governo, mas bem quistos pelo presidente Jair Bolsonaro. No áudio, Ribeiro fala: "a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar", e que "foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do Gilmar". No dia seguinte, Ribeiro emitiu uma nota negando a existência de irregularidades e que o presidente tenha pedido atendimento preferencial a alguém. Na mesma data, parlamentares apresentaram notícias-crime e representações perante o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União em denúncia ao fato ocorrido.

Em 28 de março de 2022, devido à crise política causada pelas denúncias do repasse irregular de verbas, Milton Ribeiro anunciou sua exoneração do comando do Ministério da Educação. A pasta passou então a ser comandada interinamente e em seguida de forma efetiva por Victor Godoy Veiga, número dois no ministério na gestão de Ribeiro, e engenheiro de redes de comunicação formado pela Universidade de Brasília (UnB).

Em trinta e dois anos de Nova República, é a primeira vez que o Ministério da Educação passou por mudanças tão constantes em seu

comando, num curto espaço de tempo. Vale mencionar que essa instabilidade na chefia da pasta foi reproduzida em outros setores do MEC. Por exemplo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) teve três presidentes neste período. O instituto é o responsável por todas as etapas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), elemento principal para ingresso no ensino superior brasileiro desde 2009. Como dito anteriormente, o governo Bolsonaro conduz uma política contrária ao meio universitário brasileiro, e o desmonte das universidades públicas passa também pela forma como o Enem vinha sendo organizado. O exame previsto para 2021 possuiu o menor número de inscritos desde 2005. Podemos mencionar também a tentativa de se aprovar o Future-se, projeto que visava a mudança na gestão das universidades, e o autoritarismo na nomeação de reitores, desrespeitando a lista tríplice, orientada por lei.

Conforme Abrucio (2021, p. 269), "[...] o que se pode dizer da Educação sob Bolsonaro é que seu governo, procurou destruir a agenda, as instituições e a comunidade epistêmica seguindo a lógica política da destruição que motiva o atual presidente". *É* válido mencionar que esta maneira de conduzir o MEC pelo bolsonarismo representa o objetivo desta forma de governo a longo prazo, qual seja: a destruição da democracia.

A instabilidade apresentada pelo bolsonarismo na condução do Ministério da Educação é explicada por elementos internos do governo Bolsonaro que desde seu início deixa evidente a existência de conflitos entre olavistas, ou seja, seguidores de Olavo de Carvalho (ex-guru intelectual do presidente, falecido em janeiro de 2022), militares e técnicos, pois certa dificuldade vem à tona quando os valores morais e ideológicos do bolsonarismo se chocam com a responsabilidade de se desenvolver políticas públicas relacionadas à educação.

Este cenário ganhou destaque na gestão de Weintraub, em que ocorreu o confronto entre essas duas agendas, quando o ministro, ao invés de desempenhar o seu papel, ou seja, responder a questões práticas de todo o sistema educacional brasileiro, preferiu ganhar capilaridade política defendendo o ideário bolsonarista, pautado, sobretudo, em visões reacionárias, negacionistas e anticomunistas.

Milton Ribeiro, apresentava um estilo bem menos combatente quando comparado ao seu antecessor. Todavia, sua gestão também apresentou dificuldades na conciliação das duas agendas, isto é, o ideológico frente ao prático permaneceu em constante conflito.

Em suma, a proposta do governo Bolsonaro para a educação tem como objetivo destruir a agenda, o modelo institucional e a comunidade epistêmica construídos nas últimas décadas. Isto fica provado a partir das ações desempenhadas pelo governo em seus dois anos e meio de gestão à frente do poder Executivo no que se refere à educação, ciência e intelectualidade no país.

O Arquivo Nacional sob a égide do bolsonarismo: desmonte e apagamento da memória do país

Seguindo a ordem de instituições que são utilizadas pelo bolsonarismo em um processo de destruição da democracia e instalação de um movimento com inspirações autoritárias, trataremos agora do Arquivo Nacional.

O que conhecemos atualmente como Arquivo Nacional, foi criado durante o Primeiro Reinado pelo regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1824, com o nome de Arquivo Público do Império.

Inicialmente, o órgão foi instalado na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e tinha por finalidade guardar os documentos públicos, organizados em três seções:

Administrativa: setor do arquivo em que ficavam os documentos dos poderes Executivo e Moderador.

Legislativa: destinada a guardar os documentos do poder legislativo imperial.

Por fim, a seção histórica, a qual o nome já diz, responsável por proteger a documentação considerada como histórica para o governo imperial.

A estrutura organizativa passou por algumas reorganizações ao longo do tempo, passando inclusive a ter uma seção chamada de judiciária em alguns períodos de atuação da instituição.

Em 21 de novembro de 1889, poucos dias após a Proclamação da República, o decreto nº 10 assinado pelo presidente Deodoro da Fonseca[9] alterou o nome do órgão para Arquivo Público Nacional, o qual permaneceu até 1907, quando o decreto nº 9197 de 9 de dezembro modifica o nome da instituição em definitivo para Arquivo Nacional, e indica sua subordinação ao Ministério da Justiça.

Durante o período republicano brasileiro o Arquivo Nacional vem sendo utilizado como elemento de suma importância na preservação de todo um arcabouço documental do país. Em 1983, o órgão torna-se autônomo no que tange sua administração, contudo em 2000 retornou ao controle de um setor do poder Executivo, desta vez a Casa Civil da Presidência da República. Em 2011, voltou a ser subordinado ao Ministério da Justiça, como durante boa parte da República.

Pensando nisso iremos analisar três momentos da história recente do Arquivo Nacional, assim como os desdobramentos advindos destes fatos ocorridos, vale mencionar, durante a conjuntura Lulopetista no Executivo brasileiro.

9 BRASIL. **DECRETO Nº 10, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1889**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10-21-novembro-1889-518583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

O primeiro momento a qual destacamos é o recolhimento de um grande lote de documentos do período da Ditadura Militar (1964-1985), autorizado pelo Decreto presidencial nº 5.584 de 18 de novembro de 2005[10], revogado pelo Decreto 10.346 de 2020[11]. O Decreto revogado, dispunha a respeito do recolhimento dos documentos arquivísticos públicos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) que até então estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A revogação deste decreto tirou a responsabilidade do Arquivo Nacional de tais documentos ligados as Forças Armadas, que de certa maneira revelam situações relacionadas a atuação de agentes da repressão durante a Ditadura.

Em 2009, foi criado o Centro de Referência Memórias Reveladas (1964-1985). A criação deste setor na instituição possuía a finalidade de o mesmo tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre o período da Ditadura no Brasil. Atualmente o órgão segue em funcionamento com sua tarefa de preservar a documentação acerca do período da Ditadura no Brasil, inclusive incentivando a prática de pesquisa sobre o assunto. Todavia, sofre constantes ataques, além de cortes orçamentários por parte do governo Federal desde o governo Temer.

Atualmente o Arquivo Nacional é comandado por um militar, nomeado em 2021. Esta decisão foi contestada por entidades ligadas à arquivologia, ciência da informação e história, que alertam o descumprimento de um decreto que exige experiência na área para ocupar o cargo,

10 BRASIL. **DECRETO Nº 5.584, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5584.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

11 BRASIL. **DECRETO Nº 10.346, DE 11 DE MAIO DE 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10346.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

além de possíveis interferências em documentos sobre a memória recente do Brasil, como os acervos do período da ditadura militar (1964-1985), que em certo sentido são protegidos pelo Memórias Reveladas.

O terceiro momento que destacamos como importante para entendermos o desmonte do Arquivo Nacional, é a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528 de 18 de novembro de 2011[12] e instituída em maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff. Durante dois anos, o colegiado constituído desenvolveu a tarefa de apurar as denúncias de violações aos direitos humanos, entre os anos de 1946 e 1988 no Brasil, colheu 1120 depoimentos (sendo 132 de agentes militares), produziu 21 laudos periciais e realizou 80 audiências públicas em 15 estados da federação.

O nome escolhido, Comissão Nacional da Verdade, já deixava claro o objetivo de produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas "verdades oficiais" das Ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes (NAPOLITANO, 2014, p.320). Além disso, era necessário romper com o silêncio mantido pelos agentes, quando interrogados, ou questionados sobre o período.

Endossamos que a destruição de políticas de Memória, ou mesmo a tentativa de se criar uma nova memória histórica acerca de um período sociopolítico compreende a uma prática de governos autoritários, e no governo Bolsonaro os constantes elogios a ditadura, revogação de decretos e desmontes das políticas de memórias desempenhadas pelo Arquivo Nacional representam parte de seu plano de desagregação da democracia no país.

12 BRASIL. **LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

A cultura sob ataque

Quando tratamos sobre cultura no Brasil uma infinidade de expressões artísticas existente e difundidas no país desde sua fundação nos vem ao pensamento. Todavia, o que pode ser considerado como um dos principais patrimônios de uma sociedade, no Brasil recebe ataques e passa por processos de desvalorização em períodos de certa maneira singulares na história de nossa jovem democracia.

Pensando nisso, analisaremos a estrutura organizativa conhecida como Ministério da Cultura, órgão criado em março de 1985, durante a presidência de José Sarney (1985-1990) sob o decreto 91.144, de 14 de março de 1985[13].

Até seu fim, em 2019, trinta pessoas ocuparam o cargo máximo de ministro, dentre eles vinte e cinco homens e cinco mulheres. A história desta pasta, é composta por períodos áureos e também por fases críticas.

Entre 1953 e 1985, ano em que foi criado, o MinC era incorporado ao Ministério da Educação. Após cinco anos de sua criação este setor do governo recebeu seu primeiro ataque, quando o então presidente da República Fernando Collor de Mello, recém-eleito, editou uma Medida Provisória tornando o MinC uma Secretaria Especial vinculada diretamente à Presidência da República. Essa situação foi revertida dois anos depois, em 19 de novembro de 1992, pela lei nº 8.490[14], já no governo do presidente Itamar Franco, sucessor de Collor que foi afastado por improbidade administrativa.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Cultura passou por sua fase mais longeva com um mesmo ministro, o professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFL-

13 BRASIL. **DECRETO Nº 91.144, DE 14 DE MARÇO DE 1985**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

14 BRASIL. **LEI Nº 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8490.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

CH) da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort, capitaneou a pasta ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Destaca-se no período a ampliação de recursos e a reorganização da estrutura ministerial a partir da lei nº 9.649 aprovada em 27 de maio de 1998. Desde então o ministério tem sido um importante incentivador e patrocinador de diversos projetos culturais pelo país, notadamente na área de cinema e teatro.

O primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva também é marcado por avanços na pasta, a qual passou por nova reestruturação a partir do Decreto 4.805 de 2003. Esta diretriz organizou o ministério subordinando ao ministro responsável uma Secretaria Executiva com três diretorias (Gestão Estratégica, Gestão Interna e Relações Internacionais), sete Representações Regionais (nos estados de Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e seis Secretarias: Fomento e Incentivo à Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisual, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional.

Durante os governos de Dilma Rousseff, o Ministério da Cultura passou pelo comando de duas mulheres, Ana de Holanda, no primeiro mandato, e Marta Suplicy no segundo. A principal forma de financiamento à cultura até então eram as leis de incentivo ao setor. Todavia, nas gestões da presidenta Dilma, o esforço por parte do Ministério foi o de institucionalizar as políticas culturais, não apenas no âmbito federal, mas também nos demais níveis da federação.

Destaca-se neste período a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que como indica o nome, estabelecia, em conjunto com a sociedade, um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura. De certa maneira, além desta ampliação, ocorre a manutenção de ações bem-sucedidas desempenhadas na pasta, nos governos anteriores.

Todavia, em 2016 ocorre o Golpe contra a presidenta Dilma, e o governo Temer (2016-2018), tentou incorporar o MinC ao Ministério da Educação como uma Secretária especial. Entretanto, esta decisão foi revertida nove dias após entrar em vigor. O então presidente interino, Michel Temer, por meio da medida provisória número 726 de 12 de maio de 2016, revogou a decisão inicial, após reverberação negativa na opinião pública de sua ação inicial.

Os ataques ao Ministério da Cultura não finalizaram durante o governo Temer, pelo contrário, receberam uma ampliação por parte de seu sucessor, Jair Messias Bolsonaro. Em 2019, o presidente rebaixou o status do MinC para Secretaria Especial da Cultura, vinculada primeiro ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo, onde foi mantida até o final de seu mandato.

Desde o rebaixamento para Secretaria Especial da Cultura, seis pessoas já ocuparam o cargo de secretário. O primeiro foi Henrique Pires, que deixou o posto após acusar o governo de tentar censurar um edital ligado à temática LGBTQIA+. Depois vieram José Paulo Martins e Ricardo Braga, com breves passagens, o primeiro apenas como interino, em duas ocasiões. O secretário seguinte foi o diretor teatral Roberto Alvim, afastado após discursar inspirado em Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista. Em seguida, quem passou pela cadeira foi a atriz global Regina Duarte, afastada depois de interromper uma entrevista na CNN Brasil na qual minimizou a ditadura militar. O sucessor da atriz foi o ator Mário Frias, que costumava circular armado pelas dependências da secretaria, fato que intimidava funcionários. Em abril de 2022, Frias deixou o cargo para disputar as eleições gerais como candidato a deputado federal pelo estado de São Paulo. O último secretário de cultura do governo Bolsonaro foi Hélio Ferraz de Oliveira, nomeado para o comando da Secretaria, após a renúncia de Frias.

O pós-MinC, em seu diminuído formato institucional de secretaria, teve seis secretários em dois anos, o que resume bem a importância da cultura e das políticas de cultura para o bolsonarismo. Todavia, com a vitória da chapa encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 30 de outubro de 2022, a estrutura do governo federal recebeu modificações e o Ministério da Cultura voltou a ser uma pasta, e não apenas uma secretária especial como nos anos do governo bolsonarista. A ministra escolhida para o comando do ministério foi a cantora Margareth Menezes.

Bolsonarismo: governo de aspirações fascistas

A democracia enquanto sistema político, compreende um mecanismo dotado de infinitas características, vivendo de disputas e movimentações. Atualmente, esta forma de governo encontra-se em crise no Brasil e no mundo, apresentando problemas de ordem estrutural, que favorecem a ascensão de grupamentos políticos autoritários e extremistas.

Os representantes destes segmentos ao redor do mundo, podem ser chamados de Direita Alternativa, (no original em inglês, Alt-Right), uma alternativa de direita ao descrédito representativo que os governos liberais-democráticos vivem em todo o planeta desde o crash econômico de 2008. Além disso, possuem como características gerais: a rejeição ao conservadorismo "clássico", bem como o desenvolvimento de uma militância em favor da supremacia branca e do antissemitismo. Também são conspiracionistas e, sobretudo na Europa, partidários da anti-imigração.

A partir da ascensão de Donald Trump em 2016, analistas diversos apontam para o surgimento desta nova forma de direita, inclusive a associando ao populismo, ao neofascismo e ao pós-fascismo. Neste trabalho, iremos desenvolver nossa análise sobre esses movimentos de extrema-direita a partir da concepção de populismo cunhada por Federico

Finchelstein (2019), aliado *à* ideia de pós-fascismo, por Enzo Traverso (2021). Desse modo, entendemos que o populismo se encaminha para uma realidade pós-fascista, como uma forma autoritária de democracia, uma vez que governos populistas criam dificuldades que impedem o bom funcionamento dos ritos democráticos, que ainda assim não destroem o Estado de direito.

Apesar da intensificação de atividades imediatamente antes e logo após a eleição de Trump em 2016, os representantes da Alt-Right estão espalhados pelo mundo. Podemos destacar entre exemplares: Jair Bolsonaro no Brasil, Viktor Orban na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Donald Trump nos Estados Unidos da América, Andrzej Duda na Polônia, Erdogan na Turquia e Putin na Rússia. Além desses, figura com destaque na França a líder da Frente Nacional, Marine Le Pen, que antagoniza a disputa política no país com um empresário, o atual presidente Emmanuel Macron.

Ademais, existem também partidos políticos que podem ser considerados ligados a este grupo. Apontamos entre eles: os Republicanos nos EUA, a Pegida (antissemita) na Alemanha, o Aurora Dourada na Grécia, o Partido da Liberdade austríaco, o Partido Lei e Justiça (PiS) polonês, a Liga Norte-italiana, e o espectro bolsonarista no Brasil que não possui partido político definido, mas que ascendeu ao poder em 2018 pela aliança entre o Partido Social Liberal (PSL), e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), e atualmente concentra seus quadros no Partido Liberal (PL), e no Republicanos.

A Alt-Right pode ser definida em suas ações ao redor do mundo pela defesa, entre outros, de um nacionalismo racial, da desigualdade de pessoas e raças, da manutenção nos papéis tradicionais de gênero, pela necessidade de hierarquia centrada na figura de um líder, e pelo apreço a ritos antidemocráticos.

Além disso,

> [...] a alt-right se viabilizou eleitoralmente com um forte discurso sobre o setor de segurança e pela mobilização do medo da diferença [...] impulsionando a retórica do combate à criminalidade, a degeneração moral da juventude, a necessidade de controle policial e militarização de regiões pobres das cidades etc., além de sua ligação direta com agentes de segurança no campo policial e militar, com generais, capitães, cabos e soldados se tornando celebridades políticas. [...] A alt-right, ao contrário do que muitos estudiosos do assunto afirmam, não é antipolítica, mas a expressão da política democrática contemporânea levada ao seu paroxismo (AUGUSTO, 2020, p.9).

Como podemos perceber pelo trecho acima citado e pela análise das características da Alt-Right, o erro está em presumir que os governantes que chegaram ao poder por meio das instituições democráticas não possam mudar ou destruir essas mesmas instituições (SNYDER, 2017, p. 24). É neste aspecto que está presente a peculiaridade da Alt-Right. Também se destaca o apreço deste grupamento político pelo autoritarismo.

Todavia, o que está sendo chamado aqui de autoritário nem sempre é visto assim pela sociedade civil, que, em alguns casos, reconhece as medidas tomadas pelos agentes que estão no poder como necessárias. Tais ações são diversas e geralmente rígidas. Temos como exemplos a truculência empreendida por forças de segurança contra indivíduos "invisíveis" ou periféricos, as medidas de austeridade impostas na economia sob o argumento de um possível crescimento financeiro a longo prazo, o fisiologismo como prática política que orienta as decisões tomadas no parlamento. Igualmente, são frequentes ações que visam a destruição das políticas educacionais, cientificas, culturais e intelectuais de um país. Este último aspecto como mencionado anteriormente, *é* nosso foco neste trabalho.

É digno de nota que um regime estatal pode se apresentar como

uma democracia meramente formal, ou seja, com eleições, escolha de representantes e campanhas eleitorais. No entanto, apesar desses indicativos de uma democracia, a atuação estatal pode se concentrar na promoção dos interesses de uma classe governante, facilmente convertendo-se em uma autocracia de fato. Nestes casos, o Estado não é um instrumento do povo, mas exatamente o contrário: o povo é instrumento do Estado. O representante no poder utiliza o processo democrático formal, dominando-o por meio de propaganda, intimidação ou criação de regras eleitorais desbalanceadas, como um meio de justificativa e de legitimação ao seu próprio público interno, assim como à comunidade internacional.

Desse modo, salientamos que estamos assistindo a ascensão, o fortalecimento e a consolidação de um fenômeno sociopolítico que está associado a uma tendência mundial. Fenômeno este que, em suas ações, apresenta-se como um movimento de tendências fascistas, pois o populismo, norteamento ideológico a qual este grupamento de certa maneira se orienta, "está genética e historicamente associado ao fascismo. Seria possível alegar que é herdeiro do fascismo – um pós-fascismo para tempos democráticos, que alia um compromisso mais restrito a democracia a impulsos antidemocráticos e autoritários" (FINCHELSTEIN, 2019, p. 289).

Em outras palavras, pode ser considerado uma adaptação do fascismo à democracia. Quando tratamos de fascismo aqui não estamos nos referindo ao fascismo clássico, surgido na Itália nos anos 1920, largamente analisado e estudado, mas sim a uma atualização destas ideias que não foram interrompidas com o fim da Segunda Guerra Mundial, após a derrota do Eixo, mas sim de um movimento atual, que possui viés autoritário, e busca aparelhar e controlar a política nos países onde está presente. No Brasil, o espectro bolsonarista encabeça este movimento. Neste artigo buscamos discutir como as políticas educacionais, culturais e históricas

foram utilizadas pelo bolsonarismo, em seu projeto de destruição da democracia.

Considerações finais

Podemos dizer que a atuação do governo Bolsonaro em relação à condução de políticas públicas é representada por um desmonte da institucionalidade que visava construir um estado de bem-estar social no Brasil, amparado pela Constituição Federal de 1988.

Como já mencionado, o governo Bolsonaro pode ser considerado como um tipo de populismo autoritário que atua em conformidade com a alt-right, ou seja, a direita alternativa mundial pós-fascista legitimada institucionalmente em diversos países ao redor do mundo. A forma autoritária de democracia destas lideranças deteriora o sistema democrático por dentro, e visa o seu fim gradual.

REFERÊNCIAS

Legislações

BRASIL. **DECRETO Nº 10, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1889**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10-21-novembro-1889-518583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 1920, DE 25 DE JULHO DE 1953**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 91.144, DE 14 DE MARÇO DE 1985**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. **LEI N° 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8490.htm.

Acesso em 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.584, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5584.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007.**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.346, DE 11 DE MAIO DE 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10346.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

Bibliografia

AUGUSTO, Acácio. Fascismo e antifascismo no século XXI. In: AUGUSTO, Acácio (org). **Antifa**: modos de usar. Rio de Janeiro: Circuito, 2020.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo. KERCHE, Fábio. MARONA, Marjorie. (org). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo** – populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania**: vinte lições tiradas do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Elementos do liberalismo na imprensa do Espírito Santo

Jefferson Ferreira Alvarenga[1]
Universidade Federal do Espírito Santo
jeffersoncso@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para compreendermos o liberalismo no Brasil, é preciso inicialmente entendermos como esse conceito foi desenvolvido. Desse modo, partimos primeiramente da análise de Roberto Schwarz (1973) em seu artigo intitulado *As ideias fora do lugar*. Em seu texto, Schwarz (1973) verifica as disparidades presentes no conceito do liberalismo na sociedade escravista brasileira. De acordo com o autor, havia uma diferença notável entre a economia europeia, caracterizada por ser racional e burguesa, e a economia da sociedade escravista. Não apenas o pensamento econômico se encontrava no campo da contradição, mas também o conjunto doutrinário do liberalismo se chocou com as ideias que sustentavam a escravidão. Apesar de os princípios liberais terem composto o corpo doutrinal das jovens nações americanas recém-emancipadas, a presença da escravidão indicava que a doutrina não havia sido plenamente absorvida. Dessa forma, Schwarz (1973) concluí que havia uma contradição entre

1 Possui graduação em Ciências Sociais-Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).

a citada doutrina e a própria instituição da escravidão. Logo, segundo o investigador, as ideias estavam fora do lugar.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), em entrevista ao Caderno de Debates, alega que as concepções liberais estavam no seu devido lugar, pois o próprio liberalismo já conviveu com contradições em praticamente todas as partes do mundo. Franco (1976) afirmava que as relações escravistas por si só já são contraditórias dentro da sociedade brasileira. Entretanto, as relações mercantis erguidas durante a escravidão submeteram aos laços de estima e afeição, camuflando a diferenciação social entre os indivíduos. Logo, do ponto de vista do liberalismo, todos os indivíduos são potencialmente iguais, mas, em condições desiguais, lutam para empreender a sua conquista. Por outro lado, essa situação individual revela os desequilíbrios da condição social e da exploração (FRANCO, 1976, p. 63).

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), o conceito de liberdade e igualdade absorvido entre os senhores do século XIX eram aqueles definidos pelos códigos jurídicos. Notamos que o conceito de igualdade erigido no processo de constituição de dominação socioeconômica se vinculou ao direito à propriedade, encobrindo as relações contraditórias no interior da sociedade. Dessa maneira, a miséria brasileira não era o resultado da importação de uma cultura europeia que aqui teria perdido o vínculo com a realidade. Ao contrário, a teoria liberal se ajustou à estrutura social e política do Brasil, mergulhando a nação no retrocesso (FRANCO, 1976, p. 63).

O sociólogo Carlos Estevam Martins, em seu artigo *O liberalismo: o direito e o avesso*, defende que o liberalismo e a democracia têm princípios contrapostos. O conceito de democracia perde o sentido quando absorvido pela expressão liberal-democracia (MARTINS, 2003, p. 620).

Conforme aponta Martins (2003), o liberalismo dos anos de 1880 a

1900 se constituiu de três elementos essenciais: ênfase na liberdade positiva, preocupação com a justiça social e o desejo de substituir a economia do *laissez-faire* (MARTINS, 2003, p. 629). Ainda o estudioso ressalta que a liberdade e a igualdade são valores antiéticos, não sendo possível realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro. Logo, uma sociedade liberal é inevitavelmente não igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não liberal (MARTINS, 2003, p. 637). Desse ponto de vista, um liberal concebe que a pobreza é opção exclusivamente realizada por cada indivíduo, e essas decisões não dizem respeito a ninguém. Desse modo, os ideais de justiça social ignoram as condições requeridas por aquela ordem e as desrespeitam (MARTINS, 2003, p. 642).

Há muitas teses acerca do nascimento do liberalismo no Brasil. O pesquisador Cyril Lynch (2007), em seu artigo *O conceito de liberalismo no Brasil (1710-1810)* argumenta que esse conceito diferiu em relação aos demais países da América Ibérica. Conforme Cyril Lynch (2007), a legislação colonial portuguesa, até 1808, impedia a introdução de tipografias em território brasileiro, o que ocasionou, de um lado, a ausência de circulação de jornais e livros impressos nessa época e, de outro, a introdução de livros clandestinos vindos da Europa. Ademais, diferentemente das políticas coloniais espanholas, Portugal evitou criar nos territórios ultramarinos centros de difusão de cultura superior, como universidades ou faculdades. O conhecimento ficava restrito ao público, por meio das bibliotecas, dos conventos e das poucas escolas primárias e secundárias mantidas por religiosos. Os filhos das elites[2] eram obrigados a se deslocar até Portugal, onde faziam os estudos superiores na Universidade de Coimbra e absorviam os valores metropolitanos (CYRIL LYNCH, 2007,

2 Grande número deles se integrava a administração do Império. Por tudo isso, até as vésperas da independência, não havia consciência de uma identidade brasileira própria: os habitantes brancos e livres do Brasil se entendiam como os portugueses da América (CYRIL LYNCH, 2007, p. 213).

p. 213).

A conjuntura política atrelada ao processo de independência da América contribuiu para o convencimento da elite política e econômica brasileira sobre a necessidade um movimento de emancipação pactuada, com base na concepção de que o governo monárquico constitucional era a saída mais segura, se comparado ao governo republicano. Apesar de haver ideais de liberdade anteriores à chegada da família real, os ideais republicanos foram entendidos pela elite colonial como ameaçadores e propícios a contagiar os pobres e os escravos.

Neste ínterim, o liberal era apresentado tanto como aquele que almejava "o bem de sua pátria" e "a liberdade" quanto também como alguém que "ama o monarca, respeita-o, quando é respeitável, amaldiçoa-o quando é indigno e tirano, e prefere a morte a um jugo insuportável". (CYRIL LYNCH, 2007, p. 220-221). Em outras palavras, ser liberal era querer a Constituição e o governo representativo em um contexto em que o povo teria direito de escolher o sistema de leis que deveria ser regido. Desse ponto de vista, o liberalismo sugere que a melhor forma de governo é aquela que assegura os direitos de cada indivíduo e que o obriga a submeter-se à Constituição.

A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, ocorreu em virtude de conflitos entre os liberais de direita e de esquerda e por causa de dissídios em favor da construção de um novo país. Por consequência dos embates, D. Pedro I dissolveu a Assembleia com a pretensão de criar uma Constituição mais liberal do que a elaborada pelo legislativo anteriormente. Essa foi a solução encontrada, após a pactuação de interesse entre as elites, para viabilizar o modelo liberal num novo Estado nacional, o que se caracterizou amplamente pelo mote "o reformismo pelo alto".

O período da Regência no Brasil (1831-1840) se caracterizou pela hegemonia dos antigos liberais, agora chamados de moderados, já que

combatiam os antigos realistas que desejavam a restauração da monarquia de D. Pedro I e o Senado vitalício. Os exaltados almejavam o federalismo baseados no modelo institucional norte-americano e visavam a descentralização administrativa. (CYRIL LYNCH, 2007, p. 227). Desse modo, o Ato Adicional de 1834 foi considerado o verdadeiro liberalismo, visto que promovia o enfraquecimento do Poder Executivo e a descentralização político-administrativa.

Com a morte de D. Pedro I em Portugal, a ameaça separatista se intensificou, principalmente em razão das rebeliões e guerras civis nas províncias do Norte e do Sul. Dessa feita, a ala direita dos moderados ganhou destaque por aliar-se aos antigos realistas e fundar o Partido Conservador ou Saquarema. Este partido defendia a centralização político-administrativa no regime monárquico e o combate à anarquia (CYRIL LYNCH, 2007, p. 229). A defesa desses conceitos por parte do Partido Conservador foi denominada de regresso. Esses partidários entendiam que o progresso nacional somente poderia se dar dentro da ordem e que, para isso, teriam de reformar a ordem reformada para retrogradar o tanto quanto possível até a época anterior ao predomínio "democrático" da Regência; ou seja, até o tempo do reinado de Pedro I, quando pontificava o "princípio monárquico". Assim, os conservadores brasileiros absorveram o discurso monárquico precedente, criando um interessante governo parlamentar pautado, entretanto, pela tutela da Coroa (CYRIL LYNCH, 2007, p. 229-230).

A fundação do Partido Conservador[3] implicou a criação do Partido

3 Os saquaremas recorriam ao conservadorismo britânico de Hume e Burke. Haja vista que "a ideia do mundo não é a do movimento, e melhor lhe pode caber a denominação de ideia de resistência", as reformas deveriam ser promovidas somente depois de se "chegar ao verdadeiro conhecimento dos verdadeiros interesses do país" [...]. [...] Citando expressamente o "profundo" Guizot, o fluminense Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai (1807-1866), entendia que cabia ao Estado dar "o impulso geral aos melhoramentos morais e materiais que convém introduzir nos negócios públicos" (CYRIL LYNCH, 2007, p. 232).

Liberal, que deixou neste momento de ser antônimo de absolutista para se tornar sinônimo de indivíduos de ideias avançadas e progressistas, evidentemente contrários aos conservadores ou regressistas (CYRIL LYNCH, 2007, p. 230). Inegavelmente, os liberais defendiam a liberdade e o progresso individual, pois o sujeito, por sua capacidade superior e meritocrática, destacava-se no meio da multidão, contribuindo para a civilização através da ampliação das liberdades individuais (CYRIL LYNCH, 2007, p. 231).

Dessa perspectiva, o conservadorismo entendia que deveria usar todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário para que não se produzisse a anarquia, uma vez que esta destrói e mata a liberdade. Portanto, de acordo com os conservadores, a nação somente poderia prosperar com a ordem. Por isso, eles exigiam a centralização da autoridade do Estado, para que este se transformasse em agente civilizatório capaz de impor os direitos civis ao povo.

Outro estudo que devemos considerar foi realizado polo pesquisador Tâmis Peixoto Parron, que em sua Tese intitulada *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, discute sobre as defesas políticas feitas em torno do tráfico negreiro e da escravidão negra no Império do Brasil entre 1826 e 1865.

Parron (2009) enfatiza que durante o período regencial houve mudanças drásticas no Brasil, uma vez que no país ocorreram as primeiras eleições para cargo do executivo. Com a aprovação do Ato Adicional, a máquina pública entrou em operação, instituindo em cada província uma Assembleia Legislativa (PARRON, 2009, p. 97). Ademais, o investigador salienta que o regresso foi um ato que possibilitou a defesa incondicional do contrabando e a garantia da propriedade escrava ilegal, bem como podou os poderes das provinciais para criarem cargos judiciários e indicar ocupações de postos policiais. Em conclusão, a opção conservadora

se diferenciou sensivelmente da liberal por não permitir que bancadas provinciais ditassem o rumo das mudanças, nem indicassem ocupantes de cargos locais (PARRON, 2009, p. 102).

Bernardo de Vasconcellos afirmava que o cativeiro se enquadrava em nossos costumes e vinha ao encontro dos interesses da nação. Além disso, argumentava que o tráfico trazia benesses espirituais aos bárbaros, além de vantagens materiais e sociais que os africanos gozariam em uma monarquia representativa. Portanto, o tráfico seria primeiro de interesse público e depois aos particulares, dando a ver que ele seria mais vital aos interesses nacionais, logo o Estado brasileiro era o grande beneficiário do contrabando humano. Por outro lado, alguns conservadores entendiam que a proibição do tráfico propagava a imoralidade. Consequentemente, eles ameaçaram o Estado oferecendo-lhe resistência armada para impedir a alienação de seus bens (PARRON, 2009, p. 106).

Não obstante, o pensamento conservador justificava que o contrabando de africanos era fundamentado no direito natural; desse modo, era legítima a isenção penal aos traficantes, aos fazendeiros e às autoridades públicas implicadas (PARRON, 2009, p. 110). A explicação para o tráfico negreiro era também baseada no binômio civilização e barbárie, sendo o continente africano descrito como um ambiente permanente em estado de guerra; ou seja, um local eterno de horror (PARRON, 2009, p. 118). Destarte, os deputados asseguravam que se deveria resgatar os africanos das mãos bárbaras e cruéis e trazê-los para um país cristão, educá-los e ensinar-lhes a religião. Consoante os deputados regressistas, o evangelho não falava claramente contra a escravidão. Ademais, de acordo com alguns conservadores, os africanos eram descendentes de Cam, portanto haveria o direito de escravizá-los. Não há dúvidas que o Regresso fixou novos pontos na política de contrabando negreiro, tanto na esfera do governo central quanto no parlamento.

No entanto, criar um Estado nacional significava organizar um governo centralizado com a missão de modernizar o Império, o que seria possível somente com a implementação de reformas profundas, entre elas: o fim da escravidão. Esse era o pensamento da alta burocracia ilustrada dos anos de 1820, a exemplo de Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Antônio Carlos de Andrada, Montezuma. Ao contrário desses intelectuais, os grupos provinciais atrelados à produção agrária e cativa, após a abdicação de D. Pedro I, atuavam no sentido de descentralizar o aparelho de Estado. De certo modo, eles queriam evitar quaisquer reformas que modificassem os fundamentos da sociedade escravista (PARRON, 2009, p. 137). Assim, a escravidão foi assunto central durante o nascimento do Império, implicando a ação dos políticos do Regresso, que consequentemente formaram o Partido Conservador com o propósito de defender os seus interesses e princípios.

Em 1839, a interferência diplomática do governo britânico no tráfico de escravos provocou negociações de tratados com países da América que estabeleciam o fim do comércio negreiro, incluindo, no bojo desse movimento, o Brasil. A nação inglesa autorizou o aprisionamento de barcos brasileiros equipados para o tráfico. O julgamento desses traficantes ocorreu nas comissões mistas do Rio de Janeiro e de Serra Leoa (PARRON, 2009, p. 147). Evidentemente, a ação britânica despertou a reação do Brasil logo no decorrer da década de 1840, de modo que a tolerância à censura do cativeiro e do tráfico transatlântico sofreram considerável redução. Esteve expressa em discursos parlamentares na imprensa, em publicação de livros e também na seleção de altos funcionários públicos, como juízes e ministros que defendiam o sistema de cativeiro. Dessa forma, a opinião pública colocava-se favorável à defesa do cativeiro (PARRON, 2009, p. 148). A razão para isto era que o Brasil precisava de escravos por causa da manutenção econômica do país, esta manutenção

era mais urgente do que as considerações de humanidade e filantropia.

Bernardo Pereira de Vasconcelos sustentava que a escravidão talvez fosse até mesmo algo natural, visto que ela existiu em todos os tempos e em todos os povos do mundo. Outrossim, enfatizava que a escravidão permitiu o progresso e o aperfeiçoamento da humanidade. O deputado também foi autor do projeto de terras devolutas que tratava de duas questões centrais para o Império: o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra. Em seus artigos, o deputado previa que terras devolutas não poderiam ser adquiridas senão pela compra. Aquelas já em posse de fazendeiros sofreriam taxação, fossem ou não cultivadas; a receita das taxas e vendas seria empregada na importação de colonos livres, porém os imigrantes não poderiam efetuar compra, aforamento, arrendamento nem aquisição de terras antes de três anos de residência no Império. Essa lei foi confeccionada para conduzir o Brasil do universo antiquado e escravista para o mundo moderno e assalariado (PARRON, 2009, p. 158). Apesar desta lei, Vasconcelos continuava defendo a permanência da escravidão e do tráfico, afirmando seguidamente que a África civilizava a América, uma vez que dos cativos provinham toda a riqueza do país. O deputado também refutava o trabalho livre europeu, arrazoando que não eram compatíveis com as nossas terras. Embora os escravos africanos fossem inseridos no tecido do Império, os filhos de escravos nascidos na América eram reconhecidos como cidadãos pela Constituição de 1824, desde que libertados.

Outra obra digna de ser mencionada foi organizada pelas professoras Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília Prado, intitulada *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas.* O livro demonstra, com propriedade, a organização dos elementos constituintes do liberalismo no Brasil imperial. Trata-se de uma coletânea de artigos em que destaco o texto de Lúcia Maria Bastos P. Neves, intitulado *Liberalismo no*

Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). Neste texto, a pesquisadora enfatiza que o liberalismo trouxe para o Brasil uma concepção de progresso, e esse progresso somente poderia ser realizado pelo homem intelectualizado. Essa ideia circulou no Brasil por meio das tipografias.

A defesa pela emancipação política implicou também a justificativa dos direitos individuais, garantias consideradas essenciais para os direitos do cidadão, além dos direitos à liberdade de expressão, de imprensa e da reunião de associação. Todos esses direitos deveriam estar contidos numa constituição, que limitasse o poder do soberano, e desse voz à sociedade. Em geral, o contexto político citado nos demonstra que estava nascendo uma nova cultura política, porém, restrita a algumas facções políticas.

As ideias liberais disseminadas pela imprensa formavam a opinião pública. A preocupação central dessas ideias era atacar o governo despótico e expor as concepções do liberalismo, constitucionalismo monárquico, soberania popular e liberdade. Esta última concepção era um atributo da ordem social, mas também significava uma defesa da democracia. Além disso, o liberal representava aquele que desejava tanto o bem da pátria quanto a liberdade, transformando-se em amigo da ordem e das leis. Esse era o cidadão ideal que acreditava na livre opinião, portanto teria direito de influir na administração do governo, evitando as arbitrariedades despóticas e visando o bem comum (NEVES, 2001, p. 86).

Não há dúvidas que o liberalismo se adequou a nossa realidade, expressando normas coletivas para todos os cidadãos. Podemos citar como exemplo as concepções de que todos são iguais perante a lei, a ideia de abolição dos privilégios, das distinções e das hierarquias que não resultariam em mérito individual (o que asseguraria aos cidadãos as liberdades individuais) e finalmente o direito à propriedade.

O artigo de Lúcia Maria Paschoal Guimarães intitulado *Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial*

(1831-1837) esclarece que o florescimento da nação independente implicou a ascensão do poder político nas mãos de um grupo social ligado à propriedade de terra e à economia agrária dependente do trabalho cativo. Assim, no Brasil o discurso liberal se acomodou a suas especificidades. Dito de outro modo, a doutrina liberal no Brasil foi ao mesmo tempo, revolucionária, do ponto de vista da emancipação política, e também se acomodou no sentido de sustentar a ordem vigente (GUIMARÃES, 2001, p. 104).

O artigo de Maria Emília Prado intitulado *Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império no Brasil* relata as incompatibilidades entre o liberalismo e a escravidão.

Inquestionavelmente, a Constituição não falou sobre o fim da escravidão, tão pouco regulou a condição dessa última. Tal contradição é fundamental para se compreender a dificuldade que a nação tinha na integração à civilização. Desse modo, a escravidão impedia que um dos princípios fundamentais do liberalismo fosse concretizado: a liberdade. Apesar de esse sentimento ter sido o elemento fundamental para viabilizar o processo de independência, após este evento a política de Estado procurou revitalizar a economia agrária e, consequentemente, o cativeiro.

Alguns iluministas do século XVIII e XIX questionavam qualquer tipo de escravidão. Desse ponto de vista José Bonifácio refutava a argumentação que procurava conceber a escravidão como uma oportunidade oferecida aos negros para que recebessem a luz do evangelho e os caminhos da civilização (PRADO, 2001, p. 168). Outrossim, a escravidão obstaculizava o progresso nacional, sendo que a lavoura não era lucrativa sob o efeito do trabalho escravo, já que a indústria não conseguia se desenvolver.

As ideias de Bonifácio não encontraram espaço político, consequentemente não foram discutidas. Embora a Constituição de 1824, no artigo

6° determinasse que os libertos fossem considerados cidadãos brasileiros. Ou seja, o pacto liberal era difícil de ser compreendido no ambiente do Império brasileiro. Apesar das mudanças trazidas por esse pensamento, a ordem vigente não poderia ser desestruturada. Concluímos que o liberalismo presente no Império brasileiro proporcionava um processo de ambiguidade, uma vez que a escravidão acomodava a manutenção da economia, ao mesmo tempo em que se defendia a liberdade e a igualdade. Inegavelmente, a sociedade do Império se considerava civilizada e, por conseguinte, teria que arcar com a contradição de estar atrelada ao braço escravo.

2. A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO

Com o propósito de entendermos a imprensa no estado do Espírito Santo, iremos nos fundamentar na dissertação de Karulliny Silverol Siqueira e a tese de Fabíola Martins Bastos.

A primeira, intitulada *"Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia": a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da Província do Espírito Santo, 1860-1880*, discorre sobre a imprensa e o campo político estadual.

É importante ressaltar que a propagação das ideias políticas proporcionou o desenvolvimento de uma cultura política local, dessa maneira a imprensa cumpriu o papel de divulgar os novos conceitos, prioritariamente os liberais. A primeira tipografia instalada na província do Espírito Santo data da década de 1840 e era de propriedade de Aires de Albuquerque Tovar, que publicou apenas um número do periódico *Estafeta*. Após essa publicação, somente em 1849 a imprensa voltou a atuar no campo sociopolítico capixaba, através do *Correio da Victória* (SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Siqueira (2011) esclarece que a atuação da imprensa no cenário da

política capixaba provocou a intensificação das discussões partidárias em novos espaços públicos de sociabilidade; dito de outro modo, a gênese de uma opinião pública, ainda que embrionária, foi importante para o surgimento de novas ideias, que concretizaram o arcabouço político capixaba oitocentista (SIQUEIRA, 2011, p. 22). Todavia, a pesquisadora salienta que a província do Espírito Santo era politicamente pacífica em relação às demais.

De acordo com Siqueira (2011), os Partidos Liberal e Conservador da província teriam sido formados entre as décadas de 1820 a 1830. O primeiro foi formado pelo orador e advogado Padre Inácio Bermudes e o segundo foi formado pelo Coronel Dionísio Álvaro Resende. Segundo a historiadora, a origem dos partidos estava ligada ao conflito religioso entre duas irmandades: os Peroás e os Caramurus, as quais, inicialmente, não se constituíam como uma organização política possuidora de ideologia e programas definidos.

Segundo Siqueira (2011), a elite política capixaba apoiou a Regência Provisória e, consequentemente, o Ato Adicional de 1834, que autorizou a formação das Assembleias Legislativas nas províncias. Em 1º de fevereiro de 1835 ocorreu a instalação da primeira Legislatura da Assembleia, dando agora ao legislativo local poderes para legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província (SIQUEIRA, 2011, p. 52).

Como ressaltado anteriormente, a primeira tipografia instalada na província publicou apenas um número. Depois, somente em 1849, com o Correio de Victória, a imprensa voltou ao cenário estadual. Conforme Siqueira (2011), a partir de 1860 percebeu-se na província do Espírito Santo uma explosão da imprensa política, introduzindo uma nova cultura política na vida dos espírito-santenses, estremecendo, assim, as bases da pequena província e alterando sua tranquilidade por meio de folhas impressas e através das discussões que se destacavam no âmbito da Assem-

bleia Legislativa Provincial (SIQUEIRA, 2011, p. 68).

A Tese de Fabíola Martins Bastos, intitulada *A Política na Antessala do Parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889*, analisa a trajetória das sociabilidades políticas e sua contribuição para a formação da esfera pública de opinião em Vitória durante a segunda metade dos Oitocentos. Dessa forma, a sociabilidade da esfera pública também é caracterizada pela posição da imprensa no estado, e, por conseguinte, esta reflete na política estadual e nas concepções popularizadas no século XIX.

Da mesma forma que Karulliny Silverol Siqueira, Fabíola Martins Bastos parte do pressuposto de que, no Espírito Santo, os capixabas viviam em plena ordem, sossego e tranquilidade. Embora não existam jornais de relevância na província durante a primeira metade do século XIX, não é possível afirmar que existia um isolamento, visto que houve acesso aos jornais de outras províncias. Bastos (2016) afirma em sua tese que foi possível encontrar cartas de capixabas publicadas em periódicos da Corte, o que indica que os jornais de fora eram lidos com certa frequência pela população local, sendo possível que as folhas viessem junto com as malas do correio nas embarcações que atracavam na barra da Ilha de Vitória, a cada cinco dias (BASTOS, 2016, p. 121).

Decerto Bastos (2016) argumenta que não podemos mensurar quando começou a circulação desses jornais. Entretanto, essa circulação propiciou a formação de uma rede de comunicação entre os leitores e os redatores das províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro. É possível que o acesso a esses jornais fosse adquirido através de contratos assinados pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com as tipografias do Rio de Janeiro para impressão dos atos oficiais (BASTOS, 2016, p. 125-126). Em conclusão, a imprensa de fora constituiu parte da articulação política estadual na década de 1840. Em algumas cartas é possível perceber o con-

teúdo sobre as disputas políticas na Província do Espírito Santo, escritos por capixabas, a imprensa da Corte e de outras regiões próximas, conforme publicações no Diário do Rio de Janeiro (BASTOS, 2016, p. 127).

A tese de Bastos (2016) é coerente com o que se observa nas fontes, na medida em que a imprensa capixaba esteve entrelaçada à política regional. A primeira tipografia não foi bem-sucedida. Ela iniciou sua atividade em 1840 e finalizou em 1841, porque seu proprietário foi infectado por tuberculose. Posteriormente, nasceram outros periódicos importantes na província, a saber: *A Actualidade, A Folha da Victoria, A Idea-órgão da mocidade, A Liga, A Província do Espírito Santo, A Regeneração, Correio da Victoria, Gazeta do Commércio, Jornal da Victoria, Lucifer, O Amigo do Povo, O Baluarte, O Cidadão, O Echo dos Artistas, O Espírito-Santense, O Horisonte, O Liberal, O Meteoro, O Monarquista, O Semanário: jornal de instrução e recreio, O Tempo, Opinião Liberal, Pyrilampo, Sete de Setembro, Vasco Coitinho* (BASTOS, 2016, p. 144-145). Esses jornais datam das décadas de 1840 a 1880 e estavam geralmente localizados nas ruas da cidade de Vitória.

Concluímos que a imprensa no Espírito Santo foi muito atuante a partir de 1860, principalmente no que diz respeito às disputas políticas regionais.

3. A REGENERAÇÃO

O objetivo principal deste artigo é investigar quais concepções liberais circulavam na província do Espírito Santo. Entre os periódicos, mencionamos o jornal *A Regeneração*, que era publicado nas quartas-feiras e sábados de cada semana. O proprietário era Manuel Ferreira das Neves, professor e deputado provincial. A Tipografia e o escritório se localizavam na Rua Grande, e o jornal circulou entre anos de 1853-1856. Apenas tivemos acesso a um exemplar, publicado em 11 de janeiro de 1854. En-

contramos esse exemplar disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Evidentemente, o jornal tem um lado político em sua primeira página. O periódico defende que as aulas do sistema escolar vigente à época deveriam ocorrer duas vezes ao dia. Essa medida foi realizada pelo presidente Evaristo Ladisláo e Silva, antecessor do presidente Barão de Itapemirim. Todavia, o Barão anulou a medida do seu antecessor. Desde então esse político passou a ser alvo de críticas do periódico.

O periódico alegava que a educação era uma utilidade pública e atendia os princípios da igualdade. De acordo com o diário, a educação pública deveria estender-se a todas as classes da sociedade, especialmente aos pobres. Na visão do jornal, a ação era injusta com os necessitados e não visava nem o interesse público e tampouco a concepção de progresso. A ação do Barão foi considerada pelo periódico como inconstitucional, pois as escolas das províncias passaram a privilegiar determinados grupos.

4. O AMIGO DO POVO

O escritório do jornal *O Amigo do Povo* estava localizado na Rua Santa Luzia, sendo que o periódico circulou no ano de 1863. Apenas tivemos acesso a um exemplar publicado em 8 de agosto de 1863, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

O diário era publicado em dias incertos, com distribuição gratuita, e defendia o Partido Liberal, tal qual o jornal *A Regeneração*. De acordo com Bastos (2016), o nome *O Amigo do Povo* é bastante sugestivo, pois revisita a palavra povo, cujos sentidos foram delineados na imprensa capixaba pela primeira vez em 1860, com o jornal *A Liga* (BASTOS, 2016, p. 219). Ademais, o vocábulo também evidenciava o possível público aspirado pelo jornal, quais sejam, os indivíduos com direitos políticos.

O adjetivo amigo indicava tratar-se de um jornal com a pretensão

de inspirar simpatia, amizade, confiança e desejava o bem ao povo. E esse bem seria materializado na garantia à liberdade política com o livre exercício do voto (BASTOS, 2019, p. 220). Ademais, o nome do periódico era igual ao diário publicado por Jean Paul Marat durante o processo revolucionário francês[4].

No diário, destaca-se a concepção de que o Partido Liberal era a única opção política para o progresso do país. Observamos que as publicações de *O Amigo do Povo* se concentraram no tema da eleição ocorrida em 1863 para a Câmara de Deputados, promovendo debates sobretudo acerca da legitimidade dos candidatos. Outrossim, o referido periódico discutiu conceitos importantes do vocabulário político em construção na imprensa capixaba daqueles anos. Desse modo, quanto à palavra capixaba, por exemplo, expuseram uma pretensa relação de pertencimento, certa identidade que deveria ser compartilhada pelos habitantes da Província (BASTOS, 2016, p. 224).

Dessa forma, o periódico sustentava que o voto é um ato de soberania e ação de um povo livre, que sabe com dignidade sustentar a sua liberdade e os direitos garantidos pela Constituição (O AMIGO DO POVO, 1863, p. 1). Como um amigo, o jornal advertia que os candidatos conservadores eram desleais com o povo, cabendo, portanto, ao próprio povo, único e legítimo juiz, a tomada de decisão por meio do voto. Além disso, o periódico sugere que os leitores seguissem os ideais do Partido Liberal.

O *Amigo do Povo* denunciava a violência das eleições, sobretudo os cascudos, nome, aliás, dado aos conservadores. Conforme o noticiário, os cascudos espalhavam sangue em várias freguesias da Província. Assim, o diário pedia aos vigários que enchessem de água os templos de Deus, a fim de lavá-los, depois da degolação dos inocentes (AMIGO DO POVO,

4 COQUARD, Olivier. Marat, *o amigo do povo*. São Paulo: Scritta, 1996.

1863, p. 4).

E continua:

> [...] Quem quiser fazer sarapatel appareça no domingo a porta da matriz que os cascudos promettem fornecer sangue aos baldes. Berlinda, Cabeça de boi (Amigo do povo, 1863, p.4).
> [....] No palácio das sete portas fornece-se no domingo, a todos os votantes cascudos, facas, pistolas, carabinas, navalhas e punhaes. As seis horas começa a destruição [...] (AMIGO DO POVO, 1863, p. 4).

Nas notas acima, evidencia-se que os liberais frequentemente acusavam os conservadores de violência, contrariando a ética e consequentemente destruindo a liberdade de voto do povo.

5. O TEMPO

O jornal *O Tempo* era publicado nas terças-feiras e sextas-feiras de cada semana. Os proprietários eram José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Stanislau Vanderley. O primeiro foi jurisperito, deputado provincial, deputado geral, vereador e juiz de paz. Sobre o segundo, não temos informações.

O Tempo era uma tipografia liberal, e os seus 16 acionistas, além de proprietários, eram também os responsáveis pelos escritos desse veículo. A referida tipografia se localizava na Rua dos Porto dos Padres e circulou em 1861. Apenas tivemos acesso a um exemplar publicado em 10 de dezembro de 1861, que encontramos disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

O periódico se alinhava às concepções liberais e, por causa das suas publicações, era denominado pelos seus opositores como anarquistas, revolucionários, sediciosos, inimigos das autoridades e até inimigos do povo. Em contraposição, o jornal afirmava defender as causas do povo, recusava o rótulo de anarquista e de inimigo da ordem e declarava exercitar

o respeito aos ditames sagrados da Constituição.

Além do mais, o jornal argumentava que desejava a economia do dinheiro público e o engrandecimento do país. Por isso, para o periódico a população era cerceada cruelmente de suas garantias em razão da medonha prática do sistema oligarca em utilizar os mecanismos públicos para os próprios interesses. O sistema oligárquico era citado pelo *O Tempo*, a exemplo da corrupção dos funcionários públicos e também a corrupção eleitoral que ocorria por meio da compra de votos.

No periódico, encontramos uma correspondência sem autoria, sendo apenas possível identificar a localidade: Guarapari-ES. Na carta o expositor diz que o jornal *O Tempo* é aplaudido, pois os homens não se deixam influenciar pelas imposições dos governantes. Também explicita que as ideais liberais irão surgir de todas as formas e cheias de animação, e esse fato mudará a província do Espírito Santo, pois, de acordo com a carta, as fileiras liberais irão engrossar, já que muitos cidadãos abastados e ilustres pactuavam com aquelas ideias. Também se uniriam às concepções liberais homens ilustrados e honrados, com a finalidade de exercerem empregos e tratarem da economia do cofre público.

Conforme Bastos (2016), *O Tempo* também evidenciou, na província, o surgimento de identidades partidárias conservadoras e liberais. De certo modo, a imprensa de *O Tempo* incentivava a sociedade a denunciar os abusos e lutar por justiça, direcionando esse combate, no entanto, para o plano das ideias e das opiniões (BASTOS, 2016, p. 216).

Para os redatores de *O Tempo,* os periódicos deveriam trabalhar para o bem comum do país e da humanidade, sendo esta a missão civilizadora da imprensa: a de propagar a liberdade, sem temer represálias e perseguições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, este artigo partiu da seguinte pergunta: quais os conceitos liberais disseminados pelos jornais *A Regeneração*, *O Amigo do Povo* e o *Tempo*, nas décadas de 1850 a 1860 na província do Espírito Santo? Nossa hipótese é que os periódicos se constituíram em elementos difusores do Partido Liberal e consequentemente do liberalismo.

A doutrina liberal se adequou as contradições políticas e econômicas presentes na sociedade brasileira. Essas contradições permitiram, de acordo com Parron (2009), a convivência pacífica entre a doutrina liberal e a escravidão.

De acordo com Neves (2001), as ideias liberais no Brasil Imperial propagadas para a opinião pública eram o constitucionalismo monárquico, soberania popular, liberdade e o bem da pátria. Logo, a cidadania ideal era aquela de livre opinião, a que possibilita ao cidadão influir na administração do governo, evitando as arbitrariedades despóticas e visando o bem comum. No entanto, a defesa desses conceitos não significava a defesa da democracia.

Evidentemente, o sistema escravista foi o maior problema encontrado pela doutrina liberal, posto que impedia que a liberdade fosse vivida em sua plenitude. Dessa maneira, a escravidão obstaculizava o progresso nacional daquela sociedade que se considerava civilizada.

No caso do Espírito Santo, a imprensa possibilitou a disseminação das ideias liberais e, por consequência, proporcionou o desenvolvimento de uma cultura política local. Aliás, a imprensa do Espírito Santo foi responsável por evidenciar as disputas políticas locais.

Não obstante, é possível que as concepções liberais estivessem circulando na província desde a primeira metade do século XIX, dado que Bastos (2016) em sua pesquisa constata que havia cartas enviadas por capixabas à corte imperial. Dessa forma, é provável que os jornais de outras províncias circulassem na província capixaba.

Para a composição deste artigo utilizamos três jornais de circulação nesta província. O primeiro deles, *A Regeneração*, teve um importante papel na expansão da doutrina liberal, ao defender a educação pública para todas as classes da sociedade, precipuamente para as mais pobres, concretizando, assim, o interesse público. Portanto, a crítica do periódico foi direcionada ao Barão de Itapemirim, que tinha limitado o acesso educacional aos mais necessitados.

O segundo jornal, *O Amigo do Povo*, se configurou como o responsável por disseminar as concepções de liberdade de voto como um ato de soberania de um povo livre. Ademais, vale destacar que esse periódico veiculou advertências acerca dos candidatos conservadores, também tachados nas matérias jornalísticas de desleais e contrários ao povo, ao mesmo tempo em que difundiu a ideia de que o povo é quem deveria ser o juiz da nação.

O terceiro jornal, *O Tempo,* protagonizou a defesa da economia do dinheiro público como uma estratégia que pudesse engrandecer o país. O diário sustentou que o problema brasileiro era o sistema oligárquico, dada a primazia ao favorecimento dos interesses das elites ante os interesses do povo. Assim, um dos maiores desafios da nação era, de um lado, a corrupção de funcionários públicos e, de outro, a corrupção eleitoral, ambas deveriam ser combatidas.

Em resumo, os ideais liberais estavam sendo propagados pela imprensa do Espírito Santo nas décadas de 1850 a 1860. Apesar da defesa à liberdade, à soberania popular e a igualdade, nenhum desses ideais questionou o problema da escravidão, a qual continuava a ser defendia por seus opositores. Esse quadro nos esclarece que as ideias liberais não estavam fora do lugar e, sim, que elas se acomodaram às circunstâncias brasileiras.

REFERÊNCIAS

CYRIL LYNCH, C. E. **O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850)**. Araucária, [S. l.], v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1156. Acesso em: 8 jan. 2022.

SCHWARZ, Roberto. (1973). **Idéias fora do lugar**. Estudos CEBRAP, 5, 151-161.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **As ideias estão no lugar**. Cadernos de debate. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão do Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: Ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal P. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: As ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (org.). **O**

liberalismo no Brasil imperial: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revam: UERJ, 2001. 189p.

MARTINS, Carlos Estevam. **Liberalismo: o direito e o avesso**. Dados [online]. 2003, v. 46, n. 4 [Acessado 21 janeiro 2022], pp. 619-660. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400001>. Epub 20 Abr 2004. ISSN 1678-4588. https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400001.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **"Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia": a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880.** Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BASTOS, Fabíola Martins. **A política na antessala do parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840-1889.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

A Regeneração. Victória, p. 1 a 4. Anno I, n° 8, 11 jan. 1854. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 20 jan. 2022.

O Amigo do povo. Victória, p. 1 a 4. Anno I, n° 5, 8 ago. 1863. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 20 jan. 2022.

O Tempo. Victória, p. 1 a 4. Anno I, n° 42, 10 dez. 1861. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 20 jan. 2022.

Escravidão e branqueamento: as contradições do Brasil "Independente" (1831-1850)

Ademildo Gomes[1]
Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

A historiografia ocidental havia se constituído em torno do campo político e econômico, preocupando-se com a história dos grandes personagens e eventos. A partir da terceira década do século XIX, com a *Escola dos Annales* reconheceu-se a existência de uma pluralidade de perspectivas metodológicas, abrindo caminhos para uma "história vista de baixo" ou de indivíduos anônimos (BARROS, 2015), isto é, aqueles que a sociedade considerava pertencentes a uma classe subalterna e sem fatos relevantes para serem contados, dentre eles, destacamos os escravizados.

Geisa Ribeiro (RIBEIRO, 2012) assevera que até a década de 1970, as macroexplicações de cunho racialista obscureciam diversos aspectos da sociedade escravista brasileira. Mariza de Carvalho Soares (SOARES, 2019), por sua vez, ressalta que a grande virada na historiografia da escravização no Brasil aconteceu a partir de 1980 quando os historiadores passaram interessar-se pelos africanos e pela história da África. Quando os historiados passaram pensar o sistema escravista partir dos negros

1 Ademildo Gomes. Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da UFES (LEMM) e do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Bolsista CAPES/DS.

(MATTOS, 2004; COSTA, 2015) se depararam com que afirma Carlos Engemann que "há muito mais a saber sobre a escravização do que simplesmente estudar os homens que açoitaram e aqueles que foram açoitados"(ENGELMANN, 2019, 129).

As novas pesquisas historiográficas representada, dentre outros, por Manolo Garcia Florentino, José Roberto Góes, Robert Slenes, Hebe Mattos, Flávio Gomes, Kátia Mattoso, Maria Helena P. T. Machado, Adriana Pereira Campos, Patrícia M. Merlo, dentre outros, não amenizam os horrores da escravização, mas consideram os escravizados como agentes sociais dentro do sistema (SLENES, 2011) superando modelos que prescindiam de estudos localizados e relegavam à população cativa o papel de figurante, incapaz de interagir no processo histórico que estava inserida (MACHADO, 2018).

Carlo Ginzburg (GINZBURG, 2006) e Giovanni Levi (LEVI, 2000) principais representantes da abordagem "micro-histórica" inspiraram essa nova tendência. Hebe Mattos relata essa influência em sua metodologia na pesquisa que culminou na obra *As cores do silêncio*. Assim diz a autora: "tarefa levada a cabo inspirada na experiência italiana da micro-história" (MATTOS, 2013). À luz desta nova historiografia os temas da escravização e da abolição são revisitados não para negar o que já foi produzido, mas para colocar sobre a mesa novos elementos para a discussão.

Refletiremos sobre essa temática seguindo a metodologia de Jacques Revel (REVEL, 1998) reduzindo a escala de observação, dando atenção à micro-história, conectando-a com a macro-história, concentrando-nos no período de 1831 a 1850, levando em conta as leis que, "teoricamente", procuravam restringir o sistema escravista e a política de branqueamento da nação.

O processo de escravização no Brasil Oitocentista

Com o declínio da produção açucareira do Haiti a partir da década de 1790, a dinâmica escravista tornou-se mais volumosa (CHALHOUB, 2012). Conforme Orlando Patterson entre 1811 e 1870 mais de dois milhões de africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, à Espanha Caribenha e Cuba (PATTERSON, 1982). Nesse contexto, o escravizado não era apenas mão de obra, sua posse representava riqueza e poder. Na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989), possuir cativos era o mesmo que deter "um capital simbólico" que conferia importância e distinção sociais (COSTA, 2010 a).

Se por um lado, o cativo representava uma constante despesa, porque os senhores, além de compra-lo precisava alimentá-lo tratá-lo, quando ficava doentes, resgatá-lo quando fugia, oferecendo recompensas por ele. No entanto, entre o que se gastava e o que se lucrava havia uma margem compensadora porque o cativo valia o que produzia e também como mercadoria. Desse modo, em caso de necessidade, podia ser vendido, alugado ou penhorado (COSTA 2010 a). Representava, portanto, um investimento, um capital negociável e extremamente atraente.

O trabalho árduo era entendido como uma atividade disciplinadora e civilizadora para aquela população vista como "naturalmente indolente". O sistema gerava um clima de medo e tensão no qual, cativos e senhores, viam-se compelidos a desenvolver estratégias que lhes permitissem experimentar os limites do outro (MACHADO, 2018) No interior desse sistema de contrapartidas entre desiguais, muitas vezes os escravizados alcançavam espaços de autonomia e flexibilidade, aprendendo a manipular as dubiedades do paternalismo, decodificando dominação senhorial, desmitificando-a (MACHADO, 2018).

"À vigilância do trabalho, os escravizados responderam com autonomia de ação. À rigorosa disciplina com rebeldia e crime. Às estratégias, com contraestratégias" (MACHADO, 2018, p. 86-87). Ainda que

repreendidos, os negros nunca foram elementos passivos. Pelo contrário, questionavam a legitimidade da instituição, manifestando seu protesto e resistência por meio de fugas, insurreições insubordinações, assassinatos e até suicídios (COSTA, 2010 b). José Alípio Goulart (GOULART, 1972) na obra *Da fuga ao suicídio* ressalta que fugas, homicídios e suicídios eram formas de protesto contra a escravização e de vingança contra os senhores. A morte, na verdade, era um grito pela vida.

No interior do sistema escravista, nem sempre resistir significava protestar. Às vezes pressupunha a aceitação de certas normas de convivência mútua entre senhores e cativos, uma acomodação "estratégica" (MACHADO, 2018). Prova disso era a "amizade" entre cativos e senhores, o compadrio, a perseguição e o castigo de cativos contra companheiros por ordem dos senhores. Essas ambiguidades faziam parte da concepção dos cativos de seu próprio universo, marcado possibilidades e impossibilidades (MACHADO, 2018). Como afirmam Schwarcz e Heloisa Starling:

> A esperança era pouca e a violência muita, mas os trabalhadores vindos da África fizeram mais do que apenas sobreviver. Para fugir da condição de "peça", os escravizados procuraram nas brechas do sistema espaços para recriar suas culturas, inventar desejos, sonhar com a liberdade e com a reação. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 97).

O contexto social era tão paradoxal que até mesmo escravizados e libertos chegaram a tornar-se proprietários de cativos. Antônio Risério (RISÉRIO, 2021), em sua obra *As Sinhás Pretas da Bahia. Suas escravas, suas joias*, revela essa realidade, afirma que, antes do movimento abolicionista do século XIX, as pessoas não queriam ser escravizadas, mas queriam cativos para si. Na sociedade escravista, desde que dispusesse de pecúlio, era normal para brancos e negros a posse de escravizados (RISÉRIO, 2021). Os negros buscavam ter alguma coisa que lhes desse alguma distinção. Na época, o maior símbolo de riqueza, era, sem dúvida, era a

posse de cativos (SCARANO, 2002).

Sheila de Castro Faria (Faria, 2000) pesquisando sobre os negros forros no território do Rio de Janeiro, critica a afirmação genérica de que os forros eram pobres. Segundo a pesquisadora, documentos do período escravista, normalmente indicam a pobreza como algo inerente aos forros e até mesmo eles, em certos casos, se autodeclaravam pobres. Contudo, "a pobreza, na sociedade colonial, não pode ser absolutizada" (CASTRO, 2000, p. 82). Havia também uma proporção significativa de africanos que se tornaram senhores de escravizados (REIS, 2017) e até investidores no mercado negreiro.

Petrônio Domingues e Hiago Feitosa da Silva (DOMINGUES; SILVA, 2021) citam o caso de Jacintha Clotildes do Amor Divino, uma liberta de Sergipe da primeira metade do século XIX, que casou-se com um padre e após a morte do marido, tornou-se administradora de um engenho e proprietária de escravizados, passando a ser considerada a primeira heroína negra na história daquele estado. Segundo os pesquisadores, Jacintha se tornou administradora de 20 escravizados da herança do marido e ela própria legou três cativos, sem contar vários imóveis.

Aos poucos, o sistema escravista foi questionado e enfraquecido por pressões externas e internas. Os negros escravizados tiveram efetiva participação no processo, arruinando o sistema a partir dos bastidores, por meio de violências ou negociações. Leis também foram criadas por restringir o tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil. Porém, na prática, foram marcadas por contradições e resistências.

A abolição gradual no Brasil: 1831-1850

Em 1810 governo inglês, por interesses econômicos, obteve de D. João VI a promessa de restringir o tráfico negreiro em seus domínios, desencadeando uma sequência de restrições ao sistema escravista. Com a

declaração de independência do Brasil de 1822, o novo Estado se comprometeu, num prazo de três anos, abolir o tráfico de africanos para o Brasil em troca do reconhecimento inglês da independência (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Em novembro de 1831 o parlamento brasileiro aprovou uma lei proibindo a importação de africanos e declarava livres os negros que fossem introduzidos no Brasil a partir de então (PRADO JUNIOR, 1963). Todas as medidas não saíram do papel. Entre 1830 e 1840, devido a cultura cafeeira da região sudeste, dependente do trabalho cativo, o comércio de escravizados aumentou expressivamente. Segundo Manolo Florentino (FLORENTINO, 2014) mais de 40 mil navios negreiros desembarcaram entre 1838 e 1839 e, entre 1846 e 1850 mais de 50 mil. Na visão do autor, a lei de 1831 foi uma lei "para inglês ver". A maioria das entradas entre 1826-1850 destinaram-se à região sudeste, principalmente para as fazendas cafeeiras (CHALHOUB, 2012)

"Os dados indicam que importadores e fazendeiros se prepararam para aplicação da Lei, uns robustecendo ganhos, outros se municiando de trabalhadores" (CHALHOUB, 2012, p. 48). Em 1831 ingressaram apenas 6.178 africanos. Mas a partir de 1832 os números aumentaram significativamente. Somente em 1836 chegaram ao Brasil 52.837 cativos, fazendo surgir, em 1837 a ideia de simplesmente revogar a lei de 1831 (CHALHOUB, 2012). Assim pensava o marquês de Barbacena:

> Senhor presidente, seis anos de experiência no têm feito conhecer que a Lei de 7 de novembro de 1831, bem longe de pôr um termo final ao tráfico da escravatura, como ardentemente desejava então, e ainda hoje deseja o Corpo Legislativo, parece que, pelo contrário, foi poderoso estímulo para dar energia, desteridade e fortuna a essa classe de negociantes, que especialmente se ocupa de importar escravos. Nos dois primeiros anos, depois da Lei, foi muito pequena a importação, porque ainda não haviam descobertos os meios de iludir os exames de entrada e saída dos portos; não se haviam estabelecido vários depósitos para a recepção de escravos, o ensino

> da língua portuguesa; não existiam corretores organizados em força para levar os escravos a cada fazenda, para tentar a inocência dos lavradores. Logo, porém, que toda esta máquina foi montada, começou a crescer a importação a ponto de, que bem se pode dizer sem receio de exageração, que ela tem sido nestes últimos três anos muito maior do que nunca fora nos tempos do comércio franco e legal (ANAIS DO SENADO, 1837, p. 175-176).

Barbacena apresentou à Assembleia Legislativa de 1837 um Novo projeto de Lei, no qual, dentre outras coisas, decretava: "que ficava proibida a importação de escravizados e de pretos livres para o Brasil " (ANAIS DO SENADO,1837, p. 178). A proibição não incluía os escravizados matriculados no serviço de embarcações, os que regressassem de uma província para outra, fugido ou saído por consentimento dos seus senhores. Todos os escravizados ou pretos livres que fossem apreendidos seriam reexportados por conta do Governo para os portos de onde viessem. Mas enquanto esperavam, seriam empregados em trabalhos, sob a tutela do Governo (ANAIS DO SENADO, 1837).

Por fim no artigo 14 do referido Projeto, o Marquês asseverava que nenhuma ação poderia ser tentada contra os que tivessem comprado cativos, depois de desembarcados, e ficava revogada a Lei de 7 de novembro de 1831 (ANAIS DO SENADO, 1837). Contraditoriamente, ainda que fossem propriedades "ilegais", os africanos poderiam a ser comprados e vendidos "legalmente" (CHALHOUB, 2012). E como "parecer escravo" era conceito subjetivo, a escravização ilegal tornou totalmente precária a liberdade dos negros no Brasil, no contexto entre 1831 e 1850 (CHALHOUB, 2012).

A possibilidade de ser adquiridos como cativos, de acabar em leilões, era grande para o negro considerados legalmente livre pela Lei de 1831 (CHALHOUB, 2012). O artifício de apagar o nome anterior e inventar novo apelido para os recém-chegados no país, constituía parte

integrante do processo de redução de africanos "livres" ao cativeiro. A aquisição de uma nova identidade fazia parte da experiência na travessia do Atlântico e continuava marcando toda a vida dos africanos no Brasil de uma forma totalmente naturalizada. Chalhoub descreve tal realidade dizendo:

> São histórias a rodo, a mostrar a maneira rotineira, naturalizada, como aquela sociedade atribuía ao 'africano novo' o lugar de 'escravo', quase inimaginável o dispositivo legal que lhe reconhecia do direito à liberdade (CHALHOUB, 2012, p. 64).

Os negros também se apropriavam desta prática para atingir objetivos próprios. Os escravizados usavam a estratégia da troca de nomes com o objetivo de negar ou afirmar a condição de cativo, no intuito de evitar a venda para locais ou senhores que lhes repugnassem (CHALHOUB, 2012). Quem conseguia alforriar-se, às vezes também inventava para si um nome de família (CHALHOUB, 2012), normalmente, sobrenomes de seus senhores, como "símbolo de poder" que lhes garantiria espaços na sociedade, ascensão e, principalmente, o reconhecimento da liberdade.

Em 4 de setembro de 1850, os parlamentares não conseguiram mais suportar as pressões internas e externas por isso aprovaram a Lei nº 581, de Euzébio de Queirós que estabelecia "medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 1850). Nesse contexto, é possível que grande parte da população escravizada fosse constituída de africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes (CHALHOUB, 2012). Apesar da oposição dos grandes proprietários que resistiram, até enquanto puderam, a qualquer mudança no sistema econômico (OLIVIERA, 2008). A Assembleia Geral decretou que:

> As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou

> mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação havia sido proibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos [...] A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunais. Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta ..... para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 1850, art. 1º, 4º e 6º)

A Lei 581 teve mais efetividade, apesar alguns traficantes insistirem em burlá-la, fazendo chegar ao Brasil navios carregados de negros escravizados após sua publicação. Segundo Lago (LAGO, 2013), até 1856 navios negreiros continuaram chegando nas praias do Espírito Santo. De acordo com Leonor Santana de Araújo, Barão de Itapemirim, um dos políticos e grande fazendeiro do sul do Espírito Santo, recebeu africanos até o final da década de 1860 (SANTANA, 2000).

Com a extinção do tráfico internacional de escravizados, o Estado procurou logo amenizar a crise implementando incentivos ao tráfico interno de cativos (CAMPOS, 2003). O Estado também, passou a estruturar e promover, mais claramente uma política de imigração com vistas a atender à escassez de mão-de-obra devida à queda no número de cativos. Mas até que a política de imigração não se organizasse, o que os fazendeiros contaram mesmo foi com o mercado interprovincial de escravizados, ainda que por elevados preços. Além do tráfico interprovincial, outro recurso utilizado pelos fazendeiros, no caso dos capixabas, segundo Campos, era a reprodução endógena e a "crioulização" dos escravizados

(CAMPOS, 2011).

A política do branqueamento da nação

Quatorze dias depois da publicação da Lei Euzébio de Queiroz, no dia 18 de setembro de 1850 foi publicada a Lei 601 (Lei de terras) e em 1854 o seu Decreto, instrumentos que instituíram a compra como único meio legal para a obtenção de propriedades. Além disso, assevera José de Souza Martins (MARTINS, 2018) que a legislação não impedia o surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedade. Mudava-se a lei, mas não os privilégios e as exclusões. A terra era um produto desejado, mas inacessível para todos aqueles que não estavam próximos ao poder central (BENATTI, 2009).

Segundo Lígia Osório Silva (SILVA, 2008) um dos motivos para a aprovação da Lei 601 foi a proibição do tráfico de escravizados para o Brasil. Diante da possibilidade de não mais contar com trabalho cativo, a elite política via a imigração como a solução para a lavoura. Um modo de financiar esse processo seria por meio da venda das terras devolutas (MARTINS, 2010). Para Fausto Brito (BRITO, 2004) a Lei de Terras, a abolição gradual e as migrações, eram dimensões de um processo que implicava na transição do trabalho cativo para o trabalho livre no Brasil com o menor custo para as oligarquias do café.

Conforme o texto da Lei um valor significativo do comércio das terras seria destinado à subvenção da colonização estrangeira. Na concepção de Emília V. da Costa (COSTA, 1989) a intenção dos parlamentares na criação da Lei 601 era dificultar o acesso à terra pelos trabalhadores nacionais e alforriados e criar condições para que o fazendeiro obtivesse mão de obra livre para substituir os cativos cujo fornecimento estava ameaçado pela interrupção do tráfico negreiro.

Estabelecia-se uma hierarquia racial, na qual os imigrantes euro-

peus, considerados símbolos de civilização e progresso, seriam os trabalhadores mais adequados para adquirir propriedades e construir o país. Nas entrelinhas da Lei de Terras estava a ideia do branqueamento, segundo a qual, o Brasil seria mais civilizado, quanto mais se branqueasse (SEYFERTH 1996).

"A política de imigração excluiu os ex-escravizados do sistema de colonização com pequenas propriedades" (SEYFERTH, 1996, p. 46). Negros, mestiços e índios foram biológica e moralmente desqualificados. Vistos como incapazes de produzir por iniciativa própria, se tinha a ideia de que seria inútil oferecer-lhes terras, porque fracassariam como pequenos proprietários. Como destaca Thomas Skidmore (SKIDMORE, 2012) as migrações internacionais, além de oferta de força de trabalho, deveriam cumprir um papel étnico de branqueamento do povo brasileiro. Nas palavras de Célia Maria Marinho de Azevedo:

> Não podemos tratar o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem nos referir à questão racial subjacente e que em seu tempo teve um lugar privilegiado entre as motivações imigrantistas (AZEVEDO, 1997, p. 64).

A ideia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos dos eu "paganismo" e "barbarismo" cultural, começou analisada a partir de teorias raciais. A luz dessas teorias a elite política brasileira passou a tratar o tema da transição para o trabalho livre quase que exclusivamente a partir do ângulo do imigrante, "já que consideravam negros e mestiços incapazes de interiorizar sentimentos e comportamentos morais e civilizados (AZEVEDO, 1997, p. 60).

Considerações finais

Após a "independência", várias leis foram criadas com o objetivo de combater o sistema. No nosso caso, citados a Lei de 1831 e as Leis Eu-

sébio de Queiróz de 1850 a Lei de Terras do mesmo ano. Todas enfrentavam as duras resistências por parte dos senhores e, na prática, tiveram pouca efetividade para mudar o sistema escravista. Para a concepção da época, a liberdade da nação se coadunava com a escravização de grande parte da população.

A proclamação da Independência do Brasil de 1822 era uma proposta marcada por uma série de contradições. Porque ao mesmo tempo que se proclamava a liberdade o país dependia exclusivamente do trabalhador escravizado. Posteriormente a ideia de independência passou a ser vista como sinônimo de branqueamento. Quanto mais o país se branqueasse, mais livre e civilizado seria. Tal proposta ao mesmo que promoveu a imigração, marginalizou e desqualificou a população negra.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE; Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANAIS DO SENADO. *Sessão em 30 de junho de 1837.* Presidência do Sr. Marquês de Baependy. p. 175-176. Disponível em https://www.senado.leg.br/ publicacoes/ anais/ pdf/Anais_Imperio/1837/1837%20Livro%201.pdf (Acesso 30 set. 2022.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história*. Da escolha do tema ao quadro teórico. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENATTI José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade

privada. In: /Delma Pessanha Neves (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:* formas dirigidas de constituição do campesinato. v.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, vol. CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais:* Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

CAMPOS, Adriana. Escravidão, reprodução endógena e crioulização o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão.* Ilegalidade e Costume no Basil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Migrações negras no pós-abolição no sudeste Cafeeiro (1888-1940) *Topo*i (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n.30, pp. 101-126, jan./jun.2015.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 2010 a.

COSTA, Emília Viotti. *Abolição*. São Paulo: Unesp, 2010b.

DOMINGUES, Petrônio; SILVA, Hiago Feitosa da. Jacintha Clotildes: de escravizada à "Sinhá Preta". In: Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 06, n. 19, p. 1054-1069, set./dez. 2021. Disponível em: file:///E:/10660-Texto%20do%20 artigo-39060-1-10-20211224.pdf (acesso: 20 ag. 2022).

ENGEMANN, Carlos. Elementos da escravidão no Brasil. In: CAM-

POS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; MOTTA, Kátia Sausen (Orgs.). *O espelho negro de uma nação*. A África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: EDUFES, 2019.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. Tempo, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em: https:// www.historia.uff. br/tempo/ sumarios_res.php?tp=dosfrc&cd_ prtd=39&pg=2&cod=9&cod_d=(Acesso em: 10 ag. 2022).

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio*. Aspectos da rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens***.** Escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial.* Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*: Trabalho, luta e Resistência nas lavouras Paulistas (1830-1888). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Hebe Maria; Rios, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* v.5, n. 8. 2004, p. 170-198;

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados de liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, p. 28.

OLIVEIRA, José. *História do Espírito Santo.* Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death*. A comparative Study. Cambridge: Haravard University Press, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850*. Disponível em https://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. (Acesso, 13.10.2022).

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista: *Revista de História*, USP, n. 174, 15-68, jan-jun. 2016.

REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escala***.** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces*: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RISÉRIO, Antônio. *As sinhás pretas da Bahia*. Suas escravas, suas joias. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2021.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões*: Revista de História da UFES. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SCARANO, Julita. *Negro nas terras do ouro.* Cotidiano e Solidariedade. Século XVIII, 2002.

SCHWARCZ Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil:* Uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a Nação*: Hierarquias raciais e o papel do Racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio.* Campinas: Unicamp, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. "A escravidão Atlântica". In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; MOTTA, Kátia Sausen (Orgs.). O *espelho negro de uma nação*. A África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: EDUFES, 2019.

Fontes textuais e representações: a atuação de Demétrio de Falero em Alexandria (SÉC. III A.C.)

Amanda Oliveira Righetti
Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFES[1]
righettimanda@gmail.com

Introdução

A fonte é o alicerce da pesquisa histórica. Isto porque é através dela que se viabiliza a possibilidade de conjectura acerca de um determinado objeto de pesquisa. Ademais, esta pode ser também entendida como produção de sujeitos e que expressam, em algum grau, suas intervenções. Dito isso, pode-se categorizar diferentes tipos delas, indo da cultura material até a oralidade. De acordo com Barros (2019, p. 12-15), a prática historiográfica modifica-se na medida em que novas possibilidades e técnicas metodológicas foram sendo desenvolvidas, tendo sido uma conquista gradual dos historiadores, os quais adotaram novas perspectivas que foram de encontro à interdisciplinaridade.

Ainda, é preciso levar em conta que a fonte não é o princípio único da operação historiográfica, pois nela não estão presentes informações imobilizadas. Na verdade, esta é construída pelo próprio historiador a partir do problema histórico que ele aborda em sua pesquisa, uma vez que mais do que registros de informações, as fontes são também discursos diversificados abertos ao deciframento, compreensão e interpretação.

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Mestranda e integrante do LEIR/ES - Laboratório de estudos do Império Romano. Bolsista CAPES.

Tendo isso em vista, após a definição de uma problemática, é fundamental realizar um processo de compreensão acerca das fontes selecionadas, visando entender a posição desta em relação ao conjunto de acontecimentos a qual se refere, do tipo de linguagem utilizada e sua intencionalidade. Sendo assim, é preciso avaliar a mensagem, seus conjuntos de práticas e representações e o dito e não dito presentes em seu corpo.

As fontes textuais já são objeto comum e corriqueiro na pesquisa histórica. Contudo, seus usos também são multifacetados. A variedade presente nos tipos de fonte escrita e como fazer seus usos, tendo em vista uma problemática específica, é fundamental para o ofício do historiador. A partir disso, é possível utilizar o caso de Demétrio de Falero para ponderar a respeito das representações de sua atuação político-cultural através de diferentes fontes textuais. Para isso, faz-se necessário não só apresentar a figura histórica de Atenas que cumpre papel importante na função de expatriado em Alexandria, no século III a.C., mas também tipificar os diferentes gêneros de escritas selecionados como documentação que ajudam a remontar as representações da atuação de Demétrio em termos político-culturais. Portanto, buscarei apontar como tais documentos são úteis nesta investigação e que representações são construídas na materialidade do texto e também historicizá-las, para desse modo entender de que forma estas representações dialogam e se relacionam com o poder.

Para isso, é preciso antes elucidar que o conceito de *representação*, presente nas reflexões de Roger Chartier, na obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, de 1990, nos será útil na medida em que o autor analisa a história na perspectiva de leitura das construções sociais, políticas e culturais, que são representações, ou seja, um mecanismo de leitura da compreensão que um grupo faz de si e dos outros e da forma como constroem sua própria história ou a outra história. Assim, aplicar o conceito de representação de Chartier contribui para a melhor com-

preensão e leitura das fontes selecionadas para esta pesquisa, uma vez que todas são de autoria de indivíduos que não Demétrio de Falero e assim, é possível analisar tais documentações com a noção de que estas são apenas representações de um período anterior e também desejavam transmitir e promover um discurso e como essas ideias de fato se relacionam com a realidade histórica mediante a inferência da atuação política de Demétrio de Falero.

Esta é uma personagem importante na história da Atenas helenística. A obra de Demétrio é numerosa, como nos dá notícias Diógenes Laércio (Vitae Philosophorum, V, 36-57), e embora conhecida entre os contemporâneos do legislador grego e os especialistas da atualidade que se dedicam ao estudo dos reinos helenísticos, é pouco explorada entre os historiadores brasileiros. Mais raro ainda é encontrar estudos que se dediquem ao período em que Demétrio esteve exilado, seja em Tebas, por dez anos, seja posteriormente, em Alexandria, onde atuou ativamente junto à corte de Ptolomeu I Sóter. Dessa forma, nos dedicaremos a compreensão a atuação político-cultural de Demétrio de Falero na Alexandria ptolomaica, com recorte cronológico delimitado ao período de governo de Ptolomeu I Sóter, entre os anos 305-285/283 a.C., muito embora façamos recuos temporais controlados para compreendermos a bagagem político-cultural de Demétrio em Atenas com a finalidade de inferir sobre a interferência deste nas políticas ptolomaicas em Alexandria.

Por isso, serão expostos alguns documentos em que a atividade política e cultural de Demétrio são elucidadas e representadas, sendo todos eles fontes textuais. Dentre as quais estão: duas biografias, sendo uma de Diógenes Laércio sobre Demétrio de Falero, do século III d.C., e uma de Plutarco sobre Demétrio Poliorcetes, escrita entre o século II e I d.C.. Além disso, o terceiro livro de anedotas composto por Cláudio Eliano, datado também no século III d.C., a Letter of Aristeas, datada no final do

século III e início do II a.C, a qual pretende ser um registro contemporâneo, de um grego que dizia obter uma alta posição na corte de Ptolomeu II (285- 247 a.C.), e por fim, duas inscrições dos papiros de Hibeh, conhecidos como The Hibeh Papyri I e The Hibeh Papyri II.

Demétrio de Falero: atividades político-culturais e suas representações em fontes escritas

Iniciado na vida política por volta de 324 a.C., Demétrio cresceu em uma cidade à sombra da Macedônia, o que de certa forma imprimiu uma marca em seu crescimento. Em 317 a.C. foi colocado à frente do governo ateniense por Cassandro (HABITCH, 1999, p. 53), até 307 a.C., e foi responsável por elaborar uma legislação que culminou no estabelecimento de uma instituição a fim de regular a vida privada, mantendo-se fiel à Escola Aristotélica. Embora conhecida como gynaikonomoi, a magistratura dos "supervisores das mulheres", a qual fez parte do projeto de reforma doméstica proposta por Demétrio em Atenas, também estendia sua autoridade para as atividades dos homens, e por isso, as demonstrações de luxo tornaram-se reprováveis e funerais, banquetes e casamentos passaram a estar sob legislação e avaliação da Instituição (FORNIS, 2012, p. 102). Ademais, Garland (1981) aponta que existem evidências que indicam a permissão dos *gykaikonomos* em disputas domésticas. De acordo com Delfim Leão (2018, p. 243), o governo de Demétrio foi o "[...] espelho da forma como as antigas cidades-estado eram chamadas a refazer o seu papel político à volta dos Diadochi."

Demétrio Poliorcetes toma Atenas, em 307 a.C., sob a afirmação de devolvê-la à liberdade uma vez perdida. Pego de surpresa pelos eventos, Demétrio de Falero não foi capaz de resistir ao ataque e voluntariamente segue para Tebas, em exílio, onde permanece até a morte de Cassandro (297 a.C.), perda que significou o fim das expectativas de retomar o poder

em Atenas. Depois, se dirige à Alexandria, na corte dos Ptolomeus, local em que atua política e culturalmente, na medida em que corrobora com a transformação da cidade não apenas em sua constituição, mas também em termos espaciais. Desse modo, ajudou Ptolomeu I Sóter (305-258 a.C.) a delinear as leis para seu novo reino, e até mesmo na criação do Museu e da Biblioteca de Alexandria, cuja contribuição para esses projetos tem sido discutida em novas pesquisas.

De acordo com Clímaco (2010, p. 27), Ptolomeu I Sóter teria sido um dos mais influentes generais de Alexandre e com a chegada da dinastia Lágida, diversos investimentos para transformar a cidade na autêntica representante da linhagem ptolomaica. Sob os três primeiros ptolomeus, foram construídos os edifícios, templos e instituições mais importantes de Alexandria. Além disso, a chegada e instalação do rei foram pacíficas e a nova dinastia foi recebida de maneira diferente no Egito. É neste contexto, por exemplo, que foram edificados o Museu e a Biblioteca, os quais tiveram papel fundamental na disseminação e preservação da cultura grega.

É possível também apontar duas biografias que contém representações acerca da atuação de Demétrio na cidade de Alexandria, sendo escritas por Diógenes Laércio e Plutarco. É importante ressaltar que o termo conhecido como "biografia" só aparece no século XVII, no intuito de referenciar um obra verídica e baseada numa descrição realista, em oposição àquelas escrituras de si que idealizavam a personagem e as circunstâncias de sua vida (LORIGA, 2011, p.). Portanto, o gênero que se constitui no período Antigo não era nomeado dessa forma. As características biográficas deste período estavam presentes no que os seus contemporâneos entendiam como *encomium* e *bios.*

O período imperial romano foi furtivo no que tange o desenvolvimento, publicação e circulação do gênero biográfico.. Momigliano critica a concepção de continuidade do gênero grego para o romano, e mesmo

que estes tivessem buscado alguma inspiração nos protótipos gregos, isso não impediu que conferissem um caráter distintivo em sua produção. Em alguns casos, compreendemos mais claramente que os próprios romanos a dimensão da originalidade que alcançaram e como o desenvolvimento de uma individualidade em termos de técnica e atmosfera, garantido por alguns expoentes romanos, fazem parte desta novidade. Além disso, Roma carregava ideais que diferenciavam-se dos gregos e acabou por reagir, não completamente, aos métodos helenísticos. Entre os romanos, a utilização da biografia informativa no lugar da história, seja representando àqueles que detinham determinados saberes, ou representando a vida dos imperadores, respondeu aos interesses adquiridos com a progressão cultural romana. No que diz respeito a biografia comemorativa, o processo foi diferente. As condições políticas e sociais do território parecem ter sido calculadas para a promoção de uma produção livre de histórias comemorativas de determinadas vidas. A composição de homenagens biográficas a indivíduos ilustres era uma produção natural já no último século da República e aqueles movidos pelos incentivos à biografia comemorativa, à amizade, simpatia política ou intelectual, tratariam da vida de seus associados ou de suas admirações. (REED, 1967, p. 193-234).

No que diz respeito aos escritos de Diógenes Laércio, este era nativo da Cecília, mais especificamente de Laerte, de onde vem seu nome. Pouco se conhece sobre sua personalidade e nem mesmo a data de seu tempo vivido é um consenso, mas convém delimitar que o autor viveu por volta do século II ou III d.C. Dito isso, um de seus trabalhos mais conhecidos consistiu na escrita de dez livros, dentre os quais analisaremos precisamente a biografia de Demétrio de Falero, intitulada *Demetrius*, presente no livro cinco de *Vitae Philosophorum*.

Nesta obra, o autor quase nunca elogia ou critica diretamente as personagens que descreve, nem arrisca qualquer opinião própria e inequí-

voca sobre como alguém pode melhor empreender a filosofia como um modo de vida. Sendo assim, de acordo com Miller (2018, p. 9), sua visão filosófica era obscura. Em sua biografia de Demétrio, Diógenes elucida acerca da atuação política e filosófica do filósofo e legislador, no entanto, de maneira breve e pouco detalhada. O documento em questão, é capaz de ajudar a inferir sobre a atuação político-cultural de Demétrio, mesmo que sua escrita seja posterior ao período, uma vez que Diógenes utilizou fontes contemporâneas a Demétrio para construir sua obra e portanto, entende-se tal texto como uma representação do período anterior, forjada de modo intencional conforme os interesses de quem criou tais representações.Ademais, sua obra contém cópias de partes dos textos originais que utilizou de referência, incluindo qualquer peculiaridade ortográfica, não sendo sistematicamente padronizado.

Em termos de estrutura e organização das vidas, Sollenberger (1992, p. 3800-3801) ao esmiuçar o conteúdo do bios de Laércio, pontua que neste livro, Diógenes apresenta várias categorias básicas de informação ou rubricas que circunscrevem os limites de suas biografias. No entanto, nem todas as categorias estavam presentes em todas as vidas. A biografia de Demétrio, por exemplo, possui as seguintes categorias: origem, educação, atividades políticas, eventos importantes, anedotas, apotegmas, cronologia, morte, escritos e seus homônimos. A partir destas seções, o autor nos informa que Demétrio veio de Falereu, encontrado ao oriente do Pireu. Fala também sobre sua genealogia, apresentando seu pai Fanóstrato, que não possuía origem nobre, nomeia o único professor de Demétrio como Teofrasto.

Além disso, acerca de suas características físicas e qualidades pessoais, menciona seus olhos algumas vezes. A primeira delas como "tendo pálpebras agraciadas" e a segunda como "o mais brilhoso ou radiante olho". Tais formas de adjetivar tal característica pode ser associada a um

terceiro item relacionado aos seus olhos: a retomada de sua visão devido ao culto de Serápis, após perdê-la em Alexandria. Também recebemos informações sobre as atividades políticas do biografado, dito isso, o autor fala sobre a autoridade de Demétrio em Atenas, local em que assumiu o governo da cidade. Ao mencionar a época de legislação de Demétrio em Atenas, apenas citou que foi líder da cidade por dez anos, sem mencionar que foi colocado nesta posição por Cassandro ou então delimitar quais anos foram esses. Ademais, também menciona o relacionamento com os atenienses – de modo cordial – e que prestou grandes serviços em seu tempo de atividade, como encher a cidade de monumentos. Atribui dessa forma, sua saída de Atenas e a depredação de suas estátuas à inimigos do ex-legislador.

Claramente esta não é uma das melhores "vidas" de Diógenes, pois, como podemos ver, ele negligencia - se deliberadamente ou inadvertidamente é difícil dizer - informações que parecem ter sido prontamente disponíveis para ele. No entanto, tais representações são importantes na investigação da figura do ex-legislador e de suas atividades políticas e filosóficas, de modo a ajudar na construção de sua figura e de sua atuação posterior na cidade de Alexandria, que se mostrou ser mais significativa do que geralmente se supunha. De acordo com Dosse (2009, p. 136-137), Diógenes reuniu diversos pensadores com o objetivo de difundir suas ideias, retomou os testemunhos de predecessores e os reconfigurou, embora se limitou a uma justaposição dos retratos dos filósofos e suas escolas. De certa forma, criou uma representação positiva de Demétrio, também pela seleção de apenas seis vidas para apresentar a Escola Peripatética.

A outra fonte biográfica, ou *bios* selecionada é de autoria de Plutarco, no entanto, não corresponde a uma biografia de Demétrio de Falero e sim de Demétrio Poliorcetes. Para Leão (2018, p. 241) é surpreendente

que Plutarco não tenha escrito uma biografia de Demétrio, mas escreve sobre estadistas que interagiram de perto com o Falereu. Nesta obra, estão presentes algumas ações de Demétrio, sobretudo após o seu exílio, na condição de expatriado na corte de Ptolomeu I Sóter. Portanto, mesmo que não seja uma escrita sobre sua vida, contém elementos que auxiliarão na análise do ganho particular produzido pelo ex-legislador na cidade de Alexandria.

As *Vidas* de Plutarco, não são panegíricos, nem tampouco elogios, mas sim, um contraste entre vícios e virtudes. Dessa forma, todo um jogo de conflitos se estabelece à volta do poder de representação e desse modo, à volta da imagem do herói aos olhos do público. A importância de suas obras para a compreensão da cultura grega e romana e para uma visão de uma ampla galeria de figuras-chave da antiguidade é uma fato aceito que não precisa ser enfatizado. Tendo isso em vista, nasceu no século I, durante o principado do imperador Claúdio e foi, sobretudo, através de seus trabalhos que o gênero biográfico se cristalizou em sua especificidade. Residiu na Grécia em seus primeiros anos de formação e concebeu seus *bios* sob a forma de uma comparação dupla, confrontando heróis gregos e romanos. Desde o início, o autor esclareceu que não se tratava da escrita de uma história, mas sim de vidas, cujo objetivo final era o de revelar os traços de destaque de um caráter psicológico em sua ambivalência e complexidade, inaugurando o gênero da vida exemplar com tons moralizantes. Sendo assim, buscava pelo *exemplum* um número de virtudes que deveriam ser perpetuadas (DOSSE, 2009, p. 126-131).

Mesmo que Plutarco não tenha escrito uma biografia de Demétrio, ele, no entanto, mostra-se bastante familiarizado com as convulsões pessoais, os feitos políticos e o trabalho intelectual do Falereu. A passagem mais longa sobre Demétrio de Falero é a única que considera a sua queda (em 307), fruto da abordagem ofensiva de Demétrio Poliorcetes, que

rapidamente venceu cidade e – como Plutarco parece sugerir – também os corações da maioria dos atenienses, que acolhem seu desembarque "dirigindo-se a ele [Poliorcetes] como benfeitor e salvador. Esta afirmação pode refletir a opinião de uma fonte hostil ao Falereu, ou simplesmente a própria opinião de Plutarco. Isso estaria de acordo com o que Plutarco diz sobre os sentimentos que o Falereu nutriu após sua queda, afirmando que ele temia seus concidadãos mais do que seus inimigos. Tais representações ajudam a construir a imagem do ex-legislador e sua reconfiguração na corte dos Ptolomeus, ou seja, nos faz pensar de que forma Demétrio contribui na corte.

De acordo com Leão (2018, p. 443-453), Plutarco mostra-se bastante familiarizado com as características pessoais, os feitos políticos e a obra intelectual de Demétrio, como se deduz claramente das frequentes referências a ele e à sua obra ao longo das Vidas e da Moralia. Na primeira obra citada, Plutarco diz que Demétrio de Falero aconselhou o rei Ptolomeu a adquirir os livros que tratavam da realeza e da liderança e aconselhou-o a lê-los. Esta afirmação pode sugerir que Plutarco tenha pensado que o ex-legislador de Atenas teve um papel ativo na fundação da Biblioteca Alexandrina, embora isso não seja declarado abertamente. Dito isso, Plutarco cita Demétrio com relativa frequência como sua fonte textual explícita. Além disso, Plutarco menciona Demétrio como um exemplo de ascensão e queda, que consequentemente poderia iluminar outros, seja quando ele é a fonte de informação ou quando outros evocam sua figura. Essas passagens são claramente caracterizadas por uma motivação ética.

Outro gênero de escrita que se pode encontrar menções à Demétrio de Falero são as anedotas. No que diz respeito à relação entre seu uso e a escrita historiográfica, os julgamentos dos historiadores sobre o valor probatório destas oscilaram nas últimas décadas. No início do século passado, os autores de livros didáticos sobre método histórico alertavam os

alunos contra o uso de anedotas, alegando que sua forma não era fixa e seu conteúdo flutuava, uma vez que os narradores exercitavam sua imaginação para melhorar as histórias a cada narrativa. Em sua definição, as anedotas devem conter uma sequência de pelo menos dois elementos narrativos, e devem fazer sentido e ter sentido quando separadas da obra literária em que se encontram. Ademais, uma anedota deve ser um incidente destacado, ou seja, narrativas históricas mais longas não se qualificam dentro do gênero (SALLER, 1980, p. 69).

Ainda segundo Saller (1980, p. 72-73), os contextos de geração e transmissão destes escritos passou por serem espalhadas como uma fofoca até que as anedotas sobre homens famosos entraram na tradição literária, tendo sido recontadas por antiquários para entretenimento e como demonstrações de erudição, e também foram reunidas em coleções. No entanto, quando os estudiosos modernos utilizam anedotas para obter informações históricas, eles estão usando-as para um propósito diferente do que os romanos que as recitavam. A precisão do conteúdo e a confiabilidade das fontes não eram questões de preocupação para o fofoqueiro, o contador de histórias, o orador, o filósofo moral, o literato ou o biógrafo, como Plínio indica que deveriam ser para o historiador.

A obra *Varia Historia*, está empregada dentro do gênero, visto que se compõe de uma coleção de anedotas do sofista Cláudio Eliano, presente no livro três. Eliano era um romano, que viveu de 170-235 d.C. Este autor foi considerado significativo o suficiente na Antiguidade para ser incluído entre os notáveis sofistas imperiais de Filóstrato, no *Vitae Sophistarum*. No que diz respeito à sua obra, seu estudo enfrenta uma dificuldade: o estado de seu texto complica a tentativa de avaliar suas qualidades gerais. A obra não tem prólogo nem epílogo, ao contrário do De natura animalium. Também parece ter sofrido algum grau de manipulação escriba e na falta de uma declaração autoral direta quanto à sua intenção e leitores, é

incerto dizer precisamente quanto ao conteúdo completo da obra como veio da pena de Eliano (JOHNSON, 1997, p. 6-22).

Outra complicação surge da grande variedade de detalhes entre capítulos individuais na obra. Isso quer dizer que alguns capítulos da *Varia Historia* são escritos em estilo tão condensado e apressado que, na falta de uma declaração autoral explicando o objetivo da coleção ou mesmo justificando sua intencionalidade, não podemos dizer se esse material era para ser trabalhado posteriormente ou para ser como está no texto. Alguns capítulos, por outro lado, exibem considerável cuidado por parte de Eliano, tanto na elaboração de detalhes quanto na disposição dos tópicos (JOHNSON, 1997, p. 22).

Nesta obra, a menção a Demétrio segue o padrão apressado e compacto de alguns capítulos elaborados pelo autor. Este menciona que Demétrio de Falero assumiu cargo da legislação no Egito, associado a Ptolomeu I Sóter e por isso será possível mapear a atuação político-cultural do ex-legislador de Atenas em sua condição de expatriado em outro território. Portanto, é complicado dizer até que ponto pode-se fazer afirmações definitivas sobre a obra. A compilação de conteúdos presentes na obra é dada de forma sucinta e otimizada. No entanto, sua breve inclusão, em seu terceiro livro, coloca Demétrio de Falero como parte da construção de um fator significativo da cidade, em termos políticos e legislativos.

Outra menção a Demétrio pode ser encontrada na forma narrativa comumente conhecida como a Carta de Aristeas, que é encarada de diferentes formas por alguns historiadores. Alguns deles a enxergam como uma obra típica da apologética judaica, a qual visava à autodefesa e à propaganda que eram dirigidas aos gregos, mas também é possível encontrar abordagens de que, na verdade, esta não seria uma propaganda ou autodefesa e dirigia-se aos judeus, não aos gregos. A temática da carta abordava a Septuaginta e é comunicada por Aristeas a seu irmão Filócrates. No que

diz respeito a Aristeas, este afirma ter sido membro da embaixada enviada de Alexandria a Jerusalém para obter uma cópia da Lei e dos serviços de uma companhia de tradutores palestinos. A carta é discursiva, e abrange uma variedade de tópicos, como a descrição do trabalho real de tradução, a proposta de livraria do rei, o memorial bibliotecário, a correspondência entre Ptolomeu e Eleazar, entre outros.

Embora a identidade do autor seja incerta, o que se supõe é que "Aristeas" não era um gentio, mas transparentemente um judeu, visto que as reminescências à Septuaginta, que aparecem frequentemente na obra, só poderia vir de um deles. Além disso, embora seja apresentado como adorador de divindades gregas, a piedade refletida durante a obra é judaica. Seu produto literário revela um nível de educação grega, que denota acesso à literatura helenística, uma vez que emprega formas literárias gregas e recursos retóricos. Também é possível dizer que pelo seu íntimo conhecimento da terminologia burocrática ptolomaica e da ideologia real, que escreveu em Alexandria.

Além disso, o gênero de escrita também é alvo de diferentes entendimentos. Hadas e Honigman defendem que a carta não seria o gênero desta documentação, uma vez que esta não é qualificada desta forma em fontes antigas, tendo recebido o título de carta em um manuscrito do século XIV. Dito isso, tais autores defendem que na verdade, a Letter of Aristeas seria a διήγησις, ou seja, um discurso expositivo de coisas que aconteceram ou devem ter acontecido. No entanto, seu gênero comumente é associado à carta pelo uso de vocativos no início e fim do documento. Alguns autores ainda analisam tal documentação dentro do escopo das epístolas (WRIGHT, 2015)

Dito isso, ainda de acordo com Wright (2015), este trabalho está estruturado como uma narrativa que enfatiza a tradução da lei hebraica em grego, a partir de digressões. Sendo assim, aborda a atuação de Demé-

trio de Falero na Corte dos Ptolomeus através de sua presença no aconselhamento e controle do espaço da Biblioteca de Alexandria. A atuação de Demétrio é elucidada de duas formas: a primeira delas denotando o projeto da biblioteca e a notícia dada ao rei que era necessário que as leis hebraicas fossem traduzidas, pois não estavam presentes no espaço da biblioteca. Já a segunda delas, através do encorajamento do rei, por parte de Demétrio, para que tradutores fossem enviados à Jerusalém para execução de tal tarefa.

Duas inscrições também serão utilizadas nesta exposição, pois complementam uma informação exposta por uma outra documentação já citada anteriormente. Estas foram encontradas no curso das explorações papirológicas realizadas no Egito, por volta de 1902/1903, na vila de El-Hibeh. A primeira inscrição é conhecida como The Hibeh Papyri I, datada por volta do ano de 265 a.C. e faz parte de um decreto real que regula a constituição de uma das cidades gregas do Egito. A Segunda delas, conhecido como The Hibeh Papyri II, possui inscrições datadas aproximadamente do segundo quarto do terceiro século e descrevem as obrigações e qualificações dos oficiais da *gynaikonomoi*, magistratura grega instituída por Demétrio de Falero em Atenas, o que nos mostra que é possível que a atuação de Demétrio também tenha contribuído para a transformação da legislação das cidades gregas em Alexandria. Isso porque, como tal magistratura é operacionalizada em Atenas apenas durante o governo de Demétrio de Falero no período helenístico, que o ex-legislador pode ter introduzido tais oficiais também em Alexandria.

A cidade de Alexandria teve uma curva no aspecto populacional em seus cinquenta anos iniciais, tendo em seu estágio inicial, se aproximado mais de Atenas do que de Roma. A população era bem diversa, composta tanto por gregos como por egípcios que se dividiram entre os grupos da elite masculina – discretos e atrelados à corte –, e a outra grande maioria

de soldados mercenários, comerciantes e artesãos para manter o estilo de vida destas elites e da própria corte. Com os primeiros ptolomeus, sobretudo Ptolomeu I Sóter, a preocupação com a sucessão fez com que o governante gastasse esforços para promover-se como sucessor e herdeiro legítimo de Alexandre. Em busca de criar uma identidade para a própria cidade e o seu reinado, Ptolomeu reforçou diversas características gregas em diferentes âmbitos dos poderes. Mas para além disso, acomodou um grande número de não-gregos e de etnias egípcias e deste modo, características destes povos também foram incorporadas (STEPHENS, p. 46-59).

Tal espaço foi marcado pelo encontro de sujeitos ativos e com crescente exponencial. O contato de diferentes culturas e experiências configuravam a cidade como um caldeirão, o qual englobava um fervilhar de possibilidades. A tentativa de mesclar aspectos gregos na cidade egípcia, bem como a característica da formação cosmopolita da cidade, pode ter contribuído para uma possível tentativa de implementar a magistratura de Demétrio em Alexandria, ou até mesmo para a presença de um destes magistrados no corpo legislativo da Corte Ptolomaica. Esta evidência também pode corroborar para a apresentação de Demétrio como indivíduo que cuidou da parte legislativa da corte, como é citado em *Varia Historia*.

Considerações finais

Com base nas informações retiradas das documentações expostas acima, pode-se inferir que, ao contrário do que propõem os especialistas que se dedicaram ao tema do exílio egípcio de Demétrio, o impacto do legislador grego nas instituições da cidade de Alexandria é mais determinante do que geralmente se supõe, de modo a transformar a cidade não apenas em sua constituição, mas em termos espaciais. Ademais, para

além da tese recente de que os Ptolomeus buscavam tornar Alexandria uma nova Atenas, a atuação política e cultural de Demétrio de Falero em Alexandria produziu um ganho particular à corte de Ptolomeu I Sóter, o qual foi compatível com sua posição de expatriado.

Portanto, o exílio de Demétrio não pode ser considerado como um momento de desenraizamento, instituído em um espaço da diferença, pois pelo contrário, se constituiu como o lugar da identidade propriamente helenística e proveniente da Ática. A partir da simbiose entre Alexandria e Atenas, Demétrio afirma seu programa político e cultural, que não foi possível ser implementado de maneira eficaz anteriormente em Atenas.

REFERÊNCIAS

Documentação primária

ARISTEAS, Lettera a Filocrate. Text translated by H. St. J. Thackeray. In: THACKERAY, H. ST. J. *The Letter os Aristeas*. New York: The MacMillan Company, 1918.

CLAUDIUS AELIANUS. Varia Historia. Editado e traduzido por N. G. Wilson. In:

WILSON, N. G. (Ed.). *Aelian: Historical Miscellany*. Harvard University Press: London, 1997.

DIOGENES LAERTIUS. Demetrius. Traduzido por Pamela Mensch. In: MILLER, J. *Lives of the Eminent Philosophers: Diogenes Laertius*. Oxford University Press, 2018, p. 249-253

PLUTARCUS. Demetrius. Traduzido por Bernadotte Perrin, In: *Plutarch's Lives.* Harvard University Press: Massachusetts, 1959.

[P. HIB. I. 28]. In: The Hibeh Papyri I. In: GRENFELL, B. P.; HUNT, A. S.; TURNER, E. G. *The Hibeh Papyri*. Egypt Exploration Fund: London, 1906.

[P. HIB. II. 196]. In: The Hibeh Papyri II. In: BINGEN, J. Le papyrus du gynéconome (P. Hib. 196). *Chronique d'Egypte*, 1957, p. 337–339

Obras de apoio

BARROS, J. D'Assunção. *Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CLÍMACO, J. C. A Construção da Alexandria Ptolomaica na Historiografia Contemporânea. *Mare Nostrum*, 2010, p. 26-36.

DOSSE, F. *O desafio bibliográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FORNIS, C.; PLÁCIDO, D. La Democracia tutelada: el papel de la oligarquía y del poder personal en la Atenas del siglo IV a.C. *Incidenza dell'Antico*, v 10, 2010, p. 79-107.

GARLAND, J. *Gynaikonomoi: An Investigation of Greek Censors of Women*. Dissertação (Mestrado em História) – 1986

HABICHT, C. *Athens from Alexander to Antony.* Text translated by Deborah Lucas Schneider. United States: Harvard University Press, 1999.

LEÃO, D. (2018). Plutarch on Demetrius of Phalerum: the intellectual, the legislator and the expatriate. In: THUER, G.; YIFTACH, U.; ZELNIK-ABROMOVITZ, R. (Eds.). *Symposion 2017: Vorträge Zur Griechischen Und Hellenistischen Rechtsgeschichte*, 2018, p. 441–458.

_____. Demétrio de Fáleron e a reinvenção da polis democrática. In: SEEAETIANI, B. B.; LEÃO, D.; SANO, L.; SOARBE, M.; WERNER, C. A poiesis da democracia. Coimbra: Coimbra University Press, 2018.

LORIGA, S. *O pequeno x da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JOHNSON, D. L. *Claudius Aelianus' Varia Historia and the tradition of the miscellany.* Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Estudos de Graduação, Departamento de Clássicos, na Universidade Britânica de Columbia. Canadá, 1997.

MILLER, J. *Lives of the Eminent Philosophers: Diogenes Laertius*. Estados Unidos: Oxford University Press, 2018

MOMIGLIANO, A. *The development of Greek biography.* Londres: Harvard University Press, 1993.

REED, S. D. *Epochs of Greek and Roman biography.* Nova Iorque: Biblo and Tannen, 1967.

SALLER, R. Anecdotes as Historical Evidence for the Principate. *Greece and Rome*, 27, 1980, p. 69–83.

STEPHENS, S. Ptolemaic Alexandria. In: CLAUSS, J. J.; CUYPERS, M. (Eds.) A companion to Hellenistic literature. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2010, p. 46-61

WRIGHT, B. G. *The letter of Aristeas: "Aristeas to Philocrates" or "on the translation of the Law of The Jesus".* Berlim: Walter de Gruyter, 2015

História, memória e evocação: o caso Araceli nos arquivos da Câmara de Vereadores de Vitória (2012-2021)

Luiz Fernando Soares Pereira[1]
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
lfsoaresp@gmail.com

Introdução

Perceber os pontos que circundam um caso criminal: um importante aspecto da minha pesquisa e desta breve reflexão. Parto do pressuposto de que há uma evidente movimentação e debate na Câmara Municipal de Vitória-ES, nos anos de 2012 e 2013 – provavelmente pela razão dos 40 anos do crime que deu origem ao Caso Araceli – e posteriormente em 2021, a partir de pedidos de indicação e projetos de lei que evocam a memória do crime, visando se utilizar de uma sensibilidade e um trauma coletivos a fim de criar leis e lugares de memória contra a violência infantil.

Para a dinâmica do texto, seguirei as indicações e práticas da História Pública, sobretudo pelas definições de Ivana D. Parrela em *História pública e a função de difusão nos arquivos,* de 2021. Para operacionalizar os arquivos, partirei das contribuições de Carlos Bacellar em *Uso e mau*

1 Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em História pelo PPGHIS da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em História – Licenciatura e Bacharelado – pela UFES. Bolsista de Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS-UFES). E-mail: lfsoaresp@gmail.com | https://orcid.org/0000-0002-9104-365X

uso dos arquivos, de 2008, embasando a reflexão acerca dos documentos legislativos. Por fim, autores como Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993) me auxiliam na observação teórica relacionada à memória coletiva, os monumentos e os lugares de memória.

Os documentos aqui utilizados serão de natureza legislativa: requerimentos, projetos de lei e pedidos de indicação. Todos feitos na Câmara Municipal de Vitória-ES nos anos de 2012, 2013 e 2021 pelos parlamentares.

18 de maio de 1973 – o caso

Araceli era uma menina de oito anos de idade, filha do espanhol Gabriel Crespo e da boliviana Lola Sánchez, com quem morava no bairro de Fátima, na cidade da Serra-ES. Todos os dias tomava o ônibus e ia para a Escola São Pedro, localizada no bairro Praia do Suá, em Vitória-ES. Para não se atrasar e perder o ônibus da volta, sua mãe já havia autorizado a escola a liberar a menina um pouco mais cedo, para que assim pudesse caminhar até o ponto e conseguir "pegar" a condução de volta para casa.

Em 18 de maio de 1973, Araceli não retornou da escola. O que preocupou seus pais e o que parecia um atraso, se tornou uma preocupação e culminou em um desespero familiar. Assim, seus pais começaram a mobilizar uma busca pela menina. Entretanto, Araceli não fora encontrada por Gabriel e Dona Lola, ocasionando a procura pela polícia e relatando o desaparecimento.

O que parecia ser um susto, foi se tornando cada vez mais desesperador para os pais. E passados seis dias sem notícias de Araceli, um corpo foi encontrado. Uma possível perda de esperanças para os pais. Em meio a uma vegetação alta, em um terreno baldio próximo ao hospital infantil de Vitória, um cadáver infantil do sexo feminino foi levado pela polícia para futuras investigações e exames. Como já se encontrava em um estado

de decomposição, os familiares tiveram dificuldade no reconhecimento. Mesmo o pai, Gabriel, não teve certeza de que se tratava de sua filha.

Em 20 de julho do mesmo ano, após exames, comprovou-se que se tratava de Araceli, menina que estava desaparecida há mais de um mês entre as cidades de Vitória e Serra. Com o desejo de polpar os leitores dos detalhes, indicarei somente que o laudo trouxe a evidência de abuso sexual e violência em várias partes do corpo, além de queimaduras causadas por ácido. Para o presente artigo, essas informações são necessárias e suficientes.

Diante da confirmação do cadáver, uma investigação para encontrar os assassinos foi iniciada. Após denúncias e depoimentos a polícia chegou – dentre outros nomes – a três principais suspeitos: Dante Barros Michelini, seu filho Dante Brito Michelini e o amigo Paulo Helal. Duas famílias influentes no Estado do Espírito Santo.

Após a acusação, os réus foram a julgamento no ano de 1980, em que o júri decidiu pela condenação pelo sequestro, abuso sexual e assassinato da menina Araceli. Entretanto, em um julgamento futuro, os três acusados foram absolvidos em 1991. Essa absolvição desencadeou um número significativo de reportagens, matérias de jornais pelo Brasil, movimentos e organizações da sociedade capixaba que reivindicavam e ainda reivindicam que o caso não seja esquecido.

17 de maio de 2000 – a primeira lei

O primeiro registro que a minha pesquisa traz a respeito de iniciativas legislativas, evocando a memória do Caso Araceli, é a *Lei Federal nº 9.970*[2], que deriva do projeto de lei 267 de 1999, proposto pela deputada federal capixaba à época Rita Camata (PMDB). O projeto consta na classificação temática nas áreas de "Política Social", "Proteção Social" e

2 Para mais detalhes, as informações estão presentes no site do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/551846>. Acesso em: 23 jan. 2023.

"Crianças e Adolescentes", presente no catálogo "Exploração Sexual". O texto da lei indica:

> Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
> Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art. 1º. É instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2000).

A referência da data está ligada ao dia do desaparecimento da menina Araceli, possibilitando apontar a tentativa do uso de um acontecimento relativamente recente do passado, buscando utilizar a memória coletiva a fim de produzir uma lei que trata de uma causa que envolve todo o território nacional. A data de 18 de maio, passou a ser um lugar de rememoração para a sociedade capixaba e brasileira. O marco é também uma referência para a organização de agendas de movimentos que se dedicam na luta contra o abuso e a violência de crianças e adolescentes. Criou-se assim uma simbologia a partir do mês de maio.

A simbologia do mês de maio

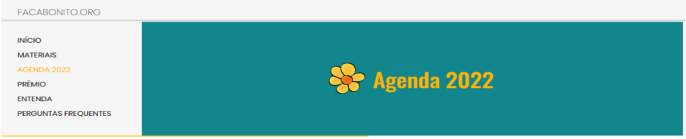
Tudo que o circunda o Caso Araceli, como a questão da violência infantil, o mês de maio e as denúncias contra os maus tratos, passaram a transcender o acontecimento de 1973. Sendo assim, o que aconteceu com a menina e seus desdobramentos se tornaram um marco, não circunscritos àquele período de investigação, condenação e julgamentos.

Em uma pesquisa pela internet, é possível encontrar várias reportagens a respeito de movimentos e ações realizadas no mês de maio nos últimos anos. A título de exemplo, tem-se a campanha *Faça Bonito*[3], volta-

3 Para mais informações a respeito e conferir a agenda, acessar o site da campanha *Faça Bonito*. Disponível em: <https://www.facabonito.org/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

da para a prevenção das diversas violências contra a criança e adolescente, sobretudo a violência sexual. No ano de 2022 realizou-se alguns atos por todo o Brasil, tanto na modalidade presencial quanto online. No estado do Espírito Santo cinco ações foram anexadas à agenda, dos dias 15 e 26 de maio. Consta na programação capixaba: **i)** uma live no facebook em memória de Araceli; **ii)** panfletagem e entrega de material de conscientização nas principais rodovias do estado; **iii)** encontro para abordar assuntos e disponibilizar informações correlatos à campanha em Sooretama; **iv)** uma caminhada de conscientização na cidade Vitória e **v)** uma ação de sensibilização na praça mais movimentada da capital Vitória.

Imagem 1 – Agenda da Campanha *Faça Bonito* de maio de 2022. Datas referentes ao estado do Espírito Santo:



Agenda 2022 : Calendário coletivo

ES	15/05/2022 10:00:00	Live Araceli Cabrera	https://www.facebook.com/gabriel	Live
ES	16/05/2022 09:00:00	Panfletagem nas rodovias	Fórum DCA. ES	Polícia Rodoviária Federal - Setades
ES	18/05/2022 09:00:00	Dia "D" - "Faça Bonito" - Sooretama-ES	Presencial	Centro Sooretama -ES
ES	21/05/2022 09:00:00	Caminhada de conscientização	forum.dca.es - instagram	Bairro Goiabeiras - Vitória - ES
ES	26/05/2022 14:00:00	Ação de sensibilização na praça	forum dca_es - instagram	Vitória - Praça Costa Pereira

Fonte: Site da campanha *Faça Bonito*. Disponível em: <https://www.facabonito.org/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

Como o mês passou a ser utilizado como um "lugar comum" para abordagens e ações de movimentos a respeito do assunto, há a criação da campanha *Maio Laranja*[4], a partir do *Projeto de Lei 2.466/2019*[5], cujo ob-

4 A campanha Maio Laranja conta com um site que pode ser acessado para mais informações. Disponível em: <https://maiolaranja.org.br/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

5 O Projeto de Lei 2.466/2019, de autoria da deputada Leandre (PSD-PR) e relatado no Senado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), foi sancionado e publicado

jetivo é somar esforços na mobilização das informações referentes às leis que dão proteção a crianças e adolescentes no Brasil. Em sua ementa traz a seguinte indicação: "Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes" (BRASIL, 2022). Além disso, no artigo 3º remete à lei 9.970 de 2000 e faz menção à memória da menina Araceli:

> Art. 3º A campanha Maio Laranja deve conceber o conjunto de ações e de concepções desenvolvidas no âmbito da campanha nacional de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000, em memória da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, respeitado e considerado o histórico de conquistas e avanços dos direitos humanos da infância no território brasileiro (BRASIL, 2022).

Os documentos até aqui citados são de origem federal, o que pode servir de indicativo do conhecimento e das movimentações existentes fora do estado do Espírito Santo a fim de evocar a memória do Caso Araceli. A dimensão da inconformidade da sociedade com as decisões do segundo julgamento, ocorrido em 1991, além do ocorrido à menina em 1973, continuam gerando inquietação e culminando em projetos e publicações de leis que tratam da ocorrência e recorrência de casos de violência física e sexual contra crianças e adolescentes, uma "bandeira" e uma motivação de luta que "transbordam" os limites do território capixaba. Somados aos esforços legislativos federais, estão os municipais da Câmara de Vereadores de Vitória-ES.

A memória do Caso Araceli na Câmara de Vereadores

no Diário Oficial da União, em 04 de agosto de 2022, dando origem à Lei 14.432, que institui a campanha Maio Laranja. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.432-de-3-de-agosto-de-2022-419970929>. Acesso em: 23 jan. 2023.

Existe nos arquivos da Câmara de Vereadores de Vitória-ES, dois requerimentos sob autoria do vereador à época Fabrício Gandini (Cidadania), datados de 2012, com a solicitação de que o viaduto, em construção na data, fosse nomeado como Araceli. O *Requerimento nº 2805/2012*, traz a seguinte solicitação: "Requer promulgação de lei, referente ao Projeto de Lei 116/2009 – Processo 1255/2009, que denomina logradouro público – Viaduto Araceli, no Bairro J. Camburi", da mesma forma o *Requerimento nº 3000/2012*, diz na ementa: "Requer promulgação imediata da lei, referente ao Projeto de Lei 116/2009 – Processo 1255/2009, que denomina logradouro público – Viaduto Araceli Cabrera Crespo, situado na Avenida Dante Micheline, Jardim Camburi".

Após a finalização do viaduto, houve a inauguração e o mesmo recebeu o nome de Araceli. Nele há uma pintura com o rosto da menina. Hoje é chamado de Memorial Araceli. O empenho na criação de lugares, monumentos e murais não asseguram a preservação de uma memória para sempre, pois isso dependerá das dinâmicas temporais e sociais que agirão sobre este objeto. Mas afirmo que ele possibilita a minha pesquisa apontar a evidência da prática de rememoração, com uma função didática, ao alcance da visão de quem passa pelo local. Além de demonstrar como a cidade de Vitória lida com um caso traumático do seu passado recente.

Imagem 2 – Mural com a imagem da menina Araceli, juntamente com uma outra criança, Fabiane, morta em 2017, onde se lê "Jardim Araceli":



Fonte: Site da Prefeitura de Vitória. Disponível em: <https://m5.gs/cWRnaH>. Acesso em: 23 jan. 2023.

O *Pedido de Indicação nº 4806/2013*, de autoria do vereador Vinícius Simões (PPS), indica a construção de um monumento que fizesse uma referência e homenagem à Araceli. O objeto seria localizado no bairro, Praia do Suá. O pedido não recebeu atendimento e fora arquivado. De toda forma, o arquivo demonstra como o Caso Araceli é utilizado – a partir da evocação da memória coletiva – como um símbolo na luta contra a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes. O vereador conclui o documento com as seguintes informações e argumentações:

> Dados divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República mostram que 77% das denúncias registradas por meio do Disque 100 entre janeiro e novembro deste ano são relativas à violência contra crianças e adolescentes, o que corresponde a 120.344 casos relatados. Isso significa que, por mês, ocorreram 10. 940 agressões contra crianças e adolescentes, o que dá uma média de 364 denúncias por dia no País [...].
> Portanto, a construção do monumento visa promover a conscientização sobre a gravidade dos crimes de violência cometidos contra menores, além de ser memorial à Araceli Cabrera Sánchez Crespo,

uma criança que foi brutalmente assassinada (VITÓRIA, 2013).

Aponto essa iniciativa como um uso de um acontecimento do passado recente, mobilizando a memória coletiva dos cidadãos capixabas, uma vez que essas lembranças estão condicionadas a uma constituição do meio social em que o indivíduo faz parte (HALBWACHS, 1990, p. 47). Mesmo localizado em um passado relativamente próximo, fornece artefatos documentais importantes para a pesquisa histórica. Como afirma Jacques Le Goff, os monumentos, classificados como parte de uma herança do passado, possuem ligação com a perpetuação, voluntária ou involuntária, de uma sociedade: um legado à memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 536-537). E esse legado possivelmente poderia ser deixado aos anos futuros caso o monumento proposto pelo vereador Vinícius Simões fosse construído. Embora seja importante ressaltar a limitação dos monumentos e placas.

Também de autoria de Vinícius Simões, *Projeto de Lei 251/2013*, de forma ousada, propunha alterar o nome da avenida que leva o sobrenome do membro mais antigo da família Michelini que residiu no estado. A proposta era tirar o nome de Dante Michelini da avenida e substituí-lo pelo nome de Araceli. A ementa traz: "Fica alterado o nome da Avenida Dante Michelini para Avenida Araceli Cabrera Sanches" (VITÓRIA, 2013). Em sua justificativa há um pequeno histórico referente ao crime que vitimou a vida da menina que seria homenageada. Vale destacar que o projeto foi arquivado em 2014.

A esse respeito preciso trazer uma breve informação: a Avenida Dante Michelini recebeu esse nome no ano de 1967, com o objetivo de homenagear o empresário falecido em 1965 (VIEIRA, 2022). Michelini era pai e avô de dois dos réus: Dante Barros Michelini e Dante Brito Michelini. Sendo assim, esclareço que diz respeito a alguém que não possui

qualquer envolvimento na morte de Araceli, que ocorreu em 1973. O que vem confundindo muitos moradores do estado é a semelhança dos nomes do avô, do filho e do neto. No entanto, mesmo com essa informação, muitos capixabas são favoráveis à troca de nome da avenida, uma vez que já organizaram passeatas reivindicando a substituição. No meu entender, embora a avenida não homenageie qualquer um dos acusados, o sobrenome contido nela parece despertar um sentimento traumático por parte dos capixabas, passando para os mesmos um desfecho de impunidade.

Por último, trago o *Pedido de Indicação 3299/2021*, de autoria da vereadora Camila Valadão (PSOL), no qual é solicitada a restauração e digitalização dos arquivos do processo referente ao Caso Araceli, de 1973. A vereadora argumenta que possui notícias que o processo está sendo perdido pela ação do tempo. Em que explica: "Tratando-se de um processo muito antigo e volumoso, a ação do tempo é capaz de produzir a deterioração dos documentos que lá constam" (VITÓRIA, 2021). E segue com um pedido de valor documental e memorial:

> Diante disso, e da evidente importância histórica deste processo, não só para o Estado do Espírito Santo, mas para todo o País [sic], é urgente que os referidos documentos passem por um processo de restauração e digitalização a fim de evitar o processo de deterioração dos autos físicos e o consequente apagar da nossa História. Vale ressaltar que o caso simboliza um marco na História da luta pelo combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, devendo os documentos a ele relativos serem devidamente preservados. Além disso, o caso já carrega um enorme sentimento de impunidade, notadamente pela nomeação de uma das mais importantes avenidas do Município de Vitória carregar o nome da família de um dos acusados no caso (VITÓRIA, 2021).

Ao concluir, a firma que se trata de um importante documento histórico e que atualmente "simboliza um marco na História da luta pelo combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes no Estado do Espírito Santo e no Brasil" (VITÓRIA, 2021). O que aponto como uma

pertinente evidência é o interesse de utilizar do crime e de seu desfecho como um símbolo histórico e uma evocação de memória na luta contra a violência infantil.

A partir dos documentos elencados e da premissa de Enzo Traverso, quando afirma que ""a memória singulariza a história, na medida em que é profundamente subjectiva, selectiva, [...] a sua percepção do passado não pode ser senão irredutivelmente singular" (TRAVERSO, 2012, p. 26), indico a importância de se pensar (historicamente) a presença do fator sensível e sentimental presente nestes arquivos da Câmara, uma vez que se trata de uma temática também emocional. Muitas vezes apontam a memória, que mesmo sendo coletiva, atinge cada indivíduo que toma conhecimento dela, de uma forma. E esses vários sentimentos que se somam na formação da memória coletiva. No desenvolvimento da pesquisa tais documentos são abordados como uma "acirrada disputa em torno da produção de significados sobre o presente" (MONTENEGRO, 2010, p. 16).

Em suma, ter contato com os arquivos legislativos aqui expostos, requer a percepção das discussões dos mais distintos projetos, pedidos de indicação, requerimentos dos parlamentares – tanto em âmbito municipal, como foi o trazido aqui, quanto nas esferas estaduais e federais –, em que há um espaço propício para defenderem seus respectivos pontos de vista e, sobretudo, representar demandas e lutas presentes na sociedade (BACELLAR, 2008, p. 34-35). Além disso, as iniciativas agem no sentido da criação de lugares de memória. São lugares, na perspectiva **i)** material, em razão de seu conteúdo demográfico; **ii)** simbólica, uma vez que é um acontecimento ou uma experiência vivenciados por um coletivo/grupo de indivíduos e **iii)** funcional, já que por hipótese, garante tanto a cristalização da lembrança como a sua transmissão ((NORA, 1993, p. 21-22).

Considerações finais

As reflexões surgidas a partir do caso criminal envolvendo a menina Araceli, morta em maio de 1973, continuam pertinentes. O que as mantém atual são, segundo a minha análise até o presente momento, o recorrente uso do que aconteceu naquele ano e nas décadas seguintes – com os dois julgamentos –, além da evocação de uma memória coletiva com o fim de se utilizar do caso como um símbolo no empenho de uma luta coletiva da sociedade capixaba e em documentos e leis importantes a nível nacional.

O fim das investigações, culminando nos julgamentos, sobretudo na absolvição dos réus na segunda sentença em 1991 e o arquivamento do processo, possibilitou o começo de um processo de esquecimento, que seria fortalecido a cada ano e a cada mês de maio que se passassem. Esse esquecimento, por muitos indesejado, como um envelhecimento, é de certa forma irremediável. Entretanto, as movimentações sociais, as campanhas nacionais, as iniciativas parlamentares, com seus projetos de lei, seus requerimentos e pedidos de indicação, dinamizam a dualidade de *lembrar/esquecer* inerente a todo indivíduo, sociedade e história. O que tais documentos, em forma de arquivos de ordem legislativa, proporcionam à historiografia são os rastros de debates e ações que indicam os usos de um passado recente a partir de tentativas de evitar o esquecimento. De outra forma, expõem iniciativas sociais com atenção ao presente, buscando lutar contra os diversos casos que continuam ocorrendo de abuso sexual e maus tratos infantis, utilizando-se do caso como um símbolo de evocação da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 17 maio. 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9970-17-maio-2000-377148-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.442, de 3 de agosto de 2022. Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 3 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.432-de-3-de-agosto-de-2022-419970929>. Acesso em: 23 jan. 2023.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. **Pedido de indicação nº 3299/2021.** A fim que seja promovida a restauração e digitalização do processo relativo ao crime cometido contra a menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo (Processo n. 1012641-06.1998.8.08.0024) autuado na 3ª Vara Criminal de Vitória/ES. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=223356&arquivo=Arquivo/Documents/IND/223356-202105181430546391-assinado-assinado-assinado-assinado-assinado.pdf#P223356>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. **Pedido de indicação nº 4806/2013.** Indica construção de um Monumento em homenagem à Araceli Cabrera Sánchez Crespo, no Bairro Praia do Suá. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=108328&arquivo=Arquivo/

Documents/IND/IND48062013-assinado.pdf#P108328>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. **Projeto de Lei 251/2013.** Fica alterado o nome da Avenida Dante Michelini para Avenida Araceli Cabrera Sánchez. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=103279&arquivo=Arquivo/Documents/PL/PL2512013.pdf#P103279>. Acesso em 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. **Requerimento nº 2805/2012.** Denomina logradouro público – Viaduto Araceli, no Bairro J. Camburi. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=93586&arquivo=#P93586>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. **Requerimento nº 3000/2012.** Denomina logradouro público – Viaduto Araceli Cabrera Crespo, situado na Avenida Dante Micheline, Jardim Camburi. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=93781&arquivo=#P93781>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 23-79.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História,** São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PARRELA, Ivana D. História Pública e a função de difusão nos arquivos. In: MALERBA, Jurandir; SCHMIDT, Benito Bisso. **Fazendo História Pública.** Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 151-167.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar:** história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VIEIRA, José Eugênio. **Conheça a trajetória do empresário Dante Michelini.** Texto disponibilizado em 15 jul. 2022. In: ES BRASIL. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/endereco-da-historia-dante-michelini/>. Acesso em: 10 dez. 2022

Imigração italiana em Alfredo Chaves: uma abordagem cultural

Gabriel Pietralonga Marion
Mestrando em História Social das Relações Políticas – UFES
gmarion.guio@hotmail.com

Introdução

Durante o século XIX, o Brasil recebeu uma grande leva de imigrantes de várias nacionalidades, como italianos, alemães, portugueses, luxemburgueses, holandeses, sírios, libaneses, japoneses, entre outros. Em sua maioria, fugiam de situações precárias nas quais viviam em seus países de origem, em busca de melhores condições de vida e do objetivo de "fazer a América", estimulados pelas propagandas e pela posse de terras que receberiam do governo brasileiro.

O caso italiano é o mais ilustrativo dessa situação difícil. O processo de unificação do Estado Nacional, conhecido como *Risorgimento*, ocorrido na segunda metade do século XIX, somado a outros fatores, ocasionou a desestruturação da sociedade camponesa italiana, fazendo com que seus cidadãos não tivessem outra opção a não ser emigrar, ato que muitas vezes era sinônimo de sobrevivência.

Os imigrantes se estabeleceram em vários estados do Brasil, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. A maior parte dos imigrantes que se destinaram ao Espírito Santo era de origem italiana, de tal forma que 25% da população do estado, no final do século XIX, era composta por imigrantes, especialmente italianos (COMINO-

TTI, 2015, p.19).

Os imigrantes italianos fundaram várias comunidades no Espírito Santo, que hoje são pequenas cidades, como o município de Alfredo Chaves, foco deste trabalho. Carregando um imenso capital cultural, os imigrantes legaram para as gerações posteriores vários hábitos, costumes e tradições que ainda hoje norteiam a vida dos seus descendentes.

Partindo do pressuposto de que a cultura é o bem maior de um povo, o objetivo deste trabalho é identificar quais aspectos culturais dos imigrantes italianos ainda vivem na população de Alfredo Chaves no século XXI. A importância dessa pesquisa é enaltecer e preservar a memória e a cultura dos imigrantes que exercem total influência na personalidade das pessoas do município, atuando de forma intrínseca, formando estruturalmente a identidade desses indivíduos.

O trabalho tem como um base uma pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se identificar os aspectos que compõem a identidade cultural dos imigrantes italianos. Foram utilizadas bibliografias como José Schayder (2002), Emilio Souza (2014), Amílcar Gasparini (2005), Orestes Bissoli (2003), Antonia Colbari (1997), Edenize Peres (2011, 2014), entre outros.

Em seguida, foi feita uma pesquisa de campo, de natureza básica, descritiva e quantitativa, com os moradores do município de Alfredo Chaves. Optou-se pela utilização de um questionário, que objetiva descrever quais características da identidade cultural italiana a população desta região ainda mantém. Para a seleção dos entrevistados, foi usado o critério de descendência dos imigrantes italianos.

Após a pesquisa bibliográfica que identificou os aspectos da identidade cultural dos imigrantes italianos, torna-se necessária, para cumprir o objetivo do presente trabalho, a efetuação de entrevistas com nove moradores de Alfredo Chaves, buscando verificar quais das características culturais italianas pesquisadas anteriormente ainda se fazem presentes no

seio da população dessa região.

Os imigrantes

Os aspectos culturais pesquisados foram divididos em seis tópicos: trabalho; modo de ser; religiosidade; lazer; culinária; uso de expressões e dialetos. Os exemplos da cada um serão citados nos parágrafos subsequentes.

A grande maioria dos italianos que veio para o Brasil era composta por agricultores. Assim, seu trabalho se define basicamente pelo trato do campo. Segundo Seyferth (2000, p.147), a imigração era um empreendimento baseado na pequena propriedade familiar, da qual os italianos tiravam seu sustento. As comunidades eram tipicamente rurais, tendo sua economia fundamentada na agricultura. "A produção cafeeira e a pecuária leiteira constituem as principais atividades econômicas dessas localidades (NICOLI, 2016)". Percebe-se a natureza do dia a dia do trabalho segundo o relato do imigrante italiano Orestes Bissoli (2005, p.44), publicado em sua autobiografia:

> O nosso modo de trabalhar não era de gente. Trabalhávamos feito burros, dia e noite, que fizesse sol ou chovesse. Nunca houve dia em que dissesse: hoje não tenho o que fazer. Nem mesmo horas, pedaços de dia que fossem. O descanso da noite era pouco, pois dormia-se tarde e levantava-se cedo. [...] Era trabalhar com ardor, com força, como quem trabalha a empreitada, com pressa de findar um serviço pois havia outro adiante.

Diante de um cenário de total despreparo e abandono por parte das instituições governamentais, os imigrantes precisavam aprender um novo modo de vida e se adaptar a uma nova realidade por conta própria, enfrentando todas as dificuldades que esse árduo processo requeria. Pouco tinham, e era necessário muito trabalho para conquistar a mera subsistência.

> O trabalho era árduo, iniciado desde a madrugada e se estendendo até o pôr-do-sol. Plantavam café, milho, feijão, e para manter a família eram obrigados a trabalhar em outras propriedades até o início da produção dos cafezais. Quando o cafezal estava formado, as atividades aumentavam e a família toda, inclusive mulheres e filhos, era mobilizada. As mulheres ajudavam na roça e assumiam as funções da casa, que incluíam a formação de hortas e a criação de galinhas (COLBARI, 1997).

O modo de ser do italiano pode ser bem ilustrado pelos testemunhos contidos no livro de Amílcar Gasparini (2003), que relatam a trajetória de um grupo de 300 imigrantes que em 1886 desembarcou no porto de Benevente, atual Anchieta, e em seguida tomou diferentes caminhos, uns rumando pelas matas em direção a Alfredo Chaves e outros para Cachoeiro de Itapemirim.

Esses indivíduos caminhavam pelas matas e acampavam às noites, pescando e assando peixes regados à vinho, oportunidade que não deixavam passar: faziam um festim, gesticulando e falando em altos brados, o que era próprio deles, e como todo bom italiano que se preze, imprecações e blasfêmias corriam soltamente (GASPARINI, 2003, p.27). Nas páginas seguintes, seguem relatos dos trejeitos italianos: "As imprecações e blasfêmias eram uma constante na boca dos italianos, que quando se animavam com uma boa perspectiva, faziam uma enorme algazarra (GASPARINI, 2003, p.29)".

O "modo de ser italiano" também é destacado por Orestes Bissoli (2005) em suas memórias: "Os italianos tinham o vício da bestemmia (blasfêmia): era uma maneira peculiar do italiano de invocar o nome de Deus ou da Virgem de modo irreverente ou vulgar, em momentos de irritação (p.27)". Quando se reuniam, "[...] era maior a troca de impressões entre os italianos, que, como de costume, gesticulavam e falavam alto (GASPARINI, 2003, p.38)". Tendo algo a conversar, alguns pequenos grupos se formavam, onde, pela gesticulação, que era um traço co-

mum entre eles, percebia-se que haviam iniciado uma calorosa discussão (GASPARINI, 2003, p.59). O relato continua: "Como não poderia deixar de ser e que era comum entre eles, altas vozes, em chamamento a determinadas pessoas eram proferidas, o que ocasionavam um constante alvoroço (GASPARINI, 2003, p.30)". O jeito de ser do italiano fica claro também no trecho em que é testemunhada a organização para todos dormirem num barracão:

> Mais uma vez, aquele corre-corre desordenado, tomou conta de todos, uns querendo passar à frente dos outros, na procura de melhor lugar e então, as crianças, livres dos controles maternos, provocavam ensurdecedora algazarra. Era um pandemônio, que bem espelhava a índole italiana (GASPARINI, 2003, p.39).

Os imigrantes italianos eram muito religiosos. Sua fé católica era a base de suas tradições. Construíam capelas aonde quer que se instalassem, de modo que a capela era o centro da comunidade, como por exemplo a igreja de Sagrada Família, hoje distrito de Alfredo Chaves. Todo o povoado se estruturava em torno da igreja, sendo o padre uma figura central, exercendo autoridade moral sobre os habitantes, trazendo notícias do mundo exterior e transmitindo técnicas e ensinamentos úteis à população (COLBARI, 1997).

Quando não tinham condições de construir uma igreja, se reuniam aos domingos em alguma casa, para uma celebração. Muitos rezavam o terço toda noite, em casa, após o trabalho (PERES, 2014, p.65-66). Essas práticas religiosas estimulavam a convivência social, reforçando a coesão do grupo em um ambiente hostil e desconhecido, fortalecendo a integração moral da comunidade (COLBARI, 1997).

Toda a vida era voltada para a religião. Orestes Bissoli (2005), em suas memórias, testemunha que "[...] os domingos e dias santos respeitavam-se o melhor possível. Não se perdia uma missa e, não havendo missa,

assistia-se à reza de costume, ao santo rosário ou aos cânticos sagrados, às Vésperas, salmos e hinos sagrados (p.44)". Seu neto, Daniel Bissoli, relata que "[...] fiéis à tradição cristã, à noite rezávamos o terço. Depois papai lia a vida do santo do dia. Como bons cristãos, nunca perdíamos uma missa (BISSOLI, 2005, p.124-125)".

Durante as festas em homenagens aos santos, havia a missa e, na sequência, a procissão, na qual a pessoas entoavam, em italiano e à capela, os hinos que estavam acostumados a cantar (GASPARINI, 2003, p.111). Os imigrantes também tinham o hábito de manter imagens e quadros de santos nas paredes das casas, como um meio de manter uma relação íntima na sua religiosidade.

Nas festas religiosas, após a missa e a procissão, os imigrantes costumavam se reunir e festejar juntos, se divertindo.

> [...] o jogo da mora era o divertimento predileto, onde a cada instante se ouvia 'due, due, ter, ter, tuttala mano', sempre seguido de uma algazarra, quando havia um vencedor. Era uma brincadeira simples e ingênua, mas que para eles se traduzia em algo de grato deleite (GASPARINI, 2003, p.70).

Além da mora, os imigrantes costumavam jogar o "boccie" – chamado de bocha atualmente. Construíam o campo, onde pudessem jogar o bolim. Além disso, havia ainda os jogos de baralho como o triunfo e o três sete, e o jogo da bola de pau (GASPARINI, 2003, p.112). Sempre contava com torcida das crianças.

A culinária italiana é um dos aspectos culturais mais marcantes dos imigrantes, e mais facilmente identificáveis. Os hábitos alimentares mais típicos dos imigrantes italianos consistiam na polenta, no macarrão, o queijo, a linguiça de porco, o vinho, etc. "A polenta tornou-se um produto emblemático, porquanto presente nas três principais refeições do dia: matinal, almoço e jantar. O macarrão normalmente compunha o almoço

de domingo (CELIN, 2019, p.65)". Em sua autobiografia, Bissoli (2005) relembra uma rápida refeição num dia em que procurava emprego, ainda na Itália: "Na segunda-feira cedo, tomei uma talhada de polenta [...] No caminho, comi toda a polenta com a uva que tirava dos campos (BISSOLI, 2005, p.16)". Também se recorda de outra forma que costumavam consumir a polenta, misturando-a com leite (BISSOLI, 2005, p.43).

Os italianos possuíam uma rotina alimentar bem particular. O trecho a seguir expõe uma noite de jantar de uma família de imigrantes:

> Foi para a cozinha e rapidamente cortou vários pedaços de linguiça, que pôs a fritar, depois, pegou a tábua de polenta, um queijo verde, colocou-os sobre a grande mesa e completando, a frigideira fumegante com linguiça frita. Diante do cheiro que exalava, ninguém precisou ser chamado para o frugal repasto, todos, calmamente aproximaram-se e cada um pegou seu prato de ágate, nele depositando um grande pedaço de polenta, cortado com uma linha, costume tradicional, depois o queijo e a lingüiça. Prontamente puseram-se a comer, ora com uma espécie de colher, feita de bambu, ora com o auxílio dos dedos. Andréa levantou-se indo até o canto da cozinha e de lá, voltou com uma botija quase cheia de vinho. Este fora servido em pequenas cuias e sorvido em grandes goles (GASPARINI, 2003, p.210).

Entrevistas e resultados

As entrevistas realizadas com os descendentes de imigrantes permitiram perceber a permanência da cultura italiana em Alfredo Chaves. O município a concentra através da transmissão de geração em geração de hábitos, costumes e os demais elementos pesquisados que moldam a identidade dessa parcela da população, formada majoritariamente por descendentes dos imigrantes.

Os entrevistados foram escolhidos por apresentarem – mediante as observações dos pesquisadores – os aspectos culturais selecionados neste trabalho. O entrevistado 1 é um homem de 50 anos, bisneto de italianos, que manifesta bastante influência cultural em sua religiosidade e modo

de ser, assim como o entrevistado 4, mulher de 76 anos, neta de italianos, e o entrevistado 5, de 79 anos, bisneto de imigrantes. O entrevistado 2 é uma mulher de 40 anos, tataraneta dos imigrantes, bastante informada sobre o assunto da pesquisa, através de estudos e de intercâmbio cultural na Itália. O entrevistado 3 é um homem de 44 anos, bisneto de italianos, que se empenha em manter a cultura italiana através da banda de música, na qual é o vocalista, além de larga participação na organização da festa da imigração de Alfredo Chaves. O entrevistado 6 é um neto de imigrantes de 52 anos, apaixonado pela cultura italiana, à qual busca sempre exaltar através principalmente da organização da *FestItalia*[1] e da música. O entrevistado 7 é tataraneto de imigrantes, com 41 anos, e apresenta influência cultural de forma mais marcante no trabalho e religiosidade. O entrevistado 8 é uma mulher de 51 anos, bisneta de imigrantes, que revela a influência cultural italiana na religiosidade e na participação na *FestItalia*, da mesma forma que o entrevistado 9, também bisneto de italianos, de 52 anos. É importante ressaltar que as informações aqui expostas tratam das influências culturais mais marcantes em cada um dos entrevistados, aquilo que os destaca, e que chamou a atenção dos pesquisadores. Porém, cada um deles possui vários outros elementos examinados por este trabalho, que serão discutidos a seguir.

No quesito "trabalho", os entrevistados 1, 4, 5, 7 e 8 recebem influência de seus antepassados ao trabalharem no campo, na pequena propriedade familiar, dormindo e acordando cedo; o entrevistado 6, de 52 anos, por sua vez, pratica a atividade de ferreiro, que era a profissão exercida por seu avô italiano, o qual passou o conhecimento e prática para as gerações posteriores. Também participam do tradicional mutirão – ou ajuntamento, como é chamado por alguns –, que é uma ajuda grupal a alguém que

1 A *FestItalia* é uma festa organizada pela Associação Avêneta, com o objetivo de celebrar a cultura italiana no município de Alfredo Chaves.

não tem condições de exercer algum trabalho ou atividade por conta de alguma enfermidade ou algo do tipo. Segundo o relato dos entrevistados, este é um dos costumes de que mais se orgulham, por se tratar de uma maneira de ajudar o próximo. O entrevistado 7, a esse respeito, disse que:

> A gente tem o mutirão aqui na comunidade, ou na comunidade vizinha, quando alguém fica doente ou se acidenta, ou qualquer problema que impeça ele de trabalhar. Então a comunidade costuma fazer esse mutirão pra ajudar na lavoura, no que for preciso [...] É um trabalho muito bonito que a gente não pode deixar perder não [...] porque é um pouquinho de cada um que vale muito pra pessoa que *tá* sendo ajudada.

O modo de ser é uma das características italianas mais marcantes e notáveis nos entrevistados. A maioria afirmou que durante uma conversa, assim como seus antepassados, tem o costume de gesticular e falar em alta voz, assim como também fazer um certo tumulto – ou algazarra, no dizer de Gasparini (2003) – perante alguma situação animadora. O entrevistado 2 relatou que, quando fazem uma reunião de amigos, "[...] o povo na rua acha que a gente está fazendo uma confusão aqui dentro de casa, é todo mundo falando junto ao mesmo tempo, tudo misturado".

Outro aspecto que condiz com o jeito de ser dos imigrantes italianos é o hábito de fazer festas para confraternizar e comemorar algum acontecimento, reunindo a família e/ou a comunidade para um almoço, principalmente aos domingos, o que foi relatado por todos os entrevistados.

O aspecto cultural mais marcante dos italianos que vieram ao Brasil talvez seja a religiosidade. Nas entrevistas, a maioria das pessoas demonstrou preservar o hábito de rezar o terço, se não todas as noites – como o fazem os entrevistados 1, 3, 4, 5 e 6 –, em momentos de tristeza. A maioria relatou que é costumeiro se reunir na casa de amigos para realizar pequenas celebrações. Os entrevistados atestaram também que respeitam

domingos e festas, além de possuírem o costume de ir à missa em todos os domingos e participar de festas em homenagens a santos. Similarmente, possuem a prática de cantar hinos religiosos à capela durante as procissões, assim como manter imagens e quadros de santos nas paredes das casas. Durante o dia, eles têm o hábito de entrar na igreja e se pôr a rezar, da mesma forma como faziam os imigrantes há mais de um século.

Quanto às atividades de lazer legadas pelos seus antepassados, os entrevistados 1, 5, 6 e 7 afirmaram gostar de jogar baralho; 1, 6 e 7 costumam jogar a mora; 1, 3, 5, 6, 8 e 9 praticam o "boccie", a chamada bola de massa ou bocha. Tais atividades compõem uma parte relevante do capital cultural italiano, pois são jogos que as pessoas de hoje em dia aprenderam com os mais velhos de sua família e continuam a ser praticados atualmente.

Outro legado cultural de primordial importância é a culinária, com pratos que são transmitidos de geração em geração, fazendo parte do cotidiano dos descendentes de italianos. São alimentos que não podem faltar na mesa, principalmente em dias em que se reúne a família e a comunidade. Todos os entrevistados consomem os alimentos que foram pesquisados neste trabalho; são eles: o macarrão, a polenta, o frango – principalmente na forma de ensopado –, o queijo, a linguiça frita, a minestra e o vinho. O entrevistado 6 relatou que ainda pratica o hábito de cortar a polenta com um barbante, no objetivo de preservar o costume de sua mãe; também costuma utilizar pratos de **ágate** (esmalte), para relembrar a tradição da família. O entrevistado 2 disse que "[...] é cultural reunir-se com amigos e família para conversar e beber o famoso vinho".

Os hábitos, costumes e demais aspectos pesquisados e comprovados até então fazem parte de um acervo cultural que norteia a vida dos descendentes dos imigrantes italianos, atuando de forma intrínseca, compondo sua identidade de forma estrutural. A cultura italiana age sobre a

personalidade desses indivíduos, atuando diretamente em diversos espaços de suas vidas, como o modo de ser, de se comportar e de ver o mundo, compondo a essência da pessoa. Na culinária, de forma que todos gostam e sempre preparam e consomem os alimentos típicos de seus antepassados no seu dia a dia; no trabalho, onde muitos ainda exercem as mesmas atividades que aprenderam com sua família e com os mesmos hábitos. Na religiosidade, uma grande característica dos imigrantes do século XIX e também da população de Alfredo Chaves dos dias atuais, como visto nas entrevistas. No lazer, com jogos que foram ensinados com o passar do tempo para os descendentes, e que continuam a praticá-los para se divertir. De acordo com o entrevistado 3, o ato de rezar o terço, ir à igreja aos domingos, beber o vinho nas reuniões de família com os amigos e o artesanato que ele pratica são traços da cultura de seus antepassados e que pretende manter viva e passar para as próximas gerações, assim como foi passado a ele. O entrevistado 4 disse ainda que possui o hábito de pedir a bênção aos pais, pois assim foi ensinado pelos seus familiares. Por sua vez, o entrevistado 8 testemunhou ter aprendido com sua família o hábito de rezar o terço e de contar as histórias de vida de seus antepassados, da mesma forma como foram contadas a elas, com o intuito de nunca perder essa cultura.

Outra influência cultural italiana muito marcante em Alfredo Chaves diz respeito ao idioma italiano. Segundo relatos dos entrevistados, costuma-se fazer o uso de certas expressões do idioma ou de algum dialeto – como o vêneto – durante uma conversa, para se referir a algum objeto ou a alguém. O entrevistado 1 informa:

> [...] tipo assim, o cara ta falando alguma coisa e eu falo assim: *estafermo! Capisce*? *Esta fermo* é ficar quieto. [...] também falo sua *piquitita, tosato, tosata* [...] *cinquefradello*, cinco irmão. E *meu papa, lasu* [...] já foi, já foi embora. O *nonno* e a *nonna*, *lasu*. Já foi embora. Sou *solo*. Sozinho. Entendeu?

O entrevistado 3, quando perguntando se faz o uso dessas expressões, evidenciou a influência não só da língua, mas também do costume de blasfemar, algo que, segundo Bissoli (2005), era típico dos imigrantes.

> Faz, faz. Faz bem um xingamento, né? É típico deles. [...] *Carcamano, porcapipa*... Faz mais essas coisas assim. [...] Vem falando *vino*, *formaggio*, um *salado*, um *salami* [...] Faz mais quando interage com alguém assim, que a gente vai brincando.

O hábito de xingar é muito comum entre os italianos e os seus descendentes. Segundo o entrevistado 2, "[...] às vezes você *tá* numa roda de amigos e a primeira coisa que eles te ensinam é xingar, falar palavrão em italiano". Por sua vez, o entrevistado 7 relatou que: "[...] tem vez que a gente brinca com alguma coisa, usando algum termo italiano que a gente aprendeu com os mais antigos."

O entrevistado 8 disse ser "fantástico" fazer o uso dessas expressões, isso porque é uma forma de manter a cultura viva e também de praticar o idioma italiano para não o deixar "cair no esquecimento". Algumas pessoas declararam ter estudado a língua italiana, e muitos até **já** viajaram para a Itália, realizando intercâmbio cultural, em decorrência da influência que receberam da família e do gosto adquirido através da escuta de expressões e dialetos usados na comunidade, principalmente falados pelos mais antigos. O entrevistado 2, por exemplo, afirmou que foi "[...] a paixão pela Itália e pela cultura italiana" que o levou a realizar essas atividades. O entrevistado 6 reconheceu ter um sotaque italiano, e o tem com orgulho, pois segundo suas palavras, "[...] manter o sotaque é questão de identidade". Além disso, atestou:

> Eu falo o dialeto vêneto porque aprendi em família. [...] A gente só falava italiano. [...] Até o dia que eu fui pra escola pela primeira vez, eu só falava italiano, mas o dialeto, o dialeto vêneto. E a gente fala até hoje [...] E eu fiz cursos de italiano oficial pra poder diferenciar o dialeto do italiano oficial.

Essas características compõem o patrimônio cultural do município de Alfredo Chaves. A influência dos imigrantes italianos na vida dos seus descendentes é a forma pela qual estes vivem. É a lente através da qual veem o mundo. É aquilo que os faz ser quem são. É, em suma, a sua identidade. Dessa forma, com tanta importância em suas vidas, é natural que se faça meios de preservar a cultura e a memória dos imigrantes. Nos atentemos agora para as formas pelas quais os entrevistados celebram e revivem a cultura de seus antepassados.

A mais importante celebração da cultura italiana no município de Alfredo Chaves é a "*FestItalia*", que conta com a exposição e demonstração de vários aspectos culturais. O entrevistado 2 relatou que essa festa tem suas origens num curso de italiano disponibilizado no município, cujos componentes criaram a Associação Avêneta, ou seja, "todos do Vêneto", que é um grupo de ativistas que buscam preservar a cultura italiana através de eventos, festas e outras ações. Segundo seu relato, foi no seio dessa associação que surgiu a *FestItalia*, cuja primeira edição aconteceu em 2010.

> A gente fez a festa da imigração italiana [...] A gente trabalhava com dança, com cultura, com culinária [...] A gente movimentava o estado do Espírito Santo todo [...] Rolava **música italiana o tempo inteiro, e muito vinho e comida. [...] Montavam a** vinhocicleta, o minhocão, e o povo se vestia e ia pra rua. Aí nós fizemos o desfile de carros antigos, todo mundo se vestindo de italiano e ia pra rua (Entrevistado 2).

Segundo o entrevistado, a festa levou muita alegria para a população, manteve a cultura viva, além de fazer girar a economia do município. A festa acontecia em dois dias; na primeira parte, havia o desfile pelas ruas da cidade, com pessoas caracterizadas com trajes típicos e vários outros elementos. Em seguida, havia a festa em si, com muita música, comida e vinho. O entrevistado 6, que também faz parte da Associação Avêneta,

atestou que dirigiu a *FestItalia* como presidente por onze anos, promovendo a preservação da cultura italiana na cidade e criando vários "brinquedos" para incrementar a celebração dos costumes dos imigrantes.

> Criamos alambique pra fazer cachaça, um alambique móvel, criamos a *vinhocicleta*. Essa foi particularmente eu que construí. [...] A *vinhocicleta* é tipo um boteco né? Um boteco móvel. Ela é redonda, mas é um triciclo. Fica oito pessoas [...] bebendo em volta duma mesa redonda, como uma mesa de bar, com um barril de vinho em cima. [...] Coloquei uma torneira pras pessoas se servirem, e eu botei um barril que girasse. Quem quisesse beber ia girando o barril pra encher a caneca dele de vinho. E aí cada passageiro desse, cada vinhociclista, cada um tinha um pedal, aí ia pedalando e andando pelas ruas. Só um desses, logicamente, tinha o volante, pra dirigir pra onde ela iria. [...] Ela tinha um som, ia tocando *tarantella* pela rua. [...] Tem também a *polentopéia*, né? A centopéia. [...] Ela tem um monte de engates [...] Ela dava uns doze metros de comprimento. [...] A gente teve também o polenta-móvel, que era um fogão a lenha sobre rodas, aí ia fazendo polenta, andando no desfile e fazendo polenta. [...] quando chegava na frente do palco, virava a polenta, polenta dura, pra cortar no barbante e depois fazer as demonstrações. [...] Outra coisa que a gente fez foi a casinha do *nonno*, uma casinha sobre rodas também, puxada por um carro antigo, e também fazia parte do desfile. A casinha era toda decorada [...] tinha fogão dentro,tinha tudo. Depois quando terminava o desfile ficava de exposição na *FestItalia* (Entrevistado 6).

Mais uma atração muito importante na festa são as bandas de música, com participações de escolas e de pessoas de outros estados, que eram convidadas a tocar na *FestItalia*, assim também como grupos de dança. O entrevistado 3 informou sobre a banda de música italiana que está presente em todas as edições da festa:

> Nós temos uma banda chamada Banda Folclórica *Gioco di Mora*, que é específica sobre cultura italiana, que está fazendo 21 anos de banda e nós já rodamos praticamente o Brasil todo. [...] 50% do repertório são músicas folclóricas, centenárias, é marcha, valsa, tarantella, né? Músicas italianas que trouxeram da Itália e algumas composições [...] feitas aqui no Brasil. E aí o restante a gente vai

> adaptando cada tipo de festa, aí a gente faz umas traduções do português pro italiano [...] Mas o foco mesmo é a tradicional música italiana. A maioria do nosso foco é no italiano oficial, mas a gente canta algumas músicas em outros dialetos [...] napolitano, vêneto, trentino. [...] É uma coisa que a gente faz por gosto.

O entrevistado 6 também falou sobre a sua atividade na música:

> Eu fui fazendo um repertório voltado pra isso (músicas italianas) e às vezes até fazendo uma roupagem um pouquinho mais nova pra agradar os jovens, porque se eu fizesse a música muito original como ela era, então eu agradava os mais idosos só. Os jovens se afastavam. Aí eu passei a criar uma música, a mesma música, só que duma forma mais alegre, mais festiva, porque às vezes a música italiana [...] é muito dolorosa, porque ela retrata muito o sofrimento da época, as fomes, as doenças, as guerras, o analfabetismo. [...] Foram 18 anos participando pelo Brasil afora levando essa tradição italiana, não só a música italiana, como também o tombo da polenta [...] mostrando as tradições de Alfredo Chaves. [...] A música italiana aqui em Alfredo Chaves sempre foi muito forte. [...] Até nas escolas participamos bastante, podendo levar, fazer uma experiência com as crianças [...] elas dançavam, participavam, batiam palmas. [...] A gente sempre lutou pra não deixar esquecer essa parte (cultura italiana).

Os entrevistados 8 e 9 relataram que participaram da *FestItalia* na decoração, fazendo roupas caracterizadas da Itália para usarem durante os desfiles. Outros entrevistados narraram suas participações na *FestItalia*, como uma forma de homenagear seus antepassados e de não deixar que a história deles seja esquecida. O entrevistado 4 contou a sua participação conjunta com o entrevistado 5:

> A nossa participação aqui na festa italiana, nós fomos o *nonno* e a *nonna* [...] nós vestimos o traje, participamos do desfile e fomos homenageados sendo a *nonna* e o *nonno*. [...] Participamos das danças também [...] fizemos o tombo da polenta, né? Isso tudo a gente participou. E o traje a gente tem até hoje.

Através das entrevistas, pode-se perceber o grande empenho, en-

tusiasmo e vontade de homenagear os imigrantes italianos, de celebrar a cultura italiana e de festejar seus costumes, com muita criatividade e dedicação, visto que esta cultura influencia diretamente na vida dos seus descendentes e, portanto, no cotidiano do município como um todo.

Entretanto, muitos entrevistados relataram dificuldades para manter a festa, o que ocasionou um hiato em suas edições. A última até então foi realizada em 2018. As razões para tal interrupção, segundo os entrevistados, são principalmente a falta de apoio e incentivo do poder público, de âmbito municipal e estadual, que pouco zela pela cultura, assim como acontece no Brasil todo. Também há o problema da falta de recursos, pois para um grupo de pessoas, que não conta com verba dos órgãos públicos, é muito difícil e custoso manter uma festa de tamanhas proporções.

Os entrevistados também falaram sobre o que sentem em relação aos seus antepassados imigrantes, o que evidenciou ainda mais a forte influência que a cultura dos italianos exerce sobre os seus descendentes e sobre o município de Alfredo Chaves, assim como seu imenso significado e importância em suas vidas. Todos relataram sentir muito orgulho pelos imigrantes, alegando a grande dificuldade que passaram para chegar ao Brasil e construir uma vida nova em meio a tantas incertezas e condições duríssimas. O entrevistado 1, ao ser perguntado sobre isso, disse:

> Muito orgulho. Muito orgulho. Minha mãe, minha bisavó, meu pai, minha mãe, né? Deixaram muita riqueza pra gente [...] muito conhecimento. Eles sofriam muito. Imagina, minha bisavó, ela veio da Itália num porão de um navio praticamente, com 7 anos. [...] Nós temos que agradecer ao italiano, meu bisavô, minha bisavó. [...] Estamos aqui graças a eles.

Já os entrevistados 8 e 9 disseram que os imigrantes sofreram muito e que devemos agradecer a eles. Segundo o entrevistado 8, "[...] tudo vem da vitória e da vontade que eles tiveram de enfrentar isso aí

tudo". O entrevistado 2 vê os imigrantes como heróis. Em suma, todos eles sentem orgulho, gratidão e admiração por seus antepassados.

Assim, percebe-se a enorme importância que a cultura italiana tem para seus descendentes. Os entrevistados disseram que ela compõe a sua identidade, a sua história, as suas raízes, a sua origem; é aquilo que os faz ser quem são. O entrevistado 3 disse que a cultura italiana "[...] é o berço da nossa vida, nossa origem. Eu me orgulho de pertencer à família italiana". Nota-se, assim, o quão forte é o sentimento de pertença e o orgulho de ser descendente de italiano dessas pessoas. Sentimento este que pode ser sintetizado na frase do entrevistado 2: "É de onde eu vim e pra onde eu quero um dia voltar".

Considerações finais

O legado cultural dos imigrantes italianos na vida de seus descendentes em Alfredo Chaves está em todo lugar. Está em cada almoço em família aos domingos, em cada terço rezado, em cada polenta preparada e consumida, em cada conversa em voz alta e alegre, em cada partida de mora jogada, em cada música cantada e dançada ao longo dos mais de 130 anos que separam a chegada dos imigrantes ao município de Alfredo Chaves e a realização dessas entrevistas.

A cultura italiana forma a identidade cultural dessa parcela da população da cidade, compõe a história comum entre a grande maioria dos seus moradores, constitui a sua personalidade, integra aquilo que faz o indivíduo ser quem ele é, forma o sentimento de pertencer a um grupo de pessoas que fundaram a localidade em que os seus descendentes hoje vivem. Segundo os descendentes, tudo aquilo que existe na atualidade é fruto do trabalho e do sofrimento dos imigrantes. Dessa forma, é muito claro nos moradores o desejo de perpetuar essa história e essa cultura, a fim de celebrar a vida dos antepassados dos quais tanto se orgulham, e de

levar adiante a cultura que os move.

REFERÊNCIAS

BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. 2. ed. Vitória: Gráfica Lisboa, 2005. 136 p.

CELIN, José Lázaro. Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 3, p.56-75, jul./dez. 2019.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200003>. Acesso em: 2 out. 2020.

COMINOTTI, Katiuscia Sartori Silva. **O contato linguístico entre o vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES**: uma análise sócio-histórica. 2015. 154 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GASPARINI, Amílcar. **Os italianos**. Vitória: Grafitusa, 2003. 349 p.

NICOLI, Sandra. Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. **Caderno de anais**, Governador Valadares, v. 14, p.224-236, 2016.

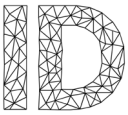
PERES, Edenize Ponzo. Aspectos da imigração italiana no Espírito Santo: a língua e cultura do Vêneto em Araguaia. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 26, p.44-59, abr./maio. 2011.

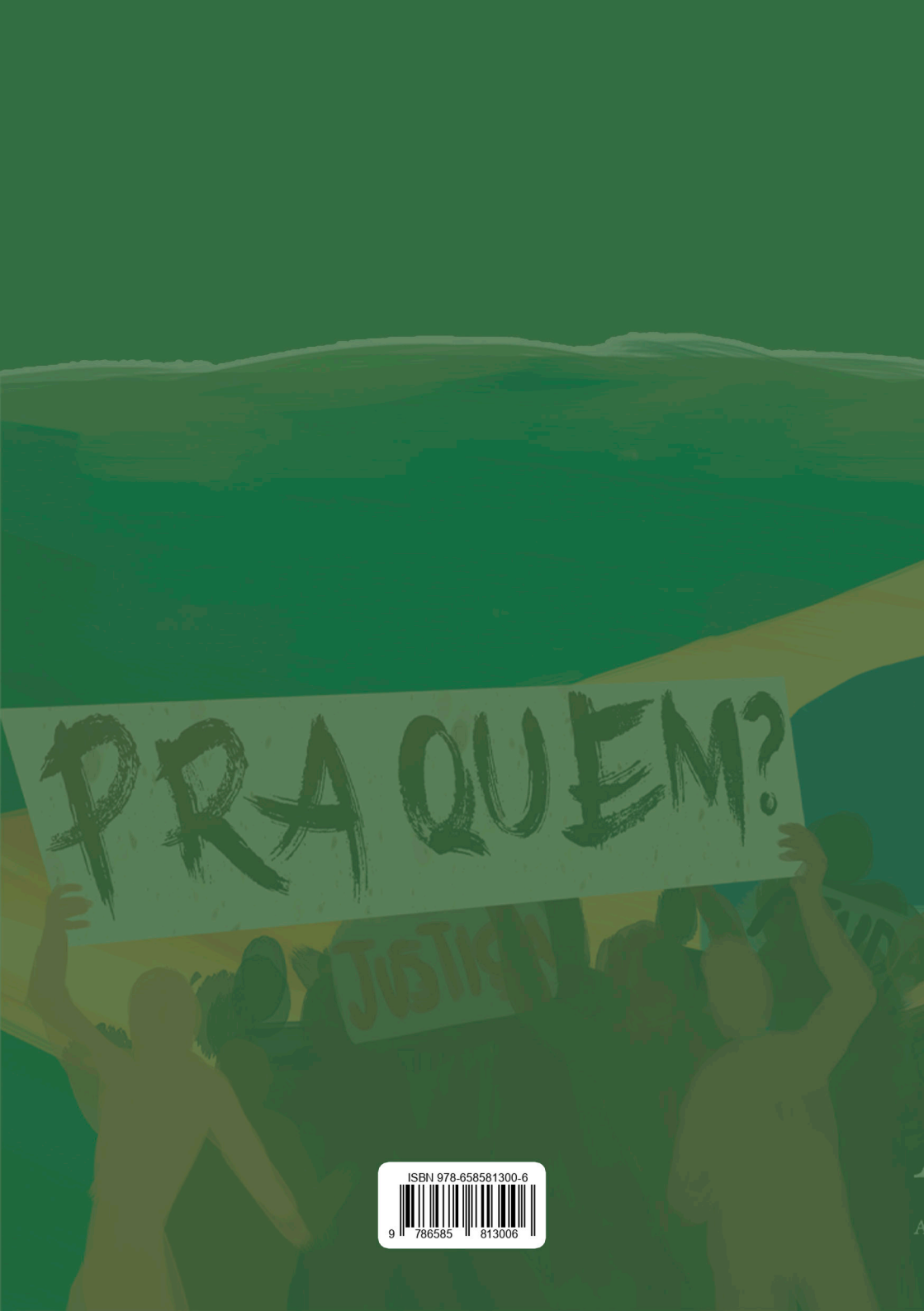
PERES, Edenize Ponzo. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 10.1, p.53-71, 2014.

SCHAYDER, José Pontes**. História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas, São Paulo: Companhia da Escola, 2002. 171 p.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *meltingpot* nacional. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SOUZA, Emilio Petri de. **Imigração italiana em Anchieta-ES**: caracterização e contribuições para o desenvolvimento local. 2014. 361 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.





ISBN 978-658581300-6